

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Rodrigo Oliveira Santana

**RETRATOS DO TRABALHO PENITENCIÁRIO:
O CONSENSUALISMO COMO NOVA FORMA DE SUBMISSÃO SOCIAL**

Tese no âmbito do Programa de Doutoramento em Sociologia, orientada pelo
Professor Doutor Paulo Jorge Marques Peixoto, apresentada à Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra.

novembro de 2020

Rodrigo Oliveira Santana

**Retratos do Trabalho Penitenciário:
O Consensualismo Como Nova Forma de Submissão Social**

**Tese no âmbito do Programa de Doutoramento em Sociologia, orientada pelo Professor
Doutor Paulo Jorge Marques Peixoto, apresentada à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra.**

novembro de 2020

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Tese de doutoramento
Título	Retratos do Trabalho Penitenciário: O Consensualismo Como Nova Forma de Submissão Social
Autora	Rodrigo Santana
Orientador	Paulo Peixoto
Identificação do Curso	Sociologia
Área científica	Sociologia
Especialidade/Ramo	Sociologia
Data	2020



Epígrafe

“A prisão não são as grades e a liberdade não é a rua; existem homens presos na rua e livres na prisão. É uma questão de consciência.”
Mahatma Gandhi

Agradecimentos

“É preciso sentir a necessidade da experiência, da observação, ou seja, a necessidade de sair de nós próprios para aceder à escola das coisas, se as queremos conhecer e compreender”, ensinou-me a Sociologia através das palavras de Durkheim. Viver a Sociologia foi a experiência mais singular da minha vida académica e isto foi possível graças aos docentes da Universidade de Coimbra que, com carinho, paciência e dedicação permitiram que um graduado em direito pudesse conhecer novos caminhos, principalmente meu diretor de trabalho doutoral Professor Doutor Paulo Peixoto. Obrigado aos professores da Faculdade de Economia!

Algumas vezes sentia-me perdido neste caminho. Deixei tudo para trás para realizar um propósito pessoal. Ser doutor em sociologia pela Universidade de Coimbra. Um pouco perdido estava, mas sozinho não! Ao meu lado estava a melhor companhia que a vida poderia haver-me dado, minha esposa, que, pensando em mim, deixou sua terra, a Colômbia, para aderir a uma vida ao meu lado. Deixou também o Brasil quando contava apenas com um mês de graduada para sonhar comigo em Portugal. Com dinheiro curto em Portugal, dividíamos muitas vezes a mesma comida, sentávamos no chão e comíamos juntos, felizes. Um sonhando o sonho do outro. E ao nosso lado, compartilhando nossos momentos, nosso pequeno filho, que, à época, tinha somente um ano de idade. A força dos meus companheiros foi e ainda é o combustível da minha vontade. Obrigado pela presença e o amor que são constantes e intensos. Diana e Samuel, vocês são as duas dádivas em minha vida.

Os incentivos não pararam. Em 2019 mais uma estrela veio iluminar minha vida. Outra menina, Luana. Dona de um sorriso encantador, incentivou-me, ao seu modo, a terminar esta tese. A Luana veio para sonhar comigo e dar novos propósitos à minha vida. Eu te amo filha. Obrigado por tornar minha vida mais suave, obrigado!

Ao lado de toda esta gente maravilhosa, não posso deixar de agradecer a minha professora de toda a vida, minha avó. Com ela aprendi a ler, a escrever e principalmente a sentir amor. Amor em todos os aspectos. Amor capaz de reconhecer igualdade na diferença. Apesar de a vida não haver sido tão suave com ela, apesar de ela ter se perdido no labirinto de sua própria mente, eu sei que enquanto o seu coração bateu não escondeu o amor que sentia por mim. Obrigado avó, obrigado por construir minha vida

e permitir um mundo de possibilidades. Algum dia nos encontraremos outra vez. Esta tese é por você.

Sozinho nunca estive! Minha mãe também foi uma grande financiadora emocional dos meus objetivos. Sempre esteve disposta a tudo. Mesmo que a situação se mostrasse desfavorável, nunca retirou seu apoio. Minha mãe sempre sonhou comigo. Ao lado dela está meu pai, grande conselheiro que a vida me deu. Às vezes, por teimoso, não o escutei, mas sempre esteve disposto a ensinar e a aconselhar. Obrigado mãe e pai.

Agradeço o apoio da família Santana; família Oliveira; família Guerra e Larrañaga. Os incentivos vieram de maneira direta e indireta e não esqueço nenhuma forma de carinho. Obrigado. E importantes nesta caminhada estão os amigos; primos de coração e de sangue; irmãos de coração e de sangue e colegas de trabalho, principalmente aos autodenominados “Cabaré”. Especialmente agradeço meu amigo Marcelo Pereira que, como amigo da vida e colega de classe, sempre trocou ideias sobre a sociologia, fazendo com que eu me apaixonasse mais pelas ciências sociais.

Esta pesquisa foi possível, também, por conta do apoio financeiro do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia. Fiquei afastado das minhas funções por um pouco mais de um ano para estar em Portugal, porém, recebendo salário. Tudo isto foi possível graças à intervenção da Coordenação do Curso de Direito, minha chefe/amiga Professora Mônica e pela confiança da Reitora Professora Adriana. Não há como expressar a tremenda gratidão por permitirem e apoiarem a realização de um sonho pessoal.

E por fim, não posso esquecer de agradecer a Portugal. Terra maravilhosa, cheia de vida, que recebeu e cuidou da minha família, mesmo em momentos em que estive ausente. De tudo que representa Portugal na minha vida, Coimbra representa muito mais. Coimbra é puro amor, e foi graças a Coimbra que eu, hoje, sei o verdadeiro significado da palavra “saudade”, como diz o velho fado. Nesta cidade, além dos maravilhosos docentes, encontrei duas pessoas que abraçaram minha família como se suas fossem, Sofia e Dona Lourdes. Obrigado por fazerem-me sentir como se em casa estivesse.

Até aqui, tudo foi possível porque Deus está comigo!

Resumo

O interesse em investigar o objeto teórico analisado nasce a partir da inquietação em saber qual a racionalidade que elevou o trabalho à categoria de técnica do tratamento penitenciário, de modo a prolongar esse discurso e essa prática no tempo e a elevar essa forma de trabalho ao patamar de principal elemento do tratamento penitenciário.

A linha de pesquisa da abordagem adotada baseia-se na tese de que a persistência da técnica ao longo dos tempos, não obstante as constantes reconfigurações a que foi sendo sujeita, deve-se ao fato de que a ressocialização pelo trabalho funciona persistentemente e de forma sofisticada como ideologia de neutralização social. Ou seja, mais do que zelar pela reinserção do condenado através do trabalho, o trabalho penitenciário é encarado como uma forma de encarceramento que limita possibilidades de ocorrência e de reincidência de delitos, promovendo um certo “populismo punitivo” que tanto agrada às massas que receiam a violência.

Em 2009, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, órgão do Poder Judiciário, criou o programa “Começar de Novo” para dar permeabilidade a um direito/dever da pessoa reclusa. Constituindo-se como objeto empírico desta tese, o programa “Começar de Novo” permite dar conta da difícil questão penitenciária e das dificuldades de reinserção das pessoas egressas através do trabalho.

Primeiramente, para permitir entender a importância do trabalho penitenciário como uma técnica de encarceramento, a tese dedicou especial atenção às formas de trabalho extramuros. Mergulha, de seguida, no mundo da reclusão e, aplicando um olhar sociológico que diverge das tradicionais abordagens do mundo jurídico, permite contextualizar os vínculos históricos que esta técnica do tratamento penitenciário mantém com a própria instituição penitenciária. Permite também evidenciar as razões que legitimaram a consagração e a reprodução social da técnica e que a elevaram, ao longo do tempo, à condição de técnica principal para reinserção de egressos.

Para responder ao questionamento principal da tese e para testar empiricamente as hipóteses, foram entrevistadas pessoas incluídas no Programa “Começar de Novo” da República brasileira. As entrevistas estiveram na base da elaboração de retratos sociológicos de cada um dos entrevistados. A entrevista sociológica reflexiva além de permitir a construção dos retratos, apontou a trajetória de vida de cada entrevistado, de modo a compreender suas principais aptidões para o trabalho; esperanças; medos e sonhos. Todas as pessoas entrevistadas encontravam-se reclusas na Região Metropolitana de Belém - sendo esta a limitação geográfica da investigação -, realizando alguma atividade no âmbito do programa e, em alguns casos, continuando a fazer esse trabalho mesmo após o término do contrato do programa.

Trabalho, vida e reclusão são os três elementos que se entrelaçam nesta tese doutoral. O seu entrelaçamento permite compreender, empiricamente, como é difícil reincluir alguém através de uma técnica consagrada do tratamento penitenciário que tem por pano de fundo o consensualismo penitenciário.

Palavras-chave: Trabalho; trabalho penitenciário; tratamento penitenciário; consensualismo penitenciário; retratos sociológicos.

Abstract

The interest in the analysed theoretical object arises from the concern to know which rationality elevated the work to the category of technique of penitentiary treatment, in order to prolong this argument and this practice in time and to raise this form of work to the level of principal element of penitentiary treatment.

The research line of the adopted approach is based on the thesis that the persistence of the technique over time, despite the constant reconfigurations to which it has been subjected, is due to the fact that resocialization through work acts persistently and in a sophisticated way as an ideology of social neutralization. In other words, more than ensuring the reinsertion of the convict through work, prison work is seen as a form of incarceration that limits the possibilities of occurrence and the recurrence of crimes, promoting a certain “punitive populism” that pleases the masses that fear the violence.

In 2009, the National Council of Justice - CNJ, an organ of the Judiciary, created the “Start Again [“Começar de Novo”]” program to give permeability to a right / duty of the prisoner. Constituting itself as an empirical object of this thesis, the “Start Again” program makes it possible to deal with the difficult prison issues and the difficulties of reinserting convicted people through work.

First, in order to understand the importance of prison work as an incarceration technique, the thesis devoted special attention to extra-wall forms of work. Then it plunges into the world of seclusion and, applying a sociological view that diverges from traditional approaches in the legal world, allows to contextualize the historical ties that this technique of penitentiary treatment maintains with the penitentiary institution itself. It also allows to evidence the reasons that legitimized the consecration and the social reproduction of the technique and that elevated it, over time, to the condition of main technique for the reinsertion of convicted people.

In order to answer the main question of the thesis and to test empirically the hypotheses, people included in the “Start Again” Program of the Brazilian Republic were interviewed. The interviews were the basis for the elaboration of sociological portraits of each of the interviewees. The reflexive sociological interview, besides allowing the construction of portraits, pointed out the life trajectory of each interviewee, in order to understand their main aptitudes for work; hopes; fears and dreams. All people interviewed were inmates in the Metropolitan Region of Belém - this being the geographical limitation of the research -, carrying out some activity within the scope of the program and, in some cases, continuing to do this work, even after the end of the program contract.

Work, life and seclusion are the three elements that intertwine in this doctoral thesis. Its entanglement allows us to understand, empirically, how difficult it is to reinclude someone through a consecrated technique of penitentiary treatment that has penitentiary consensus as a background.

Keywords: Work; penitentiary work; penitentiary treatment; penitentiary consensus; sociological portraits.

Lista de Siglas e Abreviaturas

Art. – artigo

CDN – “Começar de Novo”

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

d.C – Depois de Cristo.

FIPP – Fundação Internacional Penal e Pentenciária
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONU – Organização das Nações Unidas

PA – Pará

R\$ - Real

RMB – Região Metropolitana de Belém

SEURB – Secretaria de Urbanismo da Cidade de Belém

SUSIPE – Secretaria de Estado de Administração

TJPA – Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Índice de Tabelas, Ilustrações e Gráficos

Tabela 1 - Razões para prática de infrações penais.....	223
Tabela 2 - Realidade Social e Origem dos Entrevistados	230
Tabela 3 - Razões para o trabalho penitenciário	233
Tabela 4 - Formas de trabalho antes da reclusão	235
Tabela 5 - Coerência disposicional	263
Tabela 6 - Contextos de ativação para o trabalho nos percursos de Coerência disposicional posteriores à reclusão	264
Ilustração 1 - Área de criação de animais: aves.	68
Ilustração 2 - Homens trabalhando na lavoura – Área de plantação da casa penal.....	69
Ilustração 3 - Reclusos na criação de porcos.....	70
Ilustração 4 - Trabalhadores(as) exercendo suas funções dentro do Tribunal	77
Gráfico 1 - Idade de ingresso	226
Gráfico 2 – Escolaridade dos entrevistados para a elaboração de retratos.....	228

Índice

Epígrafe.....	i
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vii
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	ix
Índice de Tabelas, Ilustrações e Gráficos.....	x
Índice.....	xii
1. Introdução.....	1
1.1. A necessidade da pesquisa.....	1
1.2. Estrutura da pesquisa; objeto; objetivos e metodologia empregada.....	4
2. O trabalho e a instituição penitenciária: o encarceramento como principal forma punitiva e sua relação com o trabalho penitenciário.....	11
2.1. Vida e trabalho.....	11
2.2. A fé, o trabalho e o castigo: a importância da religião para a ascensão do homo oeconomicus.....	15
2.3. O reino da necessidade: a quinta forma de alienação pelo trabalho.....	18
2.4. A gênese da instituição penitenciária: mudanças sociais e mobilização do direito a partir das casas de correção.....	21
2.5. Reformas penais e novas práticas punitivas nos séculos XVIII e XIX.....	31
2.6. O século XX e a reforma moderna da instituição penitenciária.....	35
2.7. O trabalho penitenciário no Brasil.....	39
2.8. A racionalidade econômica e a reinserção através do trabalho.....	42
3. Do tratamento tradicional a um novo tratamento penitenciário.....	45
3.1. O ingresso na Instituição Penitenciária: seleção, adequação do tratamento e prisionalização.....	45
3.2. Uma nova execução penal? Análise conceitual do consensualismo penitenciário.....	50
4. “Programa “Começar de Novo”” e sua prática na região metropolitana de Belém: a recuperação pelo tratamento penitenciário consensual brasileiro	55
4.1. Aspectos teórico-metodológico: a escolha do caminho.....	58
4.2. A escolha pela entrevista aprofundada para a produção dos retratos sociológicos.....	61
4.3. Limitações à investigação empírica pela saturação teórica.....	65
4.4. Entrando no terreno: A Colônia Agrícola de Santa Izabel: primeiras impressões de um investigador em Ciências Sociais.....	67
4.5. Vara de Execuções Penais da Região Metropolitana de Belém: o trabalho consensual remunerado posto em prática no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.....	72
5. A vida narrada por si: os distintos percursos e discursos.....	80

5.1. Retrato Sociológico: Jeremias Francisco Tavares: “fui acostumado a acordar cedo para trabalhar”	80
5.2. Retrato Sociológico: Abel Malveira de Sousa: “resolvi trabalhar na colônia agrícola pela mudança de vida”	86
5.3. Retrato Sociológico - Marília F. de C.: “quero ajudar pessoas que passaram pela cadeia como eu, vou buscar algum trabalho nesta área”	93
5.4. Retrato Sociológico – Waldemar de Amaral Santos: “Começar do zero é sempre difícil, mas mais difícil é viver a vida dentro da cadeia e perder grande parte da vida fazendo ‘besteiras’”	103
5.5. Retrato Sociológico – Daniel Richard da Silva Souza: “A minha intenção é trabalhar ajudando as pessoas que estão saindo do cárcere”	121
5.6. Retrato Sociológico – Marcolino Peixoto: “o caráter do homem não pode ser julgado pelo erro que cometeu, mas sim após o erro que ele comete”	132
5.7. Retrato Sociológico – Josélio Santos da Silva: “onde eu morava a possibilidade de voltar para o crime era muito grande e eu não me via mais naquela situação, eu não estava disposto a voltar para o mesmo sofrimento”... ..	148
5.8. Retrato Sociológico – Catarina del Olmo Bernardes: “Eu gosto muito de estar aqui porque é uma oportunidade grande, (...) a fila de espera é grande porque quem é que vai querer ir para rua, no sol, limpar esgoto nos outros projetos?” ..	161
5.9. Retrato Sociológico: Alexandre Ribas dos Santos: “Quero olhar só para frente, o foco é olhar só para frente e não reclamar”	172
5.10. Retrato Sociológico: Romeu Rafael Olegário de Sintra: “Hoje eu me sinto mais ressocializado do que muitas pessoas que não foram presas, que estão por aí...”	185
5.11. Retrato Sociológico: Adrião da Sogra Figueira: “Aqui eu aprendi a dar valor ao trabalho não importa como ele é, eu é quem tenho que lutar para receber sempre melhor, batalhar na vida porque sem sacrifício a gente não consegue nada”	206
6. As trajetórias de vida, os discursos e as escolhas: análise dos depoimentos e a saturação das informações	222
6.1. O perfil das pessoas entrevistadas.....	226
6.2. O trabalho penitenciário através do consensualismo	230
6.3. O trabalho interno: as dificuldades e vocação para o trabalho exercido.....	233
6.4. O trabalho externo: trajetórias e expectativas	242
6.5. Inclusão através do trabalho?	261
7. Conclusões.....	267
8. Referências bibliográficas	273

1. Introdução

1.1. A necessidade da pesquisa

Partindo da ideia que a punição é um fenômeno social e não uma mera consequência do delito, é possível estabelecer uma conexão entre os métodos de punição e as técnicas de tratamento penitenciário das pessoas submetidas ao castigo de privação de liberdade. É possível, também, notar que a instituição penitenciária se desenvolve de maneira independente em relação à ideia de punição como pena, já que, aplicada a privação da liberdade, se dispõe de uma gama de técnicas – autodenominadas ressocializadoras – que podem atuar no suposto objetivo da reintegração social e moral da pessoa reclusa. Uma das técnicas ressocializadoras mais importantes, e que conseguiu resistir ao tempo como técnica indispensável, é o trabalho penitenciário, sendo este objeto da investigação da tese. A par do trabalho penitenciário, são adotadas outras fórmulas ressocializadoras. Umas baseadas na educação (*Cfr.* Onofre e Julião, 2013). Outras nas artes (*Cfr.* Lima, Oliveira e Wilrich, 2012), por exemplo. Porém, as formas ressocializadoras não conseguem, nos contextos de reclusão, ocupar o espectro de suprema solução para que infrações penais não sejam mais praticadas, nem sequer para evitar eficazmente a reincidência (Baader e Shea, 2007).

O trabalho penitenciário não é uma técnica nova. Mas, desde que dele se tem registro, quando foi associado à instituição penitenciária, sempre foi apresentado numa perspectiva positiva e até mesmo entusiasmadora. Essa técnica dita ressocializadora – e o próprio discurso que a enquadra – esconde-se detrás de uma realidade econômica que desenvolve sutis formas de controle por conta de uma relação (a penitenciária) que, no limite, preenche um propósito estrutural latente (Pessoa, 2019). Esta técnica avança na história da instituição penitenciária desde a adoção do trabalho forçado até ao surgimento do trabalho consensualizado como um remédio para a reintegração. Esta última forma de trabalho surge com um promissor discurso de buscar uma relegitimação social do tratamento penitenciário pelo labor, através de um acordo entre o Estado e a pessoa reclusa.

O interesse em investigar o objeto nasce a partir da inquietação em saber qual a racionalidade que elevou o trabalho à categoria de técnica do tratamento penitenciário, de modo a prolongar este discurso no tempo e a elevar essa forma de trabalho ao

patamar de principal elemento do tratamento penitenciário¹? E qual a relação com a estrutura social? De modo a que, a partir daí, se possa avaliar se o trabalho penitenciário está ou não vocacionado para a vida laboral em liberdade.

Esta visão histórico-sociológica permitirá, a partir da escala macro de contextualização da técnica, perceber as percepções e os efeitos que ela gera e produz nas pessoas reclusas. Na escala micro, permite dar conta do sucesso e do insucesso do propósito reinsertor do tratamento penitenciário, tendo em vista a sua nova configuração pautada no consenso. A linha de pesquisa desta abordagem baseia-se na tese de que a persistência da técnica ao longo dos tempos, não obstante as constantes reconfigurações a que foi sendo sujeita, deve-se ao fato de que a ressocialização pelo trabalho funciona persistentemente e de forma sofisticada como ideologia de neutralização social. Ou seja, mais do que zelar pela reinserção do condenado através do trabalho, o trabalho penitenciário é encarado como uma forma de encarceramento que limita possibilidades de ocorrência e de reincidência de delitos, promovendo um certo “populismo punitivo” que tanto agrada às massas que receiam a violência (Garland, 2004; Peixoto, 2005; Sclofsky, 2020).²

Esta linha de pensamento é, primeiramente, perseguida a partir de uma abordagem histórica e teórica que foi realizada com o objetivo de destacar a evolução do trabalho como técnica do tratamento penitenciário até à definição, pelas Nações Unidas, das regras mínimas para o tratamento de pessoas reclusas. Esse momento e o ato que ele concretiza representam, supostamente, uma evolução que garante um respeito maior pelos direitos fundamentais subjetivos na complexa relação penitenciária do Estado com a pessoa reclusa.

¹ Registra Tiago Pires Marques (2013:138) que o trabalho sustentou-se no tempo como uma técnica do tratamento penitenciário. Após o surgimento do direito penitenciário como ciência no século XIX, que cria critérios para uma racionalização da administração penitenciária e execução das penas ordinárias, resiste até a conceitos poucos estimulantes para um projeto de ajuda social oriundos da Escola Positiva da Criminologia Italiana, como “criminoso nato” e “criminoso incorrigível”, que secundarizaram o papel de outras técnicas reabilitadoras, como a religião e a educação. Porém, mantém intacto o propósito ressocializador pelo trabalho: “*Together with the notion of the failure of the prison rendered manifest through recidivism, the belief in the existence of ‘incorrigibles’ and ‘constitutional criminals’, whilst not always given scientific credibility, effected some loss of interest on the part of penologists with regard to the topic of ‘rehabilitation’. From the classical recipe concerning the reform of criminals, only work, in reality, remained a central question*”.

² Este “populismo punitivo” e a promoção da ideologia de que populações estigmatizadas podem ser depuradas e socialmente reintegradas através do trabalho não se aplica apenas no tratamento penitenciário. Mendigos e “arrumadores de carros” são também alvo de políticas públicas ancoradas desse desiderato (Cfr. Peixoto, 2005).

Esse desejado respeito pode ser alcançado através de acordo, na execução da pena, que leve à implementação de uma atividade laboral dentro da relação penitenciária. Este consensualismo “busca oferecer condições para converter a rotina do aparelho penitenciário em local idôneo, eliminar defeitos e paradoxos institucionais e individuais relacionados ao sentimento de injustiça” (Oliveira, 2010: 460). O tratamento penitenciário consensual é entendido como uma barreira ao processo de prisionalização através, principalmente, da promoção de uma atividade laboral digna (*idem*).

Na esteira desta nova forma de tratar a execução penal, o Brasil não demorou em aderir ao consensualismo penitenciário³. Em 2009, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, órgão do Poder Judiciário, criou o programa “Começar de Novo” para dar permeabilidade a um direito/dever da pessoa reclusa, como já determinava a Lei de Execuções Penais de 1984. Porém, não se sabe se efetivamente o programa consensual de promoção através do trabalho penitenciário atingiu seu objetivo, uma vez que, pelo menos no Estado do Pará, o último relatório do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, órgão responsável pela coordenação do programa a nível estadual, revelou o desligamento de um grande número de pessoas do programa, sem que seja feita qualquer menção a um acompanhamento posterior⁴.

O programa “Começar de Novo” surge num momento em que a economia brasileira estava pulsante⁵. Isso fez surgir uma grande demanda por força de trabalho e também a necessidade de enfrentar essa demanda sem a elevação de custos operacionais. Esta pressão oriunda do setor empresarial forçou uma resposta rápida e eficiente do Estado. Este, por sua vez, preocupado com tais exigências, criou programas capazes de manter as pessoas reclusas ocupadas através do trabalho. Mas este trabalho penitenciário está realmente vocacionado para a qualificação pessoal e profissional? Esta é a principal pergunta que a investigação concretizada no âmbito da tese buscou responder.

³ Segundo Edmundo Oliveira (2010: 459), o consensualismo é um “inusitado método de tecnicismo penal, galgado em experimentos científicos, o qual foi apreciado pela Fundação Internacional Penal e Penitenciária (FIPP) (...). Reunidos em Lisboa (Portugal), de 21 a 25 de maio de 1999, os Conselheiros da FIPP recomendaram o início de um inusitado caminho para a transformação das prisões no terceiro milênio”.

⁴ Relatório do programa “Começar de Novo” no Estado do Pará para o ano de 2013 disponível no sítio <http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=11217>

⁵ Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, no ano de 2010, a construção civil foi um dos principais carros-chefe do crescimento econômico brasileiro, com um crescimento de 14,9% só no primeiro trimestre de 2010. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/boletimtrabalhoeconstrucao/2010/2010boletimConstrucaoCivil4.pdf>>

1.2. Estrutura da pesquisa; objeto; objetivos e metodologia empregada

Apresentado o problema, a investigação elegeu por objeto de pesquisa o trabalho penitenciário consensual levado a cabo pelo Programa “Começar de Novo”, tendo como limite territorial a Região Metropolitana de Belém, maior centro urbano do Estado do Pará. Para se entender esta nova modalidade de trabalho penitenciário fez-se necessário entender as origens da própria instituição penitenciária que, a partir de uma visão sociológica, rompesse com um paradigma comum no mundo jurídico que insiste na ideia que a pena deu origem à instituição penitenciária.

Será que a pena é a responsável pelo surgimento deste estabelecimento social? Seguindo os estudos críticos da Escola de Frankfurt, principalmente de Rush e Kirchheimer e de Melossi e Pavarini, buscou-se na história as origens desta milenar instituição. Estes estudos permitiram não visualizar a instituição somente como um estabelecimento social de depósito de pessoas, mas sim estabelecer uma clara diferença entre cárcere e instituição penitenciária.

A tese foi estruturada de maneira a ser possível o cumprimento de seus objetivos. Por isso, no segundo capítulo, o recorte teórico permitiu repensar as origens da instituição penitenciária, de modo a impor uma separação conceitual à tradição jurídica de afirmar que cárcere e instituição penitenciária são a face da mesma moeda. Neste capítulo é possível notar que o trabalho foi o elemento externo que tornou possível a existência da instituição penitenciária nos moldes como hoje a conhecemos e, ao mesmo tempo, firmou-se no tempo como principal técnica do tratamento penitenciário.

Assim, esta tese estabelece diferenças entre a noção de cárcere e a noção de instituição penitenciária, procurando demonstrar que foi a necessidade de se criar um trabalho a ser executado dentro de um lugar fechado que transformou aquilo que seria um mero depósito de pessoas (o cárcere) num estabelecimento social (a instituição penitenciária), cujo objetivo declarado era recuperar os marginais sociais através de um ofício. Foi o trabalho, e não a pena, que estabeleceu a instituição penitenciária. A sociologia de Durkheim, com a teoria da anomia social, e, posteriormente, a de Merton, sobre o funcionalismo, ou mesmo a sociologia do desvio, da Escola de Chicago, oferecem quadros de referência incontornáveis para melhor se compreender as dinâmicas de transformação do cárcere em instituição penitenciária. No capítulo 2, observamos que a instituição penitenciária se ajusta e se reajusta, ao longo do tempo, de

acordo com a necessidade de se aprimorar o trabalho penitenciário, criando assim os chamados “modelos penitenciários”, através dos quais são instituídas diferentes técnicas de tratamento de pessoas, sempre em resposta a uma determinada realidade econômica.

Do trabalho forçado ao trabalho consensual, o terceiro capítulo desta tese traz-nos conceitos relativos ao trabalho. E aborda uma nova forma de alienação pelo trabalho, o trabalho como mecanismo de fuga à reclusão. As diversas transformações da instituição penitenciária sempre tiveram por pano de fundo a sensibilidade e o ajustamento das modalidades de trabalho penitenciário a uma realidade econômica. Sempre que a racionalidade predominante requer mais força de trabalho, a política criminal para o trabalho torna-se mais flexível. Quando a racionalidade requer menos força de trabalho, a política criminal torna-se mais rígida. O que em ambos os casos fica claro é a consumação da exclusão do direito ao trabalho, uma vez que, quer num contexto mais rígido, quer num contexto mais flexível, além da remuneração, todos os outros direitos laborais são uma miragem.

O programa “Começar de Novo” é o espelho dessa realidade! Criado num momento em que a economia brasileira decolava, o programa nasce com a finalidade de reinserir pessoas reclusas através do trabalho com a adesão de diversas empresas. Porém, com o advento da austeridade econômica, as vagas para o trabalho que antes eram mais abundantes, limitaram-se somente ao setor público e mediante uma seleção que não respeita critério objetivos.

Uma das mais insignes teóricas contemporâneas do consensualismo, a professora Anabela Rodrigues, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, encontra no consenso atrelado à execução de penas, principalmente através do trabalho penitenciário, uma fórmula para evitar os efeitos negativos da reclusão – efeitos do processo de prisionização/encarceramento – e para fazer com que o tratamento penitenciário tenha mais chances de sucesso. Mas, até que ponto o consensualismo realmente desenvolve comportamentos de consenso? O consenso é sempre medido pelo bom comportamento penitenciário da pessoa. O que significa que ela pode aceder a alguns benefícios penitenciários através do trabalho e discutir as regras de como este trabalho será executado. Foi com base na epistemologia do consensualismo que o Conselho Nacional de Justiça instituiu, no Brasil, o programa “Começar de Novo”, que se assume como objeto empírico desta tese.

A trajetória investigativa visou responder, também, ao seguinte questionamento: em que medida os programas de trabalho oferecidos a pessoas reclusas e egressas da instituição penitenciária por entidades públicas e privadas promovem a reinserção social? A resposta será produto do cruzamento das informações extraídas e estudadas a partir da investigação bibliográfica e com entrevistas sociológicas reflexivas para a construção de retratos sociológicos que, aliás, foi a técnica que permitiu o entendimento do universo social, cultural e econômico de cada pessoa reclusa que participa no programa. Tangencialmente, os objetivos perseguidos e atingidos foram: a) Evidenciar as lógicas de organização do direito penal, de modo a dar conta da sua permeabilidade à racionalidade de mercado e ao modo como esta transforma a pessoa em objeto; o trabalhador em mercadoria; e o capital em sujeito social; b) estudar, caracterizando a sua evolução, a função social da instituição penitenciária, destacando a contratualização progressiva da execução penal e a relação que esta confere ao trabalho; c) compreender os fatores sociais que condicionam a adesão das pessoas reclusas ao trabalho penitenciário consensual; d) perceber se a trajetória social laboral da pessoa reclusa é compatível com a atividade desenvolvida no âmbito do trabalho penitenciário; e) avaliar os efeitos produzidos pelos programas de trabalho ofertados através de um acordo entre o Poder Público e entidades parceiras na vida dos reclusos.

A partir desses questionamentos, a tese apresenta as seguintes hipóteses de investigação: a) O trabalho penitenciário consensual não é compatível com as vocações laborais do recluso já que, com o afastamento da realidade social externa e a inserção numa realidade regada pela instituição total, as disposições para o trabalho anteriormente adquiridas e ativadas são destruídas ou conformadas com a entrada na instituição penitenciária; b) é o trabalho penitenciário consensual um novo modelo de trabalho forçado, não pela violência física, mas pelo condicionamento de uma disciplina penitenciária que força aceitações e consensos com a finalidade de diminuir resistências às regras e condições de trabalhos oferecidas; c) a Justiça, ao permitir condições de trabalho desiguais entre as pessoas reclusas e as livres, concede aos preceitos do mercado legalizado uma força de trabalho barata; d) o programa “Começar de Novo”, ao implementar um modelo de tratamento consensual para o trabalho, aprofunda mais ainda as desigualdades sociais entre as pessoas reclusas e as pessoas livres.

Toda a investigação foi traçada com o propósito principal de investigar até que ponto a racionalidade político-penitenciária de reinserção pelo trabalho, promovida por

entidades públicas e privadas e dirigida a pessoas reclusas e egressas da instituição, apresenta mesmo um caráter inclusivo, levando em consideração somente o programa “Começar de Novo”.

O retrato sociológico, como já dito, foi a técnica selecionada para permitir compreender a trajetória de vida de cada pessoa reclusa a partir das posições ocupadas e seus deslocamentos dentro do espaço social; e também como essas posições e deslocamentos se mantêm estáveis (ou não) em suas vidas. Para cada entrevista, a transcrição do áudio fez-se necessária para que, a partir da análise do conteúdo, fosse possível compreender e organizar o universo de informações fornecidas pelas pessoas entrevistadas, selecionar os pontos que interessavam à tese e os segmentos inseparáveis da narrativa. Esta foi a parte mais trabalhosa desta tese de doutoramento e, para facilitar a compreensão do leitor, os retratos foram produzidos de maneira que o leitor conheça primeiramente a pessoa; sua infância; a composição e organização de sua família; sua experiência educacional; sua experiência com o trabalho; as razões que levaram à prática da infração penal; o processo de institucionalização; a adesão ao trabalho penitenciário e sua experiência nesta forma de trabalho e, por fim, suas esperanças laborais para quando a relação penitenciária de trabalho chegue ao fim.

Toda a base epistemológica do programa é extraída do consensualismo penitenciário, pelo qual o Estado afasta o *imperium* de sua mão e oferece uma nova forma de tratamento pelo trabalho, o trabalho acordado, concordado ou, simplesmente, consensual entre a pessoa reclusa, aquele que receberá e remunerará essa pessoa e o próprio Estado. O acordo tripartido permitirá a execução de um trabalho com a diminuição da vigilância penitenciária. Mas será mesmo consensual? A investigação buscou descortinar esta consensualidade através do discurso das próprias pessoas que se encontram em estado de reclusão e que trabalham no âmbito do programa e do discurso dos responsáveis por administrar o programa. Para isto, foi necessário ingressar na casa penal Colônia Agrícola de Santa Izabel e no Tribunal de Justiça do Estado do Pará para, através da observação e da entrevista, chegar a algumas conclusões.

O quarto capítulo explica os recursos metodológicos levados a cabo na tese e, como já dito anteriormente, descreve os locais de investigação. Embora o programa “Começar de Novo” seja um programa presente em todos os Estados da Federação brasileira, tanto no âmbito estadual (instituições penitenciárias estaduais), como no âmbito federal (instituições penitenciárias federais), a investigação limitou-se

geograficamente à Região Metropolitana de Belém no âmbito estadual, já que no Estado do Pará não há instituições penitenciárias federais.

Na investigação foram feitas 11⁶ entrevistas com pessoas incluídas no programa “Começar de Novo” no ano de 2017 e no ano 2018 e que exerceram alguma forma de trabalho interno e/ou externo em empresas privadas ou em órgãos públicos. Estes retratos estão expostos no quinto capítulo da tese e, a partir deles, foi possível trabalhar os dados e aferir as hipóteses. Mas, como dar credibilidade científica aos dados coletados e assim entender que as informações são suficientes para uma conclusão?

Sendo um programa a nível nacional e, por questões de logística e de recursos, optou-se por entrevistar somente pessoas incluídas no programa dentro da Região Metropolitana de Belém. Porém, será que a delimitação geográfica é suficiente para se entender todo um universo de pessoas que estão incluídas no programa? Sendo uma ambição que esta tese não transporta consigo, foram, ainda assim, feitos esforços para que esse desiderato não deixasse de ser considerado! O fechamento da amostra nesta tese deu-se pela saturação das informações coletadas nestas entrevistas, de modo que a inclusão de novos participantes mostrou-se, a dado momento, desnecessária⁷. O fechamento da amostragem pela saturação implicou num processo contínuo de análise de dados que começou ainda no processo de coleta. No início das entrevistas os dados mostraram-se inéditos. Porém, com o decorrer das entrevistas, este ineditismo tornou-se mais raro, alcançando o ponto da repetição.

Antes de iniciar as entrevistas, já sabendo qual seria o público alvo, porém, sem conhecer qualquer pessoa e nem mesmo seus nomes, foram definidas duas categorias de análises compatíveis com a pergunta e objetivos perseguidos pela tese. As categorias foram definidas a partir do estudo teórico sobre o problema de maneira que representassem o fenômeno a ser investigado. Segundo Falqueto, J., Hoffmann, V., Farias, J. (2019) as categorias são justamente estes conceitos derivados da literatura ou dos dados que representam o fenômeno de modo a tornar possível a captação das percepções; fatos; locais e *etc.* das pessoas entrevistadas.

⁶ No decorrer da tese será exposto o motivo para escolha das 11 pessoas entrevistadas.

⁷ Sobre a saturação teórica, Fontanella, B., Ricas J., Turato E. (2008: 17) afirmam que o fechamento de uma amostra “por saturação teórica é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevantes persistir na coleta de dados”.

As categorias definidas para esta tese são: a) Barreiras e motivos para adesão ao trabalho consensual e; b) eficácia da inclusão social através do trabalho. Definidas as categorias, o roteiro de perguntas foi elaborado de modo flexível com o propósito de orientar a entrevista sem que incorra nos três erros metodológicos apontados por Falqueto, J., Hoffmann, V., Farias, J. (2019: 7): a) “formulação dúbia de quesitos”; b) “alto grau de variabilidade de diferenciação nas respostas” e c) “grande amplitude das respostas”.

Durante a codificação e análise dos dados com a elaboração dos retratos, verificou-se a repetição das informações de acordo com as perguntas que eram feitas. Assim, constata-se que houve saturação das informações, quanto à primeira categoria, a partir da oitava entrevista. Na segunda categoria, as informações saturaram-se a partir da sétima entrevista.

Por fim, o sexto capítulo explica os dados coletados com o auxílio de bases teóricas sólidas e avalia se realmente o trabalho penitenciário consensual levado a cabo pelo programa é vocacionado à vida e a sua importância na trajetória de cada pessoa entrevistada, de modo a perceber as influências nas maneiras de agir e de se comportar. Todas as conclusões são produto do cruzamento das narrativas de vida de pessoas que passaram por um espaço onde as relações humanas são muito complexas e da esperança que elas têm por um futuro melhor.

2. O trabalho e a instituição penitenciária: o encarceramento como principal forma punitiva e sua relação com o trabalho penitenciário⁸

2.1. Vida e trabalho

Antes da abordagem específica sobre a questão do trabalho penitenciário, faz-se necessária uma revisão da literatura sobre a questão geral do trabalho como categoria da vida humana, dado que, diante de várias implicações históricas e culturais ao longo do tempo, muitas variações conceituais se impuseram para abordar o trabalho a partir das dimensões da emancipação e da alienação.

Para a língua portuguesa, o ato de trabalhar ou laborar assume vários significados, como, por exemplo, “fazer ou preparar algo para determinado fim; “exercer uma atividade profissional; causar preocupação ou aflição; estar em funcionamento”. Todavia, esses significados são sempre tidos como expressões sinônimas⁹.

Nos pensamentos de Hanna Arendt, o trabalho e o labor são expressões distintas, referindo-se a categorias diversas da vida pessoal. Para a autora, o labor pressupõe uma necessidade correspondente a um processo natural (biológico), ou seja, é o estatuto natural da vida que atende ao ciclo interminável da natureza: nascimento, crescimento e desenvolvimento e, por fim, a morte. O labor tem por finalidade satisfazer as necessidades de existência do ser humano que só se esgotará com a extinção da existência.

Por outro lado, o trabalho possui um aspecto cultural não natural e já nos transporta a um processo repetitivo, dentro de um ciclo também ordenado, que cria um mundo de coisas e objetos¹⁰. Nesta dimensão o trabalho é direcionado à facilitação da vida e sua consequente estabilização, ao construir um mundo artificial que serve de morada às

⁸ Parte deste capítulo foi publicado na Revista Razón Crítica da Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano. DOI: <http://dx.doi.org/10.21789/25007807.1180>

⁹ Definições extraídas do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/trabalho>. Acesso em 3 de fevereiro de 2017.

¹⁰ A autora traz-nos suas conclusões a partir da diferença que algumas línguas faziam ou fazem a respeito do labor e do trabalho como, por exemplo, no latim: *laborare* e *facere*; no grego: *ponein* e *ergazesthai*; e o inglês: *labour* e *work*. As expressões que referem-se ao trabalho sempre estão carregadas de certa carga de sofrimento (Arendt, 2008: 98 e 99)

pessoas. O trabalho é a outra face do labor porque é finalizado com a constituição do objeto¹¹.

Labor e trabalho, ao longo da história, foram ocupando cada vez mais posição de destaque na vida política (*biós politikós*). Até que, na era progressiva¹², o trabalho passa a ser dividido, a partir do desenvolvimento técnico e da expansão do cristianismo protestante, quando a vida ativa e a vida política foram transformadas em assistentes da contemplação (*biós theoretikós*)¹³ (Arendt, 2008: 38).

Por sua vez, Marx traz-nos a ideia de que o trabalho é o elemento mediador entre o homem e a natureza. Para o autor, o trabalho tem por finalidade produzir o suficiente para satisfazer a existência humana. Portanto, é o trabalho caracterizado por ser útil e direcionado à satisfação humana para, então, permitir a emancipação social¹⁴.

A emancipação social, neste sentido, só será concretizada através de um trabalho que produza conhecimento. Ou seja, um trabalho com vertente educativa que será o único meio capaz de humanizar a pessoa e auto-organizar a vida, permitindo, portanto, o desenvolvimento das capacidades criativas da pessoa, na exata medida em que for eficiente na promoção de sua subsistência.

Em contrapartida, diante do aprimoramento das relações de troca, principalmente a partir no século XIII, o trabalho passou a possuir um valor econômico

¹¹ Além da diferenciação entre trabalho e labor, Hanna Arendt (2008: 98) também usa o conceito de ação para, a partir daí, determinar uma tríplice dimensão que explica o que é vida ativa. Ação, portanto, é o único espaço entre os homens sem a mediação das coisas, ou seja, é um ambiente de intersubjetividade e espaço da interpessoalidade essencial para o desenvolvimento de toda vida política. É a ação uma atividade entre humanos e condição única para expressão de singularidades e construção de identidades, ou seja, o homem jamais expressará sua singularidade no isolamento.

¹² Designação usada, na literatura norte americana, para representar o período que se estende do fim da Guerra da Secessão até 1920.

¹³ Arendt (2008: 32) destaca que a expressão vida ativa começou a perder sentido com a queda da pólis e passou a ser percebida como uma atividade humana no mundo das coisas, ou seja, necessária à vida natural e único modo de exercício da vida ativa. Para tal paradigma a autora usou a expressão vida contemplativa, portanto, *“la caída [...] demostró visiblemente que ninguna obra salida de manos mortales podía inmortal y dicha caída fue acompañada del crecimiento del evangelio cristiano, que predicaba una vida individual imperecedora. Ambos hicieron fútil e innecesaria toda lucha por una inmortalidad terrena. T lograron tan eficazmente convertir a la vita activa y al biós politikós en asistentes de la contemplación, que ni siquiera el surgimiento de lo secular en la Edad Moderna y la concomitante inversión de la jerarquía tradicional entre acción y contemplación bastó para salvar del olvido la lucha por la inmortalidad, que originalmente había sido fuente y centro dela vita activa”*.

¹⁴ Em Marx o trabalho aparece como dimensão de uma construção histórica e criador de valores: “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” (Marx, 1996:172)

quando algumas cidades da Europa receberam sua “carta de franquia”¹⁵ e a partir de então o comércio desenvolveu-se intensamente. Daí a necessidade de um trabalho remunerado (assalariado) destinado a atender tal comércio que estava em franca ascensão.

O trabalho que produzia mercadorias destinadas à manutenção da existência humana passa também a ser mercadoria, tornando necessário sua transformação em dinheiro (Marx, 1996: 231). O valor deste trabalho passou então a ser regulado pela lei da oferta e da procura e, de acordo com as necessidades do capital, adaptou ou modificou a natureza do trabalho humano. Neste aspecto, o trabalho é obrigatório e não natural, uma vez que se apropria da pessoa, já que esta, por seu turno, não se apropria de sua atividade, pois não se afirma nela¹⁶.

A pessoa produtora se vê no próprio trabalho e, assim, projeta sua própria existência naquele trabalho. Ou seja, a pessoa transforma-se noutra distinta de si, já que sua existência e sua subjetividade são espelhadas em coisas. Marx questiona toda esta dimensão negativa alienadora desta forma de trabalho. Para o autor, quanto mais se trabalha, menos se recebe por ele. Ou seja, o valor do trabalho atua de maneira inversamente proporcional à lógica do comércio e da produtividade, estando a pessoa trabalhadora submersa num esquema produtivo que desconhece e que está fora de seu controle.

O trabalho, portanto, apresenta quatro dimensões alienadoras, segundo a linha de raciocínio de Karl Marx. A primeira dimensão repousa na relação trabalhador-produto do trabalho, já que quanto mais o trabalhador produz mais acrescenta a esta estrutura econômica que o oprime, tornando-se assim a mercadoria mais barata¹⁷.

A segunda dimensão reside no entendimento do trabalho como atividade. Para Marx, o produto é somente o resumo da atividade, da produção. Logo, se o produto do

¹⁵ A carta de franquia consistia numa autorização concedida àquelas cidades livres dos senhores feudais. A partir de então, as cidades eram livres para exercer o comércio livremente.

¹⁶ Marx (2010: 82), a respeito do trabalho não natural entende que a pessoa “não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, já que ele não se afirma em seu trabalho, mas nega-se nele, e assim não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito”.

¹⁷ “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenvelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (...) O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto.” Marx (2008: 80)

trabalho é a alienação, o processo inerente ao produto também o é; ou seja, a alienação do produto implica a alienação da atividade de produção. (Marx 2010: 81)

Seguidamente, a terceira dimensão alienadora dar-se-á quando a pessoa se nega a si mesma, já que o trabalho que deveria dar-lhe sentido de existência converte-se num meio de subsistência. O trabalho alienado faz com que a pessoa converta sua atividade vital num mero meio de existência, contrapondo-se à ideia de que, assim como os animais, os seres humanos estão unidos à sua atividade, mas, somente este converte sua atividade vital em objeto de sua vontade e consciência. Ou seja, a atividade dos humanos é uma atividade livre. (Marx 2010: 81)

Por fim, a quarta forma do trabalho alienado, descrita por Marx, trabalha a relação do sujeito com os demais sujeitos. Ao analisar esta relação, observa que a estrutura de subordinação entre capital-trabalho ocorre quando os personagens trabalhador-explorador da mão-de-obra entram em cena. O trabalhador produz, mas o outro é o efetivo dono desta coisa. Este outro é apresentado pelo autor como hostil, poderoso e independente. Portanto, a atividade da pessoa trabalhadora é uma atividade exercida sob o jugo, o domínio de outra pessoa. (Marx, 2010: 82)

Estas formas de trabalho alienam a pessoa, fazendo com determinadas regras sejam percebidas como naturais e diminuem a capacidade de resistência diante do discurso que normaliza as condições e o valor do trabalho. Estes discursos verticais de verdade que atuam indistintamente no corpo social exercem um efeito centralizador que, atentos às regras econômicas, alinham e realinham as relações de poder para funcionarem a partir dele (poder) e para ele (poder)¹⁸.

A contradição entre o trabalho emancipador e o alienante revela a contradição existente na sociedade capitalista e revela-nos um embate entre dominantes e dominados. Diversas formas de poder se formam no corpo social e operam nos aparelhos de produção, sendo a instituição penitenciária um grande exemplo deste embate.

¹⁸ Neste sentido, Foucault (1999: 28) ensina-nos que “... numa sociedade como a nossa – mas afinal de contas, em qualquer sociedade – múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele.”

2.2. A fé, o trabalho e o castigo: a importância da religião para a ascensão do homo oeconomicus

Adão e Eva foram enganados pela serpente! Segundo o texto sagrado do Cristianismo, o ser humano foi criado para habitar o paraíso, lugar de abundância e paz, onde a morte não alcançava qualquer vida. Mas... certo dia, uma serpente induziu Eva a comer um fruto e oferecer a seu companheiro o mesmo alimento que havia provado. O ser humano então descobriu-se um ser imperfeito e de pecados. Foram então castigados pelo Ser Supremo, sendo condenados ao trabalho¹⁹. Tudo em consonância com a tradição romana-cristã.

Apesar do trabalho (um castigo) ser produto da desobediência, ele passa a absorver e a se dotar de virtudes, já que é visto como uma forma digna para prover a subsistência humana e, para além disso, uma forma de tornar o próprio ser humano digno. Na tradição judaico-cristã, para a sacralização da vida, o trabalho é uma ordem superior²⁰, sendo a preguiça e o ócio condenados. Aliás não são poucos os textos sagrados judaico-cristãos que condenam a preguiça e a falta de trabalho. O trabalho era tão dignificante e edificador²¹ que o próprio Messias cristão (Jesus Cristo) era conhecido pela atividade econômica de seu pai terrestre²².

Aliás, Arendt (2008: 340-341) abordando o tema, diz-nos que o Cristianismo ajudou a liberar a atividade laboral, já que qualquer coisa que fosse necessária fazer para manter o processo biológico poderia ser feita e, mencionando Tomás de Aquino

¹⁹ “Para o homem ele disse: ‘Porque ouviste a voz da tua mulher e comeste da árvore de cujo fruto te proibi comer, a terra será amaldiçoada por tua causa. Com fadiga tirarás dela o alimento durante toda a tua vida. Ela produzirá para ti espinhos e ervas daninhas, e tu comerás das ervas do campo. Comerás o pão com o suor do teu rosto, até voltares à terra donde foste tirado. Pois tu és pó e ao pó hás de voltar” Gênesis 3: 17-19. Editora Vozes, 2004: 27

²⁰ Tal foi o valor dado que, segundo os textos sagrados judaico-cristãos, o trabalho ocupou posição de destaque nos Dez Mandamentos (Êxodo 20:9) ao lado de várias condutas consideradas imorais (pecaminosas) à época: “Lembra-te de santificar o dia do sábado. Trabalharás durante seis dias e farás todos os trabalhos, mas o sétimo dia é sábado dedicado ao SENHOR teu Deus. Não farás trabalho algum, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu escravo, nem tua escrava, nem teu gado, nem o estrangeiro que vive em tuas cidades.” Editora Vozes, 2004: 102

²¹ O trabalho é uma instituição de sabedoria divina e o ócio um grande pecado: “Vai ver a formiga, ó preguiçoso, observa seu proceder e torna-te sábio! Ela, que não tem chefe, nem fiscal, nem soberano, no verão prepara seu alimento, ajunta sua comida no tempo da colheita. Até quando dormirás, ó preguiçoso, quando te levantarás do teu sono? Um pouco dormir, outro pouco cochilar, e, mais um pouco, cruzar as mãos para descansar, e tua miséria virá como um andarilho e tua indigência, qual homem armado.” Provérbios 6: 6-11. Editora Vozes, 2004: 781

²² Jesus Cristo foi reconhecido quando ensinava princípios do cristianismo numa igreja através da atividade de José: “...Não é ele o filho do carpinteiro?” Mateus 13: 54. Editora Vozes, 2004: 1174.

(que acompanha Aristóteles) afirma que “*solo la necesidad de mantenerse vivo obliga a realizar el trabajo manual*”.

Tomás de Aquino igualmente abordou a questão do trabalho e introduziu-lhe ideias de finalidade natural e de utilidade, associando-as à questão mercadológica. A utilidade objetiva do trabalho e seu valor social determina o preço do salário que, em contrapartida, dependerá não só da produtividade da pessoa mas também das condições de mercado²³. (Hopenhayn, 2002: 69)

A linear mudança na ética marcada pelos avanços da atividade mercantil influenciou as práticas da Igreja²⁴ que viu superada a moral religiosa pela laica por ver-se aquém ou contra fortes interesses emergentes. Foi então a Idade Média que acabou por preparar terreno para um novo paradigma ético: o trabalho como veículo de lucro e de progresso.

Mas somente a Igreja Romana mudou ou introduziu novas formas de comportamento diante do cenário que se impunha? Não! Nos estudos de Max Weber a análise das religiões tinha papel central, pois o sociólogo alemão acreditava que as tendências religiosas eram capazes de interferir na economia geral da sociedade.

Weber concluiu que sem a presença da religião protestante, o desenvolvimento do capitalismo moderno seria concebido de maneira distinta e o faz comparando com outras religiões, como o Budismo, o Hinduísmo e o Islamismo. O quê procurava responder por meio dessas comparações era saber qual seria a ética econômica de tais religiões. Para o autor, a relação entre religião com a formação social e o capitalismo cria um determinado desenvolvimento econômico, impulsionando comportamentos em conformidade com as regras mercadológicas. A religião assume um papel conformador, conduzindo as pessoas em tais regras, funcionando como um ideal de vida²⁵.

²³ Neste sentido Hopenhayn (2002: 69) afirma que “*no es de extrañar que Santo Tomás incorporado esta variante en momentos en que la expansión de los mercados cambiaba el rostro de la economía de Europa. La resistencia al comercio y a la usura no podía durar mucho, pues la presión de la creciente actividad económica terminaría por ablandar la rigidez doctrinaria de la Iglesias al respecto.*”

²⁴ Neste sentido, Hopenhayn (2002: 71) afirma que “*La práctica comercial y monetaria, cuyo incipiente desarrollo se hizo manifiesto en los últimos siglos de la Edad Media, se convirtió en capitalismo durante los siglos XV y XVI. La reticencia eclesiástica a la acumulación mediante este tipo de actividades económicas se vio obligada a menguar para no oponer la Iglesia a los intereses emergentes*”. O autor afirma ainda que o primeiro ato da Igreja foi por em prática o *damnus emergens*, que consistia na cobrança de juros por atraso no pagamento de empréstimos.

²⁵ Neste sentido: “*Por outro lado, contudo, não temos qualquer intenção de sustentar uma tese tola e doutrinária, pela qual o espírito do capitalismo (...) possa ter surgido apenas como resultado de certos efeitos da Reforma, ou mesmo que o capitalismo, como sistema econômico, seja efeito da Reforma. O fato de que certas formas importantes de organização capitalista dos negócios são sabidamente mais*

O trabalhador neste paradigma, segundo Weber (2004: 60), parece não estar preocupado com o tempo necessário que deve trabalhar para ganhar o suficiente, de modo a poder cobrir suas necessidades. A preocupação era somente trabalhar para cobrir suas necessidades. Então, a lógica empresarial, utilizando-se de sua sagacidade peculiar, baixou os salários, de modo a que o trabalhador pudesse ganhar o suficiente para suas necessidades, mas inserindo-se em uma engrenagem que o obriga a trabalhar sempre mais. Para o autor, o Capitalismo seguiu esta lógica como um caminho de fé.

Este processo de racionalização, segundo Weber, transformou o trabalho como um hábito de vida. Mas não foi o Protestantismo a raiz deste novo *habitus* social, do trabalho e do lucro. A valorização do conceito de profissão conferiu à vida cristã um novo valor e, por extensão, fez o mesmo ao trabalho profissional e à atividade econômica. As conquistas materiais são bênçãos divinas conferidas a seus eleitos²⁶.

A forma como instituições e filosofias religiosas incorporaram este espírito capitalista, contribuiu para a solidificação de uma pessoa mais definida, individualista, egoísta e utilitarista, ou seja, do *homo œconomicus*. Ideias de bem comum (salvo quando se refere à propriedade privada) estão relativizados a favor de um racionalismo econômico que imprimiu um caráter instrumental ao trabalho. O trabalho é fonte de riqueza e a força de trabalho está à disposição do mercado!

Não à toa a concepção de mãos invisíveis de Adam Smith explica a busca incansável pelo êxito individual. O trabalho, como êxito, passa a ser manifestação da liberdade individual através do empenho, do trabalho produtivo. Aliás, o referido autor estabelece distinção entre trabalho produtivo – que agrega e cria valor, ou seja, o

antigas que a Reforma bastaria, por si só, para refutar tal afirmação. Ao contrário, queremos apenas nos certificar se, e em que medida, as forças religiosas tomaram parte na formação qualitativa e na expansão quantitativa desse espírito pelo mundo. Além disso, verificar que aspectos de nossa cultura capitalista podem apontar para aquelas. Tendo em vista a tremenda confusão das influências interdependentes das bases materiais, as formas de organização social e política e as ideias vigentes no tempo da Reforma, apenas poderemos investigar se, e em que pontos, podemos considerar certas correlações entre as formas de crença religiosa e as práticas éticas. Ao mesmo tempo, na medida do possível serão esclarecidas a maneira e a direção geral em que por força de tais relacionamentos, os movimentos religiosos influenciaram o desenvolvimento da cultura material. Só depois de o termos determinado com precisão razoável poderemos tentar avaliar em que medida o desenvolvimento histórico da cultura moderna pode ser atribuída a tais religiosas e em que medida podem ser relacionadas a elas”. (Weber, 2004: 75)

²⁶ “Se por “racionalismo prático” se entender todo tipo de conduta de vida que reporta conscientemente o mundo aos interesses intramundanos do eu individual e a partir deles o julga, então esse estilo de vida era, e é ainda hoje, uma peculiaridade típica dos povos do *liberum arbitrium*, tal como está gravado na carne e no sangue de italianos e franceses; e já nos podemos convencer de que esse não é nem de longe o solo no qual medrou de preferência a relação do ser humano com sua “vocação profissional” entendida como missão, exatamente como dela precisa o capitalismo.” (Weber, 2004: 68)

trabalho real – e trabalho improdutivo (trabalho que não está ligado às coisas como, de serventes, monjes e etc.).

O ideário de Smith assenta na lógica do trabalho como um mero bem económico, já que a condição de trabalhador afirma a realidade da pessoa. Logo, o trabalhador participa ativamente na relação social e na economia e será esta, através de suas leis naturais, que afirmará uma sociedade desprendida de outros pressupostos éticos que não sejam instrumentais. Na linha desse pensamento, o valor do trabalho passa a ser critério para a determinação do valor do produto; ou seja, o valor fará referência ao trabalho despersonalizado, ou, dito de outro modo, coisificado.

É, portanto, através do trabalho que a liberdade humana será manifestada, o desenvolvimento pessoal será possível, as necessidades individuais supridas, além de permitir a livre negociação contratual entre partes, segundo sua posição social natural. (Méda, 1998: 57)

2.3. O reino da necessidade: a quinta forma de alienação pelo trabalho

Embora a investigação de Marx não tenha por foco principal a criminalidade, certamente uma nova forma de alienação pelo trabalho se faz presente: o trabalho com propósito correcional. Nesta nova forma de trabalho, a pessoa é colocada novamente no mundo alienador do trabalho pela pura necessidade de aceder a um sistema de trocas instantâneas que, supostamente, retardam a permanência na casa penal.

Rivera Beiras (1997: 322) afirma-nos que o trabalho penitenciário não é pura e simplesmente um trabalho humano, onde a pessoa leva seu trabalho a um âmbito diferenciado do resto dos cidadãos. É o trabalho penitenciário essencialmente produtivo quando seu produto são bens que serão comercializados externamente. Por seu turno, aqueles usados internamente como imprescindíveis para a vida cotidiana no estabelecimento penitenciário (como por exemplo: serviços de limpeza) não são considerados produtivos mas sim trabalho doméstico²⁷.

No âmbito penitenciário, o trabalho doméstico não constitui ao certo uma obrigação, mas uma necessidade. Às pessoas encarceradas é-lhes dada a opção de ter

²⁷ Giddens (2001: 397) ensina-nos que nem sempre o trabalho equivale a uma atividade remunerada. Há que se incluir também o trabalho voluntário, doméstico, como categoria de trabalho que tem por finalidade a produção de bens para consumo próprio sem nenhum tipo de contraprestação.

um espaço adequado a uma sobrevivência minimamente higiênica, ou conviver e suportar as consequências de um ambiente que, por si só, já é insalubre.

Não somente o trabalho doméstico se constitui como uma necessidade. O trabalho produtivo também é uma necessidade – aqui entende-se trabalho penitenciário produtivo, aquele realizado dentro do estabelecimento social ou fora, mas em razão da relação penitenciária – já que opta-se ou pelo cárcere produtivo ou pelo cárcere destrutivo²⁸.

Ao optar pela não-destruição – outra alternativa não há – a pessoa é conformada a transformar-se num ser disciplinado e mecânico. Este processo é materializado em dois tempos: primeiro reduz-se a pessoa encarcerada à condição de sujeito de necessidades e posteriormente esta é educada à condição proletária. Assim, educa-se a pessoa em conformidade com normas para um modelo ideal de sociedade livre. (Melossi e Pavarini, 1987: 211)

Esta condição de sujeição só é possível a partir da configuração desta necessidade, que é, portanto, um instrumento de subordinação no trabalho e que determina que a liberdade humana seja uma liberdade regulada e dirigida com a finalidade de preservar o sistema de estratificação social e fortalecer a sujeição à autoridade. (Costa, 1974: 346-347)

Esta sujeição à autoridade é produto do controle absoluto do espaço-tempo dentro do ambiente de reclusão. A instituição penitenciária é gerida pela absoluta ação de autoridade da administração penitenciária onde, quase sempre, não justifica o porquê de suas decisões. Este controle absoluto, no entendimento de Dores (2018: 138), é admissível desde que “não saia dos níveis mais baixos da sociedade” de modo a manter, através de aparências, os níveis de poder dentro e fora deste ambiente que, por si só, é excludente.

Esta autoridade é produto, ainda segundo o mesmo autor, da necessidade popular de encontrar inimigos que possam manter intacta a estrutura social verticalizada. A reclusão nada mais é do que a gestão de riscos sociais, principalmente em relação à segurança, com intuito de permitir uma perpetuação da necessidade de existência da instituição penitenciária e de seu poder correccional. (Dores 2018: 139)

²⁸ Neste sentido Melossi e Pavarini (1987: 190) destacam que “*el universo institucional vive así de reflejo las vicisitudes del mundo de la producción: los mecanismos internos, las prácticas penitenciarias resultan así oscilante entre la prevalencia de instancias negativas (la cárcel destructiva, con finalidad terrorista) y instancia positiva (la cárcel productiva, con fines esencialmente reeducativos)*”.

Sem tratar diretamente da necessidade de se aderir a uma forma de trabalho penitenciário, já que este não era o objeto de estudo de António Pedro Dores, ao trabalhar o estigma e os estados de espírito, acaba também por delinear uma teoria voltada à necessidade e, ousado dizer, um estado de espírito de necessidade capaz de, ao mesmo tempo, alimentar a esperança da liberdade e (também por conta desta esperança) ser alimento de um “sistema cuja perversidade todos reconhecem”, sob o falso discurso da recuperação (Dores 2018: 141). Neste sentido, o espaço-tempo dentro do ambiente de reclusão flui com naturalidade e sem barreiras e isto é usado para impossibilitar ações das pessoas reclusas “retendo-as no espaço” e tornando este tempo, além de inócuo, angustiante “da nossa instabilidade existencial” (Dores 2018: 142).

A instituição penitenciária é o instrumento ao serviço da autoridade que detém o sistema de justiça criminal que controla a vida ao ponto de inibir o sentido útil de uma ação através da disciplina; do uso da força e da cobrança de uma dívida social legalmente contraída²⁹. O controle da vida que reduz as pessoas reclusas aos seus próprios corpos força esta pessoa a fugir do contágio do estigma. Sem saída, tenta a qualquer custo se incluir dentre os “bons” e aceita o comando que vem de cima³⁰, internalizando como natural o discurso da recuperação através do trabalho como a única solução para uma vida digna. Esta é a receita do sucesso que torna o poder penitenciário imutável e estável.

A redução da pessoa à condição de sujeito de necessidades, neste sentido, completa com louvor o projeto da coação econômica com a coação jurídica da penitenciária para a preservação do *status quo* e perpetuação da estrutura de autoridade. É um verdadeiro *business* penitenciário, onde a formulação de um novo modelo prisional pós-fordista cria uma indústria de controle do delito que anula o ideal ressocializador da pena privativa de liberdade em detrimento de uma realidade econômica. (Christie 1993: 101)

²⁹ Neste sentido, António Dores (2018: 142) afirma que “As prisões são das raras instituições praticamente apenas negativas. Pensadas e realizadas para impedir a circulação de informação, a constituição de movimentos sociais, reduzindo radicalmente e durante longos períodos de tempo as pessoas aos respetivos corpos”.

³⁰ Historicamente a instituição penitenciária é composta por grupos sociais com menos recursos. António Pedro Dores e José Preto (2013: 35 e 36), ao trabalharem o panóptico de Jeremy Bentham, questionam quem vigiará os vigilantes e chegam à conclusão que a classe social que detém a informação, será a que terá capacidade de atuar contra os vigiados como verdadeiros “guardas do *panóptico*”, assim, “contra os grupos sociais mais susceptíveis à discriminação (...) erguem-se muros, como os das instituições sociais de acolhimento. Erguem-se também muros simbólicos (...) e físicos (...) à semelhança de políticas de segregação globais...”.

Esta realidade não é nova! A sujeição humana através de um poder capaz de controlar sua vida é técnica antiga e, vale ressaltar, bem próspera. O trabalho penitenciário pelo estado de necessidade da pessoa se aprimorou ao longo do tempo sendo, justamente, o trabalho penitenciário elemento chave de distinção sociológica do “cárcere” para a “instituição penitenciária” como se verá no tópico a seguir.

2.4. A gênese da instituição penitenciária: mudanças sociais e mobilização do direito a partir das casas de correção

Inicialmente, ressalta-se que esta parte da tese tem como objetivo estudar a evolução da instituição penitenciária como estabelecimento social, destacando a contratualização progressiva da execução penal e o destaque que esta confere ao trabalho. Pretende-se, a partir daí, compreender a racionalidade que elevou o trabalho penitenciário à condição de principal técnica do tratamento penitenciário ressocializador ao longo do tempo.

A abordagem confere foco à relação histórica entre trabalho e instituição penitenciária para evidenciar as lógicas de organização do Direito Penal, de modo a dar conta da sua permeabilidade à racionalidade que introduz o trabalho na legislação, designadamente no Brasil, de execução das penas privativas de liberdade como um direito da pessoa reclusa e ao mesmo tempo uma obrigação desta. Desenvolver um estudo com esta abordagem parece, em princípio, uma orientação necessária para se voltar a estudar as teorias do direito punitivo, ou, como muitos preferem dizer, uma pesquisa para estudar as teorias da pena. Isso nos permite demonstrar como as penas se caracterizaram ao longo dos tempos e como foram aplicadas.

O estudo das teorias das penas acaba sempre por expor razões teóricas de aplicação de sanções e faz sobressair certo caráter evolutivo das técnicas de execução destas penas, sendo que o mesmo pretende demonstrar um processo progressivo de humanização. A pena, nestas teorias do Direito, é apresentada como uma entidade abstrata que evoluiu ao longo do tempo. Mas pouco ou nada nos diz sobre as técnicas penitenciárias de reinclusão que têm um determinado tipo de propósito social. Isso ocorre porque as teorias das penas³¹ não estudam as técnicas penitenciárias ditas

³¹ As teorias absolutas da pena a justificam como um fim em si mesmo. Ou seja, a pena é uma resposta a um desvio, nem sempre na forma de delito, e geralmente é fundamentada em atos divinos. Portanto, como

ressocializadoras que hoje designamos por tratamento penitenciário e, portanto, mostram-se absolutamente incapazes de explicar os métodos punitivos dentro do contexto social que deu origem à própria instituição penitenciária. Daí tornar-se relevante questionar este contexto a partir da sociologia³².

Um olhar sociológico mais apurado implica perceber o momento em que o outro inassimilável é excluído para dar espaço a um ser útil. Inegavelmente, quando se trata deste momento e tema, Foucault (2002) é o autor que retrata uma técnica de anulação que vinculou o tratamento de leprosos com o tratamento dos pestilentos ao analisar as questões da medicina social e seus efeitos sobre as técnicas de disciplina. Há, todavia, uma grande maioria de leprosos (população marginalizada), que também são excluídos e disciplinados.

Tendo como ponto de partida a noção de que a história da pena “precede a história do próprio delito” (Baratta, 1986: 79) e, portanto, da instituição penitenciária, percebe-se que na Alta Idade Média (400 – 1000 d.C.), as condições de existência de um sistema punitivo estatizado estavam ausentes e os modos de resolução dos conflitos eram orientados pela riqueza pessoal e o *status* social que possuíam as pessoas que se envolviam em algum problema que necessitasse da intervenção de uma força externa para resolução de um conflito (Rush e Kirchheimer 1984: 7). Neste momento histórico, o Direito Penal era um instrumento secundário destinado a preservar a hierarquia social³³.

corroborar Roxin (2004: 19), “a própria ideia de retribuição compensadora só pode ser plausível mediante um ato de fé. Pois, considerando-o racionalmente, não se compreende como se pode pagar o mal cometido, acrescentando-lhe um segundo mal, sofrendo a pena. É claro que tal procedimento corresponde ao arraigado impulso de vingança humana, do qual surgiu historicamente a pena”.

As teorias relativizadoras do absolutismo da pena, por sua vez, empregam novos rumos ao sentido de punir questionando qual a razão da punição. Nessa nova visão, a pena ganha uma orientação para o futuro, e serve como instrumento que permite evitar o delito e resguarda determinados bens jurídicos que se estimam necessários para a vida social. A pena não é mais um fim em si mesmo, mas um instrumento pelo qual busca-se reeducar a pessoa punida e *“la sanción es algo más que mera retribución del daño, algo más que un mal. Según esta teoría, el delincuente tiene derecho a ser reeducado, y la sociedad también tiene derecho y obligación de resocializarle, aunque com las matizaciones y limitaciones que corresponda en cada supuesto. La pena es, no solo necesaria, sino también beneficiosa. Si no es beneficiosa, tampoco es necesaria”* (Beristain 1982: 8)

³² A respeito da suposta separação jurídica feita por teóricos da pena entre pena justa e pena útil. Pavarini (1986: 161-1620) afirma que a pena privativa de liberdade representa a condição mais avançada para aplicação do princípio retributivo com aspirações utilitárias, *“es decir que el sistema penal, que se enaltece por el valor de la ‘pena justa’ y, por lo tanto, sin una fina utilitarista en su aplicación al caso concreto, consiste precisamente en haber absorbido dentro de sí a su ‘opuesto’”*.

³³ Durante a Alta Idade Média, “la tradición, un buen balanceado sistema de dependencias sociales y el reconocimiento religioso del orden de cosas establecido, constituían una protección efectiva y suficiente. El énfasis principal del derecho penal residía entonces en el mantenimiento del orden público entre

A depender da classe social das pessoas envolvidas, o Direito Penal deixava espaço a uma contratualização deste conflito, sendo a pena pecuniária a principal forma de compensação por um dano causado. Neste cenário, uma prestação pecuniária era dosada cuidadosamente segundo o *status* social da pessoa ofensora e, principalmente, da pessoa ofendida. Se o ofensor não possuísse bens suficientes para saldar seu débito, o Direito Penal emergia na forma de pena corporal³⁴ (privação de sua liberdade geralmente) com a conseqüente submissão ao cárcere³⁵. O Direito Penal e o cárcere³⁶ voltam-se histórica e diretamente contra pessoas oriundas das classes sociais baixas.

A pena é um instrumento de sujeição social, na medida que os senhores aumentavam seus poderes sobre as classes mais baixas através da sujeição econômica e com a possibilidade de transformar o sistema de justiça criminal num provedor de bens, já que, ao contrário do cenário que conhecemos, aqueles que eram submetidos a um processo pagavam ou uma pena pecuniária ou perdiam bens em favor da parte ofendida³⁷, para então, numa última hipótese, ser a pena corporal aplicada.

Durante o século XV (1401 – 1500 d.C), a condição de vida das classes inferiores na Europa Central e do Norte, principalmente, começou a decair devido a um grande êxodo rural com o conseqüente aumento da população urbana. A principal causa do êxodo foi a diminuição da produtividade rural por conta do aperfeiçoamento de um sistema de trocas que impôs uma brusca queda nos preços dos produtos dos

iguales en *status* y riqueza” (Rush e Kirchheimer 1984: 8)

³⁴ A pena corporal tinha por finalidade uma correção alicerçada no arrependimento, ou seja, era um método usado para expiar a culpa e tinha como propósito submeter a pessoa a uma dor, vexame ou qualquer forma de suplício: “*La penitencia, cuando se transformó en sanción penal propiamente dicha, mantuvo en parte su finalidad de corrección; en efecto ésta se transformó en reclusión en un monasterio por un tiempo determinado. La separación total del mundo, el contacto con el culto y la vida religiosa, daban al condenado la ocasión, por medio de meditación, de expiar su culpa.* Melossi e Pavarini (1980: 22)

³⁵ Neste sentido, Rusch e Kirchheimer (1984: 9) relatam que “*si el causante del hecho no podía pagar, recibía una pena privativa de libertad siendo enviado a prisión y alimentado con pan y agua hasta que los habitantes de la ciudad intercedieran por él o el obispo lo perdonara*” e que “*la pena de prisión era considerada en esa época como una forma de pena corporal*”

³⁶ Na estrutura social pré-capitalista o cárcere como instituição social não existia. Várias formas de cárcere existiam, como, por exemplo, o cárcere por dívidas. Porém, nenhum deles executava uma pena ordinária e autônoma, motivo pelo qual adota-se o entendimento de que a instituição penitenciária é uma evolução do cárcere. (Melossi e Pavarini, 1980: 19)

³⁷ A punição poderia ser cumulativa (perda de bens ou valores e prestação pecuniária) e sistema configurava verdadeira forma de aumento de patrimônio para as pessoas da classe social mais abastada: “*El pago a quienes administraban la ley, u otorgaban a otros los poderes para hacerlo, provenía de las cotas impuestas a quienes se encontraban bajo proceso, que se satisfacían en forma de confiscaciones o penas pecuniarias impuestas de manera conjunta o sustitutiva a la Penance debida a la parte injuriada*” (Rush e Kirchheimer 1984: 10)

trabalhadores rurais e que coincidiu com um aumento populacional³⁸, principalmente na Inglaterra³⁹.

Nenhuma política capaz de enfrentar o problema foi posta em prática. Este grande êxodo para a cidade em detrimento do desenvolvimento do comércio provocou o surgimento de um grupo que não conseguia trabalhar, ou porque a demanda por trabalho era superior à oferta, ou porque os trabalhadores rurais – agora no ambiente urbano – não aceitavam as condições de trabalho impostas. As ruas do ambiente urbano passaram a ser habitadas por uma grande massa de “mendigos” e de “vagabundos”⁴⁰.

Com o aumento desenfreado da população urbana na Europa no final do século XV e início do século XVI, legislações surgiram para tratar deste problema social. A solução dada pelo direito foi considerar o ócio um delito, já que muitos “vagabundos” não tinham autorização estatal para mendigar. As penas⁴¹ para o delito de vagabundagem iam do açoite público até à morte⁴².

³⁸ Este sistema requereu técnicas que agilizassem e facilitassem as trocas diante de um excedente de produtos agrícolas e animais. A riqueza passava então de possuir outro padrão de diferenciação, em vez da quantidade de terras agora é a moeda que toma vez.

³⁹ O registro deste período foi feito pelo Rush e Kirchheimer (1984: 12) que conclui que a “*transformación de las tierras agrícolas en tierras de praderas y el surgimiento de sistemas capitalistas de pastoreo, produjeron la pauperización de grandes extensiones de territorio, lo cual resultó coincidente con un incremento general de la población en Inglaterra. Las condiciones ventajosas de los artesanos fueron amenazadas por la emigración de campesinos empobrecidos hacia las ciudades. Resultaba ya evidente que los incrementos en la producción no lograban satisfacer el crecimiento demográfico.*”

⁴⁰ Segundo Marx (1996: 341) “O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em seqüência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica”.

⁴¹ Melosi e Paravarini (1980: 33) acerca deste evento histórico, afirmam que negar-se a trabalhar era considerado uma intenção criminosa, já que o estatuto denominado *Old Poor Law*, de 1601, facultava ao juiz mandar para o cárcere comum aqueles considerados desocupados.

⁴² Neste sentido, seguindo a linha de estudos de Marx (1996: 356) o decreto de Henrique VIII de 1530 informava que “esmoleiros velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar. Em contraposição, açoitamento e encarceramento para vagabundos válidos. Eles devem ser amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue corra de seu corpo, em seguida devem prestar juramento de retornarem a sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos 3 anos e “se porem ao trabalho” (*to put himself to labour*). (...). Aquele que for apanhado pela segunda vez por vagabundagem deverá ser novamente açoitado e ter a metade da orelha cortada; na terceira reincidência, porém, o atingido, como criminoso grave e inimigo da comunidade, deverá ser executado”.

Destaca Anitua (2015: 29), citando Thorstein Sellin,⁴³ que os castigos corporais não cumpriam nenhuma função disciplinadora da força do trabalho e muito menos puderam reduzir esta enorme massa de vagantes, além de não exercerem nenhuma função pedagógica, tanto para os castigados, quanto para a população (prevenção geral). Outra forma de castigo foi idealizada a partir do sequestro institucionalizado, forçando o cumprimento de uma dupla função: a de excluir e a de disciplinar a um menor custo e logo extrair daí o máximo de benefícios. O ensino do trabalho foi a tecnologia do poder, usada pela modernidade ocidental, para separar o pobre inocente do pobre culpado.

A distinção entre o inocente e o culpado visava separar, na realidade, a pessoa apta para o trabalho da não apta para o trabalho. Principalmente, para os primeiros, buscava-se uma maneira de torná-los úteis e, assim, aproveitar a mão-de-obra, convertendo-a num proletariado disciplinado.

Os dispositivos legais que tratavam o tema mostraram-se ineficazes na solução da questão social e esta continuou agravando-se ao ponto de, através de uma petição, membros do clero inglês (no ano de 1556) requereram ao Rei que usasse o Castelo de *Bridewell* como casa de recolha daqueles vagabundos e delinquentes. O pedido foi atendido e então uma educação através da disciplina para o trabalho surgiu para que os desocupados pudessem aprender um ofício que lhes permitisse assegurar sua própria manutenção. Este projeto educativo era desenvolvido numa “casa de trabalho” (*workhouses*⁴⁴) e, em pouco tempo, este modelo espalhou-se por diferentes localidades da Inglaterra.

A recolha destes “vagabundos e ladrões” destinava-se a atender a uma necessidade da indústria têxtil, já que eles poderiam sustentar-se trabalhando neste ramo de atividade carente de mão-de-obra barata. Tal método mostrou-se mais eficaz que os castigos corporais, pois a medida que somente castigava a pessoa levava a que fosse expulsa da cidade que a castigara para uma cidade vizinha, gerando assim um “grande

⁴³ Sellin, Thorstein (1944). *Pioneering in penology. The Amsterdam Houses of Correction in the Sixteenth Centuries*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

⁴⁴ Segundo Engels (2008: 318), “as casas de trabalho são prisões: quem não realiza sua cota de trabalho, não recebe alimentação; quem quiser sair depende da permissão do diretor, que pode negá-la pela conduta do internado ou com base em seu juízo arbitrário; o tabaco está proibido, assim como a recepção de doações de parentes e amigos externos à casa; os internados são obrigados a usar uniforme e não dispõem de nenhuma proteção em face do arbítrio do diretor”.

perigo social”. Este sequestro institucionalizado converteu-se numa expulsão para dentro.⁴⁵

Os que eram levados para habitarem as “casas de trabalho” eram submetidos a um rigoroso tratamento educador para uma reinserção social através do trabalho. O tratamento executado neste estabelecimento social era dirigido através da mais estrita disciplina e este tratamento, agora institucionalizado, era fiscalizado por comissários (agentes) encarregados da manutenção da ordem e da disciplina. Pela primeira vez, um tratamento reeducador por conta de uma atividade delituosa é associado a uma instituição fechada, uma instituição total no sentido goffmaniano.

As *workhouses* consistiam em grandes prédios fechados. Homens eram separados das mulheres e as crianças eram separadas em grupos de vinte. Nas paredes dos dormitórios várias mensagens bíblicas eram escritas e as orações eram impostas em horários determinados. O mérito ou demérito das pessoas ali reclusas, por delinquência ou ociosidade, passou a ser medido pelo seu comportamento e pela capacidade produtiva⁴⁶.

Ao entrar na *workhouse*, imediatamente, a pessoa recebia um uniforme padrão que representava a aceitação da disciplina para reconfiguração do ser. Doravante um ser organizado, calmo e atento às regras. Na verdade, disciplinava-se a pessoa para ser um verdadeiro soldado no novo sistema de produção. Tudo isto porque já não havia mais sentido no ato de encarcerar até que a pessoa morra sem nada fazer. Pelo contrário, tornava-se necessário tirar algum proveito do isolamento e as necessidades estruturais levaram a aproveitar esta mão-de-obra parada através da disciplina. A disciplina era exercida através da coação, já que o trabalho era obrigatório, e servia para disciplinar a pessoa e, também, claro está, para assegurar o máximo de mais-valia, pois o salário dos trabalhadores livres também diminuiria, atendendo a que os produtos produzidos na instituição eram mais baratos, pressionando, por essa via, para uma tendência de baixa salarial.

⁴⁵ Destaca Anitua (2015: 33) que “*este método apareció como un remedio al peligro de que los vagabundos deambularan por las distintas comarcas si simplemente se expulsaban hacia la comarca vecina (...) Cuando en 1609 Jaime I de Inglaterra ordenó que cada condado contase con su prisión y tenía como objetivo que los gobernantes locales dejaran de recurrir a la fácil respuesta de ‘sacarse el problema’ enviando a los individuos improductivos al condado vecino*”

⁴⁶ Neste sentido Crowther (1982: 13) afirma que: “*The workhouse was to be at the centre of the new system. No longer a mere receptacle for all kinds of paupers, the workhouse was to be supervised by the central board, and run by a staff of professional officers. The board should be able to unite several parishes in order to build an efficient workhouse if the existing parishes were too small for the purpose.*”

Toda esta conjuntura histórica, em que se atribui uma função social a uma instituição total em decorrência de uma sanção penal, e que termina na ascensão do trabalho como técnica reinsersora por excelência, determina a certeza de que o cárcere como instituição não existia até ao período feudal (Melossi e Pavarini, 1980: 29-45). Neste sentido, a instituição penitenciária nasce a partir da dissolução da sociedade feudal com a estruturação da economia capitalista, sendo que esta, com a pretendida acumulação de capital, fez surgir a instituição como hoje a conhecemos e encontramos (Melossi e Pavarini, 1980: 29). O trabalho penitenciário é então o elemento chave para explicar a origem da instituição penitenciária e constitui-se num verdadeiro elo entre a sanção penal e esta instituição total.

Como já dito anteriormente, o trabalho penitenciário interno nesta época era uma verdadeira obrigação do internado, pois na Inglaterra de 1601 a Lei dos Pobres criou uma espécie de imposto, a ser pago pelos mais ricos, destinado à manutenção da *workhouse*. Em troca, os internados compensavam, trabalhando para os que pagavam o imposto, sob pena de não receberem alimentação ou de terem alguma “regalia” cortada ou negada (Engels, 2008: 318).

Seguindo esta linha histórica, na Holanda - a nação modelo do capitalismo do século XVII -, a ideia da casa do trabalho foi levada ao extremo. Ao contrário da Inglaterra, a Holanda não contava com uma força de trabalhado de reserva. As pessoas trabalhadoras recebiam salários altos com jornadas laborais reduzidas; aprendizes e servos eram mais bem pagos que em muitos outros países. Assim, esta série de “regalias” chegou ao ponto de tornar a vida daqueles que trabalhavam muito melhor⁴⁷ que a vida daqueles que remuneravam a mão-de-obra (Rush e Kirchheimer, 1984: 23).

Diante deste cenário, qualquer atitude para reduzir os altos custos dos tomadores da mão-de-obra era bem-vinda. Isto era apoiado pelo Calvinismo, que não concebia a ideia de uma sociedade erigida oficialmente numa racionalização ascética, enfatizando que “*tolerarse que las clases sociales inferiores no respertaran las máxima sociales del trabajo*” (Rush e Kirchheimer (1984: 47). Logo, o Estado ampliou e transformou vários cárceres já existentes em lugares de trabalho, tudo para não desperdiçar nenhuma mão-de-obra disponível e, ao mesmo tempo, criou uma espécie de competição interna:

⁴⁷ Rush e Kirchheimer (1984: 36 e 47) destacam que as 12 horas de trabalhos diárias na Holanda resultavam benéficas, devido aos altos salários e excesso de resistência das pessoas trabalhadoras em receber salários menores, mesmo comparando-as a um dia de trabalho na França de 12 a 16 horas diárias. Na Holanda, a pessoa trabalhadora decidia trabalhar o suficiente (4 dias semanais) para atender suas necessidades e dedicava o resto da semana ao descanso e ao ócio.

trabalhadores livres contra trabalhadores não-livres. Em 1596, na cidade de Amsterdão, surge a primeira casa de trabalho holandesa, a *Rasp-huis* (casa de raspado). Estas casas receberam este nome já que o trabalho consistia na raspagem do pau-Brasil para a produção de um pigmento necessário para tingir o têxtil produzido por outras indústrias em ascensão.

As casas apresentavam-se como adequadas aos jovens que haviam escolhido um caminho equivocado e que, em vez da forca ou outro castigo corporal, foram salvos pelo trabalho, já que decidiram crescer honestamente com a graça de Deus. Este temor a Deus foi a forma encontrada para impor a disciplina. Disciplina esta que, aliás, vinha acompanhada por um extenso sistema de punições aplicáveis a diversos comportamentos pessoais, como, por exemplo, negar-se a trabalhar⁴⁸.

Nestas casas de trabalho que, posteriormente tornaram-se modelos por quase toda Europa do Norte e em Espanha, a duração das penas dependida da vontade do administrador do estabelecimento e a pessoa reclusa recebia por seu trabalho um simbólico salário. O salário; o tempo de encarceramento e a disciplina reduziam a resistência existente na pessoa trabalhadora holandesa acostumada a ganhar bem por conta do seu trabalho e, automaticamente, a preparava para uma vida de obreira e menos resistente às “normalidades” do mercado.

As primeiras instituições penitenciárias europeias estavam, na verdade, centradas na disciplina dos mais pobres (proletário) através do ensino de valores da obediência; do esforço individual e do sucesso pelo trabalho duro. Melossi e Pavarini (1987: 190) entendem, a partir deste contexto histórico, que a reclusão atende a dois objetivos, um de dimensão produtiva e outro de garantia da ordem social.

A dimensão produtiva decorrente da reclusão – apesar dos autores reconhecerem que a intenção de fazer a pessoa reclusa trabalhar produtivamente fracassa como fator reabilitador – é na verdade uma invenção do poder penitenciário, que impõe uma transformação da pessoa reclusa, ou seja, de pessoa criminosa em pessoas disciplinada e mecânica⁴⁹.

⁴⁸ Neste sentido, Anitua (2015: 33) informa que a virtude cristã da disciplina era reforçada com diversos castigos extras que iam dos castigos físicos a torturas por diversos motivos: quem provocasse brigas, quem nega ao catecismo, quem desse comida a pessoas em castigo e etc.

⁴⁹ Para os autores Melossi e Pavarini este processo de transformação é alcançado em dois momentos. O primeiro transformando a pessoa reclusa em sujeito de necessidades e o segundo para posteriormente educá-lo na condição de proletário (1987: 211)

A segunda função atende aos interesses de uma classe dominante já que, para a manutenção da ordem social, deve-se educar a pessoa reclusa anulando suas resistências para que esteja mais atenta às regras naturais vigentes no mundo extramuros para a construção de uma sociedade ideal⁵⁰. Portanto, este universo institucional penitenciário é reflexo – e vive em função – do mundo da produção (Melossi e Pavarini, 1987: 190).

O Direito, por sua vez, passa a atuar com grande importância na constituição do capital⁵¹; na manutenção e promoção da instituição penitenciária. Logo é necessário compreender e abordar a atuação do Direito e sobretudo a racionalidade que, com a ascensão do Capitalismo, voltou o Direito contra as classes mais baixas para assim proteger as relações de troca.

Karl Marx via o delito como uma manifestação da desmoralização e decadência da sociedade por conta de um processo de acúmulo de capital que gerava um verdadeiro abismo social estrutural e os delinquentes estimulariam a força produtiva do mundo capitalista que a prisão subtraiu do mundo externo para conter a evolução do excesso de mão-de-obra (Taylor, Ian. Walton, Paul. Young, Jock, 1990: 226). Logo, o Direito é a expressão das relações de poder na estrutura social e seus mecanismos regulam; legalizam e perpetuam tais relações.

Baratta (2000: 202-203) vai mais além e apresenta-nos a chamada economia política do castigo. Esta, da Idade Média até ao início do século XX, elevou a ideia de castigo à categoria de fenômeno histórico. Fê-lo por via da adoção de formas particulares que se materializaram em sistemas punitivos específicos. Ou seja, não é a pena a face oposta do crime e muito menos sua consequência. Mas sim um fenômeno social distinto que assume densidades sociológicas que a afastam das teorias jurídicas da pena. A pena reflete, na verdade, um real conflito classista por trás das funções jurídicas de controle e sancionamento e é na instituição penitenciária que esta sobreposição de uma classe noutra é consolidada e formalizada.

O comportamento do Direito neste cenário foi analisado por Evgeni Pasukanis, que passou a trabalhar numa teoria do Direito que conferisse particular atenção à

⁵⁰ Assinalam Melossi e Pavarini (1987: 195) que “*la organización interna de la cárcel, la comunidad silenciosa y laboriosa que la habita; el tempo inexorablemente repartido entre trabajo y oración; el aislamiento absoluto de cada carcelado-trabajador; la imposibilidad de cualquier forma de asociación entre obreros-internados; la disciplina del trabajo como disciplina resultan los términos paradigmáticos de los que la sociedad libre. La cárcel asume por eso la dimensión de proyecto organizativo del universo social subalterno: modelo a imponer, ensanchar, universalizar*”.

⁵¹ O direito é mobilizado, neste cenário, para mediar e perpetuar a submissão econômica de alguns em relação a outros, mesmo antes de o trabalhador vender sua força de trabalho. (Marx, 1996: 210-211)

racionalidade econômica e às formas de como era posto e proposto o Direito. Pasukanis consolidou a ideia de que a legislação é orientada por princípios de individualidade abstrata; pela relação de equilíbrio entre os litigantes no processo judicial e também por igualdades que posicionam o Direito como um contrato das relações sociais⁵². Para o autor, o Direito é interpretado a partir das relações de poder e como instrumento de formalização, através do princípio da legalidade, da dominação de uma classe sob a outra(s).

Na análise do autor, o Direito, quando estabelece a figura da pessoa com direitos universalizados, é automaticamente redirecionado para um determinado perfil de pessoa - o proletariado - para, a partir deste conceito de pessoa de direitos universalizados, estabelecer como base contratual das relações jurídicas as relações de troca, sustentando como igual uma estrutura de trocas que é essencialmente desigual. Mas, ao embrulhá-la com o manto da legalidade, passam a ser vistas como normais e justas. A legalidade, neste caso, legitima, a partir da atuação do Direito, a sobreposição de uma classe em detrimento de outra, já que todos estão, alegadamente, no mesmo degrau de igualdade.

Este individualismo abstrato, criado a partir do sujeito de direito universal⁵³, iguala todos perante a Lei para esconder as desigualdades que perpassam entre as pessoas que estão separadas umas das outras por classes sociais (Pasukanis, 1976: 108). Desse modo, o Direito mantém e reafirma as relações capitalistas através do discurso, ao mesmo tempo que, com a universalização e a generalização do discurso que legitima tais relações, esconde os verdadeiros interesses do capital.

O Direito Penal segue esta mesma linha de raciocínio e atende igualmente aos desejos da racionalidade econômica quando a sanção penal estabelece uma forma de contrato entre a pessoa condenada e o Estado – a pessoa é vista como devedora do Estado, como se tivesse contraído alguma dívida – e este contrato é idealizado como no mundo dos negócios, que tem por fundamento a boa-fé e a ausências de vícios de consentimento e que se materializa através de estritas formas e modalidades de ritos processuais penais. A função ideológica, a que um olhar sociológico não pode ser alheio, por outro lado, situa-se na fronteira entre os preceitos da legalidade e a realidade

⁵² Pasukanis (1976: 28 – 30) tece fortes críticas a Hans Kelsen (1881-1973) e afirma que a teoria pura não explica o direito como fenômeno social, sendo suficiente em si mesmo, o que permitiu conferir a legitimidade para as relações sociais através da simples legalidade.

⁵³ Este sujeito de direitos não possui a mesma capacidade do sujeito real (do ser vivente). Pasukanis (1976: 16) corrobora este entendimento, afirmando que esta separação (sujeito de direitos x sujeito real) *“deja de ser función de su voluntad consciente y efectiva, convirtiéndose em uma pura cualidad social”*

do delito que atua como um mecanismo de dominação para a proteção do direito à propriedade daqueles que possuem propriedades (Pasukanis 1976: 156 – 157). Esta preservação das relações desiguais através do Direito e também do Direito Penal transforma e reafirma todo o sistema de justiça criminal como um instrumento que assegura a dominação da burguesia⁵⁴.

Portanto, a pena não é uma singela consequência da infração penal, mas sim um fenômeno social que é diferente dos propósitos estabelecidos pelo discurso corrente no Direito. A pena, em si, não existe. O que existe, na verdade, são formas de tratamento das pessoas reclusas – que devem ser adequadas ao sistema de produção – que estruturam o domínio classista. Isso explicaria, histórica e sociologicamente, a composição pobre da população carcerária (Rusche e Kirchheimer, 1984: 17-18). A linha de raciocínio faz-nos afirmar que o trabalho penitenciário, disfarçado de pena e com propósito ressocializador, explica atualmente que o tipo de trabalho dado às pessoas reclusas é expressão dos preconceitos fundados nas desigualdades sociais.

Ainda nesta linha de pensamento, complementam Rusche e Kirchheimer (1984: 126 – 129), o Direito flexibiliza a política penal carcerária sempre que há uma necessidade grande de mão-de-obra – o que propiciaria o surgimento de políticas estimuladoras do trabalho. Sendo que o mesmo Direito é inflexível quando o mercado avisa que já está saturado de mão-de-obra. Esta mobilização do Direito autoriza que, na verdade, as condições internas da instituição penitenciária devem ser, necessariamente, inferiores às condições externas (lei de menor elegibilidade), para que seja possível uma maior valorização do trabalho pelos que habitam o ambiente de reclusão e uma menor valorização do trabalho das pessoas reclusas por parte daqueles que desejam usar essa mão-de-obra. A pessoa reclusa, diante deste cenário, indubitavelmente, escolherá qualquer possibilidade de ver-se livre da reclusão, convertendo-se “voluntariamente” à conformidade.

2.5. Reformas penais e novas práticas punitivas nos séculos XVIII e XIX

As mudanças sociais que implicaram uma nova forma de pensar a punição com a substituição de penas corporais por outra que pudesse retirar da pessoa apenas uma

⁵⁴ Neste mesmo sentido caminha Pasukanis (1976: 148-149): “*desde um punto de vista sociológico, la burguesia asegura y mantiene su dominación de clase con su sistema de derecho penal, oprimiendo a las clases explotadas*”.

melhor utilidade, fizeram surgir as casas de correção – como anteriormente abordamos – e estas, efetivamente, cumpriram seu papel: os salários baixaram, uma grande oferta de força de trabalho passou a ser mais visível nos grandes centros urbanos (que, aliás, cresciam mais e mais), a pobreza aumentou e, consigo, aumentou também a criminalidade.

Este processo foi impulsionado pela acumulação primitiva de capital, dado que, após a segunda metade do século XVIII, a burguesia buscava consolidar-se como classe dominante. Agora, sem necessidade de utilização de medidas coercitivas mais severas, principalmente após a introdução da máquina a vapor – que provocou um enorme desemprego – a casa de trabalho⁵⁵ passou a adotar uma nova ética: a do internamento para o trabalho compulsório guiado pela lei da menor exigibilidade⁵⁶.

No final do século XVIII, o encarceramento já é a principal forma de punição (prisão) e, neste momento, formam-se as bases para uma teoria retribucionista da pena. Essas bases garantiriam uma formulação de parâmetros precisos e calculáveis em termos de conduta expectável. Na medida em que se pratica um mal, este deve, em forma de pena, ser devolvido na sua exata proporção. Trata-se de uma retribuição equivalente, através da qual o tempo de pena corresponde ao tempo de privação de liberdade⁵⁷.

A nova forma de dosar uma punição impõe um aumento na vigilância, reclamando um maior controle do corpo da pessoa encarcerada e impondo o trabalho como proposta reformadora principal. Portanto, o trabalho passa a ser uma necessária

⁵⁵ Com a nova Lei dos Pobres na Inglaterra de 1834, a casa de trabalho passou a ser conhecida como *deterrent workhouse*.

⁵⁶ Neste sentido, Jinkings (2013: 78-79) alude que a pobreza generalizada aliada à ideia de que o Estado deveria prestar apoio aos pobres fez com que as despesas públicas subissem vertiginosamente, então, “a solução encontrada e incorporada em 1834 à reforma da *poor law* foi abolir a assistência aos aptos para o trabalho e interná-los em casas de trabalho, onde as condições de vida eram piores do que a situação do trabalhador mais inferior da escala social”, ou seja, “o detido deve ter condições de existência bastante inferiores ao mais pobre trabalhador livre, para que ‘o crime não compense’”.

⁵⁷ “Eliminando todos los elementos subjetivos de la relación legal entre el hecho particular del delito y la norma general del derecho penal aplicable en ese caso particular, el idealismo preparó en la práctica el camino para la concepción liberal del derecho penal. La demanda más importante de la burguesía en relación con el derecho penal, la formulación precisa de conductas típicas, es cumplida por el programa del idealismo que se basa, por una parte, en la observancia a cualquier precio del principio de legalidad, y por la otra, en el más estricto retribucionismo. La correlación automática entre culpabilidad y pena y la exclusión rigurosa de todos los elementos teleológicos de la sanción, condujeron al derecho penal a la definición exacta de todas las relaciones legales”. (Rusche e Kirchheimer 1984: 119)

ligação entre o conteúdo da instituição e sua forma legal, um cálculo, uma medida de pena por unidade de tempo⁵⁸.

No momento histórico aqui trabalhado, a realidade era de excesso de força de trabalho e de criminalidade ascendente, principalmente contra a propriedade privada. O discurso reformador e inclusivo do trabalho, como instrumento de readaptação social, era anulado pela impossibilidade de execução do trabalho produtivo dentro das institucionais penitenciárias. Não se podia concorrer com o maquinário e o trabalho manual passou a ser tratado como uma forma de amenizar o tempo e o sofrimento.⁵⁹

Com a impossível concorrência entre máquinas e trabalho de manufatura, o trabalho exercido nas casas penais precarizou-se cada vez mais e os administradores destes estabelecimentos começaram a desistir da administração. As casas de correção estavam na iminência de encerrar suas atividades. Ou seja, o resultado não estava sendo bom e a possibilidade de revolta da classe trabalhadora era iminente.

No início do século XIX, diante do temor de revolta da classe trabalhadora (muito empobrecida), muitos países da Europa buscaram reformular suas casas penais. Este intento ganhou ainda mais força com o desenvolvimento, nos Estados Unidos, de dois modelos penitenciários: o sistema penitenciário de Filadélfia e o sistema de Auburn⁶⁰.

No sistema pensilvânico (de Filadélfia) o isolamento celular (*jail*) passou a ser usado somente como cárcere preventivo e a casa de correção (ou trabalho) funcionava como seu apêndice. A estrutura arquitetônica foi pensada para que cada pessoa vivesse

⁵⁸ “*el concepto de trabajo representa la necesaria ligazón sobre el contenido de la institución y su forma legal. El cálculo, la medida de la pena en términos de valor-trabajo en unidades de tiempo, sólo se hace posible cuando la misma pena se ha llenado de este significado, cuando se trabaja o cuando se adiestra para el trabajo (trabajo asalariado, trabajo capitalista). Esto es cierto aun si en la cárcel no se trabaja: el tiempo (el tiempo medido, escandido, regulado) es uno de los grandes descubrimientos de este periodo, también en otras instituciones subalternas, como la escuela; y aunque con el tiempo pasado en la cárcel no se reproduce el bien destruido con el crimen [...] la experiencia del tiempo que se desgrana, del tiempo medido, la forma ideológica vacía que ya no es idea sino que muerde en la carne y en la cabeza del individuo que se debe reformar, estructurándolo con parámetros utilizables en el proceso de explotación*” (Melossi e Pavarini, 1987: 83

⁵⁹ Guimarães (2007: 167), sobre este momento histórico, afirma-nos que “por mais que o discurso histórico tentasse fazer crer que a reforma do Direito Penal objetivava, acima de tudo, uma aplicação mais humana e segura do Direito Penal, na realidade, o grande objetivo era adequar o direito punitivo ao novo modo de produção que se estabelecia”.

⁶⁰ Até mesmo o modelo penitenciário mais aplaudido (*Panopticon* de Jeremy Bentham) do momento foi deixado de lado por ir na contramão das necessidades fabris. Este modelo visava uma maior vigilância da pessoa encarcerada, racionalizando administrativamente o estabelecimento carcerário com uma melhor aplicação de recursos e maior extração de lucros. Porém, o isolamento celular era fator que atentava contra os interesses econômicos.

isolada e em silêncio, numa tentativa de reencontrar o lado "bom" que se acreditava existir em cada ser humano.

O grande problema deste modelo penitenciário foi a utilização de trabalhos coloniais nas casas de trabalho, num momento em que a realidade industrial apontava noutro sentido. Ou seja, era difícil acompanhar, intramuros, o desenvolvimento tecnológico, já que não se implantava nenhum programa que permitisse o acesso da pessoa a novas atividades. A casa de trabalho passou a funcionar como instrumento para aumentar o terror e a intimidação⁶¹ e era utilizada com finalidades terapêuticas dentro do isolamento celular, sendo, todavia, totalmente improdutiva em relação a seus intentos.

Este sistema entrou em colapso, segundo Melossi e Pavarini (1987: 170-171), devido ao fato de diminuir a força de trabalho, uma vez que, isoladas, não se podia extrair toda a utilidade da pessoa – além de esse contexto deseducar as pessoas para o trabalho produtivo industrial⁶².

Em 1820, na cidade de Nova Iorque, a primeira experiência de uma organização racional do trabalho numa instituição penitenciária foi posta em prática. Surge o sistema prisional de Alburn, que consistia no trabalho diurno coletivo alocado em bases lucrativas – trabalho em silêncio – e isolamento celular noturno.

Neste modelo penitenciário, um sistema de privilégios⁶³ foi criado para recompensar e estimular as pessoas encarceradas, tornando a capacidade para o trabalho um parâmetro legal. O trabalho era instituído a partir do discurso de ajuda, mas o objetivo principal deste sistema penitenciário era a redução de custos em alguns setores da indústria. Estando o trabalho subordinado às necessidades da produção industrial,

⁶¹ Neste sentido, Melossi e Pavarini (1987: 170) afirmam que o Estado americano encontrou, na política de controle social, um invento muito original, o *penitentiary system* que deveria orientar-se pela máxima economia administrativa.

⁶² Afirma e acrescenta Jinkings (2013: 79) que “o cárcere de confinamento solitário é a materialização do sonho benthamiano de instituição penal. O sistema é um modelo das relações sociais burguesas: o isolamento do detento explicita o desejo burguês do operário não organizado, a disciplina e a falta de concorrência oferecem ao empresário uma situação ideal de disponibilidade de força de trabalho, a educação do interno visa sua sujeição à autoridade e à dependência em relação ao proprietário”.

⁶³ Um sistema de punições também foi implementado para acentuar cada vez mais a necessidade do cumprimento das regras. Este sistema de punições tornava mais visível a existência do sistema de privilégios.

esta prisão tornou-se⁶⁴ “uma máquina de moldar espíritos e de gerar lucros” (Jinkings, 2013: 79).

Os modelos carcerários assentaram-se ou decaíram sempre que interesses econômicos necessitavam ou não de mais força de trabalho ou, quando diante de uma realidade de mercado, fazia-se salutar baixar os salários dos trabalhadores livres. A instituição penitenciária se consolida como um estabelecimento burguês por volta de meados do século XIX adequando-se ao desenvolvimento do Capitalismo.

2.6. O século XX e a reforma moderna da instituição penitenciária

No século XX, várias ideias para uma reforma penitenciária tomam vez a partir da perspectiva de que é possível curar uma pessoa em conflito com a lei ou, em caso de impossibilidade, isolá-la. Buscam-se aqui técnicas de tratamento penitenciário onde o futuro das pessoas encarceradas fosse viável através da reabilitação e da prevenção.

A mudança de paradigma se impôs devido a uma realidade social menos caótica em relação aos séculos anteriores. No final do século XIX e início do século XX a condição de vida das classes mais baixas tinha melhorado. O controle da natalidade e o decréscimo da oferta da força de trabalho fizeram com que os salários subissem e todo este processo foi acompanhado pelo aumento no número de vagas em fábricas. Esta realidade fez a violência diminuir. (Melossi e Pavarini, 1987: 174)

Em meio às propostas de mudança no sistema de reclusão criminal, vários temas foram abordados, como, por exemplo, melhoria na capacidade habitacional das instituições, higiene, alimentação e, também, o trabalho, que, ainda e sempre, ocupa posição de destaque. Embora a situação da população tenha melhorado, havia a imposição de que as condições de vida no cárcere sejam piores do que as da vida em liberdade. Os trabalhadores encarcerados continuavam a não poder estar numa situação melhor do que a dos trabalhadores livres.

Passa, então, o trabalho penitenciário a ser executado somente para produção de coisas que pudessem ser usadas dentro do próprio estabelecimento prisional ou em

⁶⁴ Complementa Isabela Jinkings (2013: 79–80) que “Esse modelo subordina mais diretamente o detento à lógica do trabalho industrial, já que ele tem acesso à maquinaria e é sujeitado à disciplina da fábrica, do mesmo modo que os trabalhadores livres. Assim, o sistema silencioso escapa dos objetivos pedagógicos da prisão para tornar-se concretamente uma forma de exploração produtiva do trabalho carcerário”.

repartições públicas⁶⁵. A remuneração pelo trabalho não poderia ser igual à dos trabalhadores livres, embora tenha sido, pela primeira vez, pensada como necessária. Nesse âmbito e visando esse propósito, funcionando como contraprestação pelo trabalho, na Inglaterra de 1920, foi instituído um sistema de redução de dias de pena. A cada tantos dias trabalhados correspondiam determinados dias de diminuição da pena total.

Embora existisse uma contraprestação, o sistema de trocas de dias trabalhados por dias diminuídos da condenação total não foi capaz de incentivar a pessoa reclusa ao trabalho. O trabalho deve ser remunerado com dinheiro para que a atividade seja realmente produtiva. (Rusche e Kirchheimer 1984:183)

A pessoa reclusa passou então a receber um salário – sempre inferior ao salário pago externamente – para que, estando este dinheiro à sua disposição, pudesse usá-lo na compra de alimentos (complementar), melhorar suas condições de saúde, higiene; enfim, pudesse usar o dinheiro como bem entendesse⁶⁶.

O sistema de privilégios e recompensas, dosando o comportamento carcerário, instituído pelo Direito, substituiu métodos de tratamento mais repressivos. No entanto, esta possibilidade de recuperação é frustrada, na medida em que educa pessoas encarceradas e despreparadas para o trabalho⁶⁷. Esta formação deficitária e aliada ao

⁶⁵ Neste sentido (Rusche e Kirchheimer 1984: 183) ensinam que os “(...) aspectos pedagógico-reeducativos pasaron así a un primer plano, lo cual, sin embargo, dio origen a un círculo vicioso: la mayoría de los reclusos o bien carecían de un oficio o bien habían perdido su destreza a causa del largo período de inactividad; si se hubiera querido prepararlos para reinsertarse honestamente en la sociedad, debía haberseles proporcionado la enseñanza de un oficio, lo que sucedía con muy poca frecuencia”.

⁶⁶ Rusche e Kirchheimer (1984: 183-184) dão exemplos de como esta remuneração deveria ser inferior: “Un informe del comisionado de prisiones en 1929 señalaba que este sistema cumplía meramente la función de reprimir el mal comportamiento y la holgazanería, concluyendo reclusos a trabajar más allá de los niveles mínimos obligatorios, si se quería alcanzar el máximo posible de productividad. Finalmente fue introducido en Inglaterra un sistema de retribución pecuniaria. En Francia, los reclusos recibían una parte de sus salarios en dinero, cuyo monto era determinado por sus antecedentes y por la duración de la sentencia, con lo que en realidad recibían efectivamente solo entre un décimo y la mitad de la suma asignada, la que ya era ridículamente escasa que alguna forma de salario era necesaria para inducir a los reclusos a trabajar más allá de los niveles mínimos obligatorios, si se quería alcanzar el máximo posible de productividad. Finalmente fue introducido en Inglaterra un sistema de retribución pecuniaria. En Francia, los reclusos recibían una parte de sus salarios en dinero, cuyo monto era determinado por sus antecedentes y por la duración de la sentencia, con lo que en realidad recibían efectivamente solo entre un décimo y la mitad de la suma asignada, la que ya era ridículamente escasa. Del mismo modo que, en otros países de la Europa continental, una parte del salario era entregada al prisionero, rasgo que constituyó a menudo una de las características más importantes del sistema de administración carcelario francés.”

⁶⁷ Rusche e Kirchheimer (1984: 183) destacam que “la experiencia demuestra que las labores agrícolas o otros trabajos de tipo rudimentario no constituyen una respuesta al problema de la reeducación, porque con estos métodos el detenido deja la prisión tal como había ingresado sin ningún oficio o conocimiento que le permita mejorar sus posibilidades en un mundo competitivo”.

preconceito impossibilitam uma contratação posterior destas pessoas reclusas, não restando alternativa que não fossem as de o próprio Estado criar vagas de trabalho.

En vista del rechazo a emplear exconvictos, el Estado por ejemplo, como una forma de proporcionar asistencia, debería ocultar sus antecedentes penales, a lo que la sociedad se opone enérgicamente, por razones de seguridad. La única alternativa consistiría entonces en que el propio Estado suministre directamente trabajo al exrecluso. Pero aquí se manifiesta claramente la contradicción entre el interés de la sociedad en rehabilitar al delincuente y el interés en mantener el carácter disuasivo de la pena de prisión, negando a los reclusos ventajas especiales. Por esto no puede ser motivo de sorpresa el que las asociaciones de ayuda a los expresidarios no hayan tenido mucho éxito en sus programas de rehabilitación, en otras palabras, en superar las desventajas que aquellos que han estado en la cárcel deben sufrir en una sociedad competitiva (Rusche e Kirchheimer 1984: 192)

A única vantagem deste sistema de recompensas “*es unicamente en contribuir a la conservación de la disciplina*” (Rusche e Kirchheimer, 1984: 187), já que o que se exige da pessoa encarcerada é unicamente sua submissão às regras da vida carcerária.

Durante a Primeira Guerra Mundial, a criminalidade volta a subir e, desta vez, com crimes cometidos por mulheres e jovens (muito devido ao deslocamento dos homens para o campo de batalha). O trabalho penitenciário assume novamente posição de protagonista, já que as pessoas reclusas passam a prestar auxílio à guerra na fabricação de materiais bélicos. Com o fim da guerra, o desemprego atinge em cheio a classe média. (Rusche e Kirchheimer 1984: 194)

Embora o sistema progressivo estivesse em uso – com seu sistema de privilégios e punições – no pós-guerra, a política criminal para este período freia os mecanismos de progressão, o que causa superlotações em cárceres em quase toda a Europa. A criminalidade deve ser combatida com a ampliação de medidas repressivas e endurecimento de punições. O Estado deixa de investir na questão carcerária, piorando as condições de convivência dentro deste estabelecimento social. (Rusche e Kirchheimer 1984: 198)

Na década de 1970, a crise do *Welfare State* provoca grandes mudanças no modo capitalista de produzir e logo o sistema punitivo também se molda ao novo paradigma. Este sistema punitivo transforma-se para se adequar a requisitos de controle social exigidos por políticas de cunho neoliberal que culminaram na transição do Estado

Social para o Estado Penal. Ou seja, menos Estado social com redução de despesas neste setor e mais vigilância e encarceramento⁶⁸.

Neste sentido, nenhuma política para minimizar as desigualdades sociais – que para Wacquant era a principal causa da criminalidade – foi posta em prática. Ao contrário, buscou-se neutralizar com o punitivismo os problemas do cotidiano. Para delitos pequenos e leves, a pena privativa de liberdade era usada de modo não restritivo, ou seja, com o encarceramento em massa.

Todo este cenário tinha como principal propósito inculcar regras do trabalho flexível e, para tanto, políticas como a “lei e ordem”; “*the broken Windows theory*” e “tolerância zero”, nos Estados Unidos, permitiram a mudança do *Welfare* no *Workfare*. Consequentemente muitas novas unidades prisionais foram criadas e tantos outros países compraram esta ideia norte-americana⁶⁹.

Estas políticas públicas sustentavam a ideia de correção dos distúrbios do cotidiano pela aplicação inflexível da lei penal, principalmente para delitos menores. O discurso era simples: devia-se tratar o mal ainda quando era pequeno e este mal residia nos principais guetos norte-americanos. Os pobres, os negros, os desempregados e outras pessoas foram rotuladas “pessoas perigosas” e pertenciam a uma “classe perigosa” que deveria ser individualizada e separada da força do trabalho. Segundo Wacquant (2013: 40), uma verdadeira ditadura sobre os pobres tomou vez e uma rede cárcero-assistencial visava tornar a pessoa “útil pela via do trabalho desqualificado ou colocá-los fora do alcance no coração devastado dos ‘cinturões negros’ ou nas penitenciárias que se tornaram os satélites distantes destes últimos”.

A consequência da ampliação do Estado punitivo levou a uma superlotação dos estabelecimentos penais e a vida no cárcere ficou ainda mais precarizada. A população do estabelecimento penitenciário era composta de pessoas provenientes da classe trabalhadora e da periferia das grandes cidades. A pobreza, neste contexto, passou a ser gerida como um problema de justiça criminal.

⁶⁸ Wacquant (2013: 15) argumenta que esta transição (do Estado social ao Estado penal) não foi uma resposta ao aumento da criminalidade, mas sim pela realocação de despesas estatais no setor social e pela imposição do trabalho precário “como nova norma de cidadania para aqueles encerrados na base da polarizada estrutura de classes”.

⁶⁹ Wacquant (2013: 40) retrata esta situação afirmando que a atrofia planejada sobre o Estado social sobre a responsabilidade social e trabalho substituiu o direito à assistência social pela obrigação ao trabalho sub-remunerado. Na opinião do autor, a meu ver acertadamente, esta mudança permitiu a hipertrofia do Estado penal.

Embora neste período o encarceramento em massa seja uma realidade, parte do custo com a administração do sistema de reclusão foi repassado à pessoa reclusa com a reintrodução de trabalhos coletivos. Diversas multinacionais conhecidas passaram a utilizar esta força de trabalho, como, por exemplo, a Microsoft. As pessoas reclusas passaram a ser utilizadas em serviços de *telemarketing* ou outras atividades, que, na verdade, diminuía os custos operacionais das grandes empresas.

Jinkings (2013: 86) alerta que, neste período, o Estado ficava com 80% da remuneração das pessoas reclusas a título de impostos para manutenção da estadia temporária na casa penitenciária; pagamento de indenizações às vítimas e dos custos do processo penal. Geralmente, as pessoas reclusas recebiam entre 0,65 centavos e 1,5 dólar por hora. Em relação ao trabalho interno, doméstico ou não, o produto do esforço coletivo era vendido sem taxas ou impostos.

A indústria penitenciária cresce. Diversas empresas conveniaram-se com o sistema de justiça criminal e recebiam a pessoa reclusa como “alugada”. A pressão pela privatização de mais presídios intensificou-se ao ponto de tornar-se um poderoso mecanismo de desenvolvimento, principalmente regional. O Estado, sendo incompetente para gerir a questão criminal, transfere este problema para empresas privadas que passaram a extrair seus lucros da criminalidade. Wacquant (2013: 85), citando Émile Durkheim, afirma que “o Estado ‘não é um poder coercitivo enorme, mas sim uma organização vasta e sábia’, capaz ‘de uma ação ao mesmo tempo unificada e variada, flexível e extensa’”.

2.7. O trabalho penitenciário no Brasil

O Brasil seguiu a tendência da Europa em relacionar as penas privativas de liberdade com a prisão. Nesse contexto, as penas corporais (como o açoite público, as torturas, etc.) foram abolidas no ano de 1824 com a primeira Constituição Imperial Brasileira. A abolição não atingiu a totalidade das pessoas, mas somente os considerados “homens livres”. Portanto, as penas corporais continuavam legais quando aplicadas em escravos (que eram propriedade de alguém), até ao ano de 1886.

Em 1830, com o primeiro Código Criminal Imperial, o trabalho passa, pela primeira vez, a ser associado ao estabelecimento prisional. Neste momento, as pessoas eram obrigadas a trabalhar e tal trabalho era capaz de recuperá-las moralmente. Neste paradigma, o crime deveria ser punido a partir de penas previstas legalmente. Mas,

sendo o Brasil ainda um país escravagista, o poder era ainda exercido pelos que tinham posses, o que tornava quase impercetível e implacável a distinção entre pena pública e punição doméstica⁷⁰.

Com a proclamação da República e a necessidade de modelar esta nova sociedade emergente, o primeiro Código Criminal republicano (1890), apesar de diferenciar diversos tipos de estabelecimentos penais, não estabeleceu nenhuma novidade substancial em relação a seu antecessor. Somente em 1940, através do Decreto-Lei 2.848, surge um novo Código Repressivo (ainda vigente), onde a questão carcerária passa a ser tratada a partir de políticas criminais com a concepção da pena como perda ou diminuição de bem jurídico a ser aplicada somente pelo Judiciário. A pena assume um caráter também preventivo (além do repressivo).

Este novo código penal atrelou-se a algumas práticas das *workhouses*, em que o mérito da pessoa reclusa passa a ser dosado pelo seu comportamento. Assim, além de critérios objetivos, a pessoa poderá ir para um regime de cumprimento de pena menos severo (ou dele regredir).

O avanço principal deste estatuto codificado está justamente em declarar que o trabalho da pessoa reclusa deve ser exercido com dignidade, mediante uma remuneração e com as garantias da Previdência Social. Tal regulamento deste trabalho penitenciário só foi possível com o surgimento da Lei das Execuções Penais, em 1984, em decorrência da necessidade de internalizar as Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos, da ONU, de 1955, da qual o Brasil é signatário. (Wolff, 2005: 20)

A Lei das Execuções Penais em seu primeiro artigo proclama a finalidade de “efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” e determina como as penas devem ser cumpridas e quais os deveres e direitos das pessoas reclusas. Um destes direitos é o direito ao trabalho.

Dois tipos de trabalhos são criados pela Lei de execuções – ainda em vigor – o trabalho interno e o trabalho externo. Este último só pode ser executado com permissão do estabelecimento social e dependerá do comportamento da pessoa reclusa e do cumprimento de determinado tempo de pena privativa de liberdade. Ambos trabalhos

⁷⁰ Destaca Wolff (2005: 118) que, ainda sendo o Brasil um país escravagista, o “poder estava circunscrito à propriedade e, por consequência, manipulado por seus proprietários”.

travestem a ideia do trabalho produtivo⁷¹; mas somente o trabalho interno assume, também, a roupagem de trabalho doméstico e educativo.

O trabalho, além de apresentar-se como um dever, é um direito do reeducando; ou seja, o ócio, o desejo por não trabalhar é classificado como falta grave. Esta obrigação em relação ao trabalho é encarada como “uma imposição e não como uma escolha do detento, onde a perspectiva de reintegração estaria prejudicada, pois o trabalho, adquire assim, um caráter de castigo” (Alvim, 1991: 38).

Todo o trabalho penitenciário deve ser remunerado na ordem não inferior a três quartos do salário mínimo vigente no país, já que “as atividades de trabalho prisional não estão submetidas à Consolidação das Leis de Trabalho, pelo fato do reeducando não possuir a liberdade necessária para a formação de contrato” (Mirabete, 1992: 403). Também não possuem alguns direitos sociais básicos, como férias, décimo terceiro salário e fundo de garantia por tempo de serviço.

A diferença de tratamento deferido ao trabalho penitenciário contrapõe-se ao objetivo autodeclarado pela Lei das Execuções Penais de “equipará-lo ao trabalho desenvolvido nas empresas, pois as atividades propriamente laborativas, voltadas para uma produção regular, requerem um trabalhador disponível e plenamente absorvido por elas”. (Salla, 1999: 258)

O trabalho realizado por conta da relação penitenciária atende ao discurso ressocializador, mas na verdade busca somente ocupar o tempo da pessoa reclusa, facilitando a tomada de mão-de-obra extremamente barata. Este trabalho é utilizado pela instituição e também por empresas, como forma de exploração da força de trabalho a baixo custo, já que o tomador dos serviços está isento do pagamento de impostos e de direitos trabalhistas.

A empresa conveniada com a instituição penitenciária pública, que usufrui dessa forma de trabalho, aumenta a sua mais valia por meio do não pagamento justo da mão de obra desta pessoa. Logo, esta atividade é ocupacional e o objetivo é manter a população carcerária ocupada, disciplinada e ajustada às condições postas por uma realidade econômica⁷².

⁷¹ Artigo 28 da Lei de Execução Penal em seu §1º diz: “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva” (BRASIL, 1984, p. 101)

⁷² Hassen (1999: 186 -187), ao estudar o trabalho penitenciário executado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, critica esta forma de relação de trabalho, no qual somente as empresas que empregam são beneficiadas já que “além de evitar encargos sociais de uma contratação, a remuneração

O trabalho penitenciário sempre esteve presente na história da instituição penitenciária e, atendendo à uma racionalidade econômica, molda e reinventa a própria instituição. É esta forma de trabalho capaz de reinserir socialmente a pessoa reclusa? Quais as razões econômicas que fazem com que a instituição penitenciária não prescindia desta técnica do tratamento penitenciário? Adiante serão abordadas as razões econômicas capazes de responder a estes questionamentos.

2.8. A racionalidade econômica e a reinserção através do trabalho

A racionalidade econômica cria instrumentos de sujeição das pessoas aos seus particulares interesses. Um dos instrumentos concebidos nesse âmbito foi o discurso da ressocialização pelo trabalho, que foi sendo estruturada para que o corpo social a aceite como verdade absoluta e a ela se submeta. Esta ressocialização é atingida somente através da disciplina – do corpo – e torna o trabalho a principal tecnologia do poder penitenciário, que valoriza a pessoa pelo que ela faz e pelo que produz. O ócio é o maior de todos pecados⁷³.

O poder penitenciário e a disciplina para o trabalho, quando associados a um sistema de produção, não têm por alvo somente as pessoas que cometeram infrações penais, mas toda uma classe de pessoas que possuem um baixo poder de consumo (Bauman, 2004: 29). Por tal razão, às pessoas reclusas é-lhes ensinado a trabalhar por trabalhar, para que se garanta com eficiência que nada possam fazer quando saíam da instituição⁷⁴.

ainda se vê rebaixada pela insegurança e conseqüentemente desmobilização reivindicatória que se apresenta entre os presos [...]. não bastassem tantas vantagens, as empresas que contratam mão-de-obra prisional ainda se vangloriam de fazer a caridade [...]. Não há um ofício com valor no mercado de trabalho externo sendo oferecido para aprendizes. As tarefas são em geral monótonas, repetitivas e se caracterizam por não exigir preparo profissional, o que facilita a contratação dos presos, e, por conseguinte, não preparam mão-de-obra qualificada”.

⁷³ “Se a pena infligida pela lei tem por objetivo a reparação do crime, ela pretende também que o culpado se emende, e esse duplo objetivo será cumprido se o malfeitor for arrancado a essa ociosidade funesta que, tendo-o atirado à prisão, aí viria a encontrá-lo de novo e dele se apoderar para conduzi-lo ao último grau de depravação.” (Foucault, 2004: 202)

⁷⁴ Na mesma linha, ensina Foucault (2004: 133-134), “em sua concepção primitiva o trabalho penal não é o aprendizado deste ou daquele ofício, mas o aprendizado da própria virtude do trabalho. Trabalhar sem objetivo, trabalhar por trabalhar, deveria dar aos indivíduos a forma ideal do trabalhador (...) Posteriormente, a partir dos anos 1835-1840, tornou-se claro que não se preocupava reeducar os delinqüentes, torná-los virtuosos, mas sim agrupá-los num meio bem definido, rotulado, que pudesse ser uma arma com fins econômicos ou políticos. O problema então não era ensinar-lhes alguma coisa, mas ao contrário, não lhes ensinar nada para se estar bem seguro de que nada poderão fazer saindo da prisão”.

O discurso propósito do Direito em ajudar as pessoas reclusas foi praticamente deixado de lado, já que o mercado naturalizou regras das relações de trocas e assim deixou de ser um lugar de verificação. Agora, o justo ou o injusto não importam mais e este discurso sucumbe diante de uma nova forma de governar (Foucault, 2008: 63-64) e a instituição carcerária, que atua às margens do sistema de produção e também de sua lógica, readapta aqueles que agem contra a racionalidade de mercado, neutralizando todos os que não podem competir no mundo das trocas ou ameaçam a eficiência das relações de troca.

A instituição penitenciária é o símbolo da efetivação do sistema de justiça criminal e atua combatendo, na verdade, as pessoas que resistem às normas da racionalidade econômica. Para concretizar esse fim recorre a técnicas denominadas de tratamento penitenciário, sendo a reclusão a principal, cujo propósito supremo é o de reconformar o ser. É através desta reclusão que a pessoa chega à reflexão com o arrependimento pelo delito que praticou. E, assim, o poder segregador (ou penitenciário) cumpre seu papel para transformar a pessoa em gente submissa (Foucault, 2004: 205).

Isso mesmo mostra Michaël Föessel (2010: 46), quando afirma:

La société néolibérale organise l'exclusion de ceux qui ne savent pas voir, et demeurent « aveugles » aux opportunités du marché. Ceux-là deviennent coupables par défaut de vigilance. Ils sont des agents irrationnels dans un monde saturé de rationalités techniques et d'informations utiles. [...] Leur faute réside dans un déficit d'adaptation.

A racionalidade neoliberal mercadológica exige cada vez mais que as relações de troca sejam mais seguras e cada vez mais baratas, pois agora, segundo Michaël Föessel (2010: 39), o que importa já não é mais discutir o que é lícito ou ilícito, mas sim somente avaliar o limite mínimo do que é ou não tolerável em relação às “doenças sociais”. O dispositivo punitivo utilizado como pilar desta governamentabilidade constitui-se um processo de desindividualização da insegurança, com precisos cálculos de riscos, nos quais a finalidade principal é sempre a econômica. Nesta perspectiva, o trabalho, principalmente o penitenciário, pensado a partir da ótica mercadológica, cria esperanças e um sistema de benefícios que tem por propósito aumentar o rendimento e o produto do trabalho. Para Byung-Chul Han (2015: 59), o Capitalismo se apropria do

trabalho alheio para garantir uma maior produtividade num espaço temporal mais curto possível, pois Capitalismo e Trabalho são duas faces da mesma moeda⁷⁵.

Ao associar o trabalho penitenciário ao trabalho externo ao cárcere, qual é o verdadeiro propósito da racionalidade econômica que estabelece o trabalho como remédio para o mal da delinquência? Hassen (1999: 81), categoricamente afirma que o objetivo é “[...] produzir a prevenção geral: constranger o trabalhador livre a aceitar as condições impostas pelas novas formas de trabalho que são de algum modo melhores que as da prisão”.

Ainda nesta mesma esteira de pensamento, o trabalho penitenciário tem um propósito de utilidade, não como atividade produtiva, mas sim na dinâmica humana geral para o trabalho, já que permite que as regras sejam melhor absorvidas pelas pessoas reclusas. Trabalho penitenciário e disciplina são indissociáveis neste contexto, já que este trabalho é concebido como uma maneira de produzir nas pessoas reclusas uma obediência irrestrita às regras e, também, estabelecer “[...] rotinas, posturas determinadas: em uma palavra, disciplina. Sendo o banditismo uma forma limite de indisciplina, o trabalho seria a mão recondutora do domínio da disciplina” (Hassen, 1999: 80).

⁷⁵ Neste sentido, Byung-Chul Han (2015: 60) ensina-nos que “o próprio homem, com seu ‘*general intellect*’, transforma-se num capital”.

3. Do tratamento tradicional a um novo tratamento penitenciário⁷⁶

3.1. O ingresso na Instituição Penitenciária: seleção, adequação do tratamento e prisionalização

A instituição penitenciária, como instituição que se propõe readaptar a pessoa reclusa, está inserida numa determinada dinâmica social, cultural, política e econômica. Portanto, seus objetivos estão intimamente ligados ao propósito transformador da pessoa numa outra, fazendo com que essa nova pessoa fique completamente atenta às regras de procedimento em sociedade. A instituição penitenciária não visa atuar, por isso, como agente vingador da vítima ou da sociedade por conta de infração penal prática; ou seja, a função sustentada pelo discurso é ajudar e assistir⁷⁷.

Esta narrativa da verdadeira finalidade da instituição penitenciária caiu por terra quando passou a adotar o modelo de um verdadeiro cárcere com características de asilo; fechada e de puro castigo, decorrente da retaliação que provém do binômio culpa-castigo. (Marchiori, 1985: 7)

Esta característica extraída de um verdadeiro processo de vingança vai mais além da simples reclusão. O processo é ainda mais complexo já que inclui a impossibilidade de comunicação com a família e com a comunidade; a mudança forçada no estilo de vida; a adoção de novas formas de relacionamento interpessoal; as limitações psicomotrizas e limitações culturais. Entrar no ambiente de reclusão significa abandonar o eu pré-existente provocando um temor indiscriminado e geral.

Na verdade, a grande falha da instituição não está na instituição em si, nem no modelo penitenciário que cada país adota. Mas sim no tratamento penitenciário, que vê todas as pessoas reclusas como seres homogêneos e de aptidões comuns. A forma de pensar é simples: se todos estão em conflito com a lei é porque são iguais e, assim sendo, igual e padronizado deverá também ser o tratamento penitenciário. Nesse sentido, Marchiori (1985, p.8) bem observa a necessidade de um tratamento

⁷⁶ Parte deste capítulo foi publicado na Revista Razón Crítica da Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano. DOI: <http://dx.doi.org/10.21789/25007807.1180>

⁷⁷ Marchiori (1985: 7) afirma que: “la institución penitenciaria, como institución, [...] tiene por función principal la de resguardar, asistir y recuperar socialmente al individuo [...]”⁷⁷.

penitenciário dinâmico e adaptado às aptidões de cada pessoa ingressante. Isto só é possível através de um estudo criminológico minucioso, pois em seu entendimento:

“cada hombre es único y particular, diferente a los demás, cada persona reacciona de una manera propia, basado en su desarrollo, en sus experiencias, en sus relaciones interpersonales, en sus conflictos, en su inteligencia y vivencias”.

A pessoa que ingressa na instituição penitenciária pode ser um jovem; uma anciã; uma mulher; ou quem chega pela primeira vez ou quem, até mesmo, já tem a experiência da reclusão. Apesar destas poucas características de heterogeneidade, todas receberão o mesmo tipo de tratamento. Porém, cada um responderá de maneira distinta ao tratamento que foi imposto. Por isto, qualquer técnica de recuperação penitenciária deve ter em conta a particular situação do ingressante aferida através de um minucioso estudo clínico-criminológico, que tem por objetivo investigar a personalidade e aptidões da pessoa e as suas reações sociais. A partir daí deverá ser aplicado um tratamento de assistência e recuperação que visa, teoricamente, mudar o paradigma da instituição repressiva de uma conduta antissocial.

Este estudo criminológico buscará o reconhecimento da pessoa com um problema de prática de delitos, procurando identificar os processos físicos, psicológicos e sociais que a levaram à prática de infrações penais. O exame criminológico é um processo complexo que tem por finalidade a compreensão do indivíduo, sua família e o meio social em que viveu; ou seja, faz-se necessário à luz desse exame entender a relação existente entre a pessoa e a própria infração penal. Segundo Marchiori (1985: 10), a prática de infrações penais é produto de um fracasso social e familiar e o exame serve justamente para detectar esses pontos de debilidade e, ao final, proporcionar, com o tratamento penitenciário, um adequado desenvolvimento biopsicossocial à pessoa reclusa.

Segundo Marchiori (1985: 11), o que ocorre é exatamente o inverso. O exame criminológico quase não é feito e quando é feito não atende a nenhuma regra das especialidades básicas que deveriam atuar dentro da instituição penitenciária (psicólogos; sociólogos; médicos e assistentes sociais). Esta falta de atenção, que ocorre justamente no momento do ingresso, permite o estabelecimento de um processo de perda de identidade diante da deficiência na compreensão da pessoa reclusa. Este processo é denominado de “processo de prisionização”, decorrente de uma intensa situação de bloqueio emocional e este processo é muito mais intenso nas pessoas que

ingressam pela primeira vez e que sofrem, inevitavelmente, com a perda da identidade social que é substituída pela identidade penitenciária.

A prisionização consiste nos efeitos negativos que a reclusão opera sobre a identidade das pessoas que habitam a instituição. Ao ingressar na instituição penitenciária, a pessoa tem alteradas suas referências pessoais sobre coisas e sobre suas relações anteriores e, assim, passa a absorver novos padrões lá existentes, adaptando-se rapidamente às regras específicas de convívio dentro deste ambiente fechado. Esta adaptação a novos costumes e às regras de disciplinamento da instituição penitenciária faz com que a pessoa se aproprie de códigos; linguagens e maneira de se comportar que são específicos da população reclusa, já prisionizada.

Embora este processo surta efeitos diferentes em cada pessoa, todas são atingidas pela nova cultura - a cultura penitenciária -, pois quando vivenciam a experiência da reclusão passam a compartilhar suas frustrações; angústias e o desejo incansável por liberdade (o que é natural em todo ser humano); além de passarem a partilhar um modo de vida peculiar à realidade penitenciária. A perda das antigas referências e a adoção de novas correspondem a duas dimensões do processo de prisionização: a desculturação e a aculturação.

Baratta (2004, p. 189) explica estas duas dimensões do processo de socialização ao qual a pessoa reclusa é submetida. Primeiro, a da desculturação, que se caracteriza pela desadaptação da pessoa às condições da vida em liberdade. Depois a aculturação (pode ser chamado também de “prisonalização”), que consiste na incorporação de novas formas de comportamento e de pensamento que são características do ambiente de reclusão.

Este processo de mudança, segundo Marchiori (1985: 23), é caracterizado por uma alteração na personalidade da pessoa reclusa em decorrência da vulnerabilidade à qual está exposta e também em decorrência da alta seletividade do sistema de justiça criminal. A vulnerabilidade está associada à exposição das pessoas a determinados riscos, que, no sistema de justiça criminal, é um risco pré-fabricado pelo próprio Estado. Esta vulnerabilidade é consequência quase sempre de uma origem social desprivilegiada (já marginalizada socialmente pela “cultura de periferia”, que em uma sociedade do risco é reputada como “cultura de periculosidade”); da posição desprestigiada no mercado de trabalho (muitas vezes, devido a exclusão pela aparência) e das especificidades do processo de socialização do indivíduo (dentro da família, na escola

ou até mesmo da prisão). Os riscos que envolvem esse tipo de vulnerabilidade são variados. Dentre eles, pode-se citar o desemprego, a falta de estabilidade familiar, o contato precoce com formas de violência, e também a reclusão. Mas, o que é realmente esta vulnerabilidade social? Para Zaffaroni (1998: 269), a vulnerabilidade consiste na possibilidade de ser etiquetado e selecionado por agências de controle social do Estado, num contexto em que quanto maior o grau de vulnerabilidade maior será a probabilidade de incriminação (ou descriminação) pelo sistema de justiça criminal.

Os fatores que levam a esta vulnerabilidade institucionalizada podem ser de dois tipos, segundo Zaffaroni (1998: 269). Primeiro, aqueles fatores ligados às condições socioeconômicas das pessoas e que decorrem da vontade própria. Segundo, aqueles fatores ligados à própria conduta individual que se traduz na autocolocação em risco a partir de determinados comportamentos, inclusive com a prática de infrações penais. Assim, a depender do grau de vulnerabilidade, as pessoas estarão mais suscetíveis ao que o autor chama “invasão institucional”, pois sem uma identidade fortalecida não dispõem de mecanismos para impor resistências⁷⁸.

A vulnerabilidade atrelada a condições socioeconômicas das pessoas – que enquadra a intervenção do sistema de justiça criminal – está conectada à precariedade de acesso aos direitos sociais básicos, o que explica, segundo Baratta (2004: 99), o processo de desviação primária. A desviação primária está ligada justamente a estes motivos que levam as pessoas à instituição penitenciária (autocolocação). Ou seja, ligada a fatores que antecedem o próprio processo de prisionização. Porém, a vulnerabilidade não termina com o ingresso na instituição. Pelo contrário, acentua-se com ele. Porque é justamente dentro do ambiente de reclusão que ocorre a desviação secundária com a subjugação do individual à cultura penitenciária, o que, por sua vez, faz com que a instituição penitenciária se autoalimente. Estes dois tipos de vulnerabilidade deixam a pessoa totalmente desprotegida em relação à ação impositiva do sistema de justiça criminal.

⁷⁸ Neste sentido, Zaffaroni (1998, p. 269) assinala que “*Como es natural, no todas las personas responden a esta matriceria humana de la misma manera. El estereotipo se nutre con los caracteres generales de los sectores mayoritarios más desposeídos, pero la selección es, en principio, más o menos arbitraria, aunque se prepara tempranamente en la vida del sujeto y los más sensibles a los requerimientos de rol formulados por las agencias de los sistemas penales son los más inmaduros, en el sentido de una menor independencia del sujeto en cuanto a su adecuada distinción respecto de los objetos externos; la mayor sensibilidad a los requerimientos de rol está en relación directa con la posibilidad de invasión que el sujeto ofrezca*”

Com isto, a (re)adaptação à cultura externa exigirá da pessoa um profundo processo de revisão de valores, porque aquilo que aprendeu já não é mais compatível com o que o Direito espera de si quando estiver na condição de egressa. São duas culturas em confronto, e este confronto só existe porque o tratamento penitenciário não atinge seu propósito com o processo de prisionização.

A instituição penitenciária é autossuficiente e se alimenta do sistema de controle penal do Estado que, criando um círculo vicioso, se inicia com a prática da infração penal (desviação primária), passa pelo processo de prisionização e resulta na criminalização da pessoa, a ponto de se estender à modificação da própria personalidade (desviação secundária) e, no final de tudo, resulta novamente na reclusão (Baratta, 2004, : 99). É uma engrenagem do exorcismo moderno trabalhado por António Pedro Dores e João Preto. E é isso que faz com que o índice de reincidência seja alto. Na verdade, isto não é um mau resultado porque a instituição penitenciária é “metaforicamente giratória” e esta reincidência alta não incomoda a Administração Pública. Porque este ciclo “normaliza estados de espírito desajustados relativamente à ordem estabelecida” (Dores e Preto, 2013: 37 e 38). O sucesso da pena de reclusão é justamente o seu insucesso e isto justifica o fracasso do tratamento penitenciário tradicional (imposto e homogêneo), pois o desrespeito à pessoa⁷⁹, enquanto sujeito de vontades, é uma das maiores afrontas que uma alguém, mesmo na condição de recluso, pode sofrer por conta da atuação do Estado, que, em tese, deveria agir para preservar essa condição.

Diante desta situação caótica, qual será a solução? Na cidade de Genebra⁸⁰, no ano de 1955, regras para a execução das penas que privam a liberdade foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas com o propósito de criar nas pessoas reclusas a vontade de levar uma vida autossustentável, de acordo com o direito, quando estejam em liberdade, ou seja, pessoas mais responsáveis. Para aguçar este sentido de responsabilidade⁸¹, o tratamento penitenciário precisava mudar e deixar de ser

⁷⁹ Neste sentido Neuman (1994: 144), afirma que “*Quien ingresa a la prisión deja de ser hombre*”, já que é convertido em uma categoria legal, um dependente que passa a servir a imposição penal.

⁸⁰ Primeiro Congresso das Nações Unidas para a Prevenção ao Crime e Tratamento dos Infratores. Genebra, 22 agosto a 3 setembro 1955.

⁸¹ Portanto, o despertar de um senso de responsabilidade é critério para a inclusão da pessoa reclusa neste modelo de execução penal que tem como propósito “criar uma vontade (na pessoa reclusa) de levar uma vida de acordo com a lei”, já que a ausência da participação da pessoa reclusa, tem como consequência, “*entre autres, l’absence de développement du sens des responsabilités qui va gêner la préparation et l’adaptation postérieure à la vie en liberté*” Rodrigues (2000, p. 160).

impositivo e homogêneo e assim se dá início a uma nova forma de pensar a execução das penas que agora deverá ser levada a cabo através da consensualidade. O novo tratamento penitenciário⁸², o tratamento “consensual”⁸³, novamente elegeu o trabalho penitenciário como técnica principal e é sobre este trabalho penitenciário consensual que a tese passará a discorrer, explicando as razões pelas quais o velho modelo deve ser substituído.

3.2. Uma nova execução penal? Análise conceitual do consensualismo penitenciário

No que se refere à aplicação de sanções penais e sua execução, o Estado conduz sua relação com a pessoa sancionada sempre com muita autoridade. O Estado manda e à pessoa somente cabe obedecer. Uma vez que a infração penal é praticada, a autoridade estatal processa e julga a pessoa que, em caso de condenação, é condenada à instituição penitenciária para o cumprimento e execução da pena. Em todo este processo - a determinação da culpa, até ao momento em que a pena é declarada extinta pelo cumprimento com a consequente liberação da pessoa, não vislumbra nenhum momento a pessoa como um sujeito de vontades. Este modelo de justiça criminal tradicional é marcado pela relação do poder-dever do Estado em perseguir aquela pessoa que pratica desvios.

Esta relação de obediência vê a pessoa como sujeito de vontades somente no momento em que ela opta pela violação da lei penal. A partir daí, o sistema de justiça criminal atua com todo seu *imperium* para punir a pessoa e a execução da pena é orientada pelas mesmas características de força. Embora não seja possível uma flexibilização no sistema de processamento da justiça criminal, os olhos voltaram-se para a instituição penitenciária, que tem a missão de recuperar a pessoa condenada, e para o seu paradigma, que deve ser mudado.

⁸² O “novo” pressupõe a existência de um “velho”, algo que evoluiu tornando o velho melhor. Logo, esta nova forma de tratamento penitenciário atende às exigências de uma nova matriz econômica que, a partir da Segunda Guerra Mundial, provocou profundas alterações no mundo do trabalho com o surgimento de uma diretriz baseada numa racionalização da produção (conhecida como *lean production*), que exige uma maior flexibilização das condições de trabalho (Alves, 2005: 18). Bauman (2001: 15) denomina esta nova forma de modernidade líquida.

⁸³ Essa nova forma “consensual” da administração da Justiça Penal é fruto de um processo de revalorização do ser humano como pessoa humana que passou a ser a base, o objetivo e o limite do Estado. Assim, o Estado deve recuar em seu poder de determinação e passar a agir como garantidor dos direitos do homem. (Rodrigues, 2000: 149)

A flexibilização pretendida no âmbito da execução pena faz nascer a justiça penal consensual; a justiça negociada e também o consensualismo penitenciário. Este último, emerge no âmbito da execução das penas de reclusão, graças ao aprimoramento das regras dos direitos humanos e às conquistas da psicologia para a socialização das pessoas. A força do Estado perde força e passa a ver a pessoa como sujeito de vontades detentora de direitos subjetivos que devem ser atendidos.

Por justiça consensual deve-se entender aquele “modelo que concede um lugar mais ou menos importante ao consentimento dos interessados, seja sob a forma positiva de uma aceitação ou sob a forma negativa de uma ausência de recusa” (Tulkens; Van de Kerchove, 1996: 448). O novo modelo implica sempre uma prévia aceitação por parte da pessoa que não tem o poder de negociação, em vez de ser uma imposição por parte do Estado. Por outro lado, a justiça negociada implica na possibilidade de atribuir a outra parte um verdadeiro poder de negociação sobre os termos e propostas dentro de uma demanda e, até mesmo, sobre o conteúdo em si, o que daria uma maior autonomia e alternativas de aceitação ou não daquilo que se negocia⁸⁴ (Tulkens; Van de Kerchove 1996: 449).

No âmbito da execução das penas, em raciocínio um pouco diferente, Pradel (2000: 146) passa a utilizar o vocábulo *consensualismo* (penitenciário) em lugar de justiça consensual ou justiça negociada. Define como princípio que as pessoas e o Estado podem negociar no âmbito da justiça criminal para a execução de penas e afastam, por consenso, a aplicação rígida das regras jurídicas. O consensualismo pressupõe trocas, discussões e concessões; para que um ponto de equilíbrio seja encontrado.

O consensualismo é uma forma de estabelecer uma margem de negociação sobre o processo penal para além do momento de verificação e formação da culpa penal, ou seja, para a execução penal. Mas como é possível ver formas de consenso na execução de uma pena de reclusão onde, justamente, o Estado demonstra toda a sua força? Pradel (2000: 146) entende que já não é mais possível admitir, ainda que durante a execução da pena, que a pessoa reclusa não possa negociar com o Estado ao menos algumas condições da execução de sua própria condenação, ainda que o Direito Penal em sua vertente penitenciária, seja de ordem pública; de interesse geral.

⁸⁴ Neste sentido, Anabela Rodrigues afirma que a justiça imposta cede passo, cada vez mais, a uma justiça negociada, interativa e horizontal e que busca a composição de interesses através da racionalidade dialética. (2000: 355)

Assim, consentir no âmbito da execução das penas reside na aceitação ou não de um benefício oferecido pela administração penitenciária para que a sanção penal e sua execução deixe de expressar seu absoluto *imperium* e passe a ver a pessoa condenada como um sujeito de direitos. Seguindo esta linha, o Direito Penal abriria um novo caminho à participação da pessoa na execução de sua pena, já que a sanção mais útil é aquela que foi incorporada pela pessoa condenada e assim despertaria seu sentido de responsabilidades e, portanto, o tratamento penitenciário pode alcançar seu objetivo de ajudar e recuperar⁸⁵.

Esta é a quebra do paradigma conceitual para o Direito, pois a política da justa punição não produz nenhum resultado satisfatório na execução das penas. A nova proposta de execução consensual tenta resgatar a legitimidade da instituição penitenciária e também de todo o sistema de justiça criminal, usando os direitos da pessoa como argumento para o todo o tratamento penitenciário⁸⁶. Neste modelo, a reeducação é aceita e não imposta pelo Estado, pois isto é considerado uma afronta aos direitos individuais. O tratamento penitenciário é um direito individual e não deve representar nenhuma forma de constrangimento à pessoa e, assim, o consensualismo através do trabalho permitirá o afastamento temporário da pessoa do ambiente de reclusão para desenvolver uma atividade de interesse geral⁸⁷, com considerável diminuição da vigilância penitenciária. Para que isto ocorra, a administração penitenciária deve perceber as vocações laborais da pessoa reclusa (através do exame criminológico) e oferecer-lhe uma atividade compatível.

Este modelo discutido foi posto em prática na década de 90, na França, quando este país abriu oportunidade para uma execução penal mais flexível a ser executada, num certo momento, fora do estabelecimento penitenciário. Estas medidas consensuais

⁸⁵ Neste sentido, Rodrigues (2000: 160) afirma que o objetivo deste modelo de justiça penal executora é criar um modelo de prisão não dessocializadora, pautada no consentimento do condenado pois “*l’absence de participation a comme conséquence, entre autres, l’absence de développement du sens des responsabilités qui va gêner la préparation et l’adaptation postérieure à la vie en liberté*”.

⁸⁶ Neste sentido, Rodrigues (1999: 361) afirma que “o renascimento da socialização entrará, no entanto, em perda, se não ocorrer no quadro das garantias jurídicas consubstanciadas no princípio do Estado de direito democrático”

⁸⁷ Este é o propósito defendido por Carsola (2000, p. 175): “*le consentement au moins tacite du condamné peut lui permettre d’échapper à l’emprisonnement, par exemple dans le sursis à l’exécution de la peine, mais le consentement préalable et exprès est exigé dès lors qu’il est envisagé un travail d’intérêt général; on voit également se développer, à partir de la vieille libération conditionnelle, prudemment, l’idée d’un consensualisme dans l’exécution même de la peine d’emprisonnement, par exemple pour la mise en œuvre du travail pénitentiaire*”.

foram denominadas “*grâce conditionnelle*” para o trabalho, ou, simplesmente, sanção pelo trabalho de interesse geral⁸⁸.

O modelo francês adotou toda a base conceitual do consenso como norte para o tratamento penitenciário, por entender que a pessoa é um sujeito de vontades; ou seja, capaz de decidir pelo sim ou pelo não em razão das ofertas de trabalho que são apresentadas. Porém, não há espaço para se discutir as condições de execução do trabalho. Ao mesmo tempo, não foi desenvolvido nenhum instrumento capaz de afirmar que o trabalho executado está ou não vocacionado à vida da pessoa.

Embora sejam detectados alguns problemas, a administração penitenciária francesa afirma que aquelas pessoas envolvidas no trabalho consensual não voltaram a reincidir e que se há alguma reincidência ela é mínima e incapaz de macular este novo modelo para a execução penal. Para que este tratamento tenha êxito, faz-se necessário evitar que o ambiente de reclusão produza efeitos negativos na pessoa, os quais possam inviabilizar o trabalho externo ou, até mesmo, todo o tratamento penitenciário. Trata-se aqui de um alerta feito pela criminologia sobre os efeitos negativos⁸⁹ da reclusão na pessoa, que podem enfraquecer as disposições⁹⁰ anteriormente construídas e impossibilitar uma vida reta em liberdade.

As estatísticas⁹¹ apresentadas por Carsola (2000: 178), quanto aos resultados desta forma de executar penas, são, de certa forma, entusiasmadoras – designadamente

⁸⁸ A França adotou a “sanção do trabalho de interesse geral” a qual supõe um consenso obrigatório entre a pessoa reclusa e o poder público por determinação do artigo D.531 do Código Processual Penal. Nesta perspectiva a pessoa reclusa passará, fora do estabelecimento prisional, a executar formas de trabalho não remunerados ou remunerados de maneira mínima, sem vigilância contínua da administração penitenciária desde que prove ser responsável e respeite as regras reitoras da vida coletiva na instituição penitenciária. (Carsola, 2000, 177-178)

⁸⁹ Segundo Baratta (2004: 189), como já foi abordado, os efeitos negativos que a prisão exerce sobre as pessoas reclusas é resultado de um “processo de socialização” no qual a pessoa é submetida e se dá a partir de dois momentos: a) o da “desculturação”, quando a pessoa é desadaptada às condições necessárias para a vida em liberdade; b) da “aculturação” (ao que se pode ser chamado também de “prisonalização”) quando o novas atitudes emergem tendo como parâmetro o modelo de conduta e valores característicos da cultura carcerária.

⁹⁰ A criminologia utiliza o termo “atitudes” (Baratta 2004: 189), porém, o termo disposição, que é usado neste projeto, mostra-se o mais adequado já que permite entender o estado incorporado dos comportamentos individuais criados a partir contextos sociais objetivos diversos, de modo a permitir uma análise mais profunda das múltiplas realidades que compõe o mundo social da pessoa.

⁹¹ Afirma Carsola (2000: 178 – 180) que o índice de reincidência pela foram reduzidos drasticamente em França e aponta o consensualismo como instrumento responsável por este êxito na execução de uma pena ordinária. Indica ainda que 22.534 pessoas reclusas, no ano de 1998, exerceram alguma atividade, porém, somente 43,22% destas pessoas recebiam alguma remuneração e que do total de acordos firmados entre o sistema de justiça criminal e a pessoa reclusa, 93% destas pessoas não reincidiram em qualquer prática delitiva.

no que respeita ao índice de não reincidência – numa perspectiva macro e quantitativa. Porém, numa perspectiva micro, nada é revelado, deixando em aberto se os trabalhos executados estavam vocacionados à vida das pessoas. Este é o motivo pelo qual o presente estudo se mostra pertinente e adequado para investigar os efeitos do trabalho consensual na trajetória de vida das pessoas.

4. “Programa “Começar de Novo”” e sua prática na região metropolitana de Belém: a recuperação pelo tratamento penitenciário consensual brasileiro

O Direito brasileiro para a execução das penas já previa, desde o ano de 1984, com a Lei de Execuções Penais, o trabalho como a principal técnica do tratamento penitenciário, seguindo a esteira evolutiva desta técnica dentro de uma instituição total. Porém, com a consolidação do trabalho consensual, uma política pública concreta surge, no ano de 2009, com a promessa de recuperar a pessoa através desta técnica penitenciária. Trata-se de o programa “Começar de Novo”⁹² que foi implementado no âmbito nacional pelo Conselho Nacional de Justiça e que tem como propósitos a promoção da cidadania e a prevenção da reincidência. Toda base epistemológica, o designado consensualismo penitenciário, foi adotado pelo programa, o qual pressupõe que, através de um acordo entre o sistema de justiça criminal com as entidades públicas ou privadas, a pessoa reclusa possa ter, caso aceite, uma oportunidade para trabalhar fora da instituição penitenciária.

Este “consensual” – que pressupõe um mínimo de discussão, entre a pessoa reclusa e o tomador do serviço e até mesmo com a administração penitenciária, sobre a estrutura e as condições do trabalho – é, na verdade, uma prerrogativa somente do Poder Público e daquele que tomará o trabalho, que acordarão, entre si, as condições do trabalho que será desenvolvido por um terceiro. Cabe à pessoa reclusa somente a faculdade de acenar positiva ou negativamente se deseja trabalhar ou continuar a viver no ambiente de reclusão. A carga ideológica que transporta é incomensurável pois a ressocialização pelo trabalho torna-se uma óbvia tecnologia ao serviço do poder penitenciário e, por isso, o termo “consensual” passa a ser usado por e para converter as pessoas à conformidade de uma ordem ancorada no valor do trabalho, como fator de integração e de honorabilidade pública. Dir-se-ia que é, no âmbito das práticas sociais contemporâneas e da sociedade do consentimento (Peixoto, 2017), uma espécie de consentimento informado em que o direito de consentir ou não é apenas um *pro forma*,

⁹² Programa instituído através da Resolução 96 de 2009. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/pj-comecar-de-novo>>

uma vez que a opção de não consentir implica custos insuportáveis e individualmente não controláveis.

Neste programa, e de acordo com a Lei das Execuções Penais do Brasil, as oportunidades laborais oferecidas podem representar para o empregador uma redução em até 50% quanto ao custo de mão-de-obra por pessoa incluída dentro do programa. Neste caso, o empregador não paga um salário, mas sim uma bolsa de até três quartos do salário mínimo vigente e que serve como remuneração se compararmos com um contrato comum para os “trabalhadores livres”. Não há também nenhum custo com encargos sociais e trabalhistas⁹³.

O público alvo do programa são pessoas em estado de reclusão que podem exercer qualquer atividade externa. Ou seja, que estejam em regime de cumprimento de pena semiaberto; aberto ou em livramento condicional. Isto é, não atinge a totalidade da população penitenciária e a gestão do programa é realizada pelo Juízo das Execuções Penais.

Especificamente no Estado do Pará, o programa nacional foi incorporado através da Portaria 2702/2009 do Tribunal de Justiça do Estado e deu possibilidade para a execução das atividades já no ano de 2010. No Estado, o propósito é de também desenvolver socioculturalmente a pessoa e capacitá-la e qualificá-la para o trabalho pós-reclusão, além de contribuir de forma eficiente para a integração desta pessoa no mercado de trabalho.

Já no ano de 2010, através da Portaria 0134/2010 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, abriu-se a possibilidade para que empresas privadas que prestavam serviços de engenharia para o Tribunal incorporassem o público alvo no seu quadro de funcionários e, diante de uma certa demora por parte das empresas, o contrato com o Tribunal ficou condicionado ao recebimento destas pessoas reclusas⁹⁴, que foram, posteriormente, contratadas, sob o regime celetista. No total, 9 pessoas reclusas foram abarcadas neste projeto nesse momento.

⁹³ O empregador contratará a pessoa reclusa e terá como obrigação somente “o pagamento de salário, alimentação e transporte, salvo nos casos de contratação com registro em Carteira de Trabalho, hipótese em que o preso tem todos os direitos de um trabalhador livre”. Disponível em <<http://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=1504>>

⁹⁴ Quando a pessoa reclusa é inserida no âmbito do programa, o empregador não saberá, ao menos oficialmente, qual o crime por ela cometido.

No mesmo ano, o Tribunal firmou convênios com a Empresa Pública de Correios e Telégrafos⁹⁵ para o oferecimento de 30 vagas. E também com a empresa privada STATUS Construções, empresa do ramo da construção civil, para o oferecimento de mais 5 vagas. E, no final de 2010, mais contratos com empresas da construção civil foram assinados, justamente no momento em que este setor econômico alcançava seu auge de atividade⁹⁶.

Em relação aos resultados, com exceção da empresa pública de Correios, onde somente uma pessoa deixou o programa por motivos desconhecidos, nas empresas de engenharia e construção, que incorporaram 14 pessoas em situação de reclusão, 7 pessoas (metade das incorporadas) deixaram de fazer parte do programa ainda no mesmo ano, por motivos que não são apontados nos relatórios do programa⁹⁷.

Nos anos seguintes, o quadro não foi diferente, mas com um aumento considerável no número de vagas ofertadas. Com exceção da empresa pública dos Correios, que absorveu 64 pessoas em situação de reclusão, 34 delas não se mantiveram nas funções até ao final, sempre por motivos desconhecidos. No ano de 2011, foram inseridas mais 16 pessoas reclusas, das quais 9 saíram do programa “por motivos diversos”, tal como aponta o relatório⁹⁸.

No ano de 2012, nenhuma pessoa em situação de reclusão na Região Metropolitana de Belém recebeu qualquer autorização para o trabalho externo no âmbito do programa e 5 pessoas reclusas receberam tal autorização em todo o Estado do Pará. Porém, não especifica o relatório se tais autorizações se referem ou não ao programa “Começar de Novo”⁹⁹.

Em 2013, registrou-se um novo aumento do número de vagas disponibilizadas por empresas privadas no âmbito do “Começar de Novo”. Assim, foram inseridas 51 pessoas em diversas empresas privadas que exploram atividades comerciais diferentes.

⁹⁵ No caso da pessoa ser absorvida para o trabalho no setor público de atividades, esta receberá uma bolsa trabalho para efeitos de remuneração.

⁹⁶ Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, no ano de 2010, a construção civil foi um dos principais carros-chefe do crescimento econômico brasileiro com um crescimento de 14,9% só no primeiro trimestre de 2010. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/boletimtrabalhoeconstrucao/2010/2010boletimConstrucaoCivil4.pdf>>

⁹⁷ Relatório do programa “Começar de Novo” no Estado do Pará para o ano de 2010 disponível no sítio <<http://www.tjpa.jus.br//CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=1538>>

⁹⁸ Relatório do programa “Começar de Novo” no Estado do Pará para o ano de 2011 disponível no sítio <<http://www.tjpa.jus.br//CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=1556>>

⁹⁹ Relatório da Situação Carcerária no Estado do Pará no ano de 2012 disponível em: <<http://www.tjpa.jus.br//CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=1541>>

Porém, a construção civil continua sendo a principal atividade a absorver estas pessoas, sendo que 29 destas pessoas foram desligadas do programa no mesmo ano. Na esfera pública, os Correios incorporaram 116 pessoas, 86 das quais foram desligadas no mesmo ano e, por sua vez, o Tribunal de Justiça do Estado incorporou 8 mulheres¹⁰⁰ para atuar internamente, sendo que todas elas se mantiveram¹⁰¹. A partir do ano de 2013, o Tribunal de Justiça de Estado não disponibilizou nenhum outro relatório para avaliação e comparação.

Os relatórios, sempre apresentados em uma vertente quantitativa, não conseguem demonstrar se o programa “Começar de Novo” realmente atingiu os objetivos pretendidos, tanto a nível nacional como estadual. O que os números revelam é que uma grande quantidade de pessoas deixa suas atividades ainda no primeiro ano de acordo, principalmente na esfera privada. Esta débil taxa de retenção, ou de sobrevivência no posto ocupado, levanta várias questões. Será que os propósitos do programa são realmente percebidos por todos que estão envolvidos e principalmente pelas pessoas que tomam o trabalho das pessoas em situação de reclusão? Será que este é um indicativo de que os trabalhos ofertados não estão vocacionados à vida das pessoas, servindo somente como um instrumento de ocupação temporário? O próximo capítulo discorre exatamente sobre o trabalho penitenciário consensual levado a cabo pelo programa em sua escala mais importante, a escala micro, para que todas as perguntas possam ser objeto de resposta.

4.1. Aspectos teórico-metodológico: a escolha do caminho¹⁰²

A investigação assumiu as estratégias da pesquisa qualitativa e tem como principal foco o estudo das experiências sociais e os significados do trabalho no percurso social¹⁰³ dos envolvidos em algum tipo de trabalho penitenciário externo, desde que abrangido pelo programa “Começar de Novo”, do Conselho Nacional de Justiça do Brasil.

¹⁰⁰ O trabalho destas mulheres limitava-se à digitalização de processos judiciais.

¹⁰¹ Relatório do programa “Começar de Novo” no Estado do Pará para o ano de 2013 disponível no sítio <<http://www.tjpa.jus.br//CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=11217>>

¹⁰² Parte deste capítulo foi publicado na Revista Razón Crítica da Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano. DOI: <http://dx.doi.org/10.21789/25007807.1180>

¹⁰³ Por percurso social busca-se entender como foram construídas socialmente as disposições individuais incorporadas dentro de um conjunto de relações entre o ator e os espaços por ele vivido. (Bourdieu, 2009: 7).

A investigação pretendia, inicialmente, entrevistar pessoas que trabalharam interna e externamente em dois grupos: pessoas em atividade na esfera pública e pessoas que trabalharam também na esfera privada (não sendo relevante para a investigação saber o tipo de crime cometido). Foram selecionadas 11 pessoas, sendo a amostra composta por 2 (duas) mulheres e 9 (nove) homens de cada grupo que estiveram no programa durante o ano 2017 e 2018, de modo que foi possível acompanhar a passagem destas pessoas por algumas das fases do processo do designado trabalho consensual.

A investigação foi posta em prática na Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, na Região Metropolitana de Belém e na Colônia Penal Agrícola Santa Izabel – casa penal que desenvolve atividades para as pessoas que ali estão reclusas. Foi concretizada através da análise individual do processo de execução penal das pessoas reclusas, na expectativa de se poder encontrar várias informações sobre as disposições laborais¹⁰⁴ e, também, através da realização de entrevistas¹⁰⁵. O uso destas duas técnicas permitiu a construção dos retratos sociológicos que apresentamos e analisamos mais à frente. A escolha destes lugares de realização da atividade empírica deveu-se à facilidade de contacto e à aceitação dos procedimentos de pesquisa, quer por parte das instituições, quer por parte dos participantes no programa. A pesquisa permitiu avaliar as condições do trabalho consensual interno – executado por pessoas reclusas somente no regime semiaberto – e do trabalho consensual externo – executado por pessoas reclusas em regime semiaberto; aberto e em livramento condicional.

A divisão dos grupos em dois (trabalho em espaço público ou privado) permitiu uma leitura das condições de trabalho executadas nas duas esferas. A variável “sexo” permitiu ilustrar a qualidade do trabalho oferecido aos homens e às mulheres e suas expectativas em relação à nova “oportunidade” oferecida, de modo a entender o porquê

¹⁰⁴ Através do exame criminológico, que consiste numa avaliação individual da trajetória de vida da pessoa que acaba de ingressar na instituição penitenciária, busca-se individualizar a execução da pena com o objetivo de aplicar o melhor tratamento reabilitador adequado às singularidades pessoais. Logo, a escolha de uma atividade laboral deve ser compatível com as aptidões pessoas detectadas no exame criminológico (Marchiori, 1985: 8).

¹⁰⁵ As entrevistas são direcionadas de modo a perceber como as disposições individuais foram construídas nos diferentes contextos de vida em que se move o ator, para despertar no entrevistado uma reflexividade do seu próprio percurso social.

de ser oferecido às mulheres atividades que se diferenciam das atividades ofertadas aos homens.¹⁰⁶

Para a construção e análise dos retratos sociológicos, quatro grandes dimensões foram investigadas, o que permitirá compreender o conjunto de variáveis que caracterizam as pessoas estudadas:

- a) Dimensão sociodemográfica com a identificação da nacionalidade, origem, idade e local de residência.
- b) Dimensão familiar: nesta matriz serão avaliadas a estrutura e a dinâmica familiar da pessoa, principalmente sobre a trajetória laboral dos membros da família.
- c) Dimensão escolar: buscar-se-á entender a trajetória escolar com o propósito de capturar disposições laborais desenvolvidas neste contexto de vida.
- d) Dimensão laboral: onde perceberemos os percursos laborais da pessoa, de modo a comparar com as atividades exercidas posteriormente por conta da relação penitenciária.
- e) Dimensão institucional que permitirá uma análise do percurso institucional dentro da instituição penitenciária, de modo a perceber o contexto geral do tratamento penitenciário dispensado à pessoa e como este contribuiu para o desenvolvimento da atividade laboral que desempenha.

Para a elaboração dos retratos sociológicos, foram realizadas 3 (três) entrevistas individuais por retratado durante a investigação, em distintos momentos, quando possível: a) após o desenvolvimento de pelo menos um mês de atividade laboral; b) após seu desligamento do programa. Os momentos são importantes para que se perceba a completa trajetória das pessoas neste contexto de suas vidas e, também, para que se possa capturar novas disposições construídas que permitam (ou não) o desenvolvimento de atividades fora do programa de inserção.

Inicialmente, a investigação previa que as entrevistas decorressem em três momentos distintos. Ou seja, antes da inserção da pessoa no mercado de trabalho através do programa; haveria uma segunda entrevista no momento da seleção relacionada com a intenção de dar conta das expectativas vividas no momento; e uma entrevista após o desligamento do programa, caso ocorresse. Porém, em decorrência da

¹⁰⁶ Como referido, e como detalhado mais à frente, não seguimos aqui qualquer tipo de preocupação de representatividade. A dificuldade prática, técnica e metodológica de assumir essa eventual pretensão apela a um bom senso que obriga a delimitar os campos do possível. Guiamo-nos, assim, pelo postulado de Howard Becker, para quem, quando se trata de avaliar tendências e disposições, “uma única entrevista qualitativa pode ser suficiente” (Becker, s.d.: 15; Baker & Edwards, s.d.: 5).

falência do programa, a partir do ano de 2015, com o descredenciamento voluntário de várias empresas e órgãos públicos, no ano de 2017 não havia nenhuma seleção à vista que permitisse a realização desse momento da entrevista prévia à entrada no programa.

4.2. A escolha pela entrevista aprofundada para a produção dos retratos sociológicos

Realizar uma investigação onde a metodologia qualitativa é a opção eleita implica perceber a não-linearidade do próprio processo investigativo ao tratar as formas de pensar, agir e sentir das pessoas envolvidas, na tentativa de reconstrução do cotidiano passado e presente através da atenção conferida às suas opiniões e aspectos subjetivos que as próprias atribuem às suas trajetórias individuais.

Ingressar heurísticamente no campo multidimensional da delinquência implica entendê-la como um caminho, um “transformar-se”, que não pode ser estudado somente a partir de aspectos objetivos da vida. Portanto, apesar da aparente estruturação dos retratos sociológicos como algo linear – ao menos cronologicamente – as incertezas e mudanças estão sempre presentes na trajetória de vida¹⁰⁷ destas pessoas que são capazes de se criar e reinventar de acordo com os diferentes momentos de influências do mundo.

A metodologia qualitativa eleita – a entrevista biográfica – foi a mais adequada, já que permite a reconstrução da trajetória individual com objetivo a detectar o patrimônio de disposições das pessoas e como estas disposições¹⁰⁸ permitem a execução de um trabalho por conta da relação penitenciária, para se compreender quais das disposições portadas são determinantes para sucesso (ou não) pretendido pelo programa. O uso da técnica permitirá resgatar as desigualdades de percurso e relacionar com as desigualdades de (in)sucesso de um trabalho executado por conta da relação penitenciária.

¹⁰⁷ Neste sentido, Tornberry e Krohn (2004: 155) argumentam que “alguns delinquentes começam cedo a sua trajetória desviante e de que outros a iniciam tarde, [isso] não significa apenas que existam dois tipos de delinquentes – os de início precoce e os de início tardio - mas que estes comportamentos se desenrolam e sofrem mudanças”.

¹⁰⁸ Segundo Bourdieu (1996: 13-33) as disposições correspondem a um *habitus* incorporado pelos indivíduos, mas não se encontram neles e sim na posição social compartilhada entre as pessoas, ou seja, todos os indivíduos de uma mesma classe social possuem *habitus* comuns. Por sua vez, Lahire (2005) avança nos estudos de Bourdieu e argumenta que a vivência social individual é muito mais heterogênea do que homogênea – como pretende seu antecessor – e que o conjunto de práticas incorporadas individualmente pode ou não ter referência com uma estrutura social específica, razão pela qual prefere referir-se ao *habitus* como um patrimônio individual de disposições.

A captura da história de vida das pessoas através da linguagem implica mergulhar nos sentidos e significados que cada um atribui para si. Esta construção, a partir das experiências individuais, de suas memórias biográficas (crenças; práticas; saberes e etc), permite capturar a interpretação pessoal das trajetórias de vida no tempo e no espaço, além de suas opiniões, impressões e motivos que possibilitem um olhar reflexivo sobre o passado. Portanto, explorar a diversidade biográfica das pessoas para a elaboração de suas histórias de vida possibilita a (re)construção da identidade social.

A entrevista sociológica que permite o estudo dos ritos do dia-a-dia, através da atenção dada às pessoas envolvidas, não pode limitar-se a uma entrevista fechada em questionários e tópicos de abordagem, isso de pretendermos considerar, como a nosso ver é fundamental, o caráter dinâmico das trajetórias de vida. Assim, como a entrevista proporciona interação social, esta deve ser mais flexível ao ponto de permitir o surgimento de pontos e situações não previstas pelo sociólogo, que possibilitem autovisualização do entrevistado no espelho de sua própria vida.

A condução das entrevistas partiu da premissa de que as pessoas agem em harmonia com os sentidos e propósitos que os eventos da vida têm para cada uma e que tais sentidos se transformam durante o processo de interação levado a cabo por essas mesmas pessoas. Desta maneira, foi possível perceber o sentido que as pessoas dão à sua experiência delituosa e como esta experiência, desde sua gênese, moldou os caminhos da vida até à aceitação de um trabalho dentro da relação penitenciária¹⁰⁹. Com a captação desses sentidos busca-se capturar as disposições pessoais.

Ao partir dos estudos emanados do conceito de *habitus* de Bourdieu, Lahire defende a ideia que a pessoa possui um conjunto heterogêneo de disposições que devem ser estudadas sempre a partir do empirismo¹¹⁰ para o estudo de alguma utilidade científica¹¹¹ e propõe uma sociologia em escala individual, na qual o comportamento é

¹⁰⁹ Neste sentido, Pais (2002:143) salienta que: “A atenção dirigida às intenções e aos motivos que levam os indivíduos a interagir deve estar presente na descrição e interpretação dessas estruturas do ‘mundo da vida’. Para ter acesso a essas estruturas não podemos adotar apenas a posição de observador externo... Devemos também desenvolver categorias para entender a interpretação que os indivíduos dão aos significados dos fluxos latentes da sua vida cotidiana”.

¹¹⁰ “os rigores da pesquisa empírica no âmbito das ciências sociais obrigam a não falar nunca de disposições sem apontar as provas empíricas de sua existência” (Lahire, 2004: 28).

¹¹¹ Neste sentido: “A partir da constatação da fraca rentabilidade actual da noção, duas conclusões opostas podem ser tiradas: uma que consiste em pensar que podemos fazer sociologia sem este tipo de conceitos e que a economia (no sentido duplo do termo) conceptual dos modelos explicativos deve tender para uma depuração do modelo (*exit* pois as noções de disposição, de esquema ou de *habitus*, são consideradas supérfluas); a outra, a que eu formulo e que me conduza o programa de uma sociologia à escala

entendido a partir do conceito de disposição. Por conta disto, o autor busca distingui-la e relacioná-la com os conceitos de apetência, agir e crer¹¹². Logo, é melhor, na perspectiva proposta para esta investigação, que se trabalhe as disposições em vez de um sistema de disposições (que Bourdieu denomina *habitus*) e que não há somente um princípio gerador, mas vários. Ao estudar este social incrustado na pessoa, atravessa-se instituições, grupos e campos de interação, para perceber como os indivíduos agem e porque agem de uma determinada forma.

As disposições, que para Lahire tem gênese nas interações sociais, nos levam à verificação de diversos contextos de ação nos quais a pessoa foi inserida ao longo de sua trajetória de vida. É justamente na análise da trajetória de vida que encontramos respostas para os comportamentos, quando identificamos as disposições incorporadas que formam um patrimônio plural e que devem ser estudados em cada contexto.

Quanto mais a pessoa interage em diversos contextos de sua vida, que tal como as disposições não são homogêneos nem unificados, mas sim heterogêneos e, por vezes, contraditórios e não lineares, mais a trajetória de vida da pessoa se torna complexa e mais seus hábitos podem variar segundo o contexto social em que vive (Lahire, 2005: 26-27). Esta análise contextual¹¹³ deve ser sempre posta à prova do estudo empírico, não podendo ser resolvida “antes mesmo da questão ter sido colocada, através da utilização de termos muito constrangedores do tipo ‘sistema de disposições’” (Lahire, 2005: 27), já que todo contexto de ação possui um sentido e é através deste sentido que se entende a própria ação.

individual, leva-nos a pensar que é necessário, daqui em diante, pôr à prova de investigações empíricas um tal conceito retórico para o fazer passar para um estatuto de conceito cientificamente útil”. (Lahire, 2005: 18)

¹¹² Lahire (2005: 18-19) diferencia as disposições para agir das crenças já que estas “estão já constituídas, elas são mais ou menos confirmadas pela experiência corrente, mais ou menos sustentadas pelas múltiplas instituições (escolares, religiosas, políticas, médicas...), e a sua força varia em função do seu grau de constituição (aprendizagem), e depois de confirmação (sobre-aprendizagem)”. As disposições para agir divergem das crenças, necessariamente, para que se possa explicar os sentimentos de ilusão, frustração e culpabilidade e cita como exemplo: “viver sempre imerso num ambiente ideológico-cultural que valoriza os benefícios do consumo pode levar os actores de uma sociedade a sonhar em aceder ao consumo para “se sentir bem”, “ser feliz” ou “estar em cima do acontecimento”. Mas estes mesmos actores podem estar privados de meios económicos que lhes permitam agir no sentido da sua crença, vivendo essas situações como uma frustração temporária ou permanente”. De igual forma, estar “disposto a” não significa fazer com gosto o que explica muitas disposições de agir sem apetência.

¹¹³ No entendimento do autor, “Trata-se não só de comparar as práticas dos mesmos indivíduos em universos sociais (mundos sociais, que podem em alguns casos, mas não sistematicamente, organizar-se sob a forma de campos de lutas) tais como o mundo do trabalho, a família, a escola, a vizinhança, a igreja, o partido político, o mundo dos lazeres, as instituições culturais..., mas também de diferenciar as situações no interior destes diferentes grandes domínios—nem sempre tão claramente separados na realidade social -, tendo em conta as diferenças intrafamiliares, intraprofissionais...”. (Lahire, 2005: 28)

O estudo destas disposições dobradas no individual só é possível com uso da técnica dos retratos sociológicos, que tem por finalidade “avaliar a rentabilidade científica de todo um léxico conceitual disposicional” capaz de “interpretar as variações contextuais dos comportamentos e atitudes de indivíduos singulares” (Lahire, 2004: 20). O retrato sociológico é na verdade uma técnica que se apoia em outra técnica que, neste caso, é a entrevista biográfica aprofundada, que permitirá a observação empírica das disposições incorporadas pelos sujeitos sociais.

A análise sociológica em escala individual, ao utilizar-se da técnica da entrevista biográfica aprofundada, permite que a própria pessoa se posicione diante dos contextos de ação que viveu ao narrar sua própria trajetória de vida e assim passará inúmeras informações que poderão revelar, mesmo que inconscientemente, aquilo que o investigador quer saber. Logo, “o sociólogo não faz completamente seu trabalho a não ser quando analisa também inúmeros aspectos da vida passada ou presente do entrevistado que não entram no campo de consciência e de interesse deste” (Lahire, 2004: 314). É justamente no campo da não-consciência que a investigação ganhará valiosos aportes que poderão responder a seus objetivos.

A narrativa deve adotar um discurso que seja coerente com a trajetória de vida da própria pessoa, cabendo a partir da interpretação do investigador, através de sucessivas entrevistas, detectar as disposições que são mais ou menos frequentes, aquelas que estão dobradas na pessoa, até que a narrativa atinja uma não-consciência ao ponto de revelar princípios norteadores do seu comportamento. Nesta linha de pensamento, Lahire (2004: 22) afirma que “embora seja suficientemente consciente para nos descrever o que faz, o ator não tem consciência das determinações internas e externas que o levaram a agir como agiu, a pensar como pensou, a sentir como sentiu”.

A análise sociológica em escala individual exige o enfrentamento de dois conjuntos de questões que foram trabalhados ao longo desta tese nos retratos sociológicos. O primeiro ponto trata dos processos de socialização através dos quais as disposições são incorporadas e o segundo resulta em saber como este passado incorporado é reativado nos distintos momentos da trajetória de vida. Portanto, a partir do estudo destas duas dimensões, foi possível identificar as disposições mais recorrentes, intensas e regulares para o trabalho, e como elas foram ativadas ou inibidas em decorrência da entrada da pessoa numa instituição total.

As entrevistas foram realizadas segundo os critérios da análise disposicionalista proposta por Bernard Lahire, através da elaboração de um roteiro de entrevista biográfica adequado aos objetivos desta investigação, com a realização de três sessões de entrevistas, com intervalos máximos de 10 dias, com vistas a questionar o entrevistado sobre seu posicionamento quanto sua trajetória social, foi capaz de promover uma maior reflexividade individual da sua própria trajetória de vida.

Os retratos sociológicos, por natureza, apresentam características particulares, já que não se pretende, tão somente através de duas ou três entrevistas, ter uma visão total do entrevistado, mas sim alcançar sua subjetividade, capturando as marcas sociais contextualizadas na pessoa; ou seja, no caso vertente, foi possível relacionar a dimensão macrosociológica com a dimensão microsociológica¹¹⁴. O retrato consiste numa maneira sociológica de tratar a individualidade, evitando assim a generalização¹¹⁵ precipitada do comportamento do indivíduo a partir de uma determinada conjuntura social.

4.3. Limitações à investigação empírica pela saturação teórica

A transparência dos resultados numa pesquisa qualitativa é considerada em termos de avaliação do rigor científico empregado na investigação. Assim, quanto mais claras forem as razões das escolhas do investigador maior será a qualidade dos resultados da investigação empírica. Logo, nesta investigação, a saturação teórica delimitou o tempo e a quantidade de dados que deveriam ser coletados.

É certo que o propósito desta investigação, inicialmente, era entrevistar o maior número de pessoas envolvidas no programa “Começar de Novo”, em função dos números constantes nos relatórios emitidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará

¹¹⁴ Nos estudos de Lahire (2005: 14) “estudar o social individualizado, ou seja, o social refractado num corpo individual que tem a particularidade de atravessar instituições, grupos, campos de forças e de lutas ou cenas diferentes, é estudar a realidade social na sua forma incorporada, interiorizada.”

¹¹⁵ As conclusões macrosociológicas resultam num caráter generalizável do indivíduo quando o tomamos por objeto de estudo. Lahire propõe um refinamento dos modelos da macrosociologia que não negligencie o caráter complexo, plural e heterogêneo presente na escala individual através da prova empírica. Para o autor, “os sociólogos apoiaram-se muitas vezes nessa noção, como na de “generalizabilidade” das disposições e esquemas, para reforçar uma certa preguiça empírica. Se cada investigação, sobre tal ou tal prática, permitisse verdadeiramente apreender disposições gerais, que se pressupõem transferíveis para outras situações, então evitar-se-ia, com efeito, um longo e fastidioso percurso de pesquisa: aquele precisamente para cuja realização uma sociologia à escala individual se propõe contribuir.” (Lahire 2005:23)

nos anos anteriores à entrada em campo. Porém, com o declínio do programa e a limitação de vagas na Região Metropolitana de Belém, somente 11 pessoas foram entrevistadas. A questão heurística e metodológica que se coloca reside em saber se a eventual ampliação da área geográfica da investigação, estendida, por exemplo, a todo o Estado do Pará, traria resultados diferentes ao trabalho? Ou se aumentar o tamanho da amostra levaria a conclusões distintas das apresentadas. É possível que sim. Porém, as limitações de recursos financeiros e de tempo, assim como as contingências de acesso ao objeto empírico, não permitiram tal ampliação.

Os retratos foram elaborados levando em consideração não somente as opiniões ou os fenômenos inerentes aos participantes, mas também o propósito de explorar os discursos e aprofundar a análise das representações pessoais que o problema da investigação nos apresenta¹¹⁶. Através da análise dos discursos, o critério indutivo foi utilizado para determinar o momento de finalização da coleta de dados pela saturação das informações¹¹⁷.

Segundo Falqueto, Hoffmann e Farias (2019: 3) a saturação teórica é alcançada a partir de um processo de acúmulo de ideias e de conceitos que se apresentam “à medida que a coleta dos dados avança” e conseqüentemente se tornam articulados entre si com mais clareza. O uso das entrevistas biográficas reflexivas para a produção dos retratos sociológicos permitiu a análise dos discursos ao mesmo tempo que as informações eram coletadas, até que ficasse claro as principais características do fenômeno que se investigou.

A escolha da ordem das entrevistas foi feita através de sorteio¹¹⁸ e de disponibilidade da pessoa no momento em poder ou não ser entrevistada, já que todas as entrevistas ocorreram dentro do ambiente de trabalho de cada participante, porém, num espaço reservado disponibilizado pela Coordenação do Programa (para os trabalhadores externos) para que a pessoa entrevistada não pudesse escutar a entrevista alheia. Já dentro do ambiente de reclusão – neste caso na Colônia Agrícola de Santa Izabel – a

¹¹⁶ A adequação da amostra não pode ser determinada com base, apenas, no número de pessoas que participarão de uma investigação, mas sim na adequação dos dados (Falqueto, Hoffmann e Farias 2019: 3).

¹¹⁷ Neste sentido, Falqueto, Hoffmann e Farias (2019: 3) ao abordar o uso da teoria da saturação teórica em investigações qualitativas afirmam que a amostragem por saturação é utilizada “para determinar quando o pesquisador deve finalizar o processo de coleta de dados” através da indução das informações coletadas.

¹¹⁸ Os retratos descritos nesta tese estão dispostos na ordem das entrevistas.

privacidade para coleta de dados foi mais complicada porque, sob o argumento de proteção da integridade pessoal do investigador, foi necessária a presença de dois funcionários da administração penitenciária.

A ordem do sorteio nem sempre foi respeitada por conta de uma ou outra atividade que não poderia ser deixada para depois. Nesses momentos, se o investigador contava com a disponibilidade espontânea das demais pessoas que aceitavam ser entrevistadas naquele instante, deu-se prioridade à realização da entrevista. Primeiro foram entrevistadas as pessoas que estavam em situação de reclusão (em razão da maior dificuldade de acesso e da distância) e posteriormente aquelas que já não estavam nesta situação, estando, porém, ainda, com a liberdade limitada.

A escolha por entrevistar pessoas em situação de reclusão e pessoas fora desta situação – mas ainda dentro de uma relação penitenciária – serviu para comparar as formas de trabalho ofertado; sua qualidade e razões pessoais de aceitação do trabalho penitenciário para ambos grupos. A partir destas categorias de trabalho, o roteiro de entrevista foi definido não de modo a deixar a entrevista fechada a respostas objetivas, mas com o propósito de estimular a reflexividade das pessoas entrevistadas e, também, permitir que os objetivos da investigação sejam atingidos e as hipóteses confirmadas ou não.

Todas as informações coletadas nestas entrevistas fazem, com representatividade ou sem ela, parte de um conjunto maior. Ou seja, os depoimentos são ao mesmo tempo individuais e coletivos e permitiram refletir sobre a totalidade da população que está incluída no programa fora da Região Metropolitana de Belém, porque cada individualidade é também a “manifestação do viver total, embora não seja a totalidade do viver” (Minayo: 2017: 3).

4.4. Entrando no terreno: A Colônia Agrícola de Santa Izabel: primeiras impressões de um investigador em Ciências Sociais

No dia 11 de abril de 2017, após uma enorme tramitação burocrática, foi possível a entrada na Colônia Penal Agrícola Santa Izabel. A entrada de pessoas estranhas ao sistema de justiça criminal não é fácil, mas na condição de advogado os procedimentos foram um pouco mais simplificados.

O centro reabilitador não dispõe de métodos de trabalho industriais. Sendo um centro agrícola, obviamente, as atividades desenvolvidas pelas pessoas reclusas

limitam-te ao cultivo da terra e à criação de animais (Ilustrações 1, 2 e 3). Segundo dados da Diretoria de Administração Penitenciária do Estado do Pará¹¹⁹, no ano de 2017, esta casa penal contava com 622 vagas, mas abrigava 863 pessoas.



Ilustração 1 - Área de criação de animais: aves.

Esta situação de superlotação carcerária não é particularidade deste centro de recuperação. No Estado do Pará, segundo dados daquela Diretoria, de 1995 até junho de 2017, a população carcerária cresceu 1255% e a capacidade prisional somente 1108%. Ou seja, o Estado inteiro opera com um déficit de 147%. Desta população, no momento da pesquisa, 15.489 pessoas são do sexo masculino e 887 do sexo feminino.

As pessoas reclusas trabalham durante o dia, interna ou externamente, dependendo do tipo de atividade que exercem e da autorização do Magistrado de execuções penais. O trabalho interno, único executado no âmbito desta casa penal, perpassa a ideia de trabalho doméstico. As pessoas são colocadas a trabalhar principalmente na lavoura, plantam diversos tipos de legumes e este produto é usado tanto internamente quanto vendido externamente.

Para a execução do trabalho, deve-se usar sempre o uniforme amarelo (Ilustração 2) e alguns equipamentos, sejam os indispensáveis para a execução da atividade, como alguns de proteção pessoal. Nem todas as pessoas trabalham. Somente algumas escolhidas pela direção da casa penal.

¹¹⁹ Dados da Diretoria de Administração Penitenciária do Estado do Pará, disponível em: https://issuu.com/acssusipe/docs/susipe_n_meros_-_jun-2017. Acesso em 9 de julho de 2017.



Ilustração 2 - Homens trabalhando na lavoura – Área de plantação da casa penal

É difícil ganhar a confiança das pessoas que estão em situação de reclusão. Sempre vigiadas – a vigilância é menos ostensiva se comparada a outras casas penais – a extração de informações é sempre mais dificultosa, quer seja pelo medo de que alguma informação chegue à administração penitenciária (e haja alguma punição), quer seja pelo fato de ter vergonha em falar. Para superar este momento, primeiro observou-se diretamente a atividade das pessoas envolvidas com a finalidade de compreender, além de suas atividades, suas rotinas e práticas. Assim, a presença percebida, mas invisível, do sociólogo permitiu uma aproximação. Neste sentido, Pais (2005: 17) afirma que a observação *in loco* mistura “um estilo óptico com um estilo tátil”, já que o primeiro, embora se desenvolva distante, possibilita o segundo, cuja finalidade é a proximidade.

A cada três dias trabalhados, um dia de pena é diminuído. O cumprimento das regras é condição para que se aceda ao benefício e a recusa ao trabalho (depois que a pessoa consente em trabalhar) constitui falta grave que pode causar à pessoa tanto a perda do benefício de diminuição de pena, como o regresso ao sistema fechado de reclusão onde o trabalho interno produtivo é muito mais difícil. As pessoas que habitam esta casa penal estão no regime semiaberto, ou seja, trabalham durante o dia e recolhem-se ao isolamento celular durante a noite.

Embora todos tenham a possibilidade de trabalhar, o trabalho não é para todos, pois é necessário que haja vaga disponível para alocação da pessoa em algum posto de trabalho. É fato também que nem todos querem trabalhar. Outros são desligados do trabalho por conta de alguma falta grave, geralmente, vinculada à prática de atos ilícitos, já que se aproveitam da menor vigilância para fugir ou para praticar ilícitos penais.

Aparentemente, há uma boa relação das pessoas que trabalham com o pessoal de administração penitenciária. Mas nem sempre é assim. O diretor da casa penal, Antônio Carlos Sousa Mariano, afirma que a relação fica tensa sempre que há desobediência e tentativas de fuga.

É sempre complicado quando um preso não quer trabalhar. De imediato é anotada a falta no seu prontuário e o juiz das execuções penais informado. Se um não quer trabalhar e nada acontecer os outros também não trabalharão e poderemos ter problemas.

Após quase duas horas de observação, no primeiro dia de visita à casa penal, alguns reclusos (esta casa não abriga pessoas do sexo feminino) sentiram-se mais cômodos e começaram a falar, principalmente no momento do almoço em grupo. No rosto deles notava-se a felicidade a cada instante que falavam e depois demonstravam suas atividades e produtos de sua atividade, embora resistissem em falar sobre aspectos mais profundos de suas trajetórias profissionais e de vida.



Ilustração 3 - Reclusos na criação de porcos

Com o passar do tempo, na segunda visita a esta casa penal, e a descoberta de que o investigador era na verdade professor de Direito Penal e advogado criminalista militante, o diálogo passou a versar também sobre o cálculo matemático da execução penal e sobre as perspectivas de futuro. Alguma confiança, então, foi alcançada e dois reclusos que trabalhavam na plantação de verduras e criação de animais aceitaram a realização de entrevistas reservadamente após entenderem que a presença do investigador não tinha outro objetivo senão a conclusão de uma tese doutoral.

As entrevistas transcorreram normalmente no intervalo de um mês aproximadamente. Uma vez a cada semana retomava-se a entrevista com cada pessoa. Era inegável a frustração dos entrevistados quando se reportavam ao produto de seus esforços já que nesta casa, tanto os que trabalham como os que não trabalham, não consomem os alimentos ali produzidos. Toda a produção tem como destinatário o público externo, não sendo permitido o consumo interno.

Na verdade, o que se produz é propriedade do Estado, que vende os produtos recolhendo o respectivo valor ao fundo penitenciário¹²⁰. Se a pessoa reclusa deseja consumir o que produziu deve comprar do Estado o produto desejado. O valor para a pessoa é reduzido em 50% em relação ao valor de venda ao público externo. Na verdade, formou-se um verdadeiro comércio em torno deste trabalho, pois várias pessoas, ou mesmo empresas, compram estes produtos para revenda.

Além dos benefícios de redução de tempo de reclusão, o trabalhador recebe um “salário” que não obedece a nenhum padrão remuneratório em relação àquele determinado por lei para as pessoas fora da relação penitenciária de trabalho. Esta remuneração atinge o valor aproximado de R\$140,00 (cento e quarenta reais) mensais que é dividido com a Administração Penitenciária, não tendo a pessoa reclusa nenhuma participação nas vendas.

eles sabem que tudo que é produzido aqui é de propriedade do Estado. Eles não podem consumir, toda comida deles vem do refeitório. Se eles querem comer eles podem, mas têm que comprar. A gente dá um desconto de 50% para eles e eles compram diretamente da gente para consumir ou para dar para a família (Antônio Mariano).

Aos homens que, nesta casa penal, se destacam no trabalho segundo sua produtividade, é-lhes permitido uma situação de conforto melhor em relação aos que não trabalham ou não se destacam nas suas atividades. A vida na reclusão pode ser levada fora do ambiente comum. Ou seja, dormem em quartos próximos do local onde exercem suas atividades num relativo conforto, já que cada quarto comporta até 4 pessoas e estes são equipados com camas privativas (uma para cada recluso); banheiro mais estruturado para uso exclusivo; refeitório ao ar livre e uma liberdade maior de

¹²⁰ O Fundo Penitenciário é uma reserva criada pelo Estado para manutenção das casas penais. Aliás, segundo o artigo 29 §1º “d” da Lei de Execuções Penais, o trabalho realizado pela pessoa reclusa atende, dentre outros objetivos, “ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores”.

locomoção. Esta comodidade permite o exercício da atividade a qualquer momento do dia ou da noite, caso seja necessário.

4.5. Vara de Execuções Penais da Região Metropolitana de Belém: o trabalho consensual remunerado posto em prática no Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Apesar da difícil tramitação burocrática para que um estranho possa ter acesso direto ao Sistema de Justiça Criminal na Colônia Agrícola, o acesso ao local e ao posto de trabalho daqueles que laboram no interior do Tribunal de Justiça do Estado foi mais difícil. O contato com pessoas estranhas ao trabalho e à fiscalização foi mais difícil por motivos ainda não explicados. Foram feitas várias investidas – pelo menos 6 tentativas junto a chefes e diretores de secretaria - junto à Vara de Execução Penal, que não permitia o acesso com o argumento que tinha de preservar a imagem das pessoas incluídas no programa.

Em função da larga atuação do investigador como advogado criminalista, alguns benefícios ao longo dos anos foram colhidos, como, por exemplo, deter o número particular do antigo magistrado responsável pela execução penal na Região Metropolitana de Belém e atual Coordenador do Programa, Juiz Cláudio Henrique Rendeiro.

Através de um rápido contato via celular, o Magistrado encaminhou o investigador à Coordenação do Programa “Começar de Novo”, que, no dia 7 de novembro de 2017, conheceu os objetivos das entrevistas que seriam feitas com as pessoas incluídas neste programa e permitiu, após algumas ligações, o acesso junto ao local onde exerciam as funções.

Todo a atenção e informações foram dispensadas pela servidora e psicóloga da Vara de Execuções Penais, Ana Carolina Silva, que explicou a estrutura e o funcionamento do programa “Começar de Novo”.

O momento da investigação não foi o melhor, pois já no ano de 2017 o programa que antes contava com diversos convênios com empresas privadas e públicas, passou a ter apoio somente do próprio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. A psicóloga atribuiu este declínio a dois fatores que se interrelacionam: a) aumento do preconceito que beira a uma vingança e b) aumento da violência.

No espaço privado diminui mais também depois que começaram a ter essas questões assim, de crise em empresas. Foi quando as pessoas ficaram mais difíceis. Depois disso, começou a diminuir muito, muito, muito mais. Conforme a violência foi aumentando as nossas chances vão baixando. Isso é uma coisa que a gente vê assim, nitidamente no nosso dia-a-dia. Tipo, por exemplo: quando eu comecei eu era estagiária. Eu comecei a trabalhar em 2013, entre junho e julho de 2013 e eu lembro que quando eu entrei, a violência não estava como está hoje. Então, eu percebia que a gente tinha muito mais aceitação, não só dos órgãos, mas também das pessoas, quando tu chegavas para falar onde tu trabalhavas, o que tu fazias, o que era o projeto, as pessoas viam com outros olhos, falavam: que bacana! Uma possibilidade legal e tal. Hoje em dia, não! Hoje em dia quando falam do projeto: Ah, mas vai defender bandido, não adianta, tanta gente desempregada, vai arrumar emprego para bandido, tanto pai de família precisando vai dar emprego para bandido. É esse o discurso. Então houve uma modificação também, nesse paradigma, antes o paradigma era muito preconceituoso, mas hoje eu acho que é muito mais vingativo. Entendeu? É muito mais vingativo do que preconceituoso.

Assim, ficou difícil renovar contratos com empresas privadas e até mesmo captar novas empresas, apesar dos incentivos que a Lei de Execução Penal traz. A Coordenação do programa entende que os benefícios são importantes para inclusão do público alvo, mas reconhece que as empresas nunca quiseram pagar o salário mínimo vigente. Talvez - mas sem relacionar explicitamente esse fato como uma das possíveis causas para o rompimento de contrato com empresas privadas - a exigência do coordenador do programa à época, o Juiz Cláudio Rendeiro, que fez com que todas as empresas tivessem que pagar o salário mínimo, seja causa da falência do programa. O próprio diz:

É um pensamento de que poderia facilitar que as empresas abrissem oportunidades ao nosso público. Como por mais que a mão de obra seja barata, por mais que eles não precisem pagar o valor total. E o valor mínimo seja até $\frac{3}{4}$ do valor do salário mínimo. Mas ainda sim não é interessante, entendeu? Esse público, por motivos de preconceito mesmo, de “estereótipo”, de preconceito não só dos donos, mas dos outros funcionários pode gerar uns desconfortos até aos nossos “reeducandos”. Então, por isso, é o maior empecilho, assim, talvez, do que as empresas abram oportunidade para o nosso público. Entendeu?

Atualmente 12 pessoas trabalham no Tribunal de Justiça no setor de digitalização de processos. Depois do rompimento do contrato por parte da empresa pública dos Correios, o Tribunal pretende aumentar este número de vagas. Porém, esta intenção depende de provisão orçamentária que hoje em dia não dispõe.

Um dos critérios para a inclusão de egressos neste programa, para trabalhar no Tribunal de Justiça, é estar no regime aberto de cumprimento de pena ou que a pessoa esteja em livramento condicional. Este critério é o mais objetivo em relação aos demais,

que variam entre o bom comportamento carcerário e a aptidão laboral de cada pessoa que se candidata a uma vaga. A análise da aptidão é feita exclusivamente pela casa penal que abrigava a pessoa, não sabendo a mesma explicar se há ou não algum critério objetivo estabelecido pela administração penitenciária para se chegar a conceito positivo ou negativo.

A exigência por mão-de-obra é feita pelo órgão público ou empresa privada, devendo para isso enviar um perfil de profissional que pretendem ter consigo. De seguida, a Coordenação do programa solicita à casa penal informações de quantos reclusos, que ainda estejam no regime semiaberto, se encaixam no perfil. Por sua vez, a casa penal informa e a Coordenação do programa, faz uma seleção de competências para, então, dar início a uma entrevista e, posteriormente, se for o caso, ao treinamento.

As informações enviadas pela administração penitenciária compõem um banco de dados que servirá, no futuro, para incluir pessoas que já estão no regime aberto ou em livramento condicional. A partir deste cadastro, caso haja vaga ou surja um novo convênio, a Coordenação do programa entra em contato com a pessoa para que a seleção possa ser feita.

No cadastro, que não é público, contam informações como quantidade de condenações; gênero da pessoa; grau de instrução; se fez ou não algum curso quando esteve reclusa; quantidade de membros da família direta; local de residência e contato. Através deste cadastro é possível manter contato com a pessoa egressa, não sendo de responsabilidade da Coordenação do programa monitorar a inclusão laboral de cada pessoa após a reclusão.

E aí eles (a casa penal) fazem essa seleção lá. Eles vêm para uma entrevista aqui, isso no semiaberto, vem para uma entrevista aqui, e de acordo com essa entrevista que a gente conversava muito sobre aspectos gerais: família; essa perspectiva assim, do que está vivenciando no momento, porque o que vivem agora que diz muito sobre o que vão fazer depois ou não e aí a gente fazia levantamento sobre isso, e fazia uns critérios de, como eu posso dizer de, de habilidade mesmo, de acordo com a entrevista, a gente via o perfil da pessoa e ia encaminhar em primeira mão.

No aberto e no livramento condicional, que são as pessoas que já estão aqui fora, o que que eu faço? Eu venho aqui no meu cadastro e vejo por exemplo: a gente tá numa possível seletiva com o TRE (Tribunal Regional Eleitoral) para mesma coisa que fazem aqui, eles estão articulando um convênio e aí o responsável me falou: Oh, Carol, vou precisar de pessoas que estejam cursando o ensino médio, né! Que estejam estudando, é um critério deles e a gente conversou que seria muito interessante para que eles terminem os estudos, então falo assim, Rodrigo, vamos fechar, que seja algo contínuo, eles não precisam terminar o contrato se estiverem estudando. Você pode ficar com a gente nessa,

ai tu vais ter algumas experiências básicas com informática. Eu venho aqui no meu cadastro, vejo as pessoas que têm esse perfil e tenha alguma experiência de acordo, e aqui no cadastro a gente tem esses dados, a gente tem com quem já trabalhou, já fez curso, se não fez, a gente tem tudo isso aqui e aí de acordo também com o interesse da pessoa porque eu não tenho como chamar todo mundo que está aqui. Então tem as pessoas que sempre tão vindo, tão ligando, tão indo atrás, a gente faz uma seleção e aí chama para entrevista explica tudo. Depois que eles trabalham e termina tudo a Vara fica responsável por monitorar o que fazem depois (Carolina)

Segundo informações, a inclusão em algum posto de trabalho “é muito pessoal” e depende da “sensibilidade” do entrevistador em entender as dificuldades de cada um. Não há como aplicar testes vocacionais por falta de pessoal em decorrência do volume de pessoas a serem atendidas – atualmente só existem duas pessoas trabalhando no programa, o próprio Magistrado, Cláudio Rendeiro e a Psicóloga. Esta última afirma: “É muito pessoal mesmo, sabe? Tipo, eu costumo falar que o nosso instrumento é a entrevista, a gente não tem como aplicar teste, não tem como aplicar nada. É muito da sensibilidade para a gente conhecer as dificuldades”.

Aqueles que são efetivamente selecionados passam por um treinamento ofertado pela própria empresa ou órgão que tomará os serviços. O contrato, portanto, é firmado entre o Tribunal e a empresa/órgão público que definirá a jornada de trabalho e a remuneração da pessoa. Tudo é decidido através de um convênio que norteará toda a execução do trabalho.

Tudo é decidido no convênio. Eles recebem uma bolsa. Como não tem vínculo empregatício nenhum, eles recebem uma bolsa que agora, por exemplo, no Tribunal eles tão recebendo o salário mínimo, transporte, alimentação, né! Que é atualizado sempre de acordo com os ajustes que acontecem também, por exemplo, o valor do vale alimentação foi ajustado, eles também recebem, eles têm um desconto do INSS no valor da bolsa deles, mas não tem vínculo empregatício nenhum, é realmente, uma bolsa de incentivo, digamos assim (Carolina).

O convênio estabelece alguns critérios para o desligamento precoce da pessoa: a) mais de duas faltas injustificadas; b) indisciplina; c) falta de produtividade e d) obedecer às regras e particularidades da empresa ou órgão público. Toda a avaliação é feita pelo gestor da empresa ou órgão público, que enviará à Coordenação do programa eventuais faltas para o desligamento da pessoa.

Para a Coordenação do programa, existiram poucos casos de desligamento precoce por conta da reincidência criminal ou por conta de infrações às regras laborais. O que houve, principalmente no ano de 2015 e 2016, foram desligamentos por conta de

crises financeiras, principalmente em empresas da construção civil e, posteriormente, em relação aos Correios, por decisão do Governo Federal.

Os convênios que a gente fecha por aqui, a gente costuma colocar esses critérios como era nos Correios. Assim que o Correios encerrou por questões federais, o Governo Federal encerrou o convênio de pequeno aprendiz; dos nossos reeducandos e até mesmo de estagiário está superdifícil lá. Eram as mesmas regras, então o projeto procura estabelecer um padrão de critérios para que aquela pessoa se mantenha, ou então, ela vai achar que ela pode fazer o que ela quiser e em lugar de trabalho não é assim, né! Nas empresas de construção civil, muitos foram desligados também porque iam acabando as obras, entendeu. Tipo acaba as obras, não tem onde reinserir aquele funcionário, então ele vai ser desligado infelizmente porque não tem mais canteiro de obras para ele trabalhar e aí por isso, talvez, na construção civil tenha uma baixa, entendeu? Que começa com 10 e aí terminou a obra de três, aí esses três infelizmente vão ser desligados. Depois veio a crise, mas também podem ser por questões de indisciplina, claro em caso de reincidência (Carolina).

Segundo a Coordenação, o público alvo é 99% pobre e começam as práticas delituosas, geralmente, por conta de más amizades ainda durante a adolescência e a juventude. Por algum motivo, vários se envolvem com drogas ou com roubos. Grande parte das pessoas incluídas no programa tem somente um processo criminal. Porém, isto não é um critério para aceitação dentro do “Começar de Novo”.

As pessoas incluídas no programa não trabalham na sede do Fórum de Belém, mas sim na Sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que, apesar de se localizar na mesma cidade, abriga as maiores autoridades judiciárias do Estado, os Desembargadores Estaduais. A inclusão dos reclusos em regime aberto na sede do Tribunal encontrou resistência entre os servidores públicos que lá trabalham e, somente por decisão da Presidente do Tribunal, em 2013, o programa foi efetivamente instalado naquele local.

Teve muito preconceito de servidor não querer, de servidor achar que não era interessante até porque elas ficavam lá no desembargo. Então, lá onde fica os desembargadores, é onde fica, tipo as pessoas com maior poder dentro do sistema do Tribunal e aí foi muito difícil inserir as 8, entendeu? (Carolina)

Para o início das atividades dentro das dependências do Tribunal de Justiça do Estado, foram selecionadas oito mulheres, diretamente do Presídio Feminino da Região Metropolitana de Belém, para desempenharem a função de digitalizadoras de processos. Porque foram selecionadas somente mulheres? A escolha das mulheres deu-se por decisão da Presidente do Tribunal que desejava incluir mulheres no programa e,

também, porque as empresas de construção recrutavam mais homens. Além destes critérios, as mulheres foram consideradas como mais “práticas” e fáceis de se trabalhar.

A escolha de trazer mulheres foi por questões práticas mesmo. Elas são mais de a gente lidar. Quando a gente foi fechar o convênio com o próprio Tribunal, a Desembargadora pensou num projeto para mulheres, porque ela é envolvida com essas questões da mulher, tanto que há um convênio no Tribunal hoje em dia que dispensa uma melhor atenção às mulheres. E aí ela chamou a gente porque seria... era o foco dela trabalhar com mulheres no CRF (Centro de Recuperação Feminino). Na época tinham 8 (oito) mulheres trabalhado, se não me engano (Carolina).

Assim, nasceu o programa “Começar de Novo” dentro do Tribunal de Justiça. Hoje, o programa funciona somente dentro do Tribunal de Justiça para aqueles que estão em regime semiaberto, em regime aberto ou em livramento condicional e inclui tanto homens quanto mulheres. Porém, o número de vagas é bem limitado em relação ao universo de pessoas que necessitam deste programa ou que estariam interessadas em nele serem incluídas.



Ilustração 4 - Trabalhadores(as) exercendo suas funções dentro do Tribunal

Para o exercício de suas funções, as pessoas selecionadas e aceitas pelo programa recebem uma identificação funcional; uniformes padronizados e senhas para acesso ao sistema informático do Tribunal, não havendo, neste aspecto, qualquer distinção em relação aos servidores de carreira. O horário de trabalho é também exatamente igual ao dos servidores públicos.

A remuneração é feita diretamente à pessoa trabalhadora sem intermediação do órgão da Administração Penitenciária do Estado. Isto significa que não há nenhuma

retenção na remuneração e a destinação do dinheiro é decidida exclusivamente pela pessoa que o recebe.

A entrada no campo não foi difícil. Porém, não há como negar a desconfiança das pessoas que seriam entrevistadas sem saber o porquê de uma entrevista no local de trabalho. No primeiro dia fui recebido pelo servidor público Paulo, que, naquele momento coordenava diretamente as atividades das pessoas envolvidas no programa.

Após uma breve conversa e verificada as autorizações da Coordenação do Programa, o servidor anunciou, após apresentar o investigador aos funcionários vinculados ao programa, que decorreria uma entrevista com pura finalidade investigativa e que, quem não quisesse falar não estaria obrigado. As entrevistas tomaram vez a partir do dia 19 de janeiro de 2018 e finalizaram em 16 de março de 2018, sendo sempre realizadas nas sextas-feiras.

Diferente das pessoas em situação de reclusão, aqui as pessoas são mais abertas a falar e, muitas vezes, expressam sentimentos por conta das angústias vividas no passado justamente por conta da reclusão e suas expectativas para o futuro. Neste momento, foram entrevistadas pessoas do sexo feminino e masculino vinculadas ao programa.

5. A vida narrada por si: os distintos percursos e discursos

Explicada a trajetória metodológica e o campo de observação que enquadra a investigação, os retratos sociológicos apresentados neste capítulo obedecem à ordem sequencial de realização das entrevistas. Ao elaborar os retratos sociológicos, embora cada pessoa entrevistada haja autorizado o uso do nome real, optou-se por usar nomes fictícios. Em geral, nesta tese, seguiu-se também a opção de manter, sem grande edição, as falas de todos os entrevistados.

5.1. Retrato Sociológico: Jeremias Francisco Tavares: “fui acostumado a acordar cedo para trabalhar”

Jeremias F. T. tem 63 anos de idade e é oriundo da cidade de Concórdia do Pará, cidade do interior do Estado do Pará, mas está domiciliado temporariamente na cidade de Americano, também no Estado do Pará. É casado e possui três filhos, duas do sexo feminino (19 e 20 anos de idade respectivamente) e um do sexo masculino (com 22 anos de idade).

Sempre acostumado a trabalhar desde os 12 anos de idade, às 6:30hs da manhã está em plena atividade, pois, sendo sua origem humilde, ajudava seus pais na lavoura, já que este era o único sustento de sua família. Após seu casamento, a agricultura, atividade que aprendeu ainda quando criança, continuou sendo sua principal fonte de renda.

Quando se envolveu com a delinquência, em sua cidade natal, passou um tempo no regime fechado de reclusão de pena sendo transferido para a Colônia Agrícola de Santa Izabel devido à sua vontade em trabalhar na agricultura. Todo o percurso laboral é influenciado pelo pai e pelos avós, que também eram agricultores. Foi a falta de oportunidade formal de trabalho que o levou ao sistema penitenciário, já que não possui nenhum tipo de certificação formal de estudos.

Jeremias nasceu no Estado do Pará na cidade de Concórdia do Pará em 17/08/1953. Filho de um casal de agricultores, aprendeu desde cedo a trabalhar e ajudar no sustento da casa. Não somente os pais de Jeremias eram agricultores, na verdade,

Jeremias é a terceira geração de agricultores, já que seus avós (tanto materno como paterno) também eram agricultores. Em razão desta atividade familiar, sua infância decorreu no ambiente de trabalho na agricultura.

A infância de Jeremias foi um tanto quanto atípica em relação à realidade de muitas pessoas. A cidade onde nasceu tinha um sistema educativo básico instituído pela Prefeitura Municipal, mas seus pais, que também eram analfabetos, não incentivaram seus estudos, somente incentivaram a trabalhar. Jeremias não possui praticamente nenhum estudo, sabendo, tão somente, assinar seu nome. Esta mínima instrução formal já é fruto de um relacionamento amoroso (adolescência) onde aprendeu a desenhar seu nome: “Estudei até à segunda série do primário. Meus pais não estudaram e eu não tenho estudos, fui acostumado a acordar cedo para trabalhar cedo, sei somente assinar meu nome porque uma namoradinha me ensinou”. O capital escolar de Jeremias é muito reduzido já que não frequentou a escola por muito tempo e teve pouco contato com a música e o desporto. Situação que se repete com muitos de seus primos, seus cinco irmãos (quatro irmãos e uma irmã) e alguns amigos com quem ainda mantém contato, sempre por intermédio da família, dada sua situação de reclusão.

Antes de Jeremias completar 12 anos de idade já trabalhava efetivamente na lavoura. Sempre na companhia do pai e de seus irmãos, despertava cedo e às 6 horas da manhã já estava em plena atividade. Plantava diversos tipos de legumes e árvores frutíferas e, no momento da colheita, uma parte era destinada ao consumo familiar e outra parte destinada à venda para o sustento financeiro da família.

O pai de Jeremias foi quem mais o ensinou a trabalhar. A mãe, também agricultora, dividia o tempo na lavoura; no cuidado de seus irmãos menores e no serviço doméstico. Sua irmã, que também aprendeu o trabalho familiar, cuidava do serviço doméstico auxiliando a mãe, motivo pelo qual sua jornada de trabalho na lavoura era menor.

Jeremias travava uma jornada média de trabalho de aproximadamente 5 horas diárias, mas sempre que necessário, auxiliava seu pai em horários distintos. Na realidade todo dia era tomado por conta da atividade familiar. Os momentos de lazer davam-se na vizinhança ou dentro da pequena propriedade familiar onde as atividades eram desenvolvidas.

A vizinhança de Jeremias não era muito diferente da realidade em que Jeremias se inseria. Alguns vizinhos de sua idade estudavam, mas também auxiliavam a família

nas atividades de sustento. Outros somente trabalhavam. O estudo nunca foi prioridade neste contexto da vida de Jeremias: “Não tinha tempo para estudar. O homem tem que trabalhar para mais adiante poder sustentar sua família. Quase todas as pessoas com quem convivi não estudavam somente trabalhavam”.

Embora ajudasse principalmente a seu pai na lavoura, Jeremias não participava das vendas dos produtos. Esta atividade era exclusiva de seu pai, já que era o único que sabia negociar produtos: “Ajudávamos o pai na lavoura, mas na hora do dinheiro era somente ele que tomava conta”.

Aos 12 anos de idade Jeremias perdeu o pai e teve que assumir na totalidade as funções do pai, inclusive no sustento da família: “quando tinha 12 anos meu pai faleceu e tive que assumir as atribuições dele”. Este fato decretou o fim de qualquer possibilidade de Jeremias regressar ao ambiente escolar.

Não muito diferente da infância, a juventude de Jeremias decorreu no mesmo contexto, até ao momento em decidiu relacionar-se com sua atual esposa. Aos 29 anos, casa-se e esta nova família que se forma mantém o mesmo padrão estrutural do modelo familiar que Jeremias conheceu, ou seja, Jeremias trabalhava e sua esposa que o ajudava também cuidava do lar.

Já casado, Jeremias sustenta sua família atuando no mesmo ramo de trabalho que aprendeu com seu pai, a agricultura. Com o mesmo ritmo de trabalho Jeremias consegue sobreviver e manter sua casa com a venda dos produtos excedentes. O luxo, ou o consumo desnecessário, não fazia parte da realidade de Jeremias.

Deste relacionamento, nasceram três pessoas, duas meninas e um menino. Todos então passaram também a auxiliar o trabalho no sustento da família. Jeremias ensinou a seus filhos aquilo que aprendeu com seus pais e estes passaram a compartilhar da mesma rotina que Jeremias tinha quando criança: “ensinei o que sabia aos meus filhos, as meninas ajudavam mais a mãe do que a mim, o menino, quando dava, ficava comigo quase o dia inteiro na roça”.

Em que pese a ajuda dos filhos de Jeremias, tanto no trabalho doméstico, como em relação à atividade principal de sustento familiar, eles também estudavam cumprindo a jornada regular de estudos e, nas horas que não estavam estudando, trabalhavam. O incentivo ao estudo parte principalmente da esposa de Jeremias que, apesar do pouco estudo (instrução primária somente), reconhecia o valor da educação

para formação da pessoa: “eu sempre trabalhei, mas meus filhos trabalhavam e estudavam. Minha esposa era quem ajudava as crianças nos deveres da escola”.

Apesar de vida simples e sem qualquer necessidade de consumo excessivo e desnecessário, Jeremias viu-se numa triste situação a partir o ano de 2006. Com o crescimento da cidade, chegam em sua cidade grandes empresas de abastecimento, logo, o comércio familiar sofre um duro golpe. As pessoas passaram a comprar mais em grandes redes de supermercado e em parcelas: “não consegui competir com o supermercado, era difícil, eu nunca tive cartão de crédito, mas sei que com ele você paga de pouco em pouco”.

Esta realidade faz com que Jeremias buscasse um trabalho formal ou até mesmo informal para prover o sustento familiar. Esta foi a primeira vez que Jeremias tenta vender sua força de trabalho. A busca foi intensa, dias e meses se passaram, mas Jeremias nada conseguia e a falta de estudos sempre era o principal problema apontado para a recusa: “os dias estavam difíceis e acabei aceitando uma proposta. Errei!”.

Jeremias foi preso em flagrante no dia 06.08.2008 pelo delito de tráfico de drogas. Ele aceitou que outra pessoa plantasse *cannabis* em sua propriedade a troca de um percentual: “a dificuldade estava grande, muitas vezes não tinha dinheiro para pagar o ônibus para os meus filhos”. Por sua conduta, Jeremias foi condenado a cinco anos de reclusão e ao pagamento de 500 dias-multa, sendo o valor do dia fixado em um trigésimo do salário mínimo vigente à época do fato.

A entrada na instituição penitenciária foi traumática. Pela primeira vez numa instituição penal, Jeremias viu-se, por muitas vezes, esquecido até mesmo pelas pessoas que nunca o esqueceram: “ficar preso é difícil, tudo muda. A adaptação é longa e pensava sempre que ninguém viria para a visita”.

Os dias passavam e Jeremias nada tinha o que fazer. Ficava dia e noite numa cela com outras pessoas e presenciou, por muitas vezes, situações que não gosta de recordar. Então, surge uma oportunidade de trabalho. Jeremias deveria trabalhar numa pequena fábrica de vassouras dentro da própria instituição: “quando surgiu a oportunidade de aprender a fazer vassouras eu aceitei. Mesmo sem saber como se faz uma vassoura, esta era a oportunidade de mostrar que estava arrependido”.

Não houve um processo de seleção, somente uma rápida entrevista para saber se Jeremias aceitava ou não esta atividade: “fui chamado na sala da direção e perguntaram se eu aceitava ou não. Disse que sim!”. Ao aceitar, Jeremias viu-se numa situação

diferente, já que ficava boa parte do tempo fora do isolamento celular, mas ainda dentro da estrutura predial da instituição: “durante o trabalho eu ficava quase toda a manhã longe da cela, era um alívio”.

O trabalho era uma novidade. Jeremias aprendeu a fabricar vassouras e este produto era vendido para o mercado externo. Apesar de efetivamente trabalhar, Jeremias frustrava-se com a atividade que exercia: “não gostava do que fazia, mas eu tinha que trabalhar. Uma pessoa da minha idade tem que se ocupar para não pensar besteira, mas o que queria era fazer o que sabia”.

O tempo no trabalho servia como distração, ocupação. Jeremias via o trabalho como uma oportunidade de ficar longe da cela que habitava e, por consequência, longe de muitas pessoas de que não gostava. A idade um pouco avançada não foi problema para aceitar aprender uma nova atividade. Contudo, era inegável o desejo de voltar a trabalhar naquilo que realmente gostava. O contexto laboral familiar é muito forte na vida de Jeremias, mesmo diante de outro totalmente diverso.

Um pouco mais de dois anos e dois meses de reclusão passaram e Jeremias viu-se novamente noutra realidade, agora viveria noutra casa penal, a Colônia Agrícola de Santa Izabel. A mudança deu-se por conta da progressão de regime, ou seja, Jeremias evoluiu do regime fechado de cumprimento de pena para o regime semiaberto. A mudança de casa penal, depois de toda uma rotina inculcada, poderia quebrar o ritmo a que Jeremias já estava acostumado há dois anos.

Ao chegar no novo local, Jeremias imediatamente perguntou se havia oportunidade para trabalhar, não queria ficar parado. Por sua vez, a casa penal acenou positivamente ao desejo de Jeremias, novamente, mediante uma rápida entrevista e, para a surpresa de Jeremias, as atividades desenvolvidas eram na agropecuária.

quando perguntei se tinha trabalho, disseram que não sabiam, somente a direção tinha a informação. Fiquei triste, já estava acostumado a passar o tempo trabalhando e agora ficaria sem fazer nada. Com menos de um dia que tinha chegado me chamaram e me ofereceram este trabalho [plantar verduras] e aceitei. Falaram quais minhas obrigações e as condições e então estou aqui.

A nova atividade é gratificante para Jeremias. Como um dos responsáveis por toda a área de plantação, Jeremias possui certos privilégios: não dorme junto aos demais reclusos, ou seja, dorme fora da estrutura predial da instituição penitenciária; possui uma melhor estrutura para as necessidades pessoais básicas e dispõe de uma liberdade

muito maior. Este novo local onde reside Jeremias localiza-se fora da grande estrutura onde estão os demais reclusos e aqui ele mantém-se distante de problemas e muito mais livre.

Despertar cedo não é problema para Jeremias. Diariamente Jeremias desperta cedo e por volta das 6:30 da manhã já está em atividade: “6:30 da manhã já estou regando a produção e verificando as mudas que estão na estufa. Paro para almoçar, volto a trabalhar e às 17:30 termino meu serviço”. Apesar de despertar cedo, o que para ele não é problema, sua jornada de trabalho é indefinida já que, muitas vezes, desperta pela madrugada para verificar se há ou não algum problema.

Acompanhado de dois outros reclusos que dividem o espaço com Jeremias, ele sente-se como um professor já que, quando uma nova pessoa chega no espaço para trabalhar (e não para habitar neste local) Jeremias ensina toda a técnica de plantio, cuidados e colheita dos produtos. Esta oportunidade de ter um tutor na instituição penitenciária Jeremias não teve.

Hoje, os filhos de Jeremias assumiram a pequena propriedade da família e da agricultura tiraram o próprio sustento. O sonho de Jeremias é retornar ao lar, esta pequena propriedade familiar em Concórdia do Pará, para voltar a trabalhar na agricultura ao lado dos filhos.

eu me sinto muito feliz trabalhando aqui, melhor do que estar lá dentro. O crime não é caminho para ninguém, quero sair, me aposentar e voltar a trabalhar no meu sítio, plantando e vendendo meus produtos. Quero ser feliz e com o que aprendi aqui posso fazer as coisas bem melhor.

A felicidade em falar do seu trabalho na penitenciária não escondeu a frustração de não poder sequer usufruir do produto que é fruto de seu esforço. A administração penitenciária declara que tudo é de propriedade do Estado e, para tanto, de acordo com a venda dos produtos, Jeremias recebe um “salário” mensal que, teoricamente, serve para o próprio sustento.

O dinheiro recebido como contraprestação pela força de trabalho de Jeremias é enviado à família. Este comportamento é reflexo dos ensinamentos do pai de Jeremias, aliás, quase sempre Jeremias faz referência ao pai, o que demonstra a solidez do contexto familiar na sua trajetória laboral.

eu não posso comer as verduras. Elas são para vender! Dois finais de semana por mês as pessoas vêm comprar as verduras pelo preço de dois reais. Se eu quiser

comer eu tenho que comprar por um real. Às vezes compro, mas prefiro mandar os sessenta e cinco reais de salário para minha família porque já ajuda. Faço como meu pai fazia, primeiro a família.

Todo o esforço empregado na atividade laboral carcerária é fruto dos ensinamentos familiares, principalmente paterno. O tempo que Jeremias passou no regime fechado de reclusão pouco contribuiu para o aprimoramento do capital de Jeremias. Na verdade, Jeremias sonha em sair do sistema penitenciário e voltar às atividades de origem, àquilo que gosta de fazer. Para Jeremias, o caminho da delinquência só traz sofrimento.

5.2. Retrato Sociológico: Abel Malveira de Sousa: “resolvi trabalhar na colônia agrícola pela mudança de vida”

Abel nasceu em 14 de julho de 1980, atualmente com 38 anos, nasceu em São Paulo capital. Trabalhava num negócio familiar de entrega de cargas e, ainda em São Paulo, teve problemas com a polícia, sendo então preso e condenado a uma pena total de 28 (vinte e oito) anos e 09 (nove) meses, dos quais ficou 08 (oito) anos no regime fechado.

Durante o período em que esteve recluso na cidade de São Paulo, não teve oportunidades laborais, já que, ou não tomava ciência da existência de vagas ou, por conta da situação de perigo em que se encontrava, preferia não trabalhar, evitando assim qualquer tipo de problema com seus companheiros de reclusão.

Transferido posteriormente para a cidade de Belém do Pará, trabalhou para uma empresa que prestava serviço ao Poder Público realizando limpeza urbana. Progrediu de regime, chegando a ficar em casa de Albergado, porém, por ter cometido faltas graves no curso da execução da pena, regrediu para o regime semiaberto onde se encontra atualmente. Abel trabalha na Colônia Agrícola com a criação de animais.

Ao progredir para o regime aberto, Abel quer trabalhar em outro ramo, e já tem onde começar. Quer dessa vez fazer o que é certo e quer ter um emprego formal.

Abel nasceu em 14 de julho de 1980, é natural da cidade de São Paulo do Estado de São Paulo. Fruto de um casamento formal, Abel viveu toda sua infância com seus genitores e mais duas irmãs mais jovens. O pai de Abel era o principal provedor da casa apesar de não possuir estudos de educação superior, a mãe, por sua vez, cuidava do lar da família.

Tanto Abel quanto suas irmãs tiveram oportunidades de estudos em escolas particulares. Porém, Abel estudou até ao sexto ano do ensino fundamental não concluindo, portanto, os estudos fundamentais do processo educacional brasileiro.

Abel não concluiu os estudos pois começou a trabalhar junto com seu pai. A necessidade em ajudar no sustento da família fez com que Abel, aos 12 anos de idade, interrompesse os estudos a princípio temporariamente, para ajudar seu pai no transporte de pessoas e transportes de cargas.

O pai de Abel sempre trabalhou para manter a família transportando irregularmente pessoas com o uso de um ônibus – de sua propriedade - que colocava à disposição da população no centro da cidade de São Paulo para transportá-las para diversos pontos desta cidade. Além deste ônibus, o pai de Abel também era proprietário de um caminhão e, com este veículo, transportava cargas para diversas cidades do Estado de São Paulo.

Quando Abel começou a trabalhar com seu pai, não conseguiu mais retomar os estudos, pois já constantemente viajava por uma e até mesmo duas semanas com seu pai entregando cargas em diferentes cidades do Estado. Apesar de possuir pouco contato com a escola, Abel recebia apoio de um tio, irmão de sua mãe, para que retomasse os estudos.

Meu tio dizia que o trabalho era importante, mas na minha fase e minha idade, o mais importante era estudar e não trabalhar. Sempre dizia que quem estuda tem os melhores trabalhos e sem estudos o futuro é muito incerto.

O capital educacional deste tio era elevado, para o meio social de residência, com ensino médio completo – único dos irmãos de sua mãe a concluir este nível educacional – tentou acesso ao nível superior com sucesso, porém, devido a uma gestação não planejada com uma namorada, viu-se obrigado a deixar os estudos para, então, trabalhar pelo sustento de seu filho (primo de Abel). Apesar de haver abandonado o estudo superior e nunca o retomar num momento posterior, o tio de Abel tinha consciência da importância da educação formal e ensinava tal importância a seus filhos e sobrinhos.

Quando nos reuníamos em família, meu tio sempre perguntava a todos meus primos como estavam nossas notas. Incentiva uns pelas boas notas e a outros conversava e explicava a importância dos estudos. Quando falava comigo, sempre dizia que perdeu uma oportunidade em concluir o nível superior e que não queria que acontecesse o mesmo comigo.

Apesar deste incentivo, Abel decidiu que depois retomava os estudos, mas que o mais importante, naquele momento, era realmente o trabalho. Sendo único filho homem, suas irmãs ficavam a maior parte do tempo ajudando a mãe em tarefas domésticas sem abandonar os estudos.

A família de Abel era uma família estruturada, possuía boas referências de seus pais, pessoas que sempre trabalharam para prover o sustento da família e durante um bom tempo Abel seguiu estes exemplos, apesar de nunca ter trabalhado formalmente. Boa parte do tempo livre que tinha Abel dedicava-se à pintura junto com sua mãe. Na verdade, a pintura sempre foi um bom passatempo para sua mãe e, conseqüentemente, todos aprenderam a pintar.

Aos 26 anos de idade, Abel iniciou um relacionamento amoroso e deste relacionamento nasceu o primeiro filho de Abel, hoje com 19 anos de idade. Posteriormente mais quatro filhos e uma filha nasceram. A filha mais nova, hoje, conta com 2 anos de idade, os demais, com 13; 7 e 4 anos de idade. Com o nascimento do primeiro filho, a retomada dos estudos ficou ainda mais difícil já que, para sustentar a família, Abel assumiu o trabalho de caminhoneiro que aprendeu com o pai.

Estudar ficou mais difícil quando tive o primeiro filho. Meu pai gerenciava as cargas que tínhamos que entregar e eu passei a realizar a entrega sozinho em diversas cidades de São Paulo.

A presença de Abel como pai não era constante. Por vezes, ficava mais de duas semanas longe de casa e quando retornava novas entregas já deveriam ser feitas. Com este trabalho, Abel auferia uma remuneração de aproximadamente R\$2.000,00 reais mensais. Apesar de uma renda razoável, com o aumento da necessidade financeira de sua família, o dinheiro já não se mostrava suficiente para cobrir todos seus gastos familiares. Porém, sempre fazia viagens extras para aumentar o rendimento.

Quando morava em São Paulo, Abel tinha uma vida boa e sua situação financeira, apesar de não muito cômoda, era regular. Porém, algumas amizades o influenciaram a conseguir um dinheiro extra e, vendo muitas vezes sua vida financeira ajustada, deixou-se levar pelos conselhos destes amigos.

A falta de inteligência acaba afetando a grande maioria das pessoas que entram no crime, não precisava fazer isso não, em São Paulo tinha tudo, mas às vezes o cara se mistura com certas pessoas e aí se deixa levar, infelizmente....

Abel decidiu então, além de transportar cargas lícitas, transportar cargas ilícitas (drogas). Foram muitas viagens transportando drogas pelo interior da cidade de São Paulo e, algumas vezes, para outros Estados como, por exemplo, Rio de Janeiro. Pelos delitos de tráfico de drogas ilícitas, Abel foi sentenciado a uma pena total de 28 (vinte e oito) anos e 9 (nove) meses de reclusão em regime prisional de cumprimento de pena fechado inicialmente.

O período inicial de reclusão foi para Abel deprimente. Longe dos pais e dos filhos, viu-se sozinho num ambiente totalmente alheio ao que estava acostumando. As noites eram curtas e o dia muito longo pela grande ociosidade do isolamento celular. Abel compartilhava uma cela com 11 pessoas – inicialmente – que praticaram os mais diversos delitos.

A relação com seus companheiros de isolamento não era nem conturbada, nem boa. Aceitavam-se diante da situação de isolamento e, quando havia contendas, a administração carcerária em São Paulo realizava uma rotação de pessoas para que as indiferenças não se prologassem e não culminassem em algo pior.

Em São Paulo, Abel ficou 08 (oito) anos recluso em regime fechado e, durante este período, trabalhar não era uma opção. Aqueles que trabalhavam eram vistos com desconfiança pelos outros reclusos. Aliás, os trabalhos realizados eram domésticos e permitiam que diversas pessoas reclusas se locomovessem pela instituição penitenciária.

Esta facilidade de locomoção era vista por muitos de maneira negativa já que, quando a administração carcerária descobria algo, principalmente no pavilhão que habitava Abel, aquele que tinha no dia saído deste pavilhão para buscar material de limpeza ou qualquer outro material que permita o trabalho, era tido como responsável pela informação que chegou à administração.

Para passar o tempo, pensei em fazer trabalhos de limpeza no pavilhão, mas quando vi algumas pessoas saírem para o hospital porque o líder do pavilhão entendeu que ele tinha dito ao agente (penitenciário) que estavam vendendo drogas, pensei duas vezes. Não sei se era verdade ou não, mas não quis arriscar...eu tenho filhos que ainda queria ver.

O trabalho externo era muito difícil, ou porque não haviam vagas ou porque sequer sabiam de vagas existentes. O isolamento total era regra e poucos que de lá saíam, saíam porque progrediram para o regime semiaberto de cumprimento de pena, porque atingiram o tempo necessário para tal.

Em 2013, Abel foi transferido para Belém para cumprir uma parte de sua pena, já que também havia sido condenado por tráfico interestadual de drogas. Cumpriu mais 2 (dois) anos em regime fechado e progrediu para o regime semiaberto. Tanto em São Paulo como em Belém, Abel teve somente a oportunidade de estudar, porém, atribui às diversas transferências de casa prisional o fato de não conseguir concluir o ensino fundamental dentro da instituição penitenciária.

No regime fechado não tive a oportunidade de trabalhar, só estudei, mas não cheguei a completar o ensino fundamental, estudei tanto em São Paulo quanto aqui (Belém). Não completei porque era transferido constantemente de presídio e muitas vezes no presídio novo não havia escola.

Do regime fechado progrediu para o regime semiaberto e resolveu trabalhar nas atividades da Colônia Agrícola de Santa Izabel porque queria outra vida para si, outro futuro, pois com 5 (cinco) filhos queria que estes filhos vissem a seu pai como outros olhos; com outra atitude, entendendo que o passado delituoso ficou para trás, embora não seja possível apagá-lo. Abel então aposta neste trabalho para mudar o futuro e quando sair da Colônia Agrícola quer encontrar um trabalho formal.

Resolvi trabalhar na colônia agrícola pela mudança de vida, né?! A gente quer um outro futuro para nós, além do mais que tenho cinco filhos e eu quero que eles me vejam com outros olhos, com outras atitudes, o meu passado ficou lá para trás e que isso daí não vai ser apagado da vida, por isso trabalho, para quando sair daqui também arrumar um trampo fixamente.

Abel chegou à Colônia Agrícola em 2015. Desde esse período, começou a trabalhar pelo “Começar de Novo” e seu primeiro trabalho foi externo. Trabalhou para uma empresa terceirizada da Prefeitura de Santa Izabel e posteriormente foi transferido para a Prefeitura de Val-de-Cães, já na cidade de Belém.

Na empresa terceirizada que prestava serviços de limpeza para a Prefeitura de Santa Izabel, Abel ficou durante 03 (três) meses trabalhando na limpeza das ruas da cidade de Santa Izabel. Seu trabalho era remunerado por mês, mas não era nada formal de acordo com as Leis do trabalho, ou seja, o contrato foi celebrado entre a empresa privada e a Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará.

Abel não participou da celebração do contrato de trabalho. Em determinado dia, o diretor da Casa Penal entrevistou algumas pessoas para o trabalho e Abel conseguiu o posto de trabalho. Para este trabalho, Abel recebia a quantia de R\$146 (cento e quarenta e seis) reais por mês para uma jornada de trabalho 4 (quatro) horas de trabalho por dia. Abel iniciava sua jornada de trabalho às 9hs da manhã e terminava às 13hs.

Quando saiu a notícia que de que tinha trabalho, pedi para um agente me levar com o diretor. Lá perguntaram se eu tinha estudado e em que tinha trabalhado antes. Respondi tudo e em três dias voltaram a me chamar para perguntar se eu realmente queria o trabalho. Não sabia quase nada do trabalho, sabia só que ia trabalhar com limpeza e isto era muito melhor do que ficar sem fazer nada. Eu disse que sim e duas semanas depois mais ou menos eu já estava trabalhando.

A decisão por trabalhar deu-se por conta dos constantes contatos telefônicos entre Abel e seus filhos em São Paulo. Estes contatos alimentaram a vontade de regressar a São Paulo para visitá-los. Aliás, Abel, em Belém, começou a relacionar-se com outra pessoa já que, antes de ser transferido para Belém, rompeu o relacionamento com a mãe de seus filhos.

Meus filhos são tudo o que tenho e aqui não tenho nenhum contato com eles. Falo com eles por telefone a cada semana, mas não é suficiente, eu perdi uma grande parte da infância deles e quero recuperar o tempo perdido. Se não fosse a esposa que tenho aqui eu já estava louco. É difícil viver na cadeia sem fazer nada e não ter ninguém para te visitar.

Depois que foi transferido de Santa Izabel para Val-de-Cães para trabalhar em Belém, foi transferido para instituição penitenciária compatível com seu regime prisional de cumprimento de pena, ou seja, o Albergado, onde passou 01 (um) ano e 07 (sete) meses trabalhando no Bosque Rodrigo Alves, já na cidade de Belém, pela mesma empresa.

Com ambos trabalhos, Abel não conseguiu juntar dinheiro já que, de todo salário que recebia, ficava somente com R\$70 (setenta) reais e a diferença era depositada na conta da Superintendência do Sistema Penal do Pará para que, quando saia em definitivo da relação penitenciária, receba o total do que foi depositado como forma de poupança.

Para ambos os trabalhos não houve treinamento, somente um direcionamento do que deveria ser feito. Abel ficava, por vezes, mais de duas horas sob um escaldante sol realizando limpezas, tanto quando na cidade de Santa Izabel quanto em Belém. Muitas vezes era o único responsável pela limpeza de uma grande área, os demais contratados da empresa, contratados fora da relação penitenciária, não cobriam mais que duas quadras inteiras e sempre em duplas.

A frustração com esta forma de trabalho era evidente. Abel não entendia porque ganhava tão pouco e trabalhava mais do que os demais colegas e estes, ganhavam um salário mínimo mensal conforme determina a Lei trabalhista. Abel já pensava em procurar outro trabalho, mas ao cometer duas faltas graves no exercício de suas

atividades (chegar fora do horário programado para trabalhar), regrediu do regime aberto para o semiaberto e, conseqüentemente, retornou para a Colônia Agrícola de Santa Izabel onde já está há nove meses cumprindo pena. O contrato de trabalho foi rescindido.

Sempre quis saber porque ganhava menos pelo mesmo serviço. Tudo bem que na condição que estou não há como ganhar o mesmo, mas ganhar R\$70 reais por mês é muito pouco, é desumano para quem busca uma vida diferente. Eu já estava cansado de trabalhar no sol quente até uma hora da tarde. Eu só ia almoçar depois de uma hora quando terminava de limpar toda a rua muitas vezes sozinho. Meus colegas trabalhavam em duplas, mas eu geralmente trabalhava sozinho e de vez em quando passava um fiscal da empresa para ver se eu estava limpando ou não. Meus colegas tinham horário de descanso eu não; tinham horário de almoço e eu não. Cansei disto, preferi voltar para a Colônia porque aqui trabalho na sombra.

Ao chegar à Colônia Agrícola, imediatamente buscou a direção da casa para saber se havia algum trabalho interno disponível. No mesmo dia foi designado para a criação de porcos.

Junto com seus colegas, desperta às 6hs da manhã para alimentar e disponibilizar água para os animais e fica 24hs por dia à disposição da criação de animais. A fiscalização é menos intensa e Abel, por trabalhar na criação destes animais, possui junto ao local, um quarto que compartilha com outro colega. Neste quarto há uma cama e banheiro de uso privativo. O local ainda disponibiliza geladeira, fogão e outros itens para uso pessoal.

Apesar de estar disponível 24hs para o trabalho, Abel sente-se mais livre pois descansa muito durante o dia. Oficialmente, às 17hs, Abel deve deixar o trabalho e, por esta atividade, recebe R\$292,00 (duzentos e noventa e dois) reais mensais, porém, somente 50% chega às suas mãos – R\$146,00 (cento e quarenta e seis) reais – e a outra metade é depositada automaticamente na conta da Superintendência do Sistema Penal nas mesmas regras de seu trabalho anterior.

O trabalho de limpeza pagava pouco, era R\$70 reais por mês, trabalhava de 09horas da manhã até 01h da tarde fazendo a limpeza das ruas. Aqui agora na colônia, estou tirando R\$146 reais por mês e o restante vai para conta e ainda tenho muito tempo para descansar.

O novo trabalho de Abel ocupa grande parte de seu tempo, afinal, Abel fica à disposição da criação de animais 24hs por dia, porém, embora seja um trabalho que rende alguma quantia em dinheiro, Abel não pensa em seguir este ofício quando sair da

instituição penitenciária e muito menos os caminhos do outro trabalho que exerceu, o trabalho de limpeza.

As oportunidades laborais durante o período que esteve preso serviram somente para diminuir o tempo de pena por cumprir e, quando terminar de cumprir sua pena, Abel pretende fixar residência em Belém, vivendo com sua nova companheira. Como perspectiva laboral, Abel pretende trabalhar numa empresa de um amigo, antigo recluso que conheceu quando ainda estava cumprindo pena em regime fechado, que tornou-se dono de uma empresa de manutenção de equipamentos eletrônicos e elevadores – a Eletroelevadores – e já ofereceu-lhe trabalho formal com todas as garantias da lei trabalhista brasileira.

Nesta nova perspectiva de trabalho, Abel exercerá a função de entregador das mercadorias da empresa e espera, assim, obter dinheiro para sua manutenção, manutenção de sua nova família e de seus filhos que estão na cidade de São Paulo.

A minha pena já tá acabando no mês de agosto ou setembro, não lembro bem. Já tô completando 11 (onze) anos já de preso. Pretendo passar uma temporada aqui (em Belém), já que já tô com uma nova esposa. Agora tenho um objetivo em uma empresa de um amigo meu, um reeducando que também era preso, hoje em dia ele é dono de firma já, ele tem uma firma de manutenção de eletrônicos e elevadores conhecida aí, se eu sair, ele já me emprega lá como entregador. Minha expectativa é entrar para o mercado formal de trabalho já que minha experiência com os serviços que aprendi aqui não me servirão. Quero ajudar meus filhos e sempre ir a São Paulo para fazer visita.

5.3. Retrato Sociológico - Marília Fernandes de Castro: “quero ajudar pessoas que passaram pela cadeia como eu, vou buscar algum trabalho nesta área”

Marília, nasceu no dia 04 de maio de 1984, atualmente com 33 anos de idade, nasceu no Estado brasileiro do Ceará da cidade de Tianguá. Durante sua infância e parte da adolescência conviveu com suas cinco irmãs e ajudava seus pais num pequeno negócio familiar de agricultura. Concluiu o ensino médio, mas decidiu sair de casa muito cedo para trabalhar.

Ainda adolescente conseguiu um trabalho informal num restaurante na condição de atendente, mas, em busca de melhores condições laborais, migrou para o Estado do Pará, onde posteriormente teve três filhos.

Neste novo Estado, Marília não conseguiu nada formal e viu sua situação financeira apertar já que tinha também a responsabilidade de sustentar seus filhos. Em

2012, ingressou no Sistema Penitenciário por conta de um roubo que praticou na cidade de Ipixuna do Pará.

Dentro da instituição penitenciária trabalhou informalmente como auxiliar de limpeza até sua efetivação. Posteriormente conseguiu trabalho no programa “Começar de Novo” onde passou a receber uma remuneração que a surpreendeu num primeiro momento. Atualmente trabalha no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, através do programa “Começar de Novo”, cursa Serviço Social e pretende, no futuro, ajudar pessoas egressas do sistema penitenciário.

Marília é natural do Estado brasileiro do Ceará da cidade de Tianguá, setor serrano deste Estado, nasceu no dia 04 de maio de 1984, hoje com 33 anos de idade. De família humilde, Marília e suas cinco irmãs foram sempre acostumadas com a agricultura familiar e, da terra, retirar parte do sustento familiar. Apesar de Marília haver convivido com suas irmãs, Marília é o único fruto de um relacionamento entre seu pai e sua mãe, as demais irmãs são fruto de relacionamentos anteriores ao casamento formal de seus pais.

O pai de Marília era médico veterinário e trabalhava num consultório veterinário e a mãe era doméstica e cuidava um pequeno espaço de terra onde plantava e criava alguns animais. Durante sua infância, Marília nunca passou grandes necessidades embora não tivesse luxos em sua vida. Comida não faltava, materiais básicos para a subsistência humana também não e toda a instrução escolar de Marília deu-se sempre em escolas e colégios públicos.

O pai de Marília trabalhava quase o dia inteiro. Aproximadamente às 15hs chegava a casa e seguia trabalhando, desta vez, não mais como veterinário, mas sim como agricultor. A mãe cuidava sempre do lar, das filhas e também do pequeno negócio familiar, a agricultura. A agricultura era, na verdade, a principal atividade que rendia bons lucros e que permitia uma vida melhor.

Na pequena plantação familiar, Marília e sua família produziam mandioca, milho, porcos, galinhas e algumas hortaliças para vender e, também, para consumo próprio. Durante sua infância, era sempre incentivada a trabalhar na principal atividade da família, despertava cedo junto com suas irmãs para ajudar principalmente a mãe nesta atividade. Poucas vezes frequentou o trabalho do pai.

Eu fui poucas vezes ver o papai trabalhar. Tive mesmo um incentivo para trabalhar na roça, na roça trabalhava o meu pai, minha mãe e as minhas irmãs. Eu acordava cedo e ia ajudar eles na roça, produzíamos mandioca, milho e vendíamos para sustentar a casa. A minha família, meus pais sempre foram umas pessoas, assim... que trabalhavam e incentivavam a gente na roça, nós tínhamos criação de porcos e galinhas, aí foi quando a gente veio para cá pro Pará e a minha mãe se aposentou.

Embora Marília afirme que “dentro da minha família eu não tinha uma figura que era inspiradora para o trabalho”, é inegável que seus pais contribuíram fortemente para a sua formação laboral. Até os 14 anos de idade, sempre ajudava sua família com as atividades típicas para o sustento de um lar e seu pai, sempre muito carinhoso, dizia que a pessoa encontra seu valor com o trabalho e que, somente através dos estudos e do trabalho, futuramente, Marília conseguiria prover seu sustento sem depender de ninguém.

Lembro do meu pai com muito carinho, ele sempre me acordava com um beijo e dizia: ‘minha filha, acorda para ajudar o papai’. Eu tomava café e ia com ele. Quando ele voltava para casa eu continuava ajudando e assim aprendi muita coisa na roça.

Por sua vez, a mãe a ensinou muito do trabalho doméstico e também do trabalho na agricultura. Na própria residência de Marília havia um pequeno mercado onde sua mãe vendia os produtos e Marília a ajudava sempre empacotando os produtos vendidos. Das irmãs, Marília era a que mais trabalhava e gostava do que fazia porque sempre ganhava dinheiro que gastava na compra de doces e brinquedos.

Gostava de vender com a mamãe porque ela sempre me dava dinheiro. Eu juntava dinheiro e comprava bombons, chicletes e brinquedos. Minhas irmãs também ganhavam quando ajudavam, mas eu, se pudesse, ajudava todos os dias para ganhar mais.

Todas as irmãs estudavam e eram incentivadas pelo pai de Marília já que era o único com nível superior. A mãe de Marília não conseguiu completar o ensino fundamental porque sempre estava a ajudar no sustento da casa – ajudava os avós de Marília – trabalhando na agricultura familiar.

Marília estudou o ensino fundamental e médio em colégio público. Na escola fundamental não recorda de ser incentivada à prática de alguma atividade laboral, mas no ensino médio, o assunto profissão começou a ser abordado pelos professores e principalmente pelos colegas de aula já que muitos eram mais velhos e trabalhavam.

Estudei meu ensino fundamental, e médio em colégio público. Que na escola não era incentivada ao trabalho, fazíamos só atividades escolares. No ensino médio foi incentivada a procurar uma profissão principalmente pelos meus colegas porque muitos trabalhavam e também já tinha interesses de trabalhar, de ser alguém na vida e que ajudar a sustentar minha família, mas nunca pensei em uma profissão específica para seguir. Eu queria só trabalhar.

Uma amiga foi a principal incentivadora para que busque trabalho, porém, por ausência de permissão do pai, Marília não trabalhou durante o curso do ensino médio, motivo pelo qual, por decisão própria, saiu de casa entre 14 e 15 anos de idade, quando concluiu o ensino médio e conseguiu um trabalho num restaurante na condição de atendente. Quando decidiu sair de casa, Marília passou a residir com amigos.

Neste restaurante trabalhou pelo período de cinco anos e ganhava um salário mínimo mensal. Porém, este trabalho não era formal, ou seja, não existia um contrato de trabalho registrado para os fins da lei trabalhista. Marília nunca foi remunerada por férias, décimo terceiro salário e não contribuía para a previdência social.

Eu saí de casa cedo porque a minha vontade foi sempre trabalhar, quando a gente morava no Ceará a gente tinha roça, então eu trabalhava na roça e não queria mais isto. Eu concluí o ensino médio e depois fui trabalhar como atendente em um restaurante. Trabalhei em um restaurante só durante um período de 05 anos esse trabalho não era formal de carteira assinada. Nesse tempo que trabalhei no restaurante, já não morava mais com meus pais. Saí de casa quando tinha uns 14 ou 15 anos, eu não ficava muito tempo em um lugar, ficava um ano em uma cidade, dois anos em outra. Eu ia sozinha, ficava na casa de amigos, agora aqui em Belém é que eu estou sozinha, mas sempre com amigos que eu morava.

Marília saiu de casa porque queria trabalhar, tinha vontade de ter sua liberdade e poder contribuir para o sustento da casa. Suas outras irmãs cedo casaram-se e constituíram família e, também, conseguiram concluir o ensino médio. Nenhuma de suas irmãs conseguiu acesso ao ensino superior.

Após sair de casa e decidir que seu trabalho no restaurante não estava de acordo com suas expectativas, migrou do Estado do Ceará para o Estado do Pará e seus pais ficaram em sua terra natal. Aos 19 anos de idade Marília chega a cidade de Paragominas em busca de trabalho e, pouco depois, migrou novamente, desta vez, para a cidade de Ipixuna do Pará.

A decisão por sair de sua terra natal deu-se por conta de influência de seus amigos. Muitos afirmavam que era fácil encontrar trabalho no Estado do Pará, porém, a realidade mostrou-se diferente. Os trabalhos conseguidos sempre foram informais e na qualidade de atendente, assim como em seu primeiro trabalho.

Longe da família, Marília sempre residiu na companhia de amigos e alguns destes do Estado do Ceará. Marília nunca havia contribuído para a previdência social como também nunca teve trabalho formal.

Aos 19 anos, Marília conhece uma pessoa, seu primeiro namorado no Estado do Pará, e com ele teve dois filhos, um menino, hoje com 13 anos de idade, e uma menina que hoje possui 11 anos de idade. Com o advento do primeiro filho, Marília deixou de procurar trabalho para dedicar-se ao lar e ao cuidado das crianças. Marília passa então a residir com seu companheiro afetivo.

As dificuldades financeiras deste novo lar eram evidentes. Ambos, Marília e seu companheiro, não possuíam trabalho formal. O novo lar se sustentava por trabalhos esporádicos que fazia o companheiro de Marília, mas este recente lar criado se desfez por absoluta falta de compatibilidade entre ambos.

A separação foi um duro golpe para Marília. Na condição de trabalhadora na sua própria residência, não tinha como prover o sustento de seus filhos e nem com quem deixá-los para trabalhar. Por conta desta dificuldade, os pais de Marília decidiram migrar para o Estado do Pará e, quando chegaram, Marília teve a possibilidade de retomar sua busca por trabalho.

Eu procurei muito um trabalho formal quando cheguei aqui no Pará, mas nunca consegui. Trabalhei sempre informalmente como recepcionista, atendente, mas nunca quiseram formalizar o trabalho apesar de me pagarem um salário mínimo. A vida foi difícil! Daí eu conheci uma pessoa e tive dois filhos com ela, um menino e uma menina. Quando as crianças nasceram meu companheiro era o único que sustentava o lar, mas depois nos separamos e eu tive que buscar trabalho. Ele sempre ajudou no sustento das crianças, mas eu não tinha com quem deixar elas para trabalhar, foi aí que meus pais vieram do Ceará para me ajudar.

A ajuda dos pais foi muito importante, Marília voltou a trabalhar, mas nunca formalmente, então, novamente conheceu outra pessoa e deste namoro adveio outra menina, hoje com 7 anos de idade. Novamente Marília deixou de buscar trabalho por conta desta nova maternidade tendo ajuda desta vez de seus pais.

Quando a filha mais nova de Marília completou aproximadamente um ano de idade, incentivada principalmente pelo pai, Marília volta a buscar trabalho, mas desta vez sem sucesso. As dificuldades financeiras pressionaram Marília ao mundo do crime quando decidiu praticar um roubo num estabelecimento comercial na companhia de outras pessoas. Marília foi presa em flagrante delito e condenada a uma pena de sete

anos e seis meses de reclusão. Apesar do roubo haver ocorrido na cidade em que morava, a ação criminal tramitou na cidade de Mãe do Rio, também no Estado do Pará.

Antes de ser presa, Marília namorava com uma pessoa que já tinha experiência no mundo do crime. Esta companhia foi um dos fatores que levaram Marília à prisão.

O roubo aconteceu em Ipixuna e o processo correu em Mãe do Rio. Eu pratiquei o roubo devido às necessidades financeiras. Nesse tempo eu tinha um companheiro, mas nós não morávamos juntos, apenas namorávamos, e ele não era uma pessoa correta... Entendeu?! Ele era meio desviado, e eu, por inocência, nunca deveria ter escutado o que ele dizia. Com essa pessoa não tive filhos.

Quando a sentença foi proferida, Marília foi imediatamente para o regime semiaberto e neste regime de cumprimento de pena ficou reclusa por um ano e seis meses. Durante este tempo de reclusão na Centro de Recuperação Feminino do Estado do Pará localizado na cidade de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém, Marília não conseguiu nenhum trabalho, pois os que havia disponíveis já estavam ocupados por outras reclusas.

A vida na reclusão foi o mais duro golpe na vida de Marília. Com filhos para criar – que estavam sob os cuidados dos avós maternos – a aflição na instituição penitenciária somente aumentava. Marília passava o dia sem nada fazer, não conseguia dormir, não tinha fome e só pensava em sair. Dois meses passaram até que uma colega de reclusão ofereceu seu trabalho a Marília.

Este trabalho não era remunerado, pois Marília trabalhava somente quando sua colega saía da instituição penitenciária através do benefício da saída temporária. Marília trabalhava para ocupar a mente e sentir-se útil, não por uma necessidade da instituição penitenciária e sim por decisão própria. O benefício da saída temporária previsto na Lei 7.210/84, quer para visitar a família, quer para trabalhar ou estudar só é possível quando a reclusa cumpra ao menos um sexto do total de pena que ainda tem por cumprir.

A saída temporária da colega de Marília era geralmente pelo período de uma semana. Assim, quando sua colega saía, Marília tinha o que fazer. O tempo passou e aos três meses de cárcere, esta colega ganha a liberdade e, conseqüentemente, esta vaga para serviços de limpeza fica em aberto. A direção deste centro de recuperação decide então fixar Marília nesta vaga por conta de sua experiência, não houve nenhuma entrevista ou seleção.

Fiquei um ano e seis meses no regime semiaberto. A infração que cometi foi a infração do artigo 157 CP e por esse crime peguei sete anos e seis meses. Na prisão não conseguir dormir, comer, não conseguia fazer nada, só pensava nos meus filhos e às vezes pensava besteira, pensava em me matar...sei lá, eu queria era sair dali.

Lá no semiaberto fiquei três meses para conseguir um serviço, porque assim, como eu fui sentenciada diretamente no regime semiaberto eu não tinha direito ainda a saída temporária, tinha colegas lá dentro que por estar há mais tempo já tinham conseguido a saída temporária então eu ficava trabalhando dentro do cárcere no lugar delas quando elas saíam, foi assim que consegui o trabalho fixo. Uma colega trabalhava fazendo faxina, serviços gerais, aí quando ela saiu pela primeira vez, pediu para eu ficava no lugar dela os sete dias e quando ela retornava eu ficava sem fazer nada, até que eu consegui o serviço fixo.

Eu resolvi substituir a colega por conta própria, não por uma necessidade de instituição, por isso eu não recebia nada, era algo mais para ocupar a mente e três meses depois eu fui selecionada para fazer o mesmo serviço.

Quando a colega recebeu a liberdade dela eu fiquei fixa no lugar dela, até porque eu já tinha uma experiência, já tinha uma confiança, porque a gente tinha que se deslocar de um canto para outro, aí eu fiquei, continuei trabalhando. A diretora me chamou e disse que a vaga era minha, fiquei feliz, tinha o que fazer todo o dia.

A vaga conquistada foi muito importante para Marília, agora ela tinha o que fazer o dia todo. Por este trabalho, Marília recebia a quantia de aproximadamente R\$36,00 reais por mês e trabalhava das 8hs da manhã até as 16hs da tarde com um intervalo para o almoço das 12hs até às 13hs. O trabalho consistia em limpeza geral das instalações da instituição penitenciária e, por conta disto, Marília tinha autorização para transitar por lugares onde as demais pessoas reclusas não poderiam ir.

Por conta desta atividade, Marília ganhou a confiança da administração da casa penal e também das demais colegas, mas não de todas. A certa liberdade de locomoção que ganhou Marília por conta de sua atividade, gerou algumas desconfiças por parte de outras mulheres reclusas. Marília poderia contar à administração da instituição penitenciária eventuais circunstâncias que ocorrem dentro das celas ou dentro do bloco.

O dinheiro que recebia não servia para sustento da família de Marília. Na verdade, este pouco dinheiro servia para que Marília se sustentasse dentro da instituição penitenciária comprando comida extra e outros produtos. Durante aproximadamente cinco meses, Marília exerceu esta atividade e, posteriormente, foi incluída no programa “Começar de Novo”, na verdade, num projeto que se viria a transformar no “Começar de Novo”.

Pelo trabalho que eu fazia recebia uma quantia bem pouca, nem sei direito, eles faziam o depósito, acho que era 30 ou 36 reais por aí assim. Pegava das oito horas até o horário do almoço e depois das uma hora até às quatro, as vezes passava do horário. Com esse dinheiro eu usava para me manter dentro

do cárcere, comprava comida e outras coisas, até porque eu não tinha visita. Eu não tinha visita porque eu fui sentenciada no interior e depois fui transferida pra Belém. Fui sentenciada em Mãe do Rio, toda a minha família ficou lá. O problema é que pela limpeza eu andava quase todos pavilhões da cadeia e muitas pensavam que eu ia fofocar o que via, mas nunca tive este problema, fazia meu trabalho e pronto.

A inclusão de Marília e de outras mulheres reclusas foi inusitada. Em 2013, quando não havia ainda o Programa “Começar de Novo”, o Juiz da Execução Penal elaborou um projeto para a reinclusão social de pessoas reclusas. Tal projeto consistia na oportunização de trabalho em órgãos públicos, principalmente, no próprio Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Certo dia, ainda em 2013, Marília foi chamada à direção da casa penal e informada que ela cumpria com os requisitos exigidos pelo Juiz para o trabalho, ou seja, Marília possuía o ensino médio completo além de um bom comportamento carcerário. A direção da casa penal já tinha tais informações a respeito de Marília porque no momento de entrada tais informações já tinham sido coletadas.

Para o potencial novo trabalho, Marília não sabia quanto ganharia e, muito menos, em que consistia tal atividade. No dia dois de maio de 2013, as mulheres selecionadas saíram da casa penal para uma reunião com o Superintendente do Sistema Penal do Estado do Pará, André Cunha, e, então, tomaram ciência das atividades que desenvolveriam e que estas atividades seriam levadas a cabo dentro do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Quando a gente chega na casa penal, eles pedem os nossos dados, escolaridade, se tem curso de informática, então ficam todas as nossas informações lá quando a gente entra na casa penal. Aí foi quando em um belo dia quando tô fazendo faxina lá, chegou uma moça lá da casa e pergunta qual era o meu tamanho da farda aí eu falei, em dois dias ou três dias depois fui eu e mais 07 coleguinhas. A moça chegou e disse que era pra eu ir lá na direção, aí eu fui, quando chegou lá, a diretora falou assim mesmo ‘que o juiz tinha feito um projeto que ia servir pra gente’, disse que não tinha certeza, mas achava que era um serviço no Tribunal. Até porque isso aqui quem fundou foi eu, até porque quando eu fui uma das primeiras, ainda não tinha esse projeto aqui do jeito que é hoje. Então foi quando a diretora falou para gente e até hoje eu estou aqui. Eu dei entrada aqui no dia 05/05/2013, que foi quando fundou aqui o projeto. A diretora falou que a gente tinha um grau de escolaridade que supria o que o juiz queria, que era o ensino médio completo, tinha informática e por isso a gente foi encaminhada para cá e eu fundei o projeto e até hoje graças a Deus eu tô aqui.

Para o trabalho foram feitas entrevistas, a gente saiu dia dois de maio e tivemos dois dias de reunião, eles repassaram o que era que tínhamos que fazer, com o que a gente ia trabalhar, então eles repassaram tudo para gente

que foi com o senhor André da Cunha, entendeu, e foram feitos todos os procedimentos e aí conversamos.

Marília então aceita o trabalho para o serviço de digitalização de processo sem mesmo saber quanto ganharia. Na verdade, pensava que seria como o trabalho que desenvolvia no Centro de Recuperação, ganharia em torno de uns quarenta reais por mês. Quando Marília recebeu o primeiro salário ficou surpresa com o valor recebido, mas mesmo assim, por ainda não se tratar do programa “Começar de Novo”, o Tribunal pagava o salário à Superintendência do Sistema Penal e, por sua vez, este órgão repassava o valor a Marília com um desconto de aproximadamente duzentos e cinquenta reais.

A felicidade e a satisfação por trabalhar num ambiente onde ninguém a olha de outra maneira por conta do passado é inegável. Marília aceitou o trabalho sem ao menos hesitar, o que ela mais queria naquele momento era se libertar do cárcere. Nos dois primeiros meses almoçou por conta da instituição penitenciária já que, por algum motivo, não recebeu remuneração nestes meses e, após isso, recebeu a notícia que, além do salário – que começaria a ser pago –, receberia auxílio de transporte e auxílio de alimentação. Após sua jornada de trabalho, Marília retornava para o Centro de Recuperação para dormir, obrigatoriamente.

Quando fui selecionada pelo ‘CDN’ não sabia o que iria fazer e nem quanto iria ganhar. Quando soube que iria trabalhar aqui só pensei que queria me libertar daquele lugar que eu estava, não queria saber o valor, o que eu iria ganhar, eu só sabia assim, que pelo menos em um lugar chique eu iria trabalhar que era em um tribunal, né?! Aí foi quando o rapaz comunicou que a gente iria trabalhar aqui com processos, digitalizando processos. Eu descobri quando eu iria receber só quando saiu o pagamento, na época era um outro chefe que estava aqui com a gente e ele não passava muita coisa para a gente. A gente ainda passou dois meses almoçando por conta do albergado, passamos dois meses sem receber, porque aqui ainda estava se estabilizando e aí era o chefe daqui que pagava passagem para a gente, mas já tinham avisado a gente que eles iriam pagar um salário, mais o transporte e o vale alimentação.

A jornada de trabalho começa às oito horas da manhã e finaliza às cinco horas da tarde com um intervalo de uma hora para o almoço. O ambiente é o mais favorável possível para Marília que, após a instituição do Programa “Começar de Novo”, a partir de 2016, passou a receber 100% de salário sem a intermediação da Superintendência do Sistema Penal. Marília encontra-se muito satisfeita com sua primeira oportunidade laboral formal.

Eu me surpreendi com o valor que recebi, pois eu pensava que seria como antes uns trinta ou quarenta reais. Aí eu saía para trabalhar aqui e depois voltava para lá (CRF), eles sempre ficavam com uma quantia de duzentos ou duzentos e cinquenta reais para fazer um depósito para quando a gente saísse de lá do sistema eles repassassem para a gente. Todo o dinheiro que estava no depósito de lá guardado foi entregue para a gente. O tribunal passava o dinheiro para a SUSIPE e a SUSIPE repassava o dinheiro para a gente, mas hoje já é diretamente entregue para a gente pelo tribunal.

Quando me informaram desse projeto senti uma coisa inexplicável, foi muito legal, porque assim, eu já estava pensando, como a gente está um lugar daquele, já sabemos da nossa sentença e já sabemos também quanto tempo vamos ficar ali, então eu já estava me perguntando como seria quando eu saísse dali, como iria ser a minha vida aqui fora, né?! Porque quando a gente passa pelo cárcere as pessoas olham para a gente de uma outra forma, tem uma outra visão, aí eu fiquei pensando, e aqui é uma coisa totalmente diferente, uma outra coisa e graças a Deus aqui eu estou muito feliz.

Com o dinheiro recebido nesta atividade, Marília sustenta-se e envia dinheiro para os filhos que ainda moram com os avós na cidade de Mãe do Rio, distante aproximadamente 250km de Belém, local onde Marília trabalha. E, após o trabalho que passou a desenvolver no Tribunal, Marília decidiu ingressar no nível superior para o curso de assistente social. Atualmente cursa o terceiro semestre do curso e é justamente com a remuneração deste trabalho que Marília paga a mensalidade de seu curso.

A decisão por cursar nível superior deu-se por incentivo do pai e, também, porque Marília quer ser uma fonte de inspiração e superação para seus filhos, mas foi justamente neste trabalho que Marília conviveu com outra pessoa, egressa do sistema penitenciário, que tinha intenções de ingressar no nível superior e convidou Marília a tentarem juntas. Ambas conseguiram passar na seleção e ingressaram no nível superior juntas.

Quando sua colega ganhou o livramento condicional, automaticamente perdeu o trabalho no Tribunal e não teve mais condições financeiras de sustentar o curso. Marília segue com seu curso e espera, no futuro trabalhar com qualquer atividade na área de seu curso, ou seja, o serviço social.

Eu faço o curso de Assistente Social, entrei no curso no ano passado. Antes aqui eu tinha uma colega que trabalhava comigo, aí sempre eu via comentários de curso e faculdades e sempre fiquei com aquele negócio de entrar. Quando eu comecei a trabalhar eu não comecei a fazer logo o curso, aí uma amiga minha falou que iria começar o curso, que iria fazer faculdade, aí falei para ela que tinha interesses também. Lembrei do que meu pai me dizia e dos meus filhos, quero que eles me vejam com outros olhos, então quando ela me convidou para tentar e começamos juntas, mas ela teve que parar porque ela teve que sair daqui, porque na época tinha o negócio de que quando recebesse o livramento condicional era desligado do trabalho, aí foi quando ela saiu e não teve mais

como continuar com o trabalho e saiu da faculdade porque era daqui que ela tirava o dinheiro para pagar a faculdade. Eu continuei. Eu pago a faculdade com o dinheiro daqui.

Pelas diretrizes do Programa “Começar de Novo”, o contrato de trabalho vencerá em março de 2018 quando completa dois anos. Marília não sabe o que fará, já procurou alguns estágios na área do Serviço Social, mas precisa de uma disponibilidade de tempo que ainda não tem. O que quer, na verdade, é ajudar a pessoas que estão a passar ou já passaram pela a mesma situação que passou. Marília deseja trabalhar com egressos do sistema penitenciário e não vê possibilidade de seguir fazendo o que faz, mas este trabalho renovou o seu espírito de esperança e a experiência certamente servirá para o futuro.

Eu já tenho data certa pra sair, a direção falou que era mês de março, mas aí a gente não se sabe muito bem ainda como é que vai ser, ainda tenho a expectativa de que ainda vou continuar, porque é assim, uma moça que juntamente com o juiz que criou esse projeto, veio aqui com a gente e falou que haveria a possibilidade da gente continuar, desde que o juiz conversasse com o responsável daqui do Tribunal pra que a gente continuasse, porque quando eu entrei aqui era assim, o contrato do Tribunal com o convênio, então, a gente não renovava a gente continuava, aí por algum motivo ficou da forma que é hoje, até dois anos... Completou dois anos, saia!

É com o dinheiro que eu recebo daqui que eu sustento os meus três filhos hoje. Os meus filhos moram no interior com a minha mãe em Mãe do Rio. Aí eu mando dinheiro daqui pra eles.

Quando eu sair daqui do TJPA eu ainda não sei o que fazer, tô ainda correndo atrás, tô averiguando, tô cursando o ensino superior e tô querendo terminar, e eu vou correr atrás não posso ficar parada. Quero ajudar pessoas que passaram pela cadeia como eu, vou buscar algum trabalho nesta área. Meus filhos e a minha família foi o que me ajudou enquanto estive no cárcere, eles foram a minha inspiração para passar por aquele ambiente ruim e tirar dali o melhor. Lá dentro eu via pessoas fazendo coisas, mas eu ficava só na minha e me mantinha afastada. A minha expectativa para o futuro é encontrar um emprego para poder manter a minha família e esse trabalho que eu faço aqui é mais uma experiência na vida, sem dúvidas.

Ainda falta um ano e meio para eu concluir a minha pena.

5.4. Retrato Sociológico – Waldemar de Amaral Santos: “Começar de zero é sempre difícil, mas mais difícil é viver a vida dentro da cadeia e perder grande parte da vida fazendo ‘besteiras’”

Waldemar é natural da cidade de Belém e está atualmente com 33 anos de idade. Durante sua infância e adolescência foi sustentado somente pela mãe que era funcionária do Governo do Estado do Pará na função de professora do ensino básico. Vivendo num dos bairros mais pobres da cidade de Belém, Waldemar passou por

grandes necessidades o que fez com que, ainda adolescente, deixasse de estudar para dedicar-se ao trabalho.

Trabalhando como lavador de carros, aprendeu também a mecânica dos automóveis, profissão esta que pela qual nutre considerável admiração. Foi por conta de amizades que Waldemar foi preso por duas vezes pela prática do delito de roubo, um na cidade de Salinas e outro na cidade de Belém. A ida para a delinquência é atribuída à falta de oportunidades que teve na vida.

Dentro da instituição penitenciária, durante o regime fechado, não trabalhou no único trabalho disponível – auxiliar de limpeza – por conta dos constantes problemas que presenciou envolvendo as pessoas que trabalhavam nesta função e as demais pessoas reclusas que não trabalhavam. No regime semiaberto, Waldemar concluiu o ensino médio e trabalhou na agricultura dentro da instituição penitenciária para remir sua pena.

Ao progredir para o regime aberto, Waldemar teve muitas dificuldades em encontrar um trabalho formal, porém, sua insistência levou-o a trabalhar dentro do Tribunal de Justiça do Estado do Pará na função de digitalizador de processos.

Após iniciar suas atividades no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Waldemar constituiu família e reformou sua casa onde habitam todos. Atualmente, Waldemar trabalha como motorista da empresa UBER e aspira, futuramente, montar sua própria oficina de manutenção de automóveis.

Waldemar é natural de Belém, no Estado do Pará, nascido no dia 14 de novembro de 1984, atualmente com 33 anos de idade. A infância e adolescência decorreu sempre no bairro do Guamá, o mais populoso e conhecido bairro de Belém, que necessita, ainda nos dias atuais, muita atenção do Poder Público. Esta infância foi compartilhada ao lado de suas duas irmãs mais velhas. Waldemar é o filho mais novo.

O lar de Waldemar foi sustentado sempre por sua mãe. Aliás, este lar era composto somente pela mãe, as duas irmãs e Waldemar. O pai de Waldemar nunca contribuiu para o sustento do filho, mostrando-se totalmente ausente durante toda sua infância e adolescência, apesar de Waldemar saber quem é seu pai.

Até aproximadamente os 12 anos de idade, Waldemar foi sustentado exclusivamente por sua mãe e suas irmãs mais velhas sempre ajudaram em sua criação, mas não financeiramente. Sua mãe desempenhava a função de professora contratada

pelo Estado do Pará para ministrar aulas em escolas públicas de ensino fundamental no bairro do Guamá.

Como única provedora do lar, a mãe de Waldemar trabalhava nos turnos da manhã; da tarde e da noite, então, a irmã mais velha, Vanessa, por já ser adolescente naquela época, era a responsável pela ordem no lar e por dar atenção aos outros dois irmãos mais novos.

A minha mãe era professora do primário. Ela trabalhava de manhã; de tarde e de noite. Então, quem ficava mais com a gente era a minha irmã mais velha, a Vanessa. Desde cedo ela sempre teve uma responsabilidade com a gente, comigo e a minha outra irmã. Ela era adolescente na época, era ela quem cuidava da gente quando a mamãe estava trabalhando. Era ela quem dava atenção para a gente; fazia a comida e tomava conta das coisas. A minha mãe era o único sustento da casa já que o meu pai nunca ajudou com nada, eu sei quem ele é, mas não tenho muito contato com ele. Hoje em dia é que eu falo com a minha tia, a irmã dele, mas com ele mesmo eu falei mesmo umas duas vezes no máximo.

A irmã com responsabilidades de mãe, orientava no que podia a Waldemar, exigia o cumprimento das tarefas diárias e também das tarefas escolares. Porém, esta exigência não era comparada às exigências de uma mãe, conseqüentemente, era comum que Waldemar tivesse mais liberdade. Liberdade de brincar na rua, de sair com os amigos e, até mesmo, liberdade de não fazer suas obrigações. Porém, quando a genitora da casa chegava as coisas eram diferentes, ou seja, todas as tarefas eram realizadas, principalmente as escolares.

Quando eu era menor e a mamãe não estava em casa eu tinha mais liberdade, mas quando ela chegava em casa era diferente, era outra coisa, já dava medo. Quando ela não estava em casa todo mundo fazia o que queria, mas depois que ela chegava em casa era todo mundo santinho, ela colocava todos para fazer o dever da escola e muitas vezes ficava de castigo.

A infância de Waldemar foi regada de muitas brincadeiras com a vizinhança e, também, por necessidades financeiras. A casa onde viviam era muito humilde, o teto era coberto com folhas secas de palmeira, as paredes em madeira e tudo dentro era precário. Em épocas chuvosas era comum o alagamento da casa. Então, o Prefeito de Belém construiu um compartimento de alvenaria para a mãe de Waldemar para que a situação em relação à casa melhorasse um pouco.

Já chegamos até a passar necessidades. Às vezes comíamos o dia inteiro arroz com ovo porque nós éramos três, então era tudo para três. Nós morávamos em uma casa que era de palha, eu lembro que ela era de palha e de madeira, aí na época foi o Duciomar que fez um compartimento de alvenaria para a gente, ele tinha estudado com a mamãe e aí ele mandou fazer esse quadradinho lá para

nós, e foi aí que a nossa situação já foi melhorando um pouquinho mais, porque a gente já foi crescendo, já foi melhorando as coisas, até porque a gente era pequeno e eu não entendia a vida financeira da minha mãe, não tinha ideia do quanto ela ganhava e o quanto ela gastava com as coisas, eu sei que o dinheiro dela não dava muito não porque na época eu me lembro dela fazer um empréstimo, não sei o que era... aí ela recebia pouco, e a gente tinha que dar o nosso jeito. Aí eu trabalhei num lava-jato; a minha irmã mais velha trabalhou em uma padaria e a minha irmã do meio não lembro de ela ter trabalhado. Era só eu e a minha irmã mais velha que trabalhávamos para ajudar dentro de casa.

Nunca foi possível qualquer tipo de reforma na casa por iniciativa própria da mãe de Waldemar. Ou gastava-se com comida, ou com outras coisas absolutamente necessárias. Por vezes, comiam somente arroz com ovo o dia inteiro. Mas, apesar das imensas dificuldades financeiras, Waldemar e suas irmãs estudaram o ensino fundamental em colégio particular, graças a bolsas de estudos que as freiras do Colégio Madre Zarife concederam. Estudaram neste colégio até à quinta série do ensino fundamental. Porém, após repetir esta série, Waldemar perdeu a bolsa de estudos.

Apesar da mãe dedicar o máximo possível de tempo para ensinar a Waldemar, este tempo não era suficiente, já que Waldemar tinha dificuldades de concentração. Durante o percurso neste Colégio, os estudos eram o foco principal não lembrando Waldemar qualquer menção sobre trabalho. A mãe de Waldemar era a principal motivadora para os estudos.

A minha mãe sempre me incentivou para o estudo, eu e as minhas irmãs éramos bolsistas no colégio Madre Zarife, no Guamá, então nós sempre estudamos em colégio particular, até a 5ª série ficamos lá. A gente tinha essa bolsa porque a mamãe já tinha trabalhado lá, então ela tinha uma amizade com uma das freiras, a irmã Odete, aí essa irmã conseguiu uma bolsa para a gente e quem pagava eram as irmãs lá da Itália que pagavam os nossos estudos. Eu cheguei a repetir de ano, eu tinha um pouco de dificuldade para aprender, falta de atenção, para falar a verdade eu não sei direito o que era eu não tinha concentração, aí eu repeti duas vezes a 5ª série, depois eu repeti a 7ª série e depois eu repeti a 8ª série. Eu me atrasei muito nos meus estudos.

Após a perda da bolsa de estudos, Waldemar foi estudar na Escola Pública Estadual Paes de Carvalho onde, já no ensino médio, reprovou a primeira série e, então, foi transferido para outra Escola Pública Estadual, desta vez no Colégio Augusto Meira, onde, segundo se recorda, foi somente umas duas vezes durante todo o ano letivo.

A trajetória escolar de Waldemar foi muito conturbada. Quase não frequentava as aulas e, quando reprovava, reprovava pelo número de faltas e notas ou somente pelas faltas. Waldemar não recorda, já no ensino médio, de qualquer incentivo para o trabalho, já que quase não frequentava o ambiente escolar.

Depois eu concluí o ensino fundamental no Colégio Paes de Carvalho, fiquei um ano lá, repeti o 1º ano, depois pediram a minha transferência de lá e eu fui para o Colégio Augusto Meira. Ai no Augusto Meira eu fui estudar à noite e acabou que eu parei os meus estudos, parei no primeiro ano. Eu fui umas duas vezes só nesse colégio. Na verdade, eu quase não ia às aulas sempre reprovava por faltas e tinha muita nota vermelha. Eu saía de casa, mas ficava pela rua ou eu ia ficar direto no lava-jato mesmo.

Este percurso foi prejudicado pelo desejo em ajudar financeiramente a família. Este desejo foi fruto dos imensos apertos financeiros que vivenciou e, aos 12 anos de idade, aproximadamente, decidiu trabalhar lavando carros num estabelecimento próximo à sua casa. Waldemar trabalhava pela manhã e tarde recebendo a quantia de R\$10,00 (dez) ou R\$15,00 (quinze) reais ao dia. Com este dinheiro comprava coisas para si e ajudava a família.

Eu resolvi por conta própria ir trabalhar no lava-jato, eu vivia por lá então pedi uma oportunidade para trabalhar lá. O cara que eu conhecia lá e disse que eu poderia trabalhar, ele disse 'tu me ajuda e eu te ajudo' aí fiquei por lá. Para eu conseguir um pouco de dinheiro eu comecei a trabalhar com 12 anos neste lava-jato. Eu trabalhava no lava-jato todo o dia. Trabalhava de manhã de tarde, a hora que desse, era bem no canto de casa. Eu recebia por dia uns R\$10 ou 15 reais, já era muita coisa para mim porque ajudava em casa e comprava coisas para mim. Minha mãe sabia que eu trabalhava lá, ela não falava nada, deixava.

Waldemar trabalhou toda sua adolescência neste estabelecimento informal de lavagem de carros. Por ser informal, obviamente, a relação de trabalho também era informal e neste trabalho, além de lavar carros, também ajudava noutras funções relacionadas à manutenção de carros. Foi com o proprietário deste estabelecimento que Waldemar aprendeu quase tudo relacionado à manutenção de carros.

A minha adolescência também foi trabalhando nesse lava-jato. Deixei de estudar com uns 16/17 anos por aí para poder trabalhar no lava-jato. Eu recebia dinheiro por carros lavados e outras coisas que fazia. Com 16/17 anos eu não tinha ideia de quanto ganhava por mês, até porque era pouquinho que eu recebia, e o que eu recebia eu ia gastando, comprava comida e algumas coisas. No lava-jato fazia de tudo um pouco, lá funcionava o lava-jato, borracharia, lanternagem, pintura, então eu ficava lá o dia todo e fazia de tudo um pouco e até hoje ainda sei fazer a maioria dessas coisas. Assim, eu aprendi com o Seu João, o dono de lá. Quando completei 18 anos continuei no lava-jato e sempre morando na mesma casa.

Waldemar gostava de trabalhar neste ramo, na verdade, passou a gostar muito da mecânica dos automóveis. Era um trabalho que lhe dava prazer e faltava poucas vezes sempre por algum motivo justificável e sonhava em algum dia trabalhar formalmente com alguma coisa relacionada à manutenção de carros.

Eu gostava muito de ir para o lava-jato, gostava de aprender sobre as falhas nos carros e como arrumar. Gostava tanto que quase nunca faltava e quando faltava sempre mandava avisar. Com 19 anos eu sonhava em conseguir já um trabalho formal numa oficina para ganhar mais dinheiro porque a situação estava complicada.

Nesta atividade fez alguns amigos, pessoas com quem sempre estava e saía. Foram estas amizades que levaram Waldemar ao mundo do crime, no ano de 2005, quando decidiu realizar um assalto na cidade de Salinas-PA. A ida ao mundo do crime foi uma tentativa de amenizar as dificuldades financeiras que vivenciou desde sua infância e, também, em razão da falta de oportunidade laboral melhor e mais estável.

Waldemar por vezes tentou um trabalho melhor, porém, sem a titulação acadêmica exigida por grandes empresas do ramo da mecânica de automóveis, Waldemar nunca era selecionado. O mundo do crime foi a opção e, em sua primeira tentativa, foi preso em flagrante e condenado a uma pena de 9 anos de reclusão em regime inicial fechado. Antes da condenação, Waldemar ficou preso provisoriamente em regime fechado do ano de 2005 ao ano de 2008 no presídio municipal de Salinas.

No tempo em que esteve preso na qualidade de recluso provisório, Waldemar não conseguiu nenhuma oportunidade laboral, somente no ano de 2009, após sua condenação – em 2008 – e definição do regime inicial de cumprimento de pena foi que Waldemar conseguiu sua primeira oportunidade já no regime semiaberto na colônia agrícola de Santa Izabel.

Neste lugar, Waldemar foi trabalhar no setor da agricultura já que o trabalho é obrigatório para as pessoas que estão em regime semiaberto, além de aceitar estudar para concluir o ensino médio. Foi na Colônia Agrícola que Waldemar conseguiu concluir o ensino médio, durante sua segunda reclusão. A decisão por estudar e trabalhar ao mesmo tempo deu-se pelo desejo de sair do lugar em que estava. Waldemar trabalhou pouco tempo, menos de três meses, e logo conseguiu seu livramento condicional.

Com o livramento, Waldemar sai da instituição penitenciária e faz um treinamento na ONG “Fábrica Esperança” sendo selecionado para prestar serviços para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento do Município de Belém na qualidade de contratado terceirizado.

Eu fui preso em 2005, foi a primeira vez. Tenho dois processos. Em 2005 fui condenado a 09 anos, fui preso em flagrante, tinha 20 anos. O motivo foi roubo, fiquei preso de 2005 a 2008, preso provisório no regime fechado. Fiquei no

presídio de Salinas, o roubo foi em Salinas. O tempo que eu fiquei como preso provisório não tive a oportunidade de trabalho. Quando eu saí para o semiaberto em 2009 eu fui fazer um treinamento na Fábrica Esperança aí lá eles me encaminharam para trabalhar lá na fábrica. Trabalhei na SEMAS, em órgão público. A gente era contratado da fábrica Esperança, mas a gente prestava serviço em outros órgãos como terceirizados.

Nesta primeira oportunidade formal de trabalho, ou seja, com todos os direitos assegurados pela legislação trabalhista brasileira, Waldemar recebia a quantia de R\$780,00 – um salário mínimo na época – para 44 horas de trabalho por semana na função de auxiliar administrativo.

Waldemar tomou conhecimento desta ONG através de comentários dos próprios colegas de reclusão. Quando obteve seu livramento condicional imediatamente buscou a Superintendência do Sistema Penal do Pará para saber o endereço da ONG onde, posteriormente foi treinado para as funções de serviços gerais e auxiliar administrativo.

Eu soube da ONG pelos comentários dos colegas, porque logo que eu saí eu fui atrás, fui na SUSIPE para procurar um trabalho para mim, aí lá na SUSIPE me falaram dessa Fábrica Esperança aí eu fui lá. Levei meus documentos, fiz um treinamento. Fiz um treinamento lá na Fábrica de serviços gerais, e depois eu fiz o de auxiliar administrativo. Aí logo após que eu terminei o curso de auxiliar administrativo me chamaram para eu trabalhar lá na SEMAS.

A decisão pelo trabalho externo – ainda fora do programa “Começar de Novo” – deu-se por conta dos conselhos de sua mãe e da vergonha que tinha em relação a ela: “ela sempre trabalhou e eu fazendo vergonha para ela”. Sempre que se encontravam, sua mãe incentivava ao trabalho como alternativa ao mundo do crime. Por ouvir tais conselhos, Waldemar decidiu buscar junto à SUSIPE alguma alternativa laboral.

Nesta atividade, Waldemar trabalhava das 8hs da manhã às 12hs da tarde e das 13hs até às 17hs no setor jurídico da Secretaria de Meio Ambiente com tramitação de processos e atenção ao público em geral, porém, por conta de um processo específico, Waldemar foi demitido em novembro de 2009.

A demissão deu-se por conta da desconfiança dos superiores de Waldemar. Estes superiores pensavam que Waldemar tinha um interesse específico num determinado processo, o que não era verdade. Tal desconfiança pode ser fruto “do meu caminho no crime”, como afirma Waldemar.

Teve um problema uma vez lá, que chegou um caso de um processo, tinha um processo de um homem lá que sempre ia lá comigo e dizia ‘vê aí um processo tal pra mim’ aí eu disse ‘tá vou ver’, aí peguei o processo lá do armário dei uma olhada e estava faltando uma coisa, aí eu fui lá com a nossa coordenadora que

era a Andréia Mota que hoje em dia ela é secretária da SEMAS do município de Belém, era ela e o Cláudio Cunha, na época ele era secretário adjunto lá na SEMAS. Então tinha esse processo lá que o cara ia toda vez me perguntar sobre o processo e eu toda vez ia lá com ela já que era só eu que tratava dos processos, então ficava incumbido a mim levar os processos para ela. Ai certo dia ela me chamou e falou pra mim 'Waldemar, qual é o teu interesse neste processo?', aí eu respondi que nenhum, o meu interesse é que o procurador veio aqui e está perguntando as informações do processo e as informações que eu posso dar pra ele são as informações que a senhora me der aqui. Ai ficou tipo aquela dívida de tipo 'ah o Waldemar está tendo alguma coisa para mexer nesse processo', eu interpretei dessa maneira. Ai eu falei 'bom, então está certo', aí eu fui conversei com os advogados e falei que tinha um processo assim, assim, assim, e que aconteceu essa situação que de tanto o cara vir aqui falar desse processo para ver e ela está achando que eu estou até pegando dinheiro do cara para mexer no processo e eu vou largar de mão esse cara, não vou mais atender ele.

Começar novamente foi difícil! Apesar da vontade em trabalhar, Waldemar encontrou diversas dificuldades e a principal foi relacionada ao estigma social que um egresso da instituição penitenciária carrega consigo, como se não houvesse alternativa à uma realidade posta. Os incentivos para o trabalho foram poucos e a grande fonte de inspiração era ser igual à sua mãe: “queria ser como a mamãe, ela trabalhava o dia inteiro para não deixar faltar comida e eu fazendo besteira por aí”.

Após sua demissão, Waldemar continuou a buscar trabalho e, certa vez, foi selecionado para uma entrevista numa empresa de eventos, porém, após a entrevista para o novo posto de trabalho, através de um telefonema, Waldemar foi dispensado antes mesmo de começar a trabalhar. Tal dispensa foi resultado da análise da folha de antecedentes criminais exigida pela empresa como critério de admissão.

Uma vez fui fazer uma entrevista lá no B&B festas lá no comércio numa quinta-feira. Pelo que eu conversei com a mulher de lá ela gostou de mim, ela falou 'olha, segunda-feira tu vens para começar a trabalhar'. Pô cara, eu fiquei muito feliz, eu ia começar a trabalhar de carteira assinada! Só que constava ainda meu nome com antecedentes criminais, né?! Quando foi na sexta a mulher me ligou e disse 'olha, a gente ia demitir um rapaz aqui... assim, assim, e tal... e a gente resolveu dar mais uma oportunidade aqui para ele'. Resumindo a história, eles falaram que não era mais para eu ir, mas eu tenho certeza que eles falaram isso porque eles viram os meus antecedentes criminais.

A frustração por não conseguir mais nenhum posto de trabalho era evidente. Diminuído em sua autoestima, Waldemar já tinha vergonha de apresentar-se a qualquer vaga de emprego porque sabia que iriam analisar sua folha de antecedentes criminais: “eu já não queria levar *curriculum* para lugar nenhum, eu sabia que iria ser dispensado por causa dos antecedentes, mesmo já tendo pago minha dívida, eu estava de livramento!”.

Desempregado, Waldemar decide trabalhar autonomamente como mecânico numa oficina e após como moto-táxi. Com estas novas funções, Waldemar conseguia ganhar um pouco mais que R\$1.000,00 reais por mês. Não havia hora para iniciar a jornada de trabalho e para finalizá-la, quando não estava transportando pessoas, estava na oficina de carros. Embora tivesse dois trabalhos, Waldemar optou por seguir somente com o serviço de transporte de pessoas já que era o que mais dinheiro lhe rendia: “não queria, mas tive que largar a oficina porque como moto-taxi eu ganhava mais”.

Com o dinheiro de seu trabalho informal, Waldemar pagava aluguel e mantinha-se, porém, com a expansão da atividade de moto-taxista, a situação financeira começou a ficar prejudicada. Os anos de 2010 e 2011 foram os mais difíceis financeiramente: “Na época como moto-táxi acho que tirava uns mil reais, porque eram poucos moto-táxis que rodavam, hoje em dia em todo o canto tem moto-táxi”.

A situação financeira agravou-se bastante no final do ano de 2011. A atividade como moto-táxi já não rendia dinheiro suficiente para a manutenção pessoal, a busca por outras formas de trabalhar restava infrutífera. Então, Waldemar decide novamente por um novo assalto, o que fez com que sua família se afastasse dele: “no final de 2011 eu fiquei sozinho, não tinha apoio de nada, de família nem de nada, ninguém queria saber de mim, eu era a ovelha negra da família. Aí, chegou 2012 eu fui preso de novo, fiz outro assalto”.

A forma com que Waldemar se autorretratava confundia-se com outros momentos de sua vida. Quando ingressou na instituição penitenciária, pensava ser imprestável, somente um criminoso, aquele que fazia vergonha para sua mãe e família. Quando saiu da instituição foi visto como uma pessoa de caráter duvidoso, Waldemar não prestava, era a ovelha negra da família.

Preso em flagrante por outro assalto, este realizado já na cidade de Belém, Waldemar foi baleado pela polícia. Um disparo atingiu o braço e outro a perna, nada com muita gravidade. Após o atendimento médico, Waldemar ficou em regime fechado – por sua condição de preso provisório – por 3 meses no Departamento de Polícia da Cremação e posteriormente condenado à pena de 06 anos e 08 meses de reclusão. Pela reincidência, o regime inicial de cumprimento de pena foi o fechado e Waldemar transferido para o Presídio de Americano I, posteriormente ao Presídio de Americano III e depois ao Presídio Metropolitano de Marituba.

Durante o tempo de reclusão em regime fechado, pelo primeiro assalto e pelo segundo – por este segundo foram 3 anos em regime fechado – a experiência foi a pior possível. A segregação total era desesperadora principalmente numa cela pequena superlotada, qualquer passo errado poderia ser causa de grandes confusões entre os reclusos. Waldemar presenciou rebeliões, mortes e espancamentos e as humilhações sofridas na instituição diminuam sua autoestima e perspectiva de algo melhor.

Só saía para 1h de sol por dia, também tinha 1h de convivência. Eu presenciei muita coisa ali, sabe?! Presenciei morte, presenciei os caras batendo nos outros, pegando agente penitenciário, presenciei falta de comida, falta de água, às vezes a comida vinha estragada, o tratamento de revista lá era muita humilhação, mas eu merecia...eu não prestava, era uma porcaria e mereci passar por tudo isto.

Para Waldemar, as humilhações são parte do tratamento penitenciário. Na verdade, ao afirmar que “merecia passar por tudo isto”, fica claro que o passar pelo que passou na instituição penitenciária era uma escolha, produto de uma trajetória que ele não deveria ter tomado, mas foi uma saída para alguns momentos de sua vida. Percebe-se que a trajetória de vida de Waldemar é marcada por constantes buscas por mudança.

As relações interpessoais dentro da instituição penitenciária dependiam da infração penal que a pessoa praticou, como afirma Waldemar “na cadeia funciona assim, pelo que tu fazes aqui fora, reflete lá dentro”, ou seja, é a infração penal e o modo de execução que determinaram o *status* de entrada de cada um. Porém, alguns delitos e outras atitudes não são bem aceitas.

Segundo Waldemar, os assaltos praticados por ele foram “bacanas” para os demais reclusos e isto trouxe certo conforto durante o tempo que esteve no regime fechado.

Eu particularmente não sofri constrangimentos, eu era mais na minha, mais quieto. Na cadeia funciona assim, pelo que tu fazes aqui fora, reflete lá dentro. Se um cara aqui fora fez um assalto, vamos dizer um assalto ‘bacana’, o cara rouba, o cara conhece uns e outros, o cara sabe quem é, quem são as pessoas, assim, tu chegas lá, então tu já tens as tuas amizades. Geralmente assim, todo lugar que tu chegas já conhece alguém. Eu por ter feito um assalto que foi repercutido... a conversa era a mesma, a gente não tinha muita diferença não, a diferença lá dentro é para quem estupra, quem rouba mulher dos outros lá que estão presos e que vamos dizer que, tipo assim, na língua ‘quem vacila um com o outro’ sofrem penas lá dentro pelos próprios presos, o que não foi o meu caso.

Percebe-se que houve um certo envolvimento de Waldemar com os demais reclusos. O envolvimento deu-se pela busca de um certo *status* dentro da instituição o que fez com que, além de envolver-se com drogas, decidiu não trabalhar. Embora,

afirme que o trabalho no regime fechado foi impossível por conta de outra circunstância.

Este certo conforto e envolvimento com outras pessoas reclusas no ambiente carcerário resultou em diversas fugas da instituição e, a cada fuga, uma punição administrativa. Waldemar fugia para comprar coisas para o interior do ambiente carcerário já que se encontrava numa instituição de segurança média. Estas fugas passaram a ser uma espécie de atividade econômica, pois os demais detentos encomendavam coisas. Waldemar fugia e regressava com a encomenda. Por estas encomendas Waldemar ganhava um certo valor: “Eu paguei muito caro por essas 03 fugas minhas, já que eu não tinha um motivo para eu ficar lá, aí tinha umas coisas para fazer lá fora, do tipo, ‘vai lá na rua pegar alguma coisa para mim, trazer pra cá, eu te dou tanto aqui’”.

Nem todas fugas eram bem-sucedidas. Em determinada fuga, Waldemar regrediu por questões disciplinares ao regime fechado diferenciado – espécie de cela solitária – sem direito a visitas e outros benefícios. Com certo entusiasmo pela adrenalina da aventura, Waldemar relata que saiu para comprar carne e cerveja para fazer um churrasco, dentro da instituição penitenciária, por conta da Copa do mundo de futebol. Estes “benefícios” não os têm qualquer recluso e demonstra a ausência de controle do Estado na instituição que comanda.

Então eu fugia e depois voltava trazendo as coisas para lá e em uma dessas aí, eu lembro que foi na Copa, no dia do jogo do Brasil, fui comprar cerveja e carne lá em Santa Isabel (cidade), fugi da colônia era por volta das 11h da manhã. A gente comprou as coisas lá, aí quando a gente estava chegando na Colônia, ligaram para nós ‘olha, está tendo revista aqui, está tendo conferência’, e a gente estava na rua, né?! Então a gente pegou uma falta, porque agente não estava lá, aí quando a gente voltou, a guarda chegou lá a noite só para pegar a gente, aí fomos para o regime fechado, para CRA3 de novo, passamos 30 dias lá, trancados sem direito a visita, sem direito a nada. Só com uma roupa no corpo mesmo e uma sandália, só isso, não tinha direito a visita, não tinha direito as coisas, pasta de dente, nem sabonete, nem nada. Por isso que eu te falo que na primeira foi de boa assim, sabe?! Mas na segunda foi osso, foi muito difícil, foi muito difícil mesmo.

Waldemar foi diversas vezes punido, a cada fuga ou a cada problema novas punições. O motivo de tanto problema era por sentir-se abandonado. Sem visitas e sem qualquer atenção técnica em relação ao seu processo de execução penal, Waldemar pensava que já havia cumprido sua pena e, por perder a noção do tempo, julgava que estava muito tempo recluso. A rebeldia foi a forma de responder.

Depois que paguei o mês voltei para colônia. Eu dava muito problema lá porque eu achava que já tinha acabado a minha sentença, só que não funciona desse jeito, hoje em dia eu sei que não funciona desse jeito ‘ah, porque acabou a minha sentença aqui e o juiz tem que me soltar’, não, não era assim. Tem prazo, tem leitura de processo, tem outros processos na frente, nunca é do jeito que o cara pensa que é. Ai eu tornei a fugir de novo, sempre fugia de lá, era todo final de semana, fugia mesmo porque já estava há muito tempo lá, achava que ninguém resolvia meu problema.

Quando os castigos acabaram, Waldemar volta a receber de sua mãe, a única pessoa que sempre o visitou e que “nunca faltou a uma visita”. Com as visitas voltaram os conselhos. Em suas narrativas, Waldemar guarda carinho por sua mãe e busca incansavelmente não decepcioná-la, busca ser igual a ela: “minha mãe é tudo para mim. Ela já chorou muito por mim porque só eu dei trabalho para ela e não quero mais isto, quero que ela tenha orgulho de mim como eu tenho dela”.

As voltas das visitas foram decisivas para Waldemar e a ajuda da mãe foi fundamental para isto. Os conselhos ativaram sua capacidade de reflexão já que, sempre que estava prestes a sair, cometia uma falta grave e ficava sempre mais um pouco.

Minha mãe me falou muita coisa. Falou que eu não queria nada, que eu não queria prestar. Na verdade, tudo o que ela falou foi verdade! Uma coisa que ela falou para mim e que me fez refletir foi quando ela perguntou o que eu queria de mim, perguntou se eu queria ficar sempre nessa, porque se eu ficasse sempre nessa poderia acontecer coisa pior comigo. Ai eu pensei nisso, e era verdade, na verdade já era para eu ter ido embora, já era para eu ter saído há bastante tempo, só não consegui sair antes por causa de toda a minha certidão carcerária que estava toda suja. Então, quando chegava na mão do juiz ele dizia: ‘não! Deixa ele mais um pouco’, por isso eu nunca conseguia sair. Foi então que eu pensei ‘não, está bom, eu tenho que ir embora para casa, isso aqui não é meu mundo, isso aqui já não é mais para mim. Essa já era a segunda vez. Da primeira vez já era para eu ter aprendido e não aprendi e eu estou pela segunda vez aqui e fazendo tudo isso no final da minha pena, então não é lucro para mim. Para mim, estou fazendo eu mesmo sofrer.

A busca por uma oportunidade laboral no ambiente carcerário começa, porém, sem experiências de trabalho interno e enquadrada pela desconfiança por parte da administração penitenciária. Waldemar encontra dificuldades.

Durante o regime fechado, Waldemar atribui o não trabalho à falta de oportunidades. Porém, o sentimento de revolta consigo, com o Estado e a falta de perspectiva de futuro fizeram com que o envolvimento na cultura e no poder paralelo carcerário fosse ainda mais intenso: “eu me arrependo de tudo que fiz, mas ser esquecido numa prisão foi a pior experiência para mim. Então, fiz amizades lá dentro

para conseguir sobreviver a tudo aquilo, já que fui parar no presídio de segurança máxima, lá tem todo tipo de gente”.

Quem trabalha no regime fechado não convive com este “poder paralelo” e ainda pode sofrer algum tipo de retaliação. O trabalho interno, doméstico (único disponível), permite à pessoa reclusa acesso a diversos sectores do ambiente prisional e é justamente este acesso mais amplo que pode trazer algum problema. Qualquer fiscalização da administração penitenciária em blocos prisionais onde normalmente não ingressa é visto como uma possível delação da pessoa que tem acesso livre a ambos setores; ou seja, da pessoa que faz a limpeza.

No regime fechado só trabalha mesmo quem não convive no meio, vamos dizer assim, no meio da malandragem, quem está ali no meio da malandragem nos blocos, não pode sair para trabalhar, porque se sai dali para trabalhar tu vais ser ‘cagueta’. Porque quem sai para trabalhar vai pra frente e na frente ficam os funcionários, fica o diretor, e sempre tem aquela coisa ‘ah, ele está lá pra frente e tal’, aí quando volta, se der alguma coisa errada, se aparecer alguém e os cara pegarem alguma coisa no bloco, aí falam ‘quem foi?’, aí falam logo que foi o cara que estava lá na frente. Então assim eu preferia não me envolver para lá, até porque quem trabalhava lá, eram as pessoas que não podiam conviver no nosso meio, vamos dizer assim, então eles praticavam essas atividades para lá, atividades de limpeza, lavar lá. Tinham os faxineiros dos blocos, mas os faxineiros eram os caras maiores, mais bandidos que ficavam lá liberados, que tinham outras responsabilidades lá dentro o que tem muito né?! E eram eles que ficavam lá no bloco, lá mesmo no fechado eu não trabalhei.

Neste tempo no fechado, Waldemar nunca sofreu qualquer tipo de constrangimento porque era considerado como “bacana” fazendo muitos tipos de amizades no estabelecimento penitenciário. Neste período, Waldemar passou a usar drogas e a exercer algum tipo de função no poder paralelo existente no estabelecimento, função esta não revelada: “eu usei drogas e ajudava os caras lá, assim nunca passei por nenhum tipo de situação difícil, o difícil era estar preso”.

Ao evoluir novamente para o regime semiaberto, e com o regresso das visitas da mãe, Waldemar decide voltar a estudar, ainda dentro do estabelecimento penitenciário, como forma de abrandar a pena já que não queria o trabalho na agricultura. Waldemar conclui o ensino médio e lembra com grande gratidão de dois professores, Renata e Wilson, que sempre ajudaram neste momento de sua vida.

A decisão por estudar foi para remir a pena – Waldemar não entendia porque estava preso por tanto tempo – e para conversar com os professores, o que acabava funcionando quase como terapia. Os docentes tratavam Waldemar com respeito e dispensavam uma atenção que era incomum neste ambiente. Este respeito e atenção

fizeram com que Waldemar, a princípio, desconfiasse. Porém, ao final foram fundamentais para a conclusão dos estudos. Waldemar não entendia porque era tão bem tratado.

fui estudar para passar o tempo e diminuir minha 'tranca'. Cheguei na escola que tinha lá dentro e fui apresentado para dois professores, a professora Renata e o professor Wilson. Eles me levaram para a sala e começaram a conversar comigo, me chamam de 'senhor' e eram sempre atenciosos. Fiquei desconfiado com isso porque na prisão sempre me tratavam de 'vagabundo', sei lá, pensei que queriam descobrir algo de mim. No final, eles eram 'gente boa' e eu comecei a gostar de ver as matérias.

Os docentes foram fundamentais para a conclusão do ensino médio, sempre o incentivando a uma vida fora do ambiente prisional. Diziam que quando ele concluísse o ensino médio conseguiria facilmente emprego. Porém, para conseguir sair mais rapidamente da instituição prisional, decidi buscar trabalho junto à direção da Colônia Agrícola. Ao buscar a direção da casa penal Waldemar não encontrou dificuldades para ser ouvido, diante da insistência, conseguiu um posto de trabalho na atividade agrícola.

Eles não queriam me escutar porque eu dava muito trabalho, então, eu falei para o diretor 'você pode me escutar? Pode me escutar? Alivia o meu processo aí, vê o que vocês podem fazer, eu vou ficar na minha, vou procurar um trabalho para eu trabalhar aqui dentro, eu vou para escola, já conclui meu ensino médio, mas eu vou para escola de novo.

O desespero por sair da instituição penitenciária fez com que Waldemar pedisse o regresso para a escola, apesar de já haver concluído o ensino médio. A insistência deu resultado, Waldemar voltou a trabalhar na horta da colônia agrícola. Seu horário de trabalho era das 8hs até as 12hs e das 14hs até as 16hs e, após isso, regressava para o pavilhão – bloco carcerário – para passar a noite.

Apesar de trabalhar em conjunto com mais seis reclusos, Waldemar trabalhava para passar o tempo e diminuir seu tempo de encarceramento e, embora haja aprendido a plantar, o fazia por pura obrigação, já que não pretendia ser feirante quando de sua saída da instituição penitenciária. Passar o tempo era seu objetivo!

Por este trabalho, recebia a quantia de aproximadamente R\$60,00 (sessenta reais) por mês e não tinha acesso ao produto de seu trabalho. Toda a produção na horta, na criação de galinhas e outros animais era destinada ao mercado externo e, caso a pessoa reclusa – a que trabalhava no setor bem como a que não trabalhava – quisesse, por exemplo, comer uma salada no almoço, deveria comprar. Percebe-se que não há qualquer análise das aptidões pessoais por parte da administração penitenciária e,

embora o cárcere possa abrir portas a uma certa negociação (como o caso de Waldemar demonstra), o trabalho, que é, a princípio, consensual, na verdade, é obrigatório.

Eu trabalhava das 08h às 12h e de 14h às 16h e ganhava uns R\$60,00 por mês, eu trabalhava na horta e ia para os pavilhões, trabalhava com mais seis. Na época que eu fui para lá não era obrigado a trabalhar, o interno chegava lá e trabalhava na horta porque senão ficava sem fazer nada, então, quase todos trabalhavam lá. Lá tinha plantação, cuidar dos búfalos, cuidar das galinhas, dos patos, tudo, lá tinha muitas coisas. Então quando eu cheguei lá, falei com o diretor e me encaminharam logo para trabalhar na horta, e eu fiquei lá. A minha experiência na horta foi que eu aprendi a plantar, inclusive quando eu saí de lá ainda fiz uma hortinha lá em casa, mas nunca cheguei a trabalhar com isso depois. Não tinha expectativas de trabalhar como feirante. Ali na horta do semiaberto eu estava só para aprender e para passar o tempo, cumprir com as obrigações que eu tinha que fazer lá, senão iria acabar refletindo na nossa saída quando a gente fosse sair de lá. Porque quando a gente recebesse a nossa certidão carcerária tinha que estar constando que a gente tinha prestado serviço lá, ter feito qualquer coisa, trabalhado tudo certinho.

Diante de tantas fugas e um péssimo comportamento, Waldemar novamente voltou a questionar seu tempo de reclusão. Para ele, a conduta delituosa que perpetrar não justificava o tempo de reclusão. Foi então que alguém da administração lhe disse que o tempo de reclusão já iria acabar e que Waldemar ficaria uns cinco meses a mais. A reação de Waldemar foi, com espanto, afirmar: “égua, mais cinco meses é muito!”.

Esta informação fez com que Waldemar solicitasse, via internet, que verificassem o andamento do seu processo de execução penal e percebeu que ele estava parado. Waldemar decide então buscar, novamente, sua liberdade por conta própria, ou seja, fugiu novamente.

Eu fugia pelo mato, eu fugia de manhã, de tarde, de noite, à hora que tivesse, a hora que eu quisesse eu fugia, porque tinha como, lá é aberto, não tinha guarda, não tinha nada. O perigo maior à noite ... era fugir de noite pelo mato e era o que eu mais fazia, que era fugir a noite. Eu fugia porque não aguentava esperar tanto.

Numa destas fugas, Waldemar foi para a casa de uma namorada no bairro da Terra Firme e, nesta noite, decidiu verificar o andamento de seu processo de execução penal e, para sua surpresa, o Juiz da Execução penal havia concedido a progressão para o regime aberto. Ao ver tal informação, por volta das 5hs da madrugada, Waldemar retorna à instituição para “sair pela porta da frente da prisão”.

Ao chegar na instituição, Waldemar descobre que a administração já havia descoberto sua fuga na noite anterior. Porém, como já havia uma decisão judicial anterior à sua fuga, a administração foi obrigada a cumprir a ordem judicial e liberar

Waldemar para o regime aberto. No dia seguinte, Waldemar foi liberado para o regime aberto com uso obrigatório de uma tornozeleira eletrônica.

Quando Waldemar ganha sua liberdade em 2015, encontrou-se no mundo externo sem nenhuma expectativa: “Quando eu saí, cheguei aqui fora sem expectativa de nada, ainda tinha aquelas lembranças que, querendo ou não, eu vou levar isso para o resto da minha vida. Essa experiência a gente leva para sempre”. Sem perspectiva de nada, Waldemar, com a ajuda de seu cunhado, começa a trabalhar como vendedor ambulante num carrinho de alimentos e a ganhar aproximadamente R\$30,00 por noite. Waldemar acostumou-se a ganhar pouco e a trabalhar no que fosse, porque todos se perguntarão, e o próprio antes de todos, o que se pode esperar de uma pessoa que acaba de sair da instituição penitenciária? Nitidamente, Waldemar passa a aceitar sua condição de inferior em relação aos demais trabalhadores e o argumento que qualquer trabalho é suficiente para não voltar à reclusão.

Quando eu saí cheguei aqui fora sem expectativa de nada, ainda tinha aquelas lembranças que, querendo ou não, eu vou levar para o resto da minha vida, essa experiência a gente leva para sempre. Então, eu cheguei a trabalhar na rua com o meu cunhado que tem um carrinho de lanche, isso foi no final de 2015, recebia 30 reais por noite, trabalhava quase toda a madrugada. Querendo ou não era trabalho, né?! Por que quem é que vai acreditar em um cara que acabou de sair da cadeia, né?! Aí eu falei para ele me dar uma força e ele disse que eu poderia trabalhar com ele. Aí eu fui e trabalhei com ele. Qualquer coisa já estava valendo, só não queria voltar para a cadeia.

Infeliz com esta situação, Waldemar procura novamente a ONG Fábrica Esperança e descobre que já não mais existe. Agora, deveria buscar o programa “Começar de Novo” no Fórum Criminal da Capital (Belém). Constrangido, ao chegar ao Fórum Criminal, por andar “fazendo muitas coisas” e a vida haver-lhe dado “uma ‘porrada’”, jogado ao chão e querendo reerguer-se, Waldemar pede uma oportunidade. O seu nome foi inserido no sistema do programa “Começar de Novo” junto com sua experiência laboral e, então, Waldemar ficou aguardando ser chamado para qualquer trabalho.

Durante o ano de 2016, Waldemar, ao menos uma vez por semana, foi ao Fórum Criminal saber se havia alguma oportunidade. Neste tempo, Waldemar sobrevivia como dava, trabalhava com seu cunhado, trabalhava lavando carros, fazendo manutenções nos veículos e afastou-se de todas suas antigas amizades.

Durante todo esse um ano eu trabalhei vendendo lanches com o meu cunhado, fazia algumas coisas lá em casa, capinava um quintal, lavava carro dos outros,

arrumava os carros, fazia entregas, sempre correndo atrás de algo para fazer. Depois que eu saí não me meti mais em nenhum tipo de coisa errada, nem mesmo amizade com essas pessoas tinha, nenhum tipo de contato.

Numa destas idas ao Fórum Criminal, Waldemar recebe a notícia de que havia sido selecionado para um trabalho. Sem saber do que se tratava, aceitou o trabalho e começou a fazer um treinamento de digitalização de documentos, mas aguardou ainda três meses para iniciar suas atividades no programa. Durante este tempo, trabalhou como garçom; auxiliar de limpeza; carregador de mercadorias e etc., porém, sem qualquer contrato formal.

Neste período eu trabalhei também no Nicolas Recepções que fica ali na Mauriti. Lá eu fazia tudo, lavava as louças, limpava os pratos, carregava mercadoria, fazia os serviços gerais, tudo. Me encaminharam para fazer um teste lá no Família Sicília ali na frente do CENTUR, então eu lá fazer o treinamento pra lá. Ai eles me disseram 'olha qualquer coisa eu te ligo'. Ai eu fui embora pra casa.

Apesar das frustrações, Waldemar não queria voltar para delinquir porque, embora ganhasse pouco “aqui fora é muito melhor do que lá dentro”. Certo dia, Waldemar recebe uma ligação do Programa “Começar de Novo” indagando-o se ainda desejava trabalho. Imediatamente, a resposta é positiva e Waldemar apresenta-se para trabalhar no próprio Tribunal de Justiça do Pará, para sua surpresa.

Depois disso me ligaram do Fórum e eu fui lá com a dona Sheila. Ai foi quando a menina daqui tinha entrado de licença de maternidade. Então, a dona Sheila falou 'Waldemar, vem aqui para tu pegar tua carta e apresentar pro Paulo Victor', ai eu falei 'opa, com certeza', e ai peguei minha carta lá e vim me apresentar aqui e já estou há 02 anos aqui e já estou saindo, isso foi pelo final de 2016. Até hoje eu estou por aqui graças a Deus eu estou de pé e 'firmão'. Quando a dona Sheila me ligou dizendo do trabalho, eu não queria saber o que era, eu queria trabalhar e para minha surpresa eu vim parar aqui no Tribunal.

Waldemar não participou da celebração de qualquer acordo em relação a este trabalho e nem sabia quanto ganharia. A jornada laboral começa as 8hs até às 12hs e das 14hs até às 18hs na função de digitalizador de processos. Após o primeiro mês de trabalho, Waldemar, ao receber seu primeiro salário, assustou-se porque nunca pensava que receberia “tanto dinheiro”. Esta foi a primeira vez que Waldemar se sentiu valorizado.

Eu estava acostumado com a minha situação, qualquer trabalho para mim já estava bom, mas quando eu comecei a trabalhar aqui e recebi o meu primeiro

salário, eu senti como se fosse outra vida, nunca pensava que uma pessoa como eu receberia tanto dinheiro.

Feliz em seu novo posto de trabalho, Waldemar inicia um relacionamento com uma pessoa e deste relacionamento advém uma criança (Elias), hoje com quase dois anos de idade. Hoje sua vida é voltada para o sustendo e proteção de sua nova família. Waldemar não quer, em hipótese alguma, que seu filho passe pelo que ele passou. Sua família tem uma renda aproximada de R\$2400,00, ou seja, R\$1200,00 do trabalho de vendedora de sua esposa e o restante equivale ao seu salário no Tribunal de Justiça.

Com esta nova renda, Waldemar construiu uma pequena casa para si e sua família nos fundos da casa de sua mãe, que ainda continua a apoiá-lo moralmente. Esta casa possui uma sala, um banheiro, dois quartos sendo “perfeita para morar”. Relewa, “a minha vida hoje em dia é voltada só para ele (filho), para a minha família, sabe?!”

O trabalho no Tribunal de Justiça fez com que Waldemar se sentisse valorizado como pessoa e, apesar de saber que seu contrato acabará em maio de 2018, usará este trabalho como experiência laboral para conseguir colocação numa empresa particular. Após o término do contrato, Waldemar aspira que o seu “Começar de Novo” seja muito melhor.

Em junho de 2018, Waldemar já havia distribuído *curriculum* em diversas empresas, porém, sem muito sucesso ainda. Ao todo, Waldemar ficou recluso por mais de 13 anos do total de 15 anos de 08 meses (neste cálculo estão computadas as penas das sentenças e as punições administrativas que prolongavam a estada de Waldemar na instituição penitenciária). Os dois anos de pena restantes foram perdoados por conta do comportamento de Waldemar.

Sem conseguir ainda um trabalho formal, Waldemar ganha a vida como motorista do UBER, trabalhando quase o dia todo num carro de sua propriedade que comprou vendendo sua moto e juntando com um dinheiro que havia economizado quando trabalhava no Tribunal de Justiça.

Como motorista, Waldemar recebe um pouco mais de R\$800,00 reais por mês. Porém, não tem aspirações de seguir como motorista. Atualmente Waldemar economiza em torno de R\$100,00 reais por mês para pagar um curso de aperfeiçoamento em mecânica de automóveis para, no futuro, montar sua própria oficina. Este plano, Waldemar já tinha quando ainda trabalhava no Tribunal, porém, com o nascimento do filho, os gastos aumentaram e foi difícil uma economia maior.

A experiência no Tribunal foi muito proveitosa, serviu “para aumentar minha autoestima”, mas “aqui fora a realidade é diferente”. Segundo Waldemar, começar do zero é sempre difícil, mas mais difícil é viver a vida dentro do cárcere e perder grande parte da vida fazendo “besteiras”.

5.5. Retrato Sociológico – Daniel Richard da Silva Souza: “A minha intenção é trabalhar ajudando as pessoas que estão saindo do cárcere”

Daniel nasceu na cidade de Belém, no Estado do Pará e está atualmente com 32 anos de idade. Filho de pais separados e com uma infância humilde, porém, sem grandes necessidades, viveu sempre na casa de sua avó materna junto com seus irmãos e irmãs.

A vida escolar de Daniel foi complicada, sem a presença constante de sua mãe, Daniel ia à escola quando queria e, muitas vezes, não ia à escola ou porque não havia aulas ou por conta da violência. Toda sua educação primária decorreu em escola pública com estrutura precária.

No ensino médio Daniel já passou a estudar numa escola particular paga por sua avó, mas teve que interromper sua trajetória por conta do serviço militar obrigatório. Ao retomar os estudos, Daniel encontrou apoio e incentivo dos professores na busca de um trabalho, porém, não queria saber de trabalhar.

Durante toda sua vida, Daniel não conseguiu nenhum trabalho formal e a necessidade financeira levou-o à criminalidade. Preso por tráfico de drogas, Daniel encontra sua primeira oportunidade laboral dentro da relação penitenciária e passa a trabalhar no Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Este novo ambiente mudou suas expectativas de vida e hoje cursa Serviço Social numa instituição de ensino superior particular e paga as mensalidades com o dinheiro de seu trabalho.

Após o término de seu contrato de trabalho, Daniel pretende atuar profissionalmente como assistente social e ajudar pessoas que passaram pela mesma experiência carcerária que ele.

Daniel nasceu na cidade de Belém no Estado do Pará no dia 12/06/1985 e atualmente possuiu 32 anos de idade e cresceu no bairro do Telégrafo na mesma cidade. Filho de pais separados, teve uma infância humilde, porém, não passou grandes

necessidades alimentares. Seu pai nunca ajudou no seu sustento, como diz Daniel “já nasci sem pai” porque é fruto de um namoro e, quando sua mãe anunciou a gravidez, seu pai desapareceu. Daniel não teve nenhum contato com seu pai até aproximadamente seus nove anos de idade, apesar de saber quem era seu pai.

Daniel possui outros cinco irmãos, mas estes são fruto de outros relacionamentos de sua mãe, sendo ele o segundo filho. Por conta das dificuldades financeiras da mãe de Daniel, única provedora do lar, todos viviam na casa de sua avó materna (o avô materno já era falecido antes do nascimento de Daniel), pessoa esta que desempenhou fundamental papel em sua criação. A renda desta família era composta por benefício social que recebia a avó materna e o salário (mínimo) que recebia a mãe de Daniel como secretária numa fábrica de água mineral (Água Indaiá).

Por conta da função de secretária, a mãe de Daniel trabalhava distante da residência onde habitavam e mantinha-se distante desde as 7hs da manhã até as 8hs da noite, horário a que chegava em casa, ou seja, a avó materna cuidava dos netos e os educava para que a mãe possa trabalhar.

A infância foi regada de muita brincadeira junto aos irmãos; as duas irmãs e alguns primos. As lembranças deste momento são relatadas com muito carinho e saudades e, estes laços que nasceram com brincadeiras, mantêm-se até aos dias atuais. Os irmãos e as irmãs de Daniel são seus melhores amigos e amigas.

Quando éramos pequenos brincávamos muito, todos meus irmãos e alguns primos. Esta foi uma época muito boa que não volta mais e sempre que estou junto com meus irmãos, quando é possível, porque hoje eles moram em outra cidade, a gente ri muito desta época. Eles são meus melhores amigos, hoje!

Por conta das dificuldades financeiras, vivendo num bairro pobre e numa casa humilde, a vida escolar de Daniel e seus irmãos e irmãs foi em escola pública. Porém, a avó pagava, dentro de sua possibilidade, professor particular para aulas nas matérias que os netos mais tinham dificuldades. Apesar dos esforços da avó em relação aos netos, Daniel concluiu o ensino médio já quando tinha mais de 18 anos de idade.

A escola que estudava Daniel, mantida pelo Município de Belém, tinha, segundo seu relato, estrutura precária e muitas vezes não tinham aulas, ou porque chovia muito e a água entrava no estabelecimento prejudicando as atividades; ou por conta de greves; ou por conta da violência que grassava no meio envolvente. Por vezes, a violência não permitia as atividades porque ou o medo impedia a frequência escolar ou os próprios funcionários e professores era vítimas.

Na minha infância eu não tive totalmente o acesso à escola, porque a gente não tinha uma boa escola. Às vezes eu ia, às vezes eu não ia, ou não tinha aula porque chovia e alagava toda a sala, ou porque estavam em greve ou porque acontecia assalto lá por perto e a gente tinha medo. Uma vez um professor foi assaltado, eu acho que ele foi assaltado dentro da escola, não me lembro. O ensino fundamental eu concluí pelo ano de 1999/2000, já tinha mais de 18 anos.

Apesar dos problemas e do contato precoce com a violência, Daniel também não ia à escola. Muitas vezes saía de casa e não chegava à escola para brincar com alguns amigos na rua. Daniel reprovou diversas vezes – quantidade esta que já não recorda – por conta dos problemas que enfrentava e de seu desinteresse no ambiente escolar: “Eu já nem lembro os nomes dos meus professores, eu reprovei tanto que tive muitos professores. Lembro que saía para a escola e ficava pela rua brincando e foi por causa disto que reprovei muito”.

Nesta dimensão da vida de Daniel, a avó desempenhou importante papel, pois incentivava-o constantemente aos estudos e evitava ao máximo que Daniel se ocupasse com qualquer outro tipo de atividade. Aliás, Daniel vê sua avó como sua verdadeira mãe. Foram estes incentivos que levaram Daniel a concluir o ensino fundamental e posteriormente o médio.

Dentro de casa, eu não fazia trabalhos domésticos porque minha avó não deixava. Ela dizia que eu vivia para estudar. Eu chegava do colégio e ia direto para casa, dentro de casa por duas ou três vezes na semana a gente tinha uma aula de reforço, professor particular, minha vó que pagava para gente, para mim e para as minhas outras duas irmãs, porque nós éramos os mais velhos. Minha avó era quem mais nos incentivava nos estudos, dizia que sem os estudos eu não seria ninguém na vida. Ela fiscalizava tudo, dava ‘ralho’, botava de castigo e na época eu não entendia, ficava com raiva, revoltado, mas hoje sei que tudo que ela fez era para meu bem, ela foi mãe da gente, ela quem criou a gente. Hoje eu tenho 32 anos e a minha avó tem 77 anos, minha avó é bem nova.

Após a conclusão do ensino fundamental, tardiamente, Daniel, com 19 anos, matriculou-se num Colégio particular para cursar o ensino médio. As mensalidades eram pagas por sua avó, já que Daniel foi o único dos irmãos que demorou para concluir a educação básica. Foi neste Colégio que suas atenções para os estudos foram despertadas.

Os professores foram fundamentais neste despertar. Usando exemplos e com palavras de apoio, sempre estavam a noticiar a abertura de cursos profissionalizantes (técnicos) gratuitos oferecidos por instituições assistencialistas. Porém, Daniel ainda não dava valor ao trabalho. Segundo seus relatos, Daniel passou a dar atenção ao

trabalho somente depois de sua reclusão, pois nesta idade já conseguia dinheiro fácil com uma atividade ilícita que será mencionada posteriormente.

Apesar de desejar concluir seu ensino médio e entrar no ensino superior, os estudos foram interrompidos pelo período de aproximadamente seis anos, porque Daniel teve que prestar, obrigatoriamente, serviço militar. Daniel cursou somente um ano do ensino médio e após o serviço militar cursou os dois anos finais.

Meu ensino médio concluí no colégio Opção na Generalíssimo, esquina com Nazaré, isso já depois de adulto, eu tinha uns 19 anos. Era minha avó quem pagava. Depois que eu saí do ensino fundamental eu fui direto para o ensino médio, aí quando chegou uma determinada idade eu tive que servir ao Exército, então isso já me complicava de ir pra escola, aí eu dei uma parada, pelo intervalo mais ou menos de 06 anos, aí depois concluí e depois fui preso, e só depois de ser preso que eu dei início à faculdade. Eu já entrei no cárcere com o ensino médio.

Eu sempre quis terminar o ensino médio e cursar o nível superior, chegar numa faculdade, até então não tinha feito nenhum curso de profissionalização nem nada. Os professores incentivavam muito ao trabalho, mas eu não queria, só fui dar valor ao trabalho depois que eu caí no cárcere. Os meus professores sempre orientaram a gente a procurar o SENAI, o SENAC, geralmente eles ofertavam alguns cursos técnicos. Tinham dois professores em específico que sempre falavam isso, mas eu não lembro o nome deles, sempre que tinha vagas nos cursos do SENAI e SENAC eles sempre avisavam para gente, para que quem se interessasse, aparecer lá e fazer a inscrição para fazer o curso gratuito.

A trajetória de vida de Daniel até aqui foi marcada por uma total ausência de qualquer atividade laboral formal, com exceção do serviço militar obrigatório. Aliás, somente por duas vezes Daniel teve alguma experiência laboral. A primeira aos 10 anos de idade, aproximadamente, auxiliando sua mãe biológica na venda de produtos de beleza; roupas e esmaltes. Porém, sua avó entendia não ser necessária a ajuda, já que ele tinha que dedicar-se aos estudos. Nesta ocasião, a mãe de Daniel já não trabalhava na fábrica de água mineral e dedicou-se à venda destes produtos e também a um mercadinho familiar que era mantido por seu padrasto. Neste mercadinho, Daniel também ajudou na venda de produtos por um curto período, isto aos 17 anos de idade, aproximadamente.

Daniel ajudava, quando podia, sua mãe a separar o material e levar até às casas das clientes, porém, nunca manuseava dinheiro até porque não sabia fazer.

Quando eu era pequeno minha mãe trabalhava na Fábrica de Água Indaiá, que existia na estrada do Outeiro. Depois de um tempo ela começou a comprar algumas coisas no comércio para revender. Não sei dizer exatamente quanto

tempo ela trabalhou na Indaiá, porque eu era muito pequeno. Depois que ela saiu da Fábrica eu já tinha uns 10 anos e ela começou a trabalhar como revendedora autônoma até eu ficar maior, ela vendia roupas, esmaltes, coisas de mulher. Às vezes eu ajudava, levando as coisas até às casas das pessoas, mas minha avó não deixava, porque ela dizia que eu tinha que estudar, então nunca mais fui.

No dia 29 de junho de 2013, quando tinha entre 28 a 29 anos de idade, Daniel foi preso em flagrante pelo delito de tráfico de drogas. A entrada na ilicitude deu-se por conta das imensas dificuldades financeiras ocasionadas pela dificuldade em encontrar algum trabalho depois de adulto. Diferente do comum, onde amizade não-familiares levam uma pessoa à criminalidade, foi um primo de Daniel que já estava nesta atividade que incentivou sua entrada na mesma atividade. Por mais de 6 anos, Daniel ganhava dinheiro nesta atividade e este dinheiro fácil era um fator que gerava desinteresse por alguma atividade lícita.

Eu fui preso por estar traficando, isso foi em 2013, eu tinha uns 28 pra 29 anos. Eu fui preso em flagrante em 29/06/2013. Antes de ser preso nunca tinha trabalhado, o que eu fazia às vezes era ajudar o meu padrasto em um mercadinho que ele tinha, eu não tinha carteira assinada nem nada, ele só me dava uma ajuda de custo por semana. Lá eu trabalhava fazendo entregas nas proximidades, entrega de gás; entrega de água; comprava bebidas no depósito para levar para dentro do mercadinho, mas fiquei pouco tempo, uns 5 meses eu acho. Foi a condição financeira que me levou ao tráfico de drogas, eu queria mais dinheiro, não tinha um bom emprego. Eu entrei no tráfico por meio de um primo meu que já mexia com isso.

Preso, Daniel permaneceu onze meses aproximadamente em regime fechado na qualidade de recluso provisório, sem qualquer tipo de trabalho e, após isso, foi sentenciado a 5 (cinco) anos e 8 (oito) meses em regime semiaberto. Nesse momento foi transferido para regime semiaberto de cumprimento de pena e alocado na Colônia Agrícola Heleno Fragoso.

Ao chegar na colônia agrícola, exatamente no primeiro dia, Daniel procura a administração penitenciária em busca de alguma atividade que permitisse a remissão de sua pena. Com a resposta positiva, Daniel matricula-se no curso de Auxiliar de Biblioteca com duração de 3 meses. Durante o período que esteve no regime semiaberto, Daniel somente fez este curso.

O tempo que eu fiquei no regime fechado foi só tempo de reclusão mesmo, não trabalhei, só fui trabalhar quando fui para colônia. Quando eu fui para colônia eu não cheguei a trabalhar exatamente, eu fiz um curso. Logo no primeiro dia que cheguei na colônia perguntei se tinha como eu trabalhar, ou como eu fazer um curso, alguma coisa do tipo, e eles me falaram que era pra eu ir na escola

que lá tinham cursos em aberto, aí eu fui lá e me inscrevi no curso de Auxiliar de Biblioteca no período de 03 meses, o curso era lá dentro da colônia mesmo, ministrado pelo PROTEC, eu fui procurar trabalho, cursos, qualquer coisa que desse pra remir a minha pena, algo que me tirasse o mais rápido possível dali de onde eu estava, foi então que eu fiz esse curso de auxiliar de biblioteca que durou 03 meses. Nesse tempo eu fazia só o curso.

No decorrer do curso de curta duração, Daniel lembra-se dos incentivos dos docentes: a busca por vida fora da criminalidade, incentivos para finalização do curso e busca por outros cursos quando ofertados pela instituição e, principalmente incentivos para busca por um trabalho lícito. Foi neste curso, através dos docentes, que Daniel soube que, após sua liberação condicional do cárcere ou progressão para o regime aberto, o sistema penitenciário do Pará poderia alocá-lo num posto de trabalho.

O desejo por não regressar à instituição penitenciária e por uma vida melhor era uma constante nas intenções de Daniel. Durante seu período de reclusão, semanalmente recebia visitas de sua mãe e avó e, por vezes, de seus irmãos e irmãs, mas foram as visitas principalmente da avó que permitiram a solidificação destes desejos.

Durante estas visitas, a avó de Daniel aconselhava-o carinhosamente fazendo-o entender que o que ele havia feito era errado e que “na vida há solução para tudo menos para a morte”. Percebe-se a grande influência que sua avó tem em sua vida e há uma grande preocupação de Daniel em não decepcioná-la mais.

eu vi na prisão muitas coisas que não queria ver e quando recebia visitas era como se meu mundo mudasse principalmente quando eu tinha mais tempo para falar com minha avó. Ela me aconselhava e dizia eu sempre ‘podia’ contar com ela. Meu desejo era sair do cárcere e nunca mais decepcionar minha família.

O tempo de reclusão de Daniel foi relativamente curto após sua sentença. Pelo fato de haver estado recluso em regime fechado na qualidade de provisório, quando a sentença foi prolatada no regime semiaberto, pouco foi o tempo que teve que cumprir para conseguir sua liberação condicional. Apesar do pouco tempo, Daniel refere-se à instituição penitenciária como um lugar de “prova” e sofrimento.

Primeiramente, ainda no regime fechado na qualidade de provisório, Daniel não foi posto imediatamente num presídio propriamente dito, mas sim num espaço que faz parte da instituição penitenciária – uma espécie de triagem – mas não possui estrutura de penitenciária. Estes lugares estão localizados em alguns departamentos de polícia (como anexos a estes) onde as pessoas ficam por um pouco tempo (ou ao menos deveriam) até serem alocadas em alguma Penitenciária Estadual. No Estado do Pará, estes lugares são chamados de Seccionais de Polícia.

Relata Daniel que sua cela tinha 16 m² e nela habitavam entre 25 a 30 pessoas. Portanto, a vida era muito difícil. Não havia como locomover-se e as pessoas ficavam a maior parte do tempo sentadas, somente levantavam para ir ao banheiro (compartimento aberto e todos viam o que se fazia nos banheiros) e depois sentavam-se outra vez.

Apesar da absoluta exposição que causava o uso do banheiro, era na hora de dormir que Daniel se sentia um “verdadeiro animal”. Num espaço pequeno e com esta quantidade de gente, havia turnos para dormir deitado e “um por cima do outro” enquanto aos que não podiam, dormiam sentados “um encostado no outro”.

Para mim a hora mais difícil era a hora de dormir. Às vezes eu dormia deitado e no outro dia tinha que dormir sentado porque não era minha vez de dormir deitado. Era um por cima do outro e um encostado no outro, nem mesmo quando eu dormia deitado eu dormia bem e pela noite era impossível usar o banheiro, quem estava perto dava para usar, quem estava longe era difícil porque tinha que passar por cima de todo mundo. Quando era minha vez de dormir sentado, às vezes, nem dormia e eu só pedia para a noite passar rápido para ser minha vez de dormir deitado.

É possível perceber que o pouco era muito para Daniel ainda que na precariedade de sua condição, ou seja, era melhor dormir num amontoado de gente deitado do que sentado, porém, a situação de Daniel neste local “melhorou” quando conseguiu, de um colega de reclusão, uma rede para que pudesse dormir numa altura que permitisse um conforto. Após um mês dormindo no chão somente com um lençol, no chão, após uma certa amizade que lá fez, um colega foi transferido para uma penitenciária e cedeu sua rede para que Daniel dormisse melhor.

O tempo de estada de Daniel na Seccional foi de dois meses e dezoito dias e neste ambiente, com muita gente “as pessoas acabam aprendendo coisas que nem sabiam que existia”, porém, apesar de aprender coisas desconhecidas, Daniel nunca quis colocar em prática os vários convites para a prática de desordens e fugas que recebeu.

Em relação à comida, o que era servido era somente “para ter alguma coisa no estômago” e era a família que diariamente complementava as três e insuficientes refeições que recebia. Todos os dias, familiares de todos levavam bolachas, suco, leite e outras coisas que serviam como complemento ao que recebiam. Durante este tempo de reclusão, Daniel recebia visitas de sua mãe e de uma namorada que tinha, além de, algumas vezes, receber a visita de sua avó.

Muitos que estão ali então caindo no cárcere pela primeira vez aí ficam juntas com pessoas que estão ali que já foram e já voltaram 05 vezes para o cárcere, então se aprende muita coisa, eles vão falando e passando para os outros, como eles chamam os 'macetes', nunca aceitei os convites para várias fugas que planejavam.

A chegada na penitenciária mudou um pouco a realidade de Daniel quanto à estrutura de moradia já que numa cela habitavam somente 3 pessoas e a comida que, embora ainda de baixa qualidade, era melhor do que o que era servido na Seccional. Nesta penitenciária, Colônia agrícola, como já dito, Daniel estudou e buscou um trabalho para remir sua pena.

Primeiramente, por saber através de outras pessoas que também estavam reclusas, Daniel busca junto à administração desta casa penal informações sobre algum trabalho na empresa pública dos Correios. Então, a assistente social e a terapeuta desta casa marcam uma entrevista onde, a um primeiro momento, estavam enquadrados no perfil que desejavam, porém, não para trabalhar nos Correios, mas sim no Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Daniel interessa-se pelo trabalho porque “tudo era melhor menos estar lá preso”.

Em relação a este trabalho Daniel não sabia de nada, não sabia o que faria; não sabia em que setor do Tribunal trabalharia e não sabia quanto ganharia. Certo dia, a administração penitenciária transfere-o para outra unidade prisional na cidade de Belém – em caráter temporário – para que realizasse um treinamento. Caso fosse aprovado neste treinamento não regressaria mais para a penitenciária Colônia Agrícola.

O treinamento durou sete dias, durante o dia Daniel era levado ao Tribunal e regressava após à unidade de detenção. Após o treinamento Daniel regressa à Colônia Agrícola e, 20 dias depois é convocado para efetivamente trabalhar no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

No dia 03/11/2014 Daniel dá início às suas atividades. Neste tempo, ainda fora do Programa “Começar de Novo”, a remuneração era de um salário mínimo para oito horas de trabalho diário, porém, a Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará – SUSIPE, retinha um percentual para si. Segundo Daniel, “ficava retido na SUSIPE o valor em torno de R\$230 a R\$250 reais e sobrava para eu receber em mãos em torno de R\$600 e uma fração”.

Este foi o primeiro emprego formal de Daniel – apesar de não possuir ainda qualquer garantia prevista na legislação trabalhista brasileira para os trabalhadores livres – e que trouxe muita satisfação pessoal. Foi a primeira vez que Daniel tinha em suas

mãos um dinheiro limpo, um dinheiro que não era fruto do tráfico de drogas. Daniel destaca sua felicidade em receber seu primeiro salário por ser “dinheiro limpo”.

Toda esta felicidade é decorrente dos desejos de assemelhamento com sua avó e mãe porque “agora eu sou como elas, trabalho para viver” e tudo apesar de saber que não teria “direito a férias; décimo terceiro salário e outras coisas mais”. O contentamento é grande: “já está bom né, eu não tinha nada e agora consigo ter alguma coisa”.

No Tribunal, Daniel sempre trabalhou na digitalização de processos junto com as demais pessoas em situação semelhante. Quando começou, eram somente 4 pessoas, entre homens e mulheres, nesta função por conta do convênio entre o Tribunal e a SUSIPE. Hoje, no âmbito do programa “Começar de Novo”, “somos 12 pessoas” também entre homens e mulheres.

No de 2016, Daniel foi formalmente incluído no programa “Começar de Novo” e, finalmente, firmou contrato diretamente com o Tribunal de Justiça sem a intermediação da SUSIPE. Hoje, Daniel recebe integralmente seu salário e possui direito previdenciário; décimo terceiro salário e férias remuneradas, porém, não é agraciado com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS que os demais trabalhadores possuem. Com este salário, Daniel sustenta-se e ajuda nas despesas da casa, pois vive com sua avó, que ainda é viva, e paga sua Universidade. No momento da assinatura do contrato, Daniel pensava que sua situação continuaria a mesma.

Depois que assinei o contrato com o Tribunal pensei que as coisas não mudariam, mas eu já sabia quando eu acabaria aqui. Pelo mês de abril aqui nós temos 04 pessoas para ‘ser’ ‘desligada’ e eu estou indo no meio porque quando o contrato foi firmado era para eu passar só um ano e para sempre ter rotatividade dentro do projeto, para dar outras oportunidades para pessoas que estão no cárcere poder trabalhar aqui, como já tinha passado meu ano, eles resolveram me dar mais um ano e esse um ano já está acabado agora no mês de abril/maio.

Este trabalho no Tribunal, incluindo o antes e o depois de sua inclusão no programa, mostrou uma outra realidade quanto ao tratamento pessoal que lhe foi dado. Através de suas narrativas, percebe-se que foi estranho ser tratado com respeito, expressões como “senhor”; “por favor” e “obrigado” não faziam parte de seu cotidiano na penitenciária: “na cadeia me chamavam de vagabundo, safado e outras coisas. Quando cheguei aqui eu estranhei tanta educação, me chamaram até de senhor!”.

Em especial, Daniel recorda-se de um funcionário do Tribunal, de nome Wanderley, um senhor que sempre conversava com todos os que participavam do

programa. Nestas conversas, Wanderley incentiva para sigam trabalhando e avisando sempre quando há concursos públicos em aberto. Daniel nutre especial carinho por este funcionário por ser uma “pessoa que sempre trata a gente com muito respeito”.

Aqui dentro do TJ tem um senhor com quem agente divide a sala do arquivo e sempre trata a gente com muito respeito, o senhor Wanderley, ele sempre incentiva todos nós, ele vive dizendo ‘poxa, vocês podem sair daqui, se juntarem e montar uma cooperativa, para vocês mesmos ‘prestar’ um serviço de digitalização para essas outras empresas aí fora, informatizando outras empresas’... ele vive dando incentivo, às vezes ele vem e diz que tem um concurso público em aberto... ele vem aqui sempre dar aquele incentivo para gente.

A parte dos incentivos, este funcionário desempenhou fundamental papel na adaptação de Daniel ao novo ambiente de trabalho, ensinando-o como as tarefas deveriam ser executadas e executadas da melhor forma. Os dias foram passando esta pessoa, a quem Daniel carinhosamente adjetiva como “um pai para mim”, nesta nova fase da vida, empurra-o ao ensino superior informando sempre os períodos em que as candidaturas estavam abertas.

No ano de 2017, Daniel postula uma vaga no curso de Serviço Social numa Instituição Particular e é aprovado. Este novo curso trouxe-lhe grandes amigos e uma nova visão de mundo. Agora, Daniel deseja ajudar, na qualidade de futuro profissional da assistência social, pessoas que assim como ele buscam novas oportunidades de vida no pós-cárcere.

Com o dinheiro deste trabalho, agora recebendo 100% de sua remuneração, Daniel consegue reservar parte para o pagamento de seu curso superior e hoje conta também com o apoio de sua namorada. Aliás, esta namorada também o incentiva muito ao trabalho.

Próximo ao final de seu contrato, Daniel não esconde sua tristeza em deixar o Tribunal de Justiça, porque o programa “Começar de Novo”, as pessoas do Tribunal e seu cotidiano “farão muita falta para mim” já que “este lugar mudou minha vida para melhor, hoje posso pensar em ser alguém”. Consciente que sua saída é necessária, Daniel encontra conforto em saber que ao sair outra pessoa tomará seu lugar, outra pessoa que precisa desta oportunidade terá a “oportunidade que nunca tive na vida”.

A necessidade de recolocação no mercado de trabalho já levou Daniel a distribuir currículos pela cidade. Já deixou em diversas empresas de diversos ramos de atividades, porém, faltando apenas dois meses para finalizar seu contrato com o

Tribunal, Daniel ainda não recebeu nenhum telefonema ou qualquer outra forma de comunicação convidando-o ao menos para uma entrevista.

Quando eu entrei pra trabalhar no projeto eu já entrei consciente que teria um tempo determinado pra ficar, eu sei que eu não posso pensar só em mim, de querer ficar mais eu queria, mas tem que dar o oportunidade para outros que estão vindo do cárcere assim como eu vim, mas em relação a isso eu já comecei a distribuir meus currículos, em janeiro já deixei uns currículos em umas empresas terceirizadas, para ver se realmente eu posso ser chamado para trabalhar, eu estou dando início a essa outra fase da minha vida.

A falta de chamado das empresas é consequência, para Daniel, do preconceito que todo egresso do sistema penitenciário sofre. Porém, ele tem consciência que a mão-de-obra massiva ociosa pode dar grandes lucros a estas empresas já que muitos direitos sociais não são exigidos quando se contrata uma pessoa dentro de uma relação penitenciária de trabalho.

As empresas que não conhecem os projetos dos quais fazemos parte, elas perdem muito, porque essas empresas indo buscar a pessoa que está dentro do cárcere... eles não têm tipo assim, muito custo como com uma pessoa que está aqui fora trabalhando. Porque com as pessoas do cárcere não 'terá' um vínculo empregatício, 'poderá' ser uma coisa temporária porque aquelas pessoas do cárcere vão querer trabalhar mesmo, porque vão querer remir a pena e, além disso, essas pessoas vão dar uma produtividade para as empresas e as empresas não procuram buscar essas pessoas dentro do cárcere. Eu acredito que falta uma pessoa para abraçar esse projeto e expandir para outras empresas porque ainda há muito preconceito. Pensam assim, deixa eu ver, que as pessoas do cárcere são bandidos para sempre.

O desejo por trabalhar em qualquer área não é eterno. Quando conseguir concluir o curso de Serviço Social, Daniel pretende trabalhar somente nesta área, auxiliando, principalmente, pessoas que passaram pela mesma experiência que ele. Em relação ao que aprendeu dentro do Tribunal, Daniel relata, com um certo constrangimento, que não tem muitas expectativas de reproduzir isto num outro contrato de trabalho.

Quando eu me formar pelo curso de serviço social, pretendo procurar um serviço aí fora para mim, para trabalhar nessa área de serviços sociais. O que eu quero mesmo é trabalhar porque agora eu busquei o trabalho então agora só o que eu quero é trabalhar. O curso de assistente social está indo bem, está dentro de uma área da qual eu me identifiquei muito porque é bom trabalhar no dia-a-dia ajudando as pessoas. A minha intenção é trabalhar ajudando as pessoas que estão saindo do cárcere. O que aprendi aqui, como posso dizer...não vai ajudar muito porque o que quero é ajudar as pessoas do cárcere.

Em junho de 2018, quase dois meses após o término de seu contrato de trabalho com o Tribunal, Daniel encontra-se desempregado e vivendo da ajuda das pessoas que sempre o ajudaram, sua avó; mãe e namorada, porém, “estar desempregado não significa estar parado, eu continuo distribuindo currículo e estudando, hoje, o que quero é me formar para ter mais oportunidade, mas a vida do crime não é mais para mim”.

5.6. Retrato Sociológico – Marcolino Peixoto: “o caráter do homem não pode ser julgado pelo erro que cometeu, mas sim após o erro que ele comete”

Marcolino nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro e está atualmente com 36 anos de idade. Filho de pais casados e com uma infância humilde, viveu com seus pais até aproximadamente 8 anos de idade quando o casal se separou.

Ainda na cidade do Rio de Janeiro, Marcolino presenciou diversas formas de violência doméstica sofrida por sua mãe. Esta, por sua vez, sempre tratava de ocultar o que acontecia naquele ambiente doméstico para que seus filhos não sentissem nenhum tipo de medo. Por conta destas agressões domésticas, a mãe de Marcolino decide fugir para a cidade de Belém com seus filhos e todos passam a habitar na casa dos avós maternos. Esta nova convivência melhorou muito a situação da mãe de Marcolino, apesar de ainda continuar sofrendo formas de violência.

Marcolino passa a estudar numa escola pública, porém, rapidamente este percurso é afetado e até mesmo interrompido por conta da necessidade de trabalhar. Quando criança, Marcolino trabalhou com venda de sorvetes na rua e, já na adolescência, trabalhou numa empresa de construção civil. O desejo de trabalhar surgiu em razão da necessidade de ajudar sua mãe com as despesas familiares.

Em 2004, Marcolino é preso pela prática de roubo. O percurso até ao crime é atribuído a más influências de amigos que obtinham as coisas com muita facilidade. Em sua primeira ação delituosa, Marcolino recebe uma pena de 21 anos e 7 meses de prisão a ser cumprida em regime fechado, inicialmente. Neste regime, Marcolino passa 10 anos de sua vida.

Já na instituição penitenciária, Marcolino conviveu com diversas situações que não deseja nunca repetir. Buscou trabalho junto à administração penitenciária, sem

alguma cautela, e conseguiu trabalhar na confecção de bola de futebol e em limpeza. Foi na instituição penitenciária que Marcolino conseguiu dar continuidade a seus estudos.

Quando ingressou no programa “Começar de Novo”, Marcolino trabalhou numa empresa privada, na Secretaria de Urbanismo da Cidade de Belém e na empresa pública dos Correios. Por conta da rescisão dos Correios com o programa, Marcolino foi desligado de suas funções antecipadamente e passou a atuar como autônomo em algumas funções. A principal era venda de óculos nas praias próximas à cidade de Belém.

Em 2017 Marcolino recebe uma chamada para uma pré-seleção, por conta do programa “Começar de Novo”, para trabalhar no Tribunal de Justiça do Estado do Pará na função de auxiliar administrativo. Com este novo rendimento, Marcolino pretende fazer economia para, quando finalizar seu contrato com Tribunal, montar seu próprio negócio formal de venda de óculos.

Marcolino é natural da cidade do Rio de Janeiro – RJ, nascido no dia 12/09/1981 e atualmente conta com 36 (trinta e seis) anos de idade. Filho de uma família humilde, Marcolino possui três irmãs e dois irmãos. Marcolino é o irmão mais velho. Seu pai era metalúrgico e sua mãe cuidava do lar até um certo período e, após a separação, trabalhou como empregada doméstica; cozinheira e auxiliar de limpeza em restaurantes. Sua mãe é natural da cidade de Belém-PA e seu pai da cidade do Rio de Janeiro – RJ.

O pai de Marcolino trabalhava na cidade de Belém e, nesta oportunidade, conheceu a mãe. Após algum tempo de relacionamento – tempo este que não sabe informar – o pai levou a mãe para viver na cidade do Rio de Janeiro já que seu tempo de trabalho em Belém havia terminado. Após viverem na cidade do Rio nasceu Marcolino Peixoto.

Apesar de um relativo conforto financeiro, a condição de humilde desta família não pode ser descaracterizada. Viviam numa casa relativamente boa – de alvenaria – nunca faltou comida, porém, viviam ajustados financeiramente. As dificuldades financeiras extremas apareceram após a separação do casal.

Ainda na cidade do Rio de Janeiro, Marcolino recorda-se de estudar numa escola pública onde foi alfabetizado. Durante este período, ambos pais trabalhavam e Marcolino ficava estudando, porém, este percurso foi interrompido quando, aos oito

anos de idade, Marcolino, sua mãe e sua irmã, fugiram do Rio de Janeiro com destino a Belém.

Este período que ainda se recorda, com dor e frustração, foi marcado pela violência doméstica contra a mulher. Sem saber o motivo naquele momento, Marcolino presenciou vários tipos de violência contra sua mãe, desde a verbal até a física. Recorda-se, com voz trêmula, de muitas palavras: você não “vale nada”; “puta”; “vagabunda” e outras que não deseja mencionar. Apesar de escutar, sua mãe evitava ao máximo que os filhos presenciassem as constantes brigas com o pai: “lembro que ficava nervoso e com minha irmã trancados no quarto. Eu lembro de chorar muito e depois minha mãe vinha comigo e dizia que não tinha acontecido nada”.

Cansada das agressões sofridas, quando Marcolino tinha oito anos de idade, sua mãe decide fugir do Rio de Janeiro com os dois filhos e uma irmã com destino à cidade de Belém. Após esta fuga, Marcolino não teve mais contato com seu pai e este nunca o procurou para saber como estava apesar de saber a localização desta família em êxodo, a casa dos avós maternos de Marcolino. Ao chegar à cidade de Belém as dificuldades financeiras mostraram-se mais severas.

Infância? Foi pobre, mas como pobre sempre teve alguma dificuldade, mas não assim extrema, entendeu? Minha mãe teve dificuldade quando viemos do Rio, na verdade, porque minha família é até bem relacionada no Rio, a família do meu pai. Só que a minha mãe viajou com a minha tia, quando ela voltou, ela encontrou uma dificuldade aqui, no caso. O caso foi que ela voltou com dois filhos, quando ela foi, foi sem nenhum filho, e quando ela voltou, já voltou com dois filhos.

Ao chegar à cidade de Belém, apesar do contexto de violência sofrido no Rio de Janeiro, a mãe de Marcolino continuava a ser vítima de violência doméstica, desta vez, por parte de seus pais (avós de Marcolino). Marcolino atribui isto à rigidez familiar já que, quando sua mãe partiu para o Rio, partiu sem filhos e quando regressa, regressa sem marido e com dois filhos. Sem citar as palavras, Marcolino relata que novamente sua mãe foi agredida com palavras, mas apesar disto, Marcolino não guarda mágoa de seus avós.

Os meus avós eram muito rígidos, sabe como era antigamente, né. E minha mãe teve essa dificuldade, no caso, por voltar depois de um término do casamento, ela passou uma dificuldade com meus avós, no caso. Aí foi uma parte difícil da nossa vida porque, no caso, sofreu até violência e tal, foi agredida com palavras.

Apesar dos problemas, Marcolino e sua família começaram a morar com seus avós por não terem onde ficar. Sua mãe, sem trabalho, cuidava dos filhos o dia todo, mas esta realidade mudou quando conseguiu um trabalho de empregada doméstica. Agora sua mãe tinha que dividir seu tempo entre o trabalho e cuidar de seus filhos e este motivo agravou a conturbada relação com os avós maternos.

Depois que começa a trabalhar, cabia aos avós cuidar dos netos e isto trazia problemas para a mãe de Marcolino. Marcolino viveu até os 12 anos de idade com seus avós e neste intervalo de tempo – dos pouco mais de 8 anos de idade até seus 12 anos de idade – estudava numa escola pública da qual não se recorda o nome e trabalhava ao mesmo tempo.

A dificuldade da minha infância foi essa no caso, porque eu presenciei minha mãe sofrer agressão, até mesmo por alimento, entendeu. Por causa de comida, porque a família da minha mãe era muito rígida, no caso, meus avós. Inclusive, falavam muitas coisas pelo fato dela ter chegado e tal, sem nenhum recurso.

A vertente escolar de Marcolino neste período de sua vida foi muito instável, ou Marcolino não se recorda de pontos deste momento ou quase não estudava pela necessidade de trabalhar para ajudar na manutenção de seu núcleo familiar e também ajudar nos cuidados de sua irmã mais nova no momento em que sua mãe estava trabalhando.

Ela começou e, essa rejeição foi logo quando ela chegou, no caso, logo após ela arrumou trabalho, começou a trabalhar e aí ela conheceu esse que é meu pai atual, hoje, no caso e começou a trabalhar e antes disso, a gente morava só na casa dos meus avós. Eu, ela e minha irmã, que no caso, era muito pequena também nessa época, eu cuidava da minha irmã e minha mãe trabalhava.

Morando ainda na casa de seus avós, Marcolino passou, dos aproximadamente 9 anos até aproximadamente 12 anos de idade, a vender sorvetes e salgados na rua para ajudar na renda familiar – no caso, para complementar a renda de sua mãe – e, quando não estava trabalhando, cuidava de sua irmã mais nova. A principal incentivadora não era a mãe, mas sua avó! Na casa de seus avós todos tinham que trabalhar, não podiam ficar sem fazer nada e, por conta disto, Marcolino deixou de estudar.

Sim, só com aquilo aí, com a venda, eu era jovem também ajudava minha mãe, ela me dava 'chopp' (espécie de sorvete), coxinha (espécie de salgado), como ela sabia fazer essas coisas ela sempre fazia, eu também estava ajudando, vendia a coxinha o 'chopp', saía na rua e voltava com um dinheirinho. (...)exatamente! Esse dinheiro era pra ajudar na renda como ela trabalhava e eu também e no final de semana ajudava também, era mais final de semana e

algumas vezes na semana. Isso, porque na verdade, esse costume a gente levou da casa da minha avó, que todo sobrinho, neto sempre tiveram esse trabalho. Trabalhar com a venda, essas coisas, eu já cheguei pegando o ritmo, minha avó ensinou essa prática, mas foi pouco tempo, até os 12 anos por aí.

Marcolino, apesar de trabalhar, não lembra exatamente quanto ganhava com suas vendas, relata somente que entregava o dinheiro a sua mãe ou à sua avó para que uma delas fizessem a correta administração do rendimento.

Sem frequentar o ambiente escolar adequadamente e diante da necessidade de aumentar o rendimento familiar, aos 12 anos de idade, Marcolino decide viajar com um tio para a cidade de Tucuruí para trabalhar numa oficina em diversas atividades, como por exemplo, ferreiro mecânico; ferreiro de armação de vidros e construção, além de outras atividades secundárias vinculadas a estas. Todas estas atividades eram exercidas às margens da legislação trabalhista e legislação de proteção às crianças e adolescentes.

Recorda também que, próximo aos 15 anos, trabalhou informalmente numa empresa de construção civil, porém, sua atividade nunca foi formalizada perante as autoridades competentes. Este trabalho, apesar de irregular, foi indicação do tio com quem Marcolino habitava na cidade de Tucuruí, porém, com menos de um ano de atividade, Marcolino decide, junto com seu tio, regressar para a cidade de Belém.

Eu parei só para trabalhar, parei e só continuei trabalhando. Trabalhei até os 15 anos numa oficina de mecânica, viajei com meu tio para Tucuruí, trabalhando como ferreiro mecânico, ferreiro de armação de vidro e construção, trabalhei em vários outros empregos também. Continuei trabalhando e nunca formalizei, chegou um tempo, como falei para você, viajei para Tucuruí com meu tio. Também trabalhei numa empresa de nome dinâmica, empresa de construção civil, só que não cheguei a formalizar, no caso, a carteira, porque eu não completei o período de um ano na época, não concluí, só trabalhei porque meu tio me levou, foi referência dele e eu fiquei trabalhando com ele, e daí aconteceu um problema com meu primo que teve um acidente na empresa, aí eu decidi vim junto com ele para Belém, entendeu?

Ao chegar a Belém, desempregado, Marcolino volta a trabalhar com vendas. Nesta atividade, ele conseguia somente o suficiente para ajudar na renda da família. Sua mãe, já estava casada – aliás, este casamento ocorreu quando Marcolino tinha aproximadamente 12 anos de idade – com outra pessoa e morando num novo lar. Deste novo relacionamento adveio mais duas irmãs e dois irmãos para Marcolino.

A ausência do pai biológico em momentos importantes da vida de Marcolino foi suprida por seu padrasto, pessoa que hoje ele chama de pai. O carinho por seu padrasto é forte, expressões como “meu conselheiro”; “meu amigo” e “meu pai de criação” são

constantemente faladas por Marcolino quando a ele faz referência. Quando se refere ao seu pai biológico, tão somente refere-se como “pai biológico”.

Para além do carinho em relação ao padrasto, o sentimento de afeto em relação à mãe é maior! Marcolino sempre decidiu trabalhar para ajudar sua mãe por entender que ela merecia sempre muito mais já que passou por tantas dificuldades e tantas violências. A mãe de Marcolino representa sua referência e ponto de apoio.

Nesta época, ainda antes dos 16 anos de idade, Marcolino volta a pensar na retomada dos estudos por influências de seu padrasto e principalmente de sua mãe: “eles diziam para eu voltar a estudar porque sem estudos eu não seria ninguém na vida”. Porém, todos os desejos foram frustrados com o advento de seu primeiro filho ainda aos 15 anos de idade.

Com o anúncio da gravidez, Marcolino decide morar junto com sua namorada que à época tinha 22 anos de idade e, para manter esta relação e o futuro bebê que chegaria, decidiu montar uma oficina de ferreiro mecânico, atividade que aprendeu com seu tio na cidade de Tucuruí, porém, o relacionamento não foi adiante.

Aí, foi quando eu constituí família, que eu tive meu primeiro filho, no caso, que é esse que tem 22 anos agora. Tentei uma oficina de ferreiro de carro e um relacionamento com a mãe dele, mas não deu certo e separamos. Aí criamos o filho, mas a gente morava bem próximo, próximo ali de casa.

Chegamos um tempo a morar junto só que não deu certo pela questão da faixa etária de idade, ela tinha 22 anos e eu tinha 15, eu estava aprendendo a conhecer as coisas, na verdade.

O aperto financeiro e a falta de instrução levaram Marcolino à criminalidade. Especificamente, o desejo de fazer com que sua mãe sinta orgulho pelos seus êxitos financeiros e, também, o desejo de dar à sua mãe sempre um melhor conforto financeiro fizeram com que, no ano de 2004, Marcolino praticasse seu primeiro assalto.

Estes sentimentos em relação a sua mãe foram nutridos, também, pelo relativo conforto que tinham seus outros irmãos paternos. O pai biológico de Marcolino já nesta fase de sua vida – aproximadamente 20 anos de idade – possuía uma condição financeira boa e confortável, porém, deste conforto não gozava Marcolino. O desejo de tirar sua mãe da apertada situação financeira foi o fator gerador do assalto que praticou em 2004.

Como então Marcolino conseguiu realizar seu primeiro delito? Morando num bairro com uma taxa de criminalidade alta, Marcolino, através de amizades, começou a perceber que seus amigos conseguiam coisas de maneira rápida; fácil e sem trabalhar.

Eu não tive orientação em grande parte da minha vida, então, eu na minha mente, vamos se dizer, adolescente ou pré-adolescente, eu pensava que poderia tirar a minha mãe daquela situação, eu fantasiava isso, eu sei que na verdade, não acontece dessa forma hoje, entende. Minha mãe passou por tudo aquilo ali e meu irmão hoje em dia é formado em engenheiro mecânico, entendeu? Trabalha numa multinacional, na ÓRGÃO, no Rio de Janeiro e eu nunca aceitei. Na verdade, só que era uma coisa de criança, da adolescência, não tinha o raciocínio estabelecido que eu tenho hoje, eu sei que para dar algo para uma pessoa, para minha família, eu tenho que trabalhar e buscar aquilo ali, entendeu? Tem que fazer esforço para conseguir aquilo ali. Então eu sempre, fantasiei na minha mente que eu poderia dar algo para a minha mãe, mas de uma forma, vamos supor, repentina, entendeu. E surgia as oportunidades, eu morava num lugar, vamos dizer assim, de um índice de criminalidade alto, umas coisas, assim, então, acabei me influenciando, amizades, amigos entendeu, vendo eles conseguirem as coisas de uma forma rápida, então, foi mais pelo convívio, entendeu?

Por este delito, Marcolino foi preso em flagrante e condenado a uma pena de 21 anos e 7 meses de reclusão em regime inicialmente fechado. Tanto sua prisão, como condenação e execução de sua pena ocorreram na cidade de Belém-PA. Deste tempo de condenação, Marcolino ficou 10 anos recluso em diversos presídios da Região Metropolitana de Belém.

Ao chegar na Instituição Penitenciária, mais precisamente na Seccional da Cremação (Departamento de Polícia da Cremação) onde ficam os recém-reclusos, Marcolino assustou-se com a realidade do ambiente carcerário. Nunca imaginou que a situação fosse tão ruim como havia escutado antes, pensava, até, que era um certo exagero. Então, Marcolino conheceu uma realidade “que são além do que tu imaginas”.

Neste primeiro ambiente, Marcolino perdeu a noção do tempo e só entendia o tempo de se alimentar. Ficar “trancado faz a gente perder a noção do tempo, eu só sabia mais ou menos a hora de comer porque já dava fome” e a alimentação não era tão boa assim. Os desejos por uma alimentação “mais gostosa” eram saciados pelas entregas de comida que sua mãe realizava neste Departamento de Polícia, quando era permitido: “Imagina, tu não tens a visão concreta de como aquilo vai ser, então, tu te deparas com a realidade do sistema e, tu vêes que é totalmente fora da realidade, entendeu? Totalmente diferente do que já te falaram, do que já te passaram, entendeu?”

Durante o tempo que esteve recluso nesta unidade prisional, nenhuma atividade foi desenvolvida por parte da Administração penitenciária em relação aos que aí estavam, era “tranca total”. Convivendo com a superlotação da cela e as péssimas condições do ambiente prisional, Marcolino começou a autoquestionar-se: “onde é que eu estou?”; “para onde foi que me trouxeram?”; “o que eu fiz da minha vida?”. Todos

este autoquestionamentos são produtos da vergonha que passou a ter em relação aos seus familiares já que a ele sempre foi-lhe ensinado todas as formas de respeito.

A situação ali era terrível, aí eu fiquei pensando “Égua, o que eu fiz da minha vida?” entendeu?. “O que que eu fiz da minha vida”, porque tipo assim, eu tive princípios de criação, respeitar o mais velho, sempre trabalhar e quando eu me deparei com a situação ali, foi que eu vi que besteira eu tinha cometido, entendeu? Fiquei “e agora?” Só que não tinha como voltar atrás.

Esta vergonha fez com que aceitasse sua condição de “desguiado” em relação aos demais membros de sua família.

Pela parte da minha mãe nunca teve pessoas que se envolveram com nenhum tipo de crime até hoje graças a Deus, nunca se envolveram com crime, são pessoas trabalhadoras, tios, sobrinhos, nunca. Eu fui o único que teve que passou por esta situação, o único desguiado de toda na família, no geral, tanto de pai quanto de mãe.

Dois meses se passaram, aproximadamente, e Marcolino foi transferido para a primeira penitenciária. O ambiente prisional não mudou muito, mas já havia um certo “conforto” na cela que o recebeu. Já não eram “mais de 30 pessoas num local onde cabiam 20 no máximo”. Separados por quarteto em cada cela, a rotina era rigorosa com somente duas horas diárias de banho de sol. Após este banho, a reclusão era total, à exceção daqueles que trabalhavam.

Ao chegar na sua primeira penitenciária, no caso o Centro de Recuperação de Americano 3, Marcolino não buscou imediatamente trabalho ou qualquer outra atividade. Sua inatividade inicial deu-se por conta do novo ambiente que chegara. Sem conhecer ninguém e com receio das “regras” da instituição, Marcolino primeiramente decide observar para perceber se pode ou não realizar qualquer atividade. Aliás, estas atividades que fogem às regras disciplinares não são obrigatórias.

Tu não és obrigado a fazer nada, a não ser que contrarie algo determinado. Tu não és obrigado a fazer nada, se tu queres ficar no teu canto sem fazer nada, só fazer o que for determinado para ti, tu ficas. Eu conheço pessoas que ficaram lá e pronto, acabou a pena, foi embora e pronto. No presídio, quando eu cheguei, fiquei observando tudo porque, quando tu chegas no local e não sabes de muita coisa, ficas observando se podes ou não sair. A partir do momento que eu observei, que vi que tinha oportunidade, eu fui trabalhar.

Marcolino sempre soube que havia alguma atividade para os reclusos diminuírem suas penas, com exceção do Centro de Recuperação Americano 3 que é de segurança máxima (onde não estive e supõe que não haja), e esta descoberta veio através de suas observações, porque há “uma rejeição pela questão das pessoas que

trabalham” por parte dos outros reclusos. A rejeição dá-se por supostas entrega de informação por parte daqueles que saem para trabalhar: “tu és vacilão, tu estás vacilando, tu estás entregando”.

Toda a rejeição que há nas casas penais em relação aos que trabalham ocorre em razão de ausência da pessoa do espaço que habita e, caso haja alguma atividade do Estado naquele local, os demais reclusos pensam que alguém está levando informações à administração penitenciária.

A questão é que como eu acabei de falar, porque no caso tu saias de um lugar que tu estavas e te deslocavas para outro local para tu fazer tuas atividades, entendeu? Então, essas atividades tu ficavas meio sendo uma pessoa, vamos se dizer assim, não bem vista, entendeu? Porque poderia acontecer alguma coisa interna e poderiam te culpar, no caso, porque tu não estavas no espaço, tinhas te deslocado daquele espaço.

Como o “clima estava bom para trabalhar”, Marcolino decide buscar informações junto à administração penitenciária para iniciar alguma atividade. A administração não oferece o trabalho, o recluso deve buscá-lo.

Ao obter resposta positiva, no dia seguinte à sua solicitação Marcolino, começa a trabalhar confeccionando bolas de futebol para revenda externa. Para este trabalho, Marcolino não tinha jornada fixa. Quanto mais bolas confeccionasse mais dinheiro ganhava. Mas recorda que trabalhava geralmente entre 8hs da manhã e 12hs e das 14hs da tarde às 17hs. Pela atividade, Marcolino recebia por mês a quantia aproximada de R\$60,00 sendo que uma parte deste dinheiro ficava com o recluso e outra com a Administração do Sistema Prisional.

Recebia uma remuneração, no caso, a cada três dias trabalhados era um dia que era remido da pena. De dinheiro eu recebia, no caso, só que ficava numa conta que eles criavam e recebia por produção. Eu ganhava naquela época, uma faixa de 60 reais por aí, mas dependia da tua produção, três reais na época se não me engano, ou dois reais por bola, entendeu? Quanto mais bolas costurasse mais a minha produção aumentava, uma parte ia para ti e a outra parte era sempre dividida no meio, entendeu?

Foram um pouco mais de dois anos ininterruptos nesta atividade. Às vezes Marcolino parava de trabalhar ou porque “não aguentava mais a mesma coisa todo o dia” ou porque a situação no bloco de reclusão que habitava havia mudado e o clima não estava propício para o exercício de qualquer atividade.

Muitas vezes, as rebeliões dos demais reclusos ou incursões da Polícia Militar em atividade conjunta com os Agentes Penitenciários, mudavam toda a rotina das

pessoas. Ou mudava porque a Administração Penitenciária suspendia as atividades externas aos blocos habitacionais ou a autoridade informal ameaçava e suspendia às atividades das pessoas que exerciam atividades externas.

Eu passei um tempo sem fazer nada, um tempo eu trabalhei, entendeu? É tipo assim, aquela questão, tu vês que o clima está propício, tu vais, se tu vês que o clima não está propício, tu não vais, porque, vamos dizer assim, porque tem situações que regem o lugar, vamos se dizer assim. Uma cadeia é cheia de conflitos, entendeu? Tanto interno, como externo, entendeu? Então, tem clima que não está propício para pessoa fazer atividades, sair do local que está, são situações que tu tem que respeitar também, tem limites, entendeu?

Sempre que era possível buscar trabalho, Marcolino buscava. Até o ano de 2014, Marcolino trabalhou sempre ou em confecção de bolas de futebol ou com artesanato (que seguia o mesmo sistema de produção das bolas) tudo para ver sua pena remida e, principalmente, como terapia. A reclusão foi sua pior experiência, estando sempre entre a “loucura e a sanidade”.

Vamos dizer assim, o tempo passa, o teu tempo de não ficar ocioso estando numa cela, porque tem presídios que a pessoa fica 23 horas trancada e 1 hora livre, então tu vais ficar 23 horas num local sem fazer nada, e, vamos supor, trabalhando, fazendo alguma atividade, fazendo artesanato ou bola, tens uma terapia mesmo, além da remissão da pena, ocupar o tempo também e adquirir também algum recurso, no caso, é importante.

Após 10 anos em regime fechado de reclusão, Marcolino consegue sua progressão de regime para o semiaberto e sua transferência para a Colônia Agrícola de Santa Izabel. Com um ambiente carcerário menos conflituoso e vendo-se às portas da liberdade, Marcolino procura imediatamente a direção e o setor de produção da casa penal em busca de trabalho, qualquer que seja.

Sua inclusão em qualquer atividade não foi imediata. Era necessário esperar que a abertura de alguma vaga. Uma semana depois surge uma vaga para o serviço de limpeza, não era o que Marcolino desejava, mas era melhor “fazer alguma coisa do que estar parado”. Até este momento, em nenhuma das casas prisionais pela qual passou, Marcolino recebeu qualquer tipo de treinamento ou capacitação para desenvolver qualquer atividade: “nunca me perguntaram nada, só diziam que tinha um trabalho e era aquilo ou nada”.

A nova atividade consistia na realização limpeza nas dependências da escola que há dentro da casa penal. A princípio, a jornada iniciava 8hs da manhã até 11:30 da manhã e das 13hs da tarde até 16hs da tarde. Esta jornada mudou porque, vendo a rotina

diária da escola, Marcolino decidiu estudar para concluir o ensino médio. Foi este o primeiro momento em que Marcolino teve a oportunidade de estudar e, cada dia que limpava a escola, Marcolino recordava as recomendações de sua mãe e padrasto em relação aos estudos.

Um mês depois aproximadamente, Marcolino começa a estudar pelo turno da tarde mantendo assim seu trabalho pelo turno da manhã. Foi graças a este ambiente escolar que Marcolino concluiu os dois primeiros anos do ensino médio realizando uma prova. Faltando um ano para a conclusão de seus estudos, Marcolino conheceu o programa “Começar de Novo” através de comentários dos próprios colegas de classe.

Disposto a conseguir um trabalho externo para “fazer algo mais importante”, Marcolino procurou a administração penitenciária mais uma vez e recebeu a informação de que eram vagas limitadas. Apesar de ainda ter por cumprir mais 3 anos e 6 meses de reclusão, foi dada a oportunidade a Marcolino que, após preencher os formulários administrativos, foi chamado para um treinamento na cidade de Belém, por possuir o perfil necessário para atividades externas, ou seja, bom comportamento carcerário.

Eu descobri lá na escola, no caso, lá no momento, e eu sabia que eram só vagas limitadas, no caso. É que eu conversando com o diretor, no caso, eu pedi um emprego no sistema de produção como eu já tinha esse aí. Eu me informei com ele e consegui falar com o diretor, no caso, o Guilherme na época e ele viu todo o meu perfil, ele falou que eu tinha o perfil para trabalhar nos Correios, e também que eu tinha muito tempo para cumprir lá, no caso, eu tinha que ficar mais 3 anos e 6 meses lá. Eu pedi para ele me ajudar que eu tinha passado todo aquele tempo e ele falou que eu tinha o perfil, que eu ia preencher a ficha do treinamento, mas enquanto isso era para ficar trabalhando no colégio até esperar ser chamado. Foi que eu fui para o colégio e fiquei trabalhando e foi que surgiu a oportunidade, no caso, eu fiz o treinamento, eu vim pra Belém, fiz o treinamento de 3 dias ou dois dias, eu não me lembro muito bem, lá na sede, na Presidente Vargas e retornei para colônia.

Enquanto trabalhava na escola, aproximadamente 2 meses depois, surgiu a primeira oportunidade de trabalho externo, não nos Correios, mas sim numa empresa privada, a Tramontina do Brasil, onde trabalhou por 4 meses aproximadamente.

Na Tramontina, primeiro trabalho formal da vida, com todos os direitos atribuídos aos trabalhadores regidos pela lei trabalhista brasileira, Marcolino recebia madeiras, as selecionava e as carregava para processamento. A jornada de trabalho para esta função era das 7:12 da manhã até às 12hs e das 13hs às 17hs da tarde. A remuneração era de R\$ 400,00, sendo que a administração penitenciária ficava com a metade deste valor.

Apesar de desempenhar uma função formalmente, Marcolino e seus companheiros que estavam na mesma situação sempre questionavam entre si o porquê de a remuneração ser menor que um salário mínimo e da ausência de qualquer registro. Neste período, Marcolino ainda estava recluso e o transporte das pessoas que trabalhavam era feito pela própria empresa que disponibilizava um ônibus para buscar e deixar novamente na casa penal.

Na Tramontina recebia na faixa de 400 reais em 2015, por aí, é recente. Funciona como o mesmo processo da questão da bola e o pessoal sempre comentava que era para ser um salário. Na Tramontina nós trabalhávamos com, vamos supor, tipo assim, tu tens várias funções, no caso, tu recebes as madeiras aí tu selecionas. Seleciona quando chega dos caminhões cheios, os tratores tiram e tu vai selecionar as madeiras no caso, mas na verdade cara, tu fazes a seleção e tu o carregamento, tu carregas de um lado para o outro e, depois vai selecionando e fazendo um monte, isso aqui é madeira número tal e tudo aí carrega fazendo seleção de madeira. A seleção de madeira, vamos dizer, é auxiliar do operador das máquinas.

Na Tramontina pegava das 7:12 da manhã. Tu tinhas que tá no ponto por causa do trabalho porque tem um tal de material de PI (Proteção Individual) e eu tinha que estar com todo equipamento pronto, quando dava 7:12 da manhã, tocava um apito e tu tinhas que estar no ponto do trabalho, com teu PI na mão e já pronto pra trabalhar. Quando dava meio dia tu saias no intervalo do almoço, quando dava uma hora tinha que estar também no local de trabalho até as 5:00 h da tarde e o ônibus ia levar e buscar todos os dias. Tinha um ônibus da empresa que ia todo dia.

Registro? Não, não, não fizeram nenhum tipo de registro no caso, pediram uns exames médicos, no caso que é de admissão, pediram isso.

Após este tempo de trabalho, Marcolino foi transferido para a SEURB – Secretaria de Urbanismo da Cidade de Belém – para novas funções, recebendo a mesma remuneração. Marcolino trabalhou por dois meses na Secretaria e tinha como função limpar ruas e praças da cidade de Belém e sua jornada era das 8hs da manhã às 12hs e das 13hs até as 15hs da tarde.

A nova função desempenhada não era diferente daquilo que fazia na escola da Colônia Agrícola de Santa Izabel; porém, parecia-lhe estranho ver que alguns de seus colegas tinham algumas prerrogativas diferentes para a mesma função. Marcolino tratava de esconder dos demais a frustração, aceitava-a por sua condição de diferente e sonhava em chegar aos Correios, onde, segundo havia escutado, a situação era distinta.

Eu limpava as ruas, as praças e tudo, mas, tipo assim, ficava triste porque alguns colegas trabalhavam menos do que eu ou tinham mais descanso e eles também ganhavam um salário e eu menos. Ficava triste, mas entendia que eu não era tão inocente assim, se eu estava ali naquela situação era por alguma coisa, por algum descontrole meu.

As vagas do programa eram limitadas. Segundo Marcolino, o programa contava com somente 30 vagas e na medida em que as pessoas saíam, eram substituídas imediatamente por outras que estavam em fila de espera.

Conforme as vagas iam surgindo, eles iam chamando as pessoas, entendeu, porque o programa tinha 30 pessoas fixas, então, não podia ficar abaixo desse número, nem além desse número. Sempre que uma pessoa é substituída, saía, tinha que ter uma substituição, foi que numa dessas oportunidades que me chamaram.

Após os dois meses, Marcolino finalmente consegue funções nos Correios e é imediatamente transferido para trabalhar nesta empresa pública. Apesar da jornada de trabalho ser um pouco diferente daquela tomada na SEURB, Marcolino não esconde a satisfação em dizer que “pela primeira vez recebi um salário decente”.

Trabalhando das 8hs às 17hs da tarde, com uma hora para almoço, a remuneração como auxiliar administrativo era de R\$1200,00, sendo que a administração penitenciária não ficava com nenhum valor desta remuneração. Este trabalho era “na sombra”, Marcolino etiquetava correspondências; realizava triagem de mercadorias e atuava, também, junto ao protocolo.

Nos correios o trabalho era na sombra, eu era auxiliar administrativo. Eu trabalhava com impressão de etiqueta; protocolo; e-mail; respondia e-mail; fazia as folhas; fazia a triagem da mercadoria. Trabalhava das 8:00hs, uma hora de intervalo até 5:00hs da tarde, e recebia R\$1,000 (mil reais) limpo. Não, a SUSIPE não ficava com nada, nós tínhamos uma conta particular. Uma faixa de 1,200 (mil e duzentos reais) era o que eu ganhava, um valor que nunca pensava em receber na condição que eu estava.

Nos Correios, Marcolino trabalhou por um ano e um mês e, durante este período sua autoestima retorna e torna-se, então, o “orgulho da minha mãe”. Este trabalho na empresa pública dos Correios mudou a apresentação pessoal ante os demais. Marcolino se identificava indicando a identidade funcional dos Correios e isto significava o início de uma vida diferente. Para Marcolino tudo até aqui foi conquista.

Sentimento? Sentimento que eu tenho é ótimo, sentimento de vamos dizer assim, conquista. Conquistei, eu consegui, eu sempre tenho dito que gosto muito dessa frase que diz “o caráter do homem não pode ser julgado pelo erro que cometeu, mas sim após o erro que ele comete”. Então essa frase eu tenho comigo que após o erro que eu cometi, aí sim podem ver o meu caráter, se eu vou permanecer ou se eu vou mudar, então na minha vida hoje eu tenho como conquista por tudo aquilo que passei na minha vida, entendeu?

A vida seguia bem quando Marcolino recebeu a notícia de que não trabalharia mais nos Correios. Aliás, nenhuma pessoa que esteve na mesma situação trabalharia todo o período, porque o contrato dos Correios com o programa havia sido rescindido antes do tempo, em decorrência da crise financeira.

Desligado do programa antes do previsto – o contrato firmado com os Correios era de dois anos – Marcolino vê-se desempregado e na obrigação de conseguir outro trabalho. Com as credenciais de já haver trabalhado principalmente em duas grandes empresas (Tramontina e Correios), pensou que a conquista de um novo trabalho fosse relativamente fácil.

Em duas entrevistas, Marcolino recorda de ser perguntado o porquê de não haver registro formal dos trabalhos anteriores e sim meras declarações e, quando respondia, nunca passava para a fase seguinte. Outras vezes, nem às entrevistas era chamado por conta dos antecedentes criminais, mas, quando ocultava este documento, sempre o solicitavam para entrevistas. Marcolino não conseguiu nenhum trabalho formal.

Vendo-se numa situação difícil e já no regime aberto, outra solução não havia a não ser a informalidade. Marcolino passa a vender óculos com seu cunhado nas praias próximas a Belém.

Isso, aí eu passei um ano e um mês e teve rescisão de contrato, teve aquela questão da crise financeira aí que o país passou aí houve uma quebra de contrato, rescisão, porque no caso, nosso contrato era de 2 anos aí, eles alegaram que eles estavam sem dinheiro e tal e que não tinha mais como sustentar o projeto, aí terminou o projeto.

Aí, eu fiquei um tempo, uma faixa de uns dois meses desempregado, no caso, que teve essa quebra de contrato, aí eu consegui outro trabalho informal no caso, como eu sou vendedor de óculos também, vendo óculos final de semana nas praias.

Trabalho formal? Foi difícil! Nunca passava nas entrevistas porque sempre pediam antecedentes. Uma vez perguntaram porque eu não tinha registro na carteira do trabalho na Tramontina e eu disse que era porque era do projeto. Eu nunca passava em nada.

Durante o tempo de aperto financeiro e o tempo difícil de reclusão, a família de Marcolino foi seu principal porto seguro. O pai biológico de Marcolino talvez nem saiba do período de reclusão, mas Marcolino diz não guardar mágoas porque o pai dele (padrasto) sempre esteve presente.

O apoio dos familiares foi fundamental para a manutenção emocional neste período de desemprego. Apesar de nunca passar por sua cabeça que o retorno ao delito

fosse uma opção, constantemente seu padrasto aconselhava-lhe dizendo que o caminho da delinquência “só traz tristeza” e que “tempos difícil existem na vida de todos”.

Como um trabalho mais formal estava difícil, Marcolino decide investir suas economias – aproximadamente R\$1500,00 numa lanchonete em sociedade com um amigo, no ano de 2017. O negócio foi aberto, porém, a sociedade não dava certo, pois seu sócio, por investir mais dinheiro, tratava Marcolino como empregado. As discussões eram constantes e então Marcolino decide retirar-se com menos de dois meses de atividade e volta à sua atividade de venda óculos.

Isso aí eu afirmo com toda a certeza e convicção, isso aí eu porque eu já passei situações na minha vida agora nesse período de três meses que eu estava desempregado, então, investi tudo que eu tinha, o pouquinho de dinheiro eu investi em tudo, foi no empreendimento na Duque de Caxias com a Mauriti, bem em frente ao SENAI, mas não deu certo a minha relação com esse sócio. Ele era meu amigo e a partir do negócio não deu certo, eu deixei tudo, eu entrei no carro dele eu falei: “Alex, a nossa amizade não vai dar certo, vai acabar a nossa amizade que tu es um cara arrogante quer tratar todo mundo como empregado, só que eu não sou teu empregado, eu sou teu sócio e sabe mais de uma coisa, como Deus está no céu, fica com tudo para ti, eu estou saindo.

Apesar do trabalho de venda de óculos ser difícil, Marcolino, com a prática, descobriu-se um talentoso vendedor. Os rendimentos, além de incertos, muito flutuantes, não davam para pagar as contas pessoais. Para além da venda de óculos, Marcolino vendia também ovos quando não ia às praias vender seu principal produto.

Meio intimidado, meio acanhado, pegava vários “não” no começo e tal, mas depois eu já fui me relacionando com o público. Fui para feira vender ovos, trabalhava com ovos também quando ia para praia. No caso, eu montava a minha barraquinha lá na feira. Peguei minha moto, coloquei duas caixas de ovos coloquei no canto do Barreiro (famosa feira da cidade de Belém) e fiquei meio envergonhado e depois, apareceu. Rapaz se eu ficar calado eu não vou vender nada, fui descobrir que tinha esse talento para venda também, para oferecer e me dar bem com o público.

Durante toda trajetória laboral de Marcolino não houve uma única atividade que tivesse executado com satisfação. Todos os ofícios desempenhados ao longo de sua vida foram por necessidade financeira. Nas palavras de Marcolino: “tinha que fazer dinheiro de qualquer jeito”.

Em toda sua vida, Marcolino sempre recebeu incentivos para trabalhar, principalmente de sua mãe, mas o desejo por trabalhar era para ganhar dinheiro para trazer para sua mãe uma realidade financeira mais estável e menos sofrida, sendo este sentimento o motivo que o levou à prática do delito. Nada em sua trajetória laboral foi

regular e inexistia um desejo específico por uma profissão, situação esta que Marcolino atribui à falta de estudos.

quando era pequeno via muitos coleguinhas dizerem que queriam ser médicos ou outra coisa. Eu como já trabalhava na rua só queria ganhar dinheiro para dar para minha mãe, nunca pensei em ter uma profissão específica, nunca sonhei em ser alguma coisa. Acho que isto é por causa da falta de estudos, né?

Por já possuir cadastro no programa “Começar de Novo”, em 2017, por volta do mês de julho, Marcolino recebe uma ligação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para uma entrevista de pré-seleção para as funções que hoje desempenha. O contato ocorreu porque o Tribunal resolveu aproveitar aqueles que já tinham experiência administrativa por conta da atividade nos Correios.

Seis meses se passaram aproximadamente e Marcolino finalmente foi chamado para compor o quadro de funcionários do Tribunal, pelo Programa “Começar de Novo”. Esta nova experiência está sendo muito boa, já que Marcolino depara-se com um ambiente de trabalho muito diferente daquele que estava habituado nos Correios. Agora, Marcolino convive com autoridades públicas; processos judiciais e aprendeu a conviver num ambiente de muita formalidade.

aqui eu digitalizo processos e hoje, no caso, entendo um pouco dos processos. Aprendi a tratar as pessoas com formalidade e cumprir prazos, as vezes pelo trabalho que é muito a gente não consegue cumprir o prazo e pedimos novo prazo porque senão puxam a orelha da gente. Eu gosto muito daqui eu me sinto parte do grupo, entendeu?

Com sua remuneração, Marcolino está reformando sua casa além de pagar dívidas atrasadas e graças a este trabalho sente-se “seguindo em frente”. A função de digitalizar processos é nova, mas ele está desempenhando seu trabalho com facilidade por conta de sua experiência nos Correios.

A autoestima que estava baixa volta a subir, porém, já sabedor que seu contrato é apenas de 2 anos – no momento da entrevista em fevereiro de 2018, Marcolino já contava com dois meses de trabalho – Marcolino já pensa no que fará após sua saída: pretende alugar um imóvel para seguir com seu negócio de venda de óculos.

eu gostei muito de trabalhar com vendas. Meu cunhado dizia que eu tinha jeito para coisa, mas eu não acreditava. Eu já estou vendo uma visão, vamos dizer assim, uma visão visionária no caso, eu já estou pensando em fazer um projeto que estou idealizando, no caso, esse ano ou outro ano que já está previsto terminar o contrato e pegar esse dinheiro para mim e investir nisso que eu estou pensando que são os óculos, no caso, pretendo viajar. Viajar, pegar mais barato,

né! Pode chegar a ser assim, porque os amigos que eu conheço que trabalham nesse ramo, começaram como eu comecei e hoje em dia, hoje em dia, eles têm óticas, o objetivo é esse aí, vou alugar um ponto e montar minha ótica.

Neste período de trabalho, Marcolino ostenta com orgulho sua identificação do Tribunal, e conta com orgulhoso apoio da mãe e sente-se realizado por isto: “hoje minha mãe diz para todo mundo que eu trabalho no Tribunal”. Apesar de já com mais de 30 anos de idade, nota-se que Marcolino ainda busca alcançar o orgulho de sua mãe e não pretende mais regressar ao caminho que trilhou apesar dos problemas que a vida ainda traz.

eu sou bem sincero e convicto naquilo que eu vou falar para o senhor, eu em nenhum momento pensei em fazer nada de errado e mexer em nada de ninguém. Fico tranquilo, cartão meio vencido, atrasado, umas coisas aí, telefone cortado. Hoje tudo se ajeitou e em nenhum momento pensei em fazer nada de errado.

Atender ao chamado do Tribunal de Justiça do Estado do Pará foi uma saída para uma difícil situação financeira e também serviu para mantê-lo ocupado com uma boa remuneração. Porém, Marcolino é consciente de que as funções que exerce no Tribunal de Justiça não contribuirá diretamente para o exercício de sua futura profissão.

aqui é bom, me aliviou muito porque eu estava desempregado, mas sei que daqui só levarei boas amizades e uma bagagem para minha vida porque o que quero mesmo é montar meu negócio de óculos, entendeu? Vou pegar o dinheiro que vou receber aqui e investir tudo, vai dar certo!

5.7. Retrato Sociológico – Josélio Santos da Silva: “onde eu morava a possibilidade de voltar para o crime era muito grande e eu não me via mais naquela situação, eu não estava disposto a voltar para o mesmo sofrimento”

Josélio nasceu na cidade de Belém no Estado do Pará no dia 02/06/1987. Filho mais velho, Josélio possui duas outras irmãs com quem conviveu diariamente durante sua infância e adolescência no bairro da Terra Firme, na cidade Belém.

A relação de seus pais era muito conflituosa. A mãe era viciada em drogas e envolvida com outras práticas que provocavam grandes brigas com o pai. Por várias ocasiões, Josélio e suas irmãs foram abandonados pela mãe que saía de casa para consumir drogas e, numa determinada ocasião depois de tantas idas e retornos, Josélio e suas irmãs foram internados num abrigo municipal para crianças e adolescentes pela mãe.

Por conta das constantes situações de abandono, a guarda de Josélio e de suas irmãs foi concedida definitivamente ao pai. Josélio desde então não teve mais contatos com sua mãe e passou a ser sustentado pelo pai que, sem opções na vida, passou a vender drogas para conseguir prover o sustento do lar.

Ainda criança Josélio passou a trabalhar informalmente na feira do bairro onde morava, até que, já na adolescência, passou a usar drogas e vender. Josélio teve na vida somente um trabalho formal e o aceitou para ajudar a irmã mais nova que, por conta de uma gravidez precoce, foi expulsa do lar pelo seu genitor. Apesar de todos os problemas que enfrentou durante sua infância e adolescência, Josélio conseguiu concluir o Ensino Fundamental e Médio em escola pública.

Em 2014, Josélio foi preso por roubo e condenado por esta prática onde passou a cumprir pena no presídio de Mocajuba. Durante a execução de sua pena, Josélio trabalhou somente no processo de evangelização dos demais reclusos, porém, por não ser uma atividade oficial, nunca gozou de nenhum benefício para ver sua pena remida.

Ao ser transferido para o regime aberto conseguiu colocação no programa “Começar de Novo” a partir de suas visitas periódicas ao Fórum da Comarca de Belém onde, em conversa informal com uma servidora, descobriu o programa e solicitou uma inclusão.

Com um contrato de dois anos, Josélio espera que este seja renovado, mas sem muitas esperanças. Próximo ao término do contrato, Josélio não crê que conseguirá colocação em empresas por conta de sua folha de antecedentes criminais e do preconceito que existe em relação às pessoas que passaram pela instituição penitenciária.

Após sua saída do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, enquanto não consegue colocação formal no mercado de trabalho, mas em perder as esperanças, Josélio vende peixe na feira do bairro da Terra Firme e ajuda uma pequena igreja evangélica na conscientização pelo não uso de drogas.

Josélio é natural do Estado do Pará e da Cidade de Belém. Nasceu no dia 02/06/1987, com 30 anos de idade no momento da entrevista, fruto de uma união estável muito conturbada entre seu pai e sua mãe. Do relacionamento de seus pais, mais duas meninas nasceram, sendo Josélio o filho mais velho.

A infância de Josélio decorreu num dos bairros mais perigosos da Cidade de Belém. Conviver com a violência nunca foi algo estranho já que Josélio nasceu e

desenvolveu-se na mesma rua do bairro da Terra Firme e, para além de uma infância regular, muito cedo conviveu com uso e o tráfico de drogas e também com outras formas de violência.

A relação de seus pais era muito conflituosa devido ao uso constante de drogas. Na verdade, Josélio faz questão de enfatizar que sua mãe era “envolvida com drogas, mas envolvida muito mesmo” além de, também, ser “alcoólatra, ela era envolvida com drogas, álcool e prostituição”. A mãe de Josélio passou toda sua infância e adolescência ausente.

Na verdade, ambos pais usavam drogas, porém, o pai de Josélio, a princípio, usava pequenas quantidades, mas a mãe era o oposto disto. O uso de drogas e álcool era tão intenso que por inúmeras ocasiões a mãe abandonava os filhos e o companheiro e reaparecia depois de muito tempo: “ela passava um mês em casa e dois anos na rua”.

O vício pela droga fez com que, numa das ocasiões de abandono, Josélio e suas duas irmãs fossem entregues a um abrigo público pela própria mãe. Nesta ocasião, Josélio tinha apenas 7 anos de idade e suas irmãs 5 e 4 anos de idade e ficaram por dias no abrigo público sem precisar exatamente quanto tempo.

Ela, certo dia, eu lembro como se fosse hoje, o meu pai saiu para trabalhar num determinado local, e ela pegou nós três, eu com sete, a minha outra com cinco e a outra com 4, e nós fomos internados num local que na época chamava Fibesp, a gente passou uns dias ali e a gente tinha uma tia que tinha um certo poder financeiro e meu pai acionou ela e ela conseguiu tirar a gente de lá. Eu lembro que era um local chamado Fibesp. Hoje eu não lembro onde era mais, muito pequeno eu era.

As constantes ausências da mãe do lar fizeram com que intensas discussões entre os pais de Josélio tomassem vez. Josélio também presenciou violências físicas do seu pai contra sua mãe, tudo por conta do vício incontrolável. Então, processos judiciais foram inevitáveis e por fim a guarda definitiva foi entregue definitivamente ao pai: “Ela nem estava no fórum, a mamãe nem estava presente, pelo fato dela estar ausente e ter sido a pessoa que internou a gente, ela perdeu a guarda”.

Até os seus sete anos de idade, o único sustento do lar vinha por conta da atuação profissional do pai da família que era teólogo; porém, recorda que após a guarda ser definida pelo Judiciário, logo veio o desemprego e as dificuldades financeiras. Josélio faz questão de ressaltar que vivia “abaixo da linha da pobreza” num bairro sem nenhuma presença do Estado.

As dificuldades começaram a surgir para esta família. Sem a presença da mãe e sem o auxílio presente de qualquer outra pessoa, o pai de Josélio transformou o vício na única forma de ganhar de dinheiro; ou seja, passa a vender drogas para conseguir sustentar a família: “Ele tinha o vício e depois que a situação apertou começou a venda”.

A atuação neste mundo fez com que os filhos praticamente ficassem deixados à própria sorte. Aliás, o sentimento de abandono é algo constante na vida de Josélio. O primeiro abandono efetivo, ainda que não se recorde o momento, deu-se quando bebê, quase recém-nascido, e sua mãe fugiu para lugar incerto deixando-o aos cuidados de uma vizinha que o amamentava. Esta senhora também tinha um bebê e amamentou também as outras irmãs de Josélio.

Ah tinham pessoas, mulheres conhecidas que moravam próximo que faziam isso, inclusive quando a nossa mãe abandonou a gente, mais pequeno, quando a gente era menor. É, ela também fez isso e uma moça próximo de casa cedia o peito para a gente mamar.

Sem mãe e com um pai cada vez mais ausente, a vida de Josélio e de suas irmãs deu-se em grande parte na rua; inclusive, a alimentação era provida por uma vizinha. Esta situação de abandono fez com que Josélio naturalizasse muita coisa, como por exemplo, a forma que seu pai ganhava dinheiro: “para mim tudo o que via era normal, via o trabalho do meu pai como uma profissão”.

As tremendas discussões entre os pais por causa das drogas e as agressões físicas por parte do pai de Josélio culminaram na saída definitiva da mãe do lar que foi morar com outra pessoa: “Eles brigavam muito, a mamãe tem sequelas hoje graves daquele tempo que ele agredia muito ela. Sempre ela abandonava a gente, ela se drogava e algum tempo depois voltava, isso aí foram várias vezes, até que ela foi de vez”.

Para ajudar no sustento da casa, Josélio passa a trabalhar com apenas nove anos de idade. Fazia entregas a mando dos feirantes do bairro; vendia produtos e tudo que conseguia obter com este trabalho era única e exclusivamente destinado à compra de alimentação para casa. Josélio ganhava entre 10 reais e 20 reais por dia: “Eu fazia frete na feira, eu vendia roupas, na praça da Terra Firme, roupas usadas. Fazia pipa para vender e ganhava uns dez ou vinte reais. Tudo para comprar alimentação para casa”.

Neste momento de sua vida, Josélio já estudava. O início da vida estudantil deu-se tardiamente, aos 7 anos, quando seu pai decidiu que, apesar de todos os problemas que viviam, já era hora de matricular seus filhos numa escola pública próximo a casa.

Então, pela manhã, Josélio estudava e pela tarde realizava suas atividades junto à feira do bairro, tudo com o consentimento de seu pai.

Toda a infância de Josélio e suas irmãs “foi na rua”, devido à ausência completa de sua mãe e à pouca presença do pai. Porém, quanto aos estudos, o pai estava sempre presente. Josélio conseguiu completar o ensino fundamental sem reprovação, porque contava muito com a ajuda de seu pai: “o meu pai havia momentos em que ele tinha os erros dele, mas, na parte de ensinar assim ele deu um bom exemplo”.

Os exemplos não consistiam somente em ensinar, mas também em aconselhar para que o caminho não seja igual ao do pai. Apesar de todos os erros do pai, “ele sempre sonhou com um futuro bom para mim e minhas irmãs e, para isto, tínhamos que estudar”.

Até os 13 anos de idade, Josélio trabalhava e estudava para ajudar na manutenção de suas irmãs e foi aproximadamente nesta faixa etária que experimentou o seu primeiro cigarro por conta de suas amizades de rua.

Aí foi quando eu comecei a me envolver com coisas erradas. Primeiro eu experimentei o cigarro; depois a maconha e depois drogas mais fortes. Daí foi para pior! Primeiramente foi influência dos amigos da rua e foi por isso que deixei de trabalhar e também porque eu não me vi mais responsável pela família. Aquela responsabilidade que estavam sobre os meus ombros não era minha.

Não se vendo mais responsável por suas irmãs, Josélio mergulha no mundo das drogas, sem que seu pai saiba, e passa a vendê-las para conseguir dinheiro. Várias foram as situações difíceis que enfrentou com a polícia; porém, esta nunca conseguiu efetivamente prendê-lo: “Várias vezes a polícia foi atrás de mim, mas num cheguei a ser aprisionado quando menor, sempre dava um jeito de fugir deles”. Muitas vezes quando a polícia buscava a Josélio, este não voltava para casa e foi, então, que o pai começou a desconfiar de suas atitudes.

A princípio não soube. A princípio ele não soube. Só depois começou a ficar muito visível ele soube porque a polícia ia me buscar! A primeira coisa, eu levei logo uma pisa, né! Apanhei, aí ele me ensinou, me fez lembrar do que ele tinha feito por mim, me fez lembrar que eu demonstrava ser um bom estudante, mas isso não adiantou muito, eu já estava muito envolvido.

Apesar de seu envolvimento com as drogas, Josélio consegue terminar o ensino médio, no ano de 2005, por conta da insistência do pai. Neste período, seu pai já não vendia drogas – Josélio não sabe dizer quando exatamente seu pai deixou esta atividade ilícita – porque já trabalhava como professor de teologia: “Sim, na parte de teologia, e

parou de vender e ele alcançou outro grau, dava aula, se não me engano, em faculdade e sempre falava que o estudo era a única forma de sair das drogas”.

Até concluir o ensino médio, o uso e a venda de drogas foram intensos. Aos 18 anos, Josélio volta ao mercado da Terra Firme para trabalhar como feirante na venda de peixe – sem deixar as drogas – e venda de sacolas plásticas. Por esta atividade Josélio percebia a quantia aproximada de 50 reais por semana.

Foram dois anos de trabalho na feira e, ao mesmo tempo, fazendo uso e venda de drogas. Em 2007, Josélio decide deixar sua atividade na feira porque era mais “fácil ganhar dinheiro vendendo do que trabalhando” e apesar de todo o esforço do pai em conseguir trabalho, Josélio não se via atraído por nenhuma função que seu pai propunha: “Meu pai tratava de conseguir trabalho para mim, mas eu ia fazer as contas e o dinheiro era pouco então eu nunca aceitava”.

Então, no ano de 2008, Josélio decide aceitar um trabalho numa grande empresa de Belém – tudo por conta do esforço de seu pai – como encadernador de jornais. Este foi o primeiro trabalho formal de Josélio, com uma remuneração mensal de um salário mínimo e sua jornada de trabalho era das 8hs até 12hs e das 14hs até as 18hs.

Esta nova função era “um pouco entediante, mas o dinheiro era bom” e afastou-o, a princípio, da venda de drogas. Até o ano de 2011, seu trabalho manteve-se intacto, ainda que seja aquilo que desejava fazer. Porém, o vício nas drogas aumentou e este foi motivo da decadência neste trabalho; mas, Josélio não atribui sua saída ao vício, mas sim a uma reestruturação na empresa.

Deixei de trabalhar. Me aprofundei um pouco mais no vício de novo. Ai foi quando eu comecei a cometer delitos mesmo, mas eu saí porque, sabe que eu não sei te dizer porque eu saí? Acho que porque entraram pessoas novas pra preencher as vagas e eu saí. Eu não lembro!

Apesar de informar que decidiu aceitar este trabalho por insistência do pai, Josélio viu-se na necessidade de trabalhar nesta função, porque sua irmã mais nova engravidou e foi expulsa da casa pelo seu pai. Assim, ao ser expulsa, Josélio sentiu-se na obrigação de não a deixar desamparada e, por esta razão, aceita o trabalho para pagar o aluguel de um modesto apartamento onde passou a viver com sua irmã. Ambos irmãos saem de casa neste momento.

Quando eu saí de casa? Foi exatamente quando eu fui para RBA, quando a minha irmã menor, caçula, engravidou e o meu pai não quis aceitar ela em casa. Eu saí para sustentar ela. Eu aluguei um local pequeno para morar com ela,

para não deixar desamparada e com o salário eu ajudava minha irmã. A prioridade era isso.

Mesmo após sua saída da empresa, Josélio continua a viver com sua irmã, até quando esta começa um relacionamento com uma pessoa e decide sair da casa, casando-se anos depois. As necessidades de Josélio acentuaram-se quando acabou o dinheiro do seguro desemprego e, sem opções laborais, começa a praticar roubos para sustentar seu vício e suas necessidades.

No ano de 2014, Josélio é preso em flagrante pela prática de roubo; mas esta não foi sua a primeira prisão. No ano de 2009, Josélio ficou preso pelo mesmo motivo por aproximadamente 35 dias, conseguindo sua liberdade em seguida por conta do arquivamento do processo criminal. Portanto, Josélio só possui um registro criminal.

Em 2014 eu fui preso, aliás, em 2009, eu trabalhava na RBA, fui preso em 2009, fiquei preso durante 35 dias mais ou menos, consegui minha liberdade provisória depois que eu saí, um ano depois fui para audiência e esse processo foi arquivado e continuei trabalhando. Hoje não consta nenhum registro dele.

A vida de Josélio até este momento foi de muito contato com a criminalidade, porém, não via outra opção para. Ao crescer, vendo as coisas com normalidade, o trabalho sempre foi uma segunda opção para conseguir levar a cabo seu sustento e nem a dimensão escolar foi capaz de dar a Josélio outro caminho.

eu passei 85% da minha vida na rua. Que saída eu tinha? Minha mãe me deixou, meu pai trabalhava vendia drogas, convivia com gente que roubava. Eu não tinha saída, na escola não fazia amigos porque meus amigos eram da rua, os professores só faziam o papel deles e pronto. Eu trabalhei sim, tive oportunidade, mas era mais fácil conseguir as coisas vendendo droga ou roubando.

Por esta prisão, Josélio foi sentenciado a 7 anos e seis meses em regime semiaberto. A prisão deu-se na cidade de Igarapé-Mirim, e o cumprimento da sentença no Presídio da cidade de Mocajuba, já que era única próxima do local do fato que tem casa penal e, em decorrência disto e da ausência de espaço adequado para pessoas cumprirem pena em regime semiaberto, Josélio fica um ano preso em regime fechado (regime não determinado pela sentença).

Ao entrar na instituição penitenciária, Josélio deparou-se com uma realidade nunca vista: “pensei que vivia abaixo da linha da pobreza, mas pior é a cadeia”. Sua cela era superlotada, não havia espaço nem para manter privacidade para fazer as básicas necessidades fisiológicas do ser humano. A presença de roedores era constante devido à alta humidade do ambiente e a ausência de limpeza.

eu passei a morar no lixo. Tinha rato, barata, tapurú (termo usado para referir-se às larvas) e tudo que não presta. Era um lixo, ninguém limpava porque não tinha espaço nem para ir ao banheiro porque todo mundo estava vendo, imagina limpar. Não dava para limpar porque era todo mundo por cima do outro, muito ruim mesmo.

Como o presídio era muito distante da cidade de Belém, Josélio jamais recebeu visita de sua família. Aliás, em todo tempo de reclusão, Josélio nunca recebeu nenhuma visita, porque nunca esteve próximo à cidade de Belém. Na verdade, uma irmã até tentou fazer-lhe uma visita; porém, por algum motivo que Josélio não sabe explicar, a administração penitenciária não permitiu a entrada: “Uma até tentou, uma vez, mas eu não sei o que que houve que não pôde entrar. Aí nesse tempo todo fiquei sem visita”.

Apesar de não receber visitas, Josélio não se sentia abandonado pela família porque sabia da dificuldade de deslocamento de uma cidade a outra, além do alto custo com transporte e hospedagem: “eu sabia que era difícil para eles chegarem até Mocajuba, é muito longe e caro. Eu sabia que eles pensavam em mim e que se pudessem me visitariam toda semana”.

Durante o ano que ficou irregularmente recluso no regime fechado, Josélio buscou informações sobre trabalho, porém, era sempre ignorado porque “vagabundo não quer trabalhar fora, mas quer trabalhar aqui”. Então, durante este tempo, Josélio tinha somente duas horas diárias de banho de sol e 22 horas de reclusão absoluta. Não houve nenhuma oportunidade de estudo ou trabalho, porque a administração daquela casa penal, segundo Josélio, não se importava em proporcionar qualquer atividade porque sabia que haveria automaticamente uma remissão de pena.

Na verdade, o que acontece, é que os presos notavam que a direção não se importava com isso porque a partir do momento que o preso trabalha na parte interna ele ganhava remissão, então eles não tinham interesse nisso, poucos presos trabalhavam, eu contei uns 4. A grande prova disso é que o Senhor sabe que a lei diz que todo detento que é melhor que ele cumpra próximo da família pela aquela questão de, aí eu fiz muitas cartas, eu escrevi muitas cartas de próprio punho para o juiz de lá da comarca de Mocajuba pedindo para ele me transferir e ele não fez isso. Após um ano insistindo, insistindo o juiz de outra Comarca se sensibilizou com a minha situação e me transferiu.

Após o desespero por esta situação bater à porta, Josélio, não vendo solução para seu problema, escreve cartas ao Juiz responsável pela Comarca de Mocajuba, explica sua situação e solicita sua transferência para uma casa penal mais próxima de sua família. Foram tantas cartas que já não sabe precisar quantas escreveu, mas lembra que

foram muitas; até que, por fim, outro Juiz, após um ano de reclusão deferiu a transferência tão desejada.

Ainda na cidade de Mocajuba, ao buscar alguma atividade interna para “ocupar a cabeça”, Josélio encontra o pastor Carlos que foi, neste ano de reclusão, como um familiar e amigo que sempre “estava me aconselhando”. Este pastor realizava trabalho religioso dentro do presídio sendo o tempo de culto evangélico um escape à reclusão. Foi através do pastor que a família de Josélio sempre estava informada de sua situação dentro da instituição penitenciária.

A princípio, as idas para os cultos dentro da instituição penitenciária serviram para ocupar o tempo com algo diferente; porém, com o tempo, Josélio realmente converte-se ao protestantismo evangélico e passa a auxiliar o Pastor em sua atividade uma vez na semana. Esta atividade, internamente, é vista com respeito aos olhos dos demais reclusos, ficando, aquele que trabalha na atividade religiosa, imune a muitas situações desagradáveis que ocorrem dentro da casa penal.

não tinha nada para fazer e uma vez por que quis fui num culto lá na prisão para sair daquela jaula. Eu conheci o Carlos que era o pastor que ajudava os presos e depois de um tempo caí lá de novo e algum tempo depois eu voltei outra vez. Então me colocaram lá, tipo assim para evangelizar, eu fazia parte das pessoas que pregavam lá na parte interna. Foi bom, foi muito bom, eu só não trabalhei porque era tudo voluntário, mas nessa parte aí, eu me reconciliei com Deus e deixei aquela vida errada. Desde então, nunca mais voltei a delinquir, né!

Esta atividade afastou Josélio das confusões e problemas que são típicos do choque entre reclusos e administração penitenciária.

Quando havia tipo assim uma briga generalizada ou outra coisa, até quem não estava no meio era um alvo, né! Então eu procurava sempre me esquivar e deixava bem claro que a minha intenção era sair dali e ter uma nova vida e não me prejudicar mais do que já estava, mas nós da pregação sempre fomos respeitados e nunca mexiam com a gente.

Foi a partir desta convivência com o pastor que surge a vontade de cursar Direito, porque Josélio queria entender o porquê das coisas funcionarem diferente da lei. Seu guia espiritual ajudava nos cálculos para progressão de regime, além de aconselhá-lo a seguir sempre uma vida totalmente distinta daquela que estava acostumado desde a infância: “eu sabia que o que meu pai fazia era errado. Eu cresci vendo aquilo e quando era criança não tinha vergonha de dizer que meu pai tinha aquela profissão. Foi o pastor que fez com que eu não voltasse dando sempre exemplos”.

Com experiência de anos evangelizando dentro da Instituição Penitenciária, o pastor sempre usava como exemplos a situação de outras pessoas que passaram pela reclusão antes de Josélio. Explicava como trabalhar era importante para que a pessoa se sinta realizada como ser humano e que possa extrair de seu suor o necessário para seu sustento além de, obviamente, incentivar a saída do mundo das drogas tão presente na vida de Josélio desde sua infância.

Durante o tempo que esteve em regime fechado, Josélio não usou mais drogas porque não havia como comprá-las. Dentro desta casa penal, o comércio de drogas ocorre, porém, sem o apoio da família e sem trabalho interno para conseguir dinheiro, não havia como comprá-las. Josélio não relata nenhum problema grave de saúde pelo não uso destas substâncias, mas afirma que constantemente tinha crises de ansiedade sem querer falar muito sobre o assunto.

O trabalho de Josélio na evangelização não contou como critério para remissão de sua pena por não ser uma atividade oficial e entende que não oportunizaram trabalho para ele justamente porque “para eles o preso é uma garantia de trabalho, quanto mais presos vão embora, só piora para eles. Quanto mais preso no regime fechado, é melhor para eles. Então não é questão de só progredir, muito pelo contrário, às vezes chegavam pessoas no semiaberto e jogavam no fechado”. Esta concepção é produto de sua própria observação, justamente porque entende que quanto menos pessoas reclusas, menos a administração da casa penal recebe verba do governo.

Ao ser transferido para o regime aberto, sem passar pelo semiaberto, por conta da irregularidade na sua reclusão, imediatamente, atendendo à determinação judicial, Josélio é também transferido de presídio. A partir deste momento, a vida de Josélio passará a desenrolar-se no Centro de Recuperação de Castanhal.

Apesar de mais próximo de Belém, na verdade mais próximo aproximadamente 60km, Josélio segue sem receber visitas por falta de condições financeiras da família. Sozinho, Josélio não pode estudar porque já havia concluído o ensino médio e muito menos trabalhar porque estava “só de passagem em Castanhal até que tivesse vaga para mim em Belém porque eu já estava no aberto”. Portanto, durante um pouco menos dos dois meses que esteve em Castanhal, Josélio teve oportunidade de somente realizar o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM já na tentativa de iniciar sua trajetória no ensino superior cursando Direito. Infelizmente, por conta na nota obtida, não conseguiu colocação em nenhuma Universidade.

Por volta do mês de junho de 2016, Josélio é finalmente liberado para cumprir sua pena em regime aberto, apesar de todos os atropelos legais cometidos pela administração penitenciária e passa, então, a assinar uma frequência semanal no Fórum da Comarca de Belém (exigência da lei de execução penal). Na sua segunda ida mensal ao Fórum, Josélio, questiona se existe algum programa de assistência a egressos, pois não conseguia nenhum trabalho por conta de seus antecedentes.

Josélio até tenta buscar algum trabalho, porém, não queria mais o ambiente da informalidade e sabia que não conseguiria formalmente nada porque toda empresa solicita certidão de antecedentes criminais para contratação. Não querendo mais esta vida, a servidora pública, que Josélio denomina somente por Silvia, informou-lhe sobre o programa e, posteriormente, conseguiu incluí-lo numa seleção para o programa “Começar de Novo”, a partir de uma carta escrita por Josélio ao setor de assistência social do Fórum de Belém. Josélio entendia que sem trabalho e morando no mesmo bairro que cresceu, a probabilidade de retornar ao crime era muito grande e sempre se recordava das lições do pastor quando ainda estava na penitenciária de Mocajuba.

Pois é, isso aqui é um projeto “Começar de Novo”, né? Visa a ressocialização de presos no regime aberto e semiaberto, né? Vim para cá porque eu comecei a ir no Fórum, falei com a dona Silvia, que hoje é aposentada. Eu ia assinar e sempre aproveitava a oportunidade para falar que eu queria trabalhar. Inclusive, quando eu fui pedir o trabalho, eu fui lá, assim, decido ou tudo ou nada. Eu escrevi uma carta dizendo que eu não aguentava mais e que no meio onde eu morava a possibilidade de voltar para o crime era muito grande e eu não me via mais naquela situação, eu não estava disposto a voltar para o mesmo sofrimento, eu não ia aguentar. Lembrava dos conselhos do pastor e resisti qualquer pensamento de voltar ao crime. Ainda tinha o meu pai que esse ano todo que eu passei preso envelheceu, eu morei toda a minha vida com meu pai e nunca tinha notado ele envelhecer tanto em tão pouco tempo, ele envelheceu muito! Então, a prisão trouxe muito sofrimento para ele, eu não queria que esse sofrimento se repetisse. Então, eu insisti para que eles me dessem um trabalho, eu falei que a minha situação não era melhor que a de ninguém, mas era urgente e eu precisava de uma atenção especial, isso foi na quinta feira. Na sexta feira, eles se reuniram, leram a carta que eu escrevi, na segunda já me ligaram para vir trabalhar, pra me apresentar!

Para Josélio este foi o verdadeiro recomeço! Após sua apresentação, Josélio fez um treinamento de uma semana, chorou muito quando informaram que ele havia sido selecionado e deveria começar a trabalhar imediatamente. A princípio não sabia exatamente no que consistia o trabalho e quanto ganharia, pensava que a remuneração não alcançaria um salário mínimo, mas necessitava trabalhar para o próprio sustento e

para realizar seu sonho de cursar Direito. O projeto foi a verdadeira esperança de um recomeçar.

O novo ambiente foi estranho a princípio, já que nunca havia trabalhado num ambiente de escritório. Conheceu novas pessoas e aprendeu ainda mais sobre a tramitação de processos judiciais, o que só fortaleceu sua antiga vontade em tornar-se advogado.

Ao receber o primeiro salário, Josélio pensou haver algo errado porque não entendia que o porquê de o valor superar o salário mínimo vigente. Sentiu-se valorizado e pôde começar a ajudar sua família (pai e irmãs), comprar coisas para si e viver um futuro longe da prática delituosa.

Trabalhar no Tribunal de Justiça é como trabalhar em sua segunda casa. Josélio não consegue imaginar o que ocorrerá após o término de seu contrato (dois anos de duração), já que nas “empresas privadas tem toda aquela restrição de que já passou por um cárcere, sendo mal visto, né? Este projeto era minha esperança”. Espera sinceramente – mas sabe que não será possível – “que Deus toque no coração e ele seja renovado”.

A atividade que Josélio desenvolve possui uma jornada fixa de 40 horas semanais e 8 horas diárias. Para a função de auxiliar administrativo recebe uma quantia aproximada de R\$1.200,00 (mil e duzentos reais) e nenhum percentual é dividido com a Superintendência do Sistema Penal do Estado do Pará. Diariamente Josélio recebe diversos processos cíveis e criminais oriundos de diversas comarcas do Estado do Pará para digitalização, sendo muito cuidadoso com os prazos que deve cumprir.

Com este novo ambiente, Josélio aprendeu, principalmente, a tratar as pessoas com respeito e educação. Acostumado com um ambiente de desrespeito, principalmente por conta da reclusão, Josélio refere-se sempre às pessoas como Senhor ou Senhora: “eu aprendi a tratar as pessoas bem porque eu acostumado com a ignorância. Hoje eu digo bom dia, Senhor e não espero que respondam, eu já me sinto bem com isso”.

Especificamente a função de digitalizador de processos ou funcionário administrativos não são funções que permitam o exercício de uma profissão posteriormente. Josélio entende que isto é uma oportunidade para saldar o seu débito com a justiça criminal, além de ocupá-lo para que não volte a delinquir.

Eu me sinto realizado aqui por causa do ambiente porque é um exemplo. Eu também dou meu exemplo que eu estou dando para os outros que um dia eu já estive pendente com a justiça e hoje eu trabalho, tenho uma profissão entre

aspas, dentro de um órgão ligado ao Judiciário, serve de exemplo. Aqui as pessoas não me julgam, talvez sim, no seu íntimo sim eu acho, mas nunca manifestaram esse julgamento, né!

Este entendimento é fruto justamente da concepção de que emprego em empresa privada, ainda registrando antecedentes, é impossível. Com o cumprimento de pena previsto para finalizar no ano de 2021, Josélio não sabe o que acontecerá quando o contrato for finalizado. Pretende distribuir currículos pela cidade e, enquanto isto, trabalhar na feira do bairro onde mora, realizando trabalhos aleatórios.

Quando terminar aqui vou distribuir currículo, mas isso é chover no molhado. Se eu conseguir alguma coisa, que bom, enquanto isto, vou para feira ver o que dá para fazer e confiar em Deus que tudo vai dar certo. Agora, fazer coisa errada eu não vou, nem penso nisso até porque pretendo me casar com minha namorada e ela me dá muito apoio.

Dois meses após o encerramento do contrato, Josélio decidiu frequentar assiduamente igrejas evangélicas. Hoje ajuda uma pequena igreja, no bairro da Terra Firme, atuando especificamente no aconselhamento juvenil pelo não uso de drogas. Ainda sem qualquer trabalho formal, apesar de já haver distribuído currículos em diversas empresas, ainda não foi chamado para nenhuma entrevista, mas guarda esperanças.

Sem trabalho formal e vivendo com seu pai novamente, Josélio exerce atividade de feirante, vendendo peixe no mercado municipal da Terra Firme. Desperta às 3 horas da manhã aproximadamente, todos os dias, e sai para comprar peixe no maior mercado de Belém, o Ver-o-Peso, para revender no mercado da Terra Firme. Josélio trabalha até às 6 horas da tarde e recebe uma quantia de R\$120 a R\$140 diários. Este valor serve para ajudar na manutenção do lar e ajudar seu pai, já bem idoso.

Embora sua condenação ainda esteja em execução, Josélio já vive “uma vida de liberdade porque é melhor estar aqui com meu trabalhinho do que estar lá dentro sem ver o sol nascer”. Apesar de ainda não conseguir dinheiro suficiente para realizar seu sonho, Josélio segue estudando por conta própria e tentará, sempre que tiver a oportunidade, ingressar no curso de Direito, através de processo seletivo, preferencialmente, em Universidade Pública: “Sigo estudando lá em casa com ajuda do meu pai. Eu fiz a prova do ENEM, mas não consegui a pontuação, então sigo estudando para entrar na Federal. Uma hora vou conseguir entrar no curso”.

5.8. Retrato Sociológico – Catarina del Olmo Bernardes: “Eu gosto muito de estar aqui porque é uma oportunidade grande, (...) a fila de espera é grande porque quem é que vai querer ir para rua, no sol, limpar esgoto nos outros projetos?”

Catarina nasceu na cidade de Belém em 14.03.1989 e viveu toda sua infância e adolescência no bairro do Benguí, na Região Metropolitana de Belém. Filha única, sua mãe trabalhava numa Escola Pública no mesmo bairro e todas residiam junto com os avós maternos.

O pai de Catarina não contribuía para seu sustento. Aliás, embora soubesse quem era seu pai, o contato entre pai e filha nunca existiu. Catarina reconhece e vê como verdadeiro pai o seu avô que com a função de taxista ajudava financeiramente na educação de sua neta.

O afeto recebido pelos seus avós, principalmente sua avó, motivava Catarina nos estudos. Catarina cursou o ensino fundamental inteiro numa escola pública e, por ser considerada uma aluna aplicada, seus avós a presentearam ao pagar uma escola particular – no mesmo bairro – para que pudesse cursar o ensino fundamental.

De família humilde, porém, trabalhadora, Catarina aprendeu o certo e o errado desde pequena. Entendia a função de sua mãe – motivo pelo qual estava um pouco ausente – via o esforço de seu avô e, algumas vezes, ajudava sua avó em viagens para vender roupas.

Aos 15 anos de idade Catarina conhece o pai de seus filhos e decide, por amor, sair de casa para viver sua própria vida já que sua família não aceitava a relação. Seus avós entendiam que era momento de estudar e não de namorar, porém, reconhecendo hoje sua imaturidade, saiu de casa.

Seu companheiro contava à época com 26 anos de idade e não tinha trabalho fixo, porém sustentava o lar. Aos 17 anos ficou grávida do primeiro filho e aos 18 anos do segundo filho. O nascimento do primeiro filho reaproximou Catarina de sua família e, durante estes problemas com seu relacionamento e o nascimento de seus filhos, Catarina viu-se forçada a parar com os estudos.

Aos poucos Catarina deu-se conta de como seu companheiro conseguia dinheiro. Sem se importar com a origem ilícita, Catarina pouco a pouco viu-se mais envolvida no tráfico de drogas. Com somente 19 anos de idade foi presa em flagrante e sentenciada a 13 anos e 4 meses de reclusão em regime inicialmente fechado.

Na instituição penitenciária buscou atividades para remir sua pena. Estudou e trabalhou na limpeza dos blocos prisionais para remir mais sua pena. Em situação de reclusão concluiu o ensino médio e sua relação amorosa não resistiu ao tempo.

Quando evoluiu para regime semiaberto conseguiu, através de um convênio, trabalho como atendente numa loja de informática de Belém. Neste mesmo tempo, conseguiu aprovação para cursar o ensino superior com o apoio financeiro da família. Durante o tempo que se encontrava livre, geralmente pela noite, Catarina deveria recolher-se à prisão.

Em 2014 conheceu o programa “Começar de Novo” e imediatamente conseguiu colocação devido à necessidade do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Hoje, com seu contrato chegando ao fim, pretende conseguir colocação profissional em qualquer coisa para ser motivo de orgulho para os seus filhos.

Catarina nasceu na cidade de Belém, no dia 14.03.1989, e tem 28 anos de idade. Viveu toda sua infância e adolescência no Benguí, um dos bairros mais pobres e violentos da Região Metropolitana de Belém. Filha única, viveu sempre em companhia de sua mãe e seus avós. Na verdade, por conta do trabalho de sua mãe, considera seus verdadeiros pais seus avós, pessoas que sempre estiveram presentes em todos os momentos de sua vida.

A mãe de Catarina trabalha na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Luiza, localizada no mesmo bairro de residência – o bairro do Benguí – e com a remuneração de suas atividades de “merendeira” (pessoa que faz ou auxilia na preparação e serve as alimentações em escolas públicas) sustentava o lar com a ajuda financeira de seus pais (avós de Catarina).

Por sua vez, o avô de Catarina – a quem Catarina refere-se como pai – era motorista de táxi e sua avó, além de cuidar do lar, vendia roupas e cobertores para camas. Com todas as rendas somadas, Catarina afirma que viveu com conforto, embora as condições do bairro não refletissem esta realidade. Nunca faltou comida e itens de necessidades básicas.

Catarina não teve nenhum contato com seu pai biológico. Na verdade, Catarina é fruto de um namoro e, quando de sua concepção, seu pai abandonou a mãe que assumiu toda a responsabilidade pela criação da bebê. Apesar de saber quem é seu pai, até à data

de hoje Catarina não teve nenhuma espécie de convivência ou contato com ele, entretanto já falecido.

Nasci em Belém, no bairro do Benguí. Quando cheguei neste bairro tinha uns 4 anos, ali passei minha infância e adolescência. Meus pais somente tinham o ensino médio. Minha mãe trabalhava numa escola servindo merenda e meu pai era motorista de táxi. Meu pai não, meu avô que foi quem me criou. Eu nunca tive contato com meu pai quando pequena e até hoje não tenho porque soube que ele morreu. Vivia na casa dos meus avós, e eles ajudaram a me criar.

O núcleo familiar de Catarina, composto por sua mãe e seus avós, apesar de serem pessoas dedicadas ao trabalho, não eram altamente instruídas. Todos estudaram somente até o ensino médio e com este nível de estudo conseguiram manter a família e posteriormente os filhos de Catarina, por conta da prisão. Apesar do nível de instrução, Catarina sempre teve apoio em relação aos estudos principalmente de sua avó, pessoa com quem mais conviveu e guarda especial carinho.

Catarina estudava na mesma escola pública onde sua mãe trabalhava e quase sempre sua avó materna a levava à escola pois sua mãe já se encontrava em plena jornada de trabalho. Sua avó não somente dava-se ao trabalho de acompanhá-la à escola e recolhê-la no momento da saída, foi esta senhora que ensinou os primeiros desenhos das letras do alfabeto.

Eu estudei na escola de ensino fundamental Maria Luiza, no próprio bairro do Benguí. Era a escola que minha mãe trabalhava. Eu era uma aluna aplicada, meus avós eram as pessoas que mais incentivavam. Minha avó sempre dizia que nenhum dos filhos dela era formado então ela tinha um sonho de ver alguém da família dela formado, por isso ela me incentivava muito, pegava na minha mão e me ensinava a escrever as letras e depois me ensinava a ler.

Considerada uma aluna aplicada, durante o ensino fundamental Catarina não encontrou nenhum problema em relação à assiduidade e notas atribuídas pelos professores. Sem repetir nenhum ano, como prêmio de seus avós, Catarina passa a estudar numa escola particular de ensino médio, aos 14 anos, ainda no bairro em que vivia. Os conselhos de sua avó eram que, a partir deste momento, os estudos deveriam ser mais intensos para que fosse possível o ingresso numa instituição universitária.

O primeiro ano transcorreu normalmente em relação à assiduidade e notas. Porém, aos 15 anos de idade, conhece o pai de seus filhos, pessoa a quem atribui “tudo de ruim que aconteceu na minha vida”. com exceção de seus filhos. A diferença de idade era considerável: ele tinha 26 anos e ela 15 anos de idade. A intensidade dos

sentimentos desorientou-a, e pela primeira vez a assiduidade não era a mesma e por conta disto veio a primeira reprovação.

O relacionamento, quando anunciado, tornou-se motivo de conflito com sua família. Os conflitos viraram parte do cotidiano, até que, numa inesperada decisão para sua família, Catarina decide sair de casa para viver com seu namorado numa casa alugada. O relacionamento, a princípio, era muito bom. Era na verdade uma experiência totalmente nova, sem a vigilância dos pais, e Catarina sentia-se livre para fazer o que bem entendia.

Durante este tempo de convivência num novo lar, seu companheiro sustentava em todas suas necessidades; porém, logo Catarina descobre que o dinheiro que entrava no lar era produto do tráfico de drogas. Sem se importar com a atividade de seu companheiro, Catarina continua a viver normalmente sua vida e aos poucos começa a envolver-se na atividade delituosa de seu companheiro sem se importar com as possíveis consequências: “Eu era uma garota, não entendia nada. Quando eu soube de onde vinha o dinheiro, eu me deixei levar e fiquei com ele nisso, eu fiz por amor, mas não era amor não, era besteira e isto destruiu minha vida”.

Sem querer falar muito sobre o desenrolar desta atividade, rapidamente a entrevista salta para o nascimento do seu primeiro filho, aos 17 anos de idade. Com este primeiro nascimento, a interrupção dos estudos mostrou-se necessária, pois cuidar da criança era sua prioridade e, conseqüentemente, Catarina afasta-se das atividades ilícitas com seu companheiro. O nascimento de seu primeiro filho reaproxima Catarina de sua família que, até então, estava afastada, por não concordar com o relacionamento.

Quando nasceu o primeiro filho que hoje tem 11 anos, minha família se aproximou de mim. Apesar de tudo, eu precisava da ajuda da minha avó então eu voltei a conviver com eles. Não era que eu não convivia, eles estavam afastados mas eu convivia com eles bem pouco.

O cuidado com o primeiro filho despertou um amor nunca sentido na vida e, em seguida, menos de um ano do nascimento, Catarina engravida, aos 18 anos de idade, de seu segundo filho, que hoje tem 10 anos de idade. Com duas crianças, a vida era totalmente dedicada à criação com a ajuda de sua família, e por sua vez, seu companheiro nunca deixou de apoiá-la financeiramente: “eu sabia de onde vinha o dinheiro, mas eu me preocupava mais com meus filhos”.

Com as crianças um pouco mais crescidas, Catarina decide retomar os estudos, aos 19 anos de idade, na expectativa de concluir o ensino médio. Durante o tempo de

estudo, os filhos ficavam em companhia da avó e dos bisavôs e este tempo livre fez com que Catarina retornasse ao tráfico até que, com esta mesma idade, é presa em flagrante por tráfico interestadual de drogas, embora afirme que o tráfico era local.

Presa em flagrante, Catarina foi imediatamente encaminhada ao Centro de Recuperação Feminino de Ananindeua na Região Metropolitana de Belém. No total, Catarina ficou reclusa no regime fechado por 4 anos de um total de pena que chegou a 13 anos e 4 meses de reclusão e, como estava matriculada quando ingressou, pôde continuar seus estudos dentro da instituição penitenciária.

Durante os dois primeiros anos de reclusão, Catarina somente estudou. Na verdade, por conta da mistura de sentimentos por ver-se numa situação de reclusão, Catarina decidiu estudar desde o ensino fundamental na modalidade intensiva para que não ficasse sem fazer nada. Ciente da probabilidade de uma sentença condenatória, buscou realizar alguma coisa que remisse sua pena. Seu objetivo era claro: sair da instituição penitenciária o mais rápido possível.

Quando eu cheguei busquei alguma forma de diminuir meu tempo ali, primeiro queria concluir meu ensino médio e depois trabalhar porque já pensante tu dentro do cárcere sem fazer nada? Vem estresse, vem ansiedade, vem tudo junto então eu procurei exercer alguma coisa para ocupar minha mente. O que foi que eu fiz: eu já imaginava que viria uma sentença então eu voltei a estudar desde o fundamental, a quarta etapa, para remir mais pena. Voltei desde o fundamental, fiz sétima e oitava, fiz o ensino médio e remi pena todo este tempo.

Ficar reclusa foi a “pior experiência da minha vida”. Uma mistura estranha de sentimentos tomou conta de Catarina e, diante da situação, o desejo por recuperar sua liberdade o mais rápido possível direcionou suas atitudes. Foram dois anos vivendo uma situação de reclusão absoluta. Saía somente para receber aulas em horários que não eram pré-determinados, pois às vezes havia aula pela manhã, outras pela tarde – tudo dentro da instituição – o restante do dia, com exceção do banho de sol diário (uma hora por dia pela manhã), era de total reclusão.

Por sorte, sua cela não era superlotada e imediatamente estabeleceu uma boa relação com suas companheiras de reclusão e as agentes penitenciárias. Seu comportamento definiu o local que habitaria e assim manteve-se longe do bloco penitenciário considerado problema. Apesar da higiene ser precária e a alimentação insuficiente (tanto em quantidade quanto em qualidade), a família enviava semanalmente – geralmente durante a visita semanal – produtos e alimentos que amenizavam esta deficiência. Durante o tempo de reclusão, segundo a certidão

carcerária, Catarina nunca se envolveu em nenhuma espécie de confusão ou ato ilícito, possuindo comportamento definido como “excelente”.

Após quase dois anos sem trabalhar e reclusa em regime fechado “veio o que eu já temia, veio a sentença e eu fui transferida para o outro bloco. Na verdade, quando veio a sentença eu estava concluindo o ensino médio”. Mesmo advindo uma sentença condenatória e uma transferência, Catarina assim mesmo não teve problemas de relacionamento com suas novas companheiras de reclusão devido ao seu bom comportamento e, assim, ao concluir o ensino médio, buscou imediatamente trabalho junto à Administração Penitenciária para remir mais pena. Catarina sentia que não podia ficar sem fazer nada.

Depois que eu concluí eu fui atrás de trabalho para ocupar o tempo porque se você trabalha fica menos tempo dentro de uma cela, você sai. Se não trabalhar você fica o tempo todo trancada só sairia no tempo do seu sol, que é uma hora de sol e depois você iria se trancar de novo. Trabalhando não, você sai no tempo do seu trabalho...

Ao iniciar seu segundo ano de reclusão, no ano de 2010, Catarina foi convocada pela Administração para trabalhar. Sem saber o que faria, foi ao encontro da direção na intenção de aceitar o que viesse e assim passou a trabalhar nos serviços gerais da instituição. Seu trabalho consistia em limpar as áreas comuns dos blocos e dependências fora dos blocos de reclusão e para esta função receberia uma remuneração de aproximadamente R\$60,00 (sessenta reais) ao mês, sendo que 50% deste valor era retido pela Superintendência do Sistema Penal do Estado do Pará (SUSIPE).

Com seu salário líquido de aproximadamente R\$30,00 (trinta reais) ao mês, Catarina comprava itens de higiene pessoal e comida para evitar uma possível sobrecarga em sua avó e mãe, pessoas que religiosamente a visitavam aos fins de semana durante todo seu tempo de reclusão. Durante este tempo, os filhos de Catarina ficaram aos cuidados justamente de suas genitoras e o seu relacionamento com pai de seus filhos não resistiu ao tempo e ao estado de reclusão.

Eu limpava os locais lá para ganhar um dinheiro também porque não é fácil sua família, minha avó e minha mãe, ir todo final de semana levar mantimentos porque a comida lá não dá para quase nada. Eu tinha que conseguir dinheiro para me sustentar lá, comprar algumas coisas e não perturbava minha família por dinheiro para comprar um shampoo e essas coisas porque já ajudavam com meus filhos. Eu me sentia valorizada pelo que fazia porque era melhor 30 reais do que estar trancada. Eu limpava os blocos e as vezes mudava de bloco quando mandavam.

A jornada de trabalho atribuída era das 5 horas da manhã até às 4 horas da tarde. Após o trabalho, a reclusão era total. O trabalho exerceu uma função terapêutica para Catarina, para que “minha cabeça não pensasse besteira” e logo “fiquei mais menos tempo na cela por conta do trabalho e do estudo”. Isso levantou sua autoestima porque esta foi sua primeira experiência de trabalho remunerado: “eu me senti muito valorizada. O dinheiro era pouco, mas eu já prestava só para fazer coisa errada, eu era alguém, eu era uma pessoa que buscava ser melhor para mim e para meus filhos”.

Esta foi a primeira experiência laboral formal, em decorrência de sua situação penitenciária, embora na vida de Catarina, desde sua adolescência, ajudava sua avó na venda de roupas, quando viajavam juntas para o interior do Estado do Pará. Neste momento, Catarina tinha entre 13 e 14 anos e acompanhava sua avó para não a deixar só. No entanto, sua avó era muito consciente de que Catarina deveria estudar e não trabalhar: “eu acompanhava minha avó quando ia para o interior vender roupas e toalhas, mas ela não deixava eu fazer nada, só acompanhar porque eu tinha que ficar lendo”.

A maior incentivadora para os estudos sempre foi sua avó, até mesmo durante a reclusão. Em quase todas as conversas, durante as visitas, o tema dos estudos vinha à tona porque “minha avó antes de morrer queria ver alguém da família formado”, além “de ser um desejo meu também porque eu tinha filhos e queria ser exemplo para eles”.

Ainda impedida de prestar seleção para a educação superior, Catarina dedica o seu tempo ao trabalho para remir mais pena – “eu estudei e trabalhei tanto que nem sei quanto tempo de pena eu remi” – para então evoluir para o regime semiaberto, no início de 2011. Neste novo regime e com a possibilidade de trabalhar fora da instituição penitenciária e seguindo os passos de amiga de reclusão, Catarina busca a administração penitenciária em busca de uma oportunidade, e desta vez, uma oportunidade externa.

Os processos de seleção realizados pela administração penitenciária não são muito objetivos. Quando Catarina ganhou sua primeira oportunidade de trabalho, conseguiu facilmente porque um dos critérios adotados é a quantidade de pena atribuída na sentença e o crime cometido. Porém, tal regra pode ser alterada por conta do comportamento carcerário e da vontade da pessoa reclusa em trabalhar.

Na casa penal eles convocam muito por sentença. As pessoas que tem uma sentença maior eles convocam para trabalhar. Na época a minha era uma das mais maiores, mas depois vieram outras piores de que a minha. Eles vão pelo teu artigo, tua sentença e acabam te selecionando. Não fazem nenhuma entrevista

fazem mais para te ajudar na remissão, se você tiver 20 anos de sentença eles vão tentar te encaixar, você sabendo ou não você vai ter que aprender. É pelo tipo de pena e pelo comportamento por que eles não vão colocar ninguém rebelde.

Para conseguir um trabalho externo, Catarina dependia, além dos critérios anteriores, da existência de convênio que recebesse pessoas reclusas para trabalhar. Logo a administração penitenciária realizou um cadastro – pois Catarina reunia os requisitos – para que a Superintendência a encaminhasse para alguma empresa conveniada. Duas semanas depois, Catarina foi chamada à direção e informada de que havia uma oportunidade numa empresa de informática: a C2A.

Com esta novidade, imediatamente Catarina aceitou a vaga e no dia seguinte foi enviada diretamente à sede da empresa. A princípio não sabia o que iria fazer e quanto iria ganhar pelo trabalho, mas ao chegar foi informada de que ganharia um salário mínimo, para uma jornada de 44 horas semanais de trabalho na função de atendente.

Eu me apresentei e fizeram um cadastro porque a C2A tinha um cadastro com a SUSIPE e não com o programa, então, fiz o cadastro e no outro dia fui direto sem treinamento mesmo porque eles precisavam logo e lá me disseram que eu ia ganhar um salário mínimo e trabalhar como atendente.

Ao iniciar suas atividades, seus companheiros de trabalho não sabiam de sua situação e Catarina também não quis tratar deste assunto para evitar qualquer tipo de problema, pois havia um forte receio de ser discriminada, mesmo tentando superar seu passado com uma vida melhor.

As atividades transcorreram normalmente, Catarina iniciava sua jornada de trabalho às 8h da manhã e terminava as 18hs da tarde, com duas horas de intervalo para o almoço; aos sábados sua jornada terminava às 12hs da tarde. Todos os dias Catarina tomava o ônibus desde a penitenciária e regressava à noite para dormir.

Um mês passou da data de início para, então, receber seu primeiro salário e, neste momento veio a primeira decepção. Catarina recebeu somente R\$ 311 (trezentos e onze reais), porque a outra metade ficou a cargo da Superintendência do Sistema Penal. Esta frustração foi imediatamente superada em razão de sua situação, porque para Catarina era melhor produzir e trabalhar do que ficar reclusa ganhando pouco. Catarina aceitou a condição que aprendeu a ter na instituição penitenciária, pois enquanto perdurasse a sua condição penitenciária ela não seria tratada igual às demais pessoas trabalhadoras.

eu fiquei meio triste quando recebi meu primeiro salário porque recebi somente R\$311, a outra metade ficou para SUSIPE. Eu entendi bem, eu estava recebendo uma nova oportunidade e não tinha do que reclamar, era melhor do que ficar lá dentro trancada ou limpando o chão para ganhar bem menos.

Conformada com a situação e também com fato de não possuir alguns direitos sociais conferidos aos demais trabalhadores, Catarina segue sua jornada normalmente e decide, então, prestar seleção para cursar Serviço Social numa instituição universitária privada. A escolha do curso é produto de toda sua situação penitenciária. A princípio sonhava em ser médica, talvez seja “um sonho de toda criança”, mas foi definitivamente a situação de reclusão que determinou a escolha pelo curso.

eu decidi fazer serviço social porque eu queria ajudar as pessoas que estavam lá trancadas. Esse não era o curso do meu sonho, eu queria ser médica, mas acho que isto é um sonho de toda criança. Depois desta experiência nada melhor do que ajudar aquelas mulheres que estão lá muitas vezes sem ter com quem conversar.

Efetivamente Catarina consegue aprovação e, com ajuda de sua família, consegue pagar – com dificuldades – as mensalidades. Ao começar o curso, a esperança de novas oportunidades é renovada. Agora, Catarina trabalha pela manhã e cursa ensino superior pela noite. Então, ao final de sua jornada diária de atividades, regressa à instituição penitenciária.

Embora sua relação com os demais companheiros de trabalho fosse tranquila, a relação patronal não era a mesma em relação aos demais. Catarina apesar de ser contratada para função de atendente, fazia praticamente de tudo, menos realizar manutenção em computadores pois isto, para ela, era impossível. Além de atender, trabalhava na limpeza e às vezes carregava equipamentos de um lado para outro ou, até mesmo, arrumando o carro do cliente quando algum outro funcionário faltava. Os demais colegas trabalhavam somente na função para a qual foram contratados, por conta das fiscalizações dos auditores do trabalho.

lá pediam para eu fazer quase tudo e lembro de ter feito muita coisa, eu atendia, carregava equipamentos, levava os computadores até o carro dos clientes e as vezes eles pediam para eu ficar uma hora a mais. Eu sempre dizia que não dava porque eu tinha que chegar no CRF, mas as outras coisas eu não podia dizer não porque senão eles terminavam meu contrato com a SUSIPE”. As vezes eu ficava com raiva disso porque eu não fui contratada para aquilo, mas eu não tinha com quem reclamar.

A tentativa em esconder a frustração com seu trabalho não passou despercebida. A autoestima foi levantada quando conseguiu tal função. Porém, com o tempo “eu cansei daquilo tudo e pedi para sair” porque, embora aceitasse que por sua condição não poderia ser igual a dos demais, Catarina sentiu-se de certa forma explorada, até que renunciou às suas funções.

Entre 2013 e 2014, Catarina somente estudava e vivia sustentada por seus avós – já aposentados – e sua mãe. Certo dia, uma companheira de reclusão, com quem ainda conversava, informa-lhe que havia um trabalho no Tribunal de Justiça do Estado do Pará e que, se estivesse interessada, deveria dirigir-se ao Fórum de Belém e falar com a Dra. Silvia para averiguar uma colocação, pois duas das oito pessoas que trabalhavam foram desligadas.

Ansiosa por trabalhar, já em prisão domiciliar por conta de seu bom comportamento, Catarina busca numa quinta-feira informações junto a Dra. Silvia e descobre que, por indicação de sua amiga, já estava cotada para a função e que deveria começar a trabalhar, mesmo sem treinamento, na segunda-feira seguinte. A resposta foi positiva e imediatamente, mesmo sem saber quanto ganharia e o que faria.

Quando evolui para o semiaberto e eu já estava com prisão domiciliar então duas pessoas foram desligadas, na época eram só oito pessoas que trabalhavam aqui foi então que uma amiga minha que trabalhava aqui, que tinha um contato direto com o pessoal do “Começar de Novo” que me indicou, então eu fui e a Dra. Silvia me ligou e pediu para eu me apresentar porque eu já tinha trabalhado na C2A, aquela empresa de informática, e na época eu estava cursando faculdade. Então eu como tinha experiência, a Dra. Silvia pediu para eu vir trabalhar de imediato.

A imediatidade do trabalho surpreendeu Catarina, já que queria seguir com o estudo e contribuir para que o ônus não recaísse somente em sua família. A jornada de trabalho no Tribunal começa às 8hs da manhã até as 16hs da tarde, com um intervalo para o almoço, e sua função consiste em limpar, digitalizar, montar e tramitar processos para as respectivas secretarias judiciais.

Quando iniciou suas atividades, no ano de 2014, o contrato não tinha um tempo máximo de cumprimento e assim seu contrato pôde ser renovado anualmente até o ano de 2016, quando só pôde ser renovado por mais dois anos. Na época da entrevista, Catarina já trabalhava há quatro anos e é considerada uma das primeiras pessoas que iniciou o programa dentro do Tribunal.

Embora sentisse olhares diferentes por parte de alguns funcionários do órgão, Catarina nunca foi discriminada e nunca exerceu nada fora de função. Seu contrato é cumprido integralmente e com sua remuneração – de aproximadamente R\$1200 (mil e duzentos reais) – conseguiu pagar seu curso até sua graduação.

Falando num tom de voz mais baixo, revela que já buscou trabalho na sua área de graduação, porém, nunca foi chamada a uma entrevista. Apesar de sua situação, não tem vergonha de distribuir currículos e informar que trabalha num programa para egressos do sistema penitenciário, mas não sabe dizer se a ausência de qualquer convocatória para uma entrevista é fruto desta informação porque “a maioria das empresas pede os antecedentes”.

Sua graduação foi motivo de grande orgulho para sua família, principalmente para sua avó que “...disse que já pode ir em paz com seu sonho realizado”. Orgulhosa de possuir nível superior apesar de todos os problemas que enfrentou, Catarina quer ser uma referência para seus filhos que certamente, no futuro, saberão toda sua trajetória de vida.

Quando Catarina recebeu seu primeiro salário assustou-se, jamais pensava que receberia 100% de sua remuneração – aliás Catarina somente soube quanto ganharia após a assinatura do contrato depois de haver iniciado suas funções – por conta de suas experiências passadas. Desta vez o Sistema Penitenciário não tem qualquer ingerência na remuneração das pessoas inclusas no programa, pois o pagamento é feito diretamente e integralmente à pessoa.

...tomei um susto quando me pagaram, nunca tinha ficado com tanto dinheiro na mão. Eu achava que ia receber somente uma parte como sempre, mas desta vez não, veio tudo para mim. Fiquei muito feliz e cheguei logo para contar para minha avó: ‘olha vovó eles me pagaram tudo isso, veio tudo para mim’!

No Tribunal, Catarina não necessita esconder sua história. Todos os seus companheiros estão na mesma situação e isto faz com se sinta mais livre para ser quem realmente é: “aqui eu me sinto feliz, todos estamos na mesma situação. Quando eu trabalhei fora sempre me perguntavam porque eu não tinha amigos e desconversava e nunca respondia. Aqui não, somos todos amigos”.

A única tristeza que revela é de ter que sair do programa, mas entende que sua saída é necessária para que outro tenha a mesma oportunidade. Entende também que vai ser difícil financeiramente porque embora receba bem, alguns direitos laborais não a

ampararam e isto fará com que a saída seja ainda mais difícil. Com muita esperança nos olhos, sabe que o programa será somente o início:

Eu gosto muito de estar aqui porque é uma oportunidade grande, a Dra Carol diz que a fila de espera é grande porque quem é que vai querer ir para rua, no sol, limpar esgoto nos outros projetos? Esse aqui é muito bom eu me sinto muito feliz apesar de estar prestes a acabar porque eu sei que isso aqui é só o início.

A saída, prestes a acontecer, já despertou em Catarina a necessidade de buscar novos rumos, principalmente na área de sua graduação. Será uma tarefa difícil, mas avalia que a experiência no programa “Começar de Novo” a transformou numa pessoa mais “... responsável, eu sou mais organizada, eu aprendi a cumprir prazos e respeitar horários. Tudo isto eu aprendi aqui e o mais importante, aprendi a respeitar as dificuldades das pessoas”.

Buscar trabalho num mundo onde se avalia por estereótipos é difícil e o grande problema certamente será sua folha de antecedentes criminais. Nenhum obstáculo será grande o suficiente para evitar o maior sonho de Catarina: ser para seus filhos motivo de orgulho. Catarina sente – e é muito agradecida – pois que conseguiu realizar o sonho de sua avó. Agora seu objetivo é realizar o sonho de seus filhos e ser para eles um exemplo de vida.

A emoção ao falar dos filhos toma conta, entre lágrimas lamenta haver ficado grande parte da infância longe, reclusa. Catarina quer compensar o tempo perdido e “trabalhar em qualquer coisa que seja direita” para que, na escola, cada um de seus filhos possa dizer em alta voz a profissão de sua mãe.

Eu me sinto orgulhosa do seu novo caminho porque agora os meus filhos podem dizer que a mãe trabalha. Geralmente na escola eles perguntam assim: o teu pai faz o que? E teu filho não ter o que falar, é difícil e hoje meus filhos dizem que minha mãe trabalha no Tribunal. Ainda bem que eles sabem e sentem orgulho por isso, mas eles não sabem da minha situação porque acho que ainda não é o momento. Eu sinto orgulho que eles saibam que a mãe deles trabalha, é vergonhoso para criança não saber o que seu pai e sua mãe fazem.

5.9. Retrato Sociológico: Alexandre Ribas dos Santos: “Quero olhar só para frente, o foco é olhar só para frente e não reclamar”

Alexandre é natural da cidade de Belém e nasceu no dia 25.06.1985. Filho de pais separados, desde seu nascimento conviveu somente com sua mãe e viveu parte de sua infância numa residência onde sua mãe trabalhava como empregada doméstica. Sua

infância foi dividida entre o tempo na escola e os momentos em que ajudava sua mãe no serviço doméstico.

Considerado sempre bom aluno por seus professores, quando cursava o ensino médio ganhou duas bolsas de estudo para cursos profissionalizantes ofertadas pela antiga Escola Federal de Educação, na cidade de Belém. Apesar de sempre haver estudado em escola particular, devido ao crescimento de sua família resultante do novo casamento de sua mãe, a situação financeira, que era, de certa maneira, confortável, agravou-se. Com isso passou a estudar em escola pública.

Devido à difícil situação financeira, Alexandre decide trabalhar para ajudar na manutenção de seu lar. Primeiramente trabalhou como técnico em manutenção de celulares; posteriormente como agente de limpeza urbano e, por fim, como agente de limpeza numa clínica médica. Estes dois últimos trabalhos eram formais e regidos rigorosamente de acordo com a lei trabalhista.

As más amizades feitas no bairro da Terra Firme levaram Alexandre à prática de seu primeiro e único delito, o roubo. Em 2003, Alexandre fica recluso pelo período de um mês e depois é solto. Porém, no ano de 2011, é julgado e condenado a uma pena total de 8 anos e 3 meses, em regime inicialmente fechado.

Na instituição penitenciária buscou algumas oportunidades para reduzir seu tempo de condenação e realizou então um curso de auxiliar de bibliotecário. Neste curso encontra informações, através de seu amigo Daniel, que havia um programa que incluía egressos (e pessoas reclusas em regime semiaberto) da instituição penitenciária, em trabalhos remunerados na empresa pública dos Correios.

Apesar de não conseguir trabalho nos Correios, Alexandre é incluído, após uma entrevista, no programa “Começar de Novo”, dentro do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para função de digitalizador e organizador de processos. Sua nova função muda as perspectivas de sua vida e agora Alexandre deseja ingressar na Universidade Federal do Pará para o curso de arquivologia.

Com termo final do contrato aproximando-se, Alexandre já preparou seu curriculum para distribuir e espera que consiga trabalhar em alguma função compatível com a que exerce no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, embora entenda ser difícil em razão de sua folha de antecedentes criminais.

Alexandre nasceu na cidade de Belém no Estado do Pará, no dia 25.06.1985. Hoje com 32 anos de idade, é filho único da relação entre seu pai e sua mãe. Quando nasceu, seus pais já estavam separados e sua infância decorreu ao lado de sua mãe, seu padrasto e mais duas irmãs (filhas de seu padrasto com sua mãe). Apesar de não viver sua infância ao lado de seu pai, Alexandre o conhece, porém, nunca teve qualquer ajuda paterna, tanto financeira quanto afetiva.

Sendo filho de pais separados, toda a infância de Alexandre foi ao lado de sua mãe, que trabalhava como empregada doméstica. Até seus 4 ou 5 anos de idade, Alexandre vivia na companhia de sua mãe numa casa no Conjunto Maguari (um bairro de Belém), onde a mãe trabalhava como doméstica. O quarto era pequeno, mas ambos usufruíam dos benefícios de viver numa boa residência.

Como a família de Alexandre não tinha muitas despesas, o salário de sua mãe servia para comprar roupas e alguns mantimentos, além de financiar os estudos numa pequena escola particular localizada no mesmo bairro em que habitavam. Pela manhã, Alexandre frequentava a escola e pela tarde ajudava sua mãe na limpeza e manutenção da casa em que viviam, após a realização das tarefas escolares.

Todo o incentivo para a educação veio de sua mãe, que, apesar de não haver concluído o ensino fundamental, ensinava e aconselhava Alexandre para o caminho dos estudos. Todos os dias havia um rigor nas rotinas para os estudos. Ao chegar da escola, Alexandre almoçava e depois fazia as lições de casa. Sua mãe, quando terminava o trabalho, revisava a tarefa escolar.

Nós sempre morávamos sozinhos no Conjunto Maguari e ela trabalhava numa casa e nós morávamos lá. Ela era empregada doméstica. Meu pai nunca esteve presente quando eu era criança, ele veio a estar presente quando eu tinha uns 16 anos, ele sempre ligava e a gente conversava, mas o sustento sempre veio só da minha mãe.

Minha mãe sempre me dava incentivo para o trabalho, ele sempre falava para estudar para ser alguma coisa na vida e não puxar carroça. Minha inspiração para o trabalho sempre foi minha mãe, principalmente pelo que ela passou todos esses anos sem ajuda de ninguém.

Eu estudava numa escola particular que minha mãe pagava e eu era um aluno aplicado e consegui até terminar o ensino fundamental antes, eu estava adiantado. A escola que eu estudei primeiro era lá no Maguari e depois eu fui para Terra Firme e meu padrasto sempre ajudou. Os professores sempre elogiavam, mas eu terminei mesmo adiantado porque minha mãe era muito rigorosa, ela terminava de trabalhar e ia me ensinar as coisas, fazer o dever de casa. Todo dia era isso, até mesmo no sábado, ela sempre fazia eu ler as coisas e depois escrever os números, as letras e tudo. Quando eu terminava eu sempre ajudava com a limpeza.

O rigor de sua mãe fez com que Alexandre fosse um aluno aplicado e sempre elogiado pelos professores. Com boas notas e com uma rotina de estudos incorporada, Alexandre consegue, posteriormente, ganhar uma bolsa de estudos para cursos técnicos em razão de sua dedicação; porém, lembra-se de criar problemas algumas vezes por querer brincar na rua e sempre recebia resposta negativa.

A infância de Alexandre foi sem muitos momentos de brincadeiras na rua. Brincava com o que tinha dentro de casa “porque minha mãe não deixava sair na rua”, após sua rotina de estudo e trabalho.

Em relação a esse momento de sua vida, o trabalho não era algo prioritário – mas sim os estudos – porém foi-lhe ensinado para que “eu entendesse o valor das coisas, o sacrifício que ela fazia por mim” tinha que trabalhar também. Apesar de haver-lhe sido ensinado a trabalhar, era evidente que o sonho de sua mãe para ele não era aquele que no futuro Alexandre realizasse trabalhos domésticos. Para ela, somente o estudo poderia dar um bom trabalho no futuro para que Alexandre não puxasse carroças.

Com aproximadamente 5 anos de idade, Alexandre e sua mãe mudam-se do Conjunto Maguarí para o bairro da Terra Firme, em Belém (bairro conhecido pelo seu alto índice de violência). A mudança fez-se necessária porque sua mãe havia casado e, conseqüentemente, Alexandre termina o ensino fundamental numa outra escola particular já localizada no novo bairro, onde novamente voltou a ser elogiado pelos professores.

A rotina neste novo lar não era diferente daquela já vivida. Além de estudar, Alexandre ajudava na limpeza da casa junto com sua mãe, principalmente depois que nasce sua primeira irmã. O sustento da casa neste momento era patrocinado pelo seu padrasto e por sua mãe.

Após a conclusão do ensino fundamental, entre os 13 e os 14 anos de idade, Alexandre ingressa no ensino médio e, devido ao aumento da família – agora com duas irmãs – os recursos financeiros ficaram mais escassos, impossibilitando o pagamento de escola particular. Alexandre passa a estudar na Escola Estadual Deodoro de Mendonça.

A nova realidade é numa escola pública onde havia brigas e outros problemas entre alunos e entre alunos e professores. Apesar destes problemas, por conselho de seu padrasto, Alexandre mantinha-se afastado de tudo, dedicando-se exclusivamente aos estudos.

Da mesma maneira, os professores rendiam elogios a Alexandre. Sua mãe, sempre diligente, regularmente fazia-se presente na escola com a finalidade de averiguar a frequência e o desempenho escolar de seu filho.

Distinto ao ensino fundamental, no ensino médio os professores regularmente incentivavam os alunos ao trabalho digno através de uma qualificação educacional. Alexandre recorda-se do professor Cláudio – professor de maior representatividade em sua vida durante o primeiro ano do ensino médio – que sempre incentivava os alunos ao trabalho através de uma boa qualificação acadêmica e, em especial, a Alexandre a quem considerava o melhor aluno da classe.

No ensino médio o professor de nome Cláudio, que dizia que para ser alguém na vida não seria fácil, me incentivou ao concurso para ganhar a bolsa, porque achava que eu era o melhor da classe. Ele disse: “olha Alexandre tu és um menino bom, vai lá faz a prova, vais conseguir”. Consegui trabalhar quando ainda estava no ensino médio, então eu parei e depois eu perdi o gosto para estudar. O que eu sempre soube fazer era limpeza porque desde pequeno eu ajudava minha mãe nas limpezas, desde quando vivíamos no Maguari.

O professor Cláudio sempre lhe dava bons conselhos e era sempre o portador de boas novidades, tanto para Alexandre, quanto para a classe. Informava a existência de cursos extras promovidos por outras instituições para que os alunos se qualificassem mais e, num destes informativos, incentivou Alexandre a realizar uma seleção interna que tinha como premiação duas bolsas de estudo para cursos profissionalizantes promovidos pela Escola Federal de Educação. A seleção era destinada a alunos com boas notas e bom comportamento escolar.

Diante desta possibilidade, Alexandre realiza a seleção pública e ao final sagrou-se um dos contemplados com duas bolsas de estudo para os cursos de manutenção de aparelhos celular e informática: “Os dois cursos foram grátis porque eu ganhei uma bolsa lá no Deodoro de Mendonça onde eu estudava. Houve uma seleção e, como eu tinha boas notas, fomos escolhidos para fazer uma prova e eu ganhei a bolsa”.

O curso com duração de um ano foi realizado sem maiores problemas. De ambos cursos, o de informática foi o que, a princípio, chamou mais a atenção de Alexandre, porque este foi o primeiro contato que teve com um computador. Com este curso, Alexandre almejou no futuro frequentar um curso superior que tivesse relação com a informática. Porém, este momento de muita dedicação aos estudos teve que ser interrompido por conta das dificuldades financeiras de sua família.

Com o estado de desempregado do padrasto e de desempregada de sua mãe, Alexandre viu-se na necessidade de trabalhar para ajudar na manutenção da casa e de si próprio. Disposição não lhe faltava. Quando terminava seu turno na escola, Alexandre distribuía currículos. Depois iniciava sua jornada auxiliando sua mãe com as tarefas de casa, até que, no ano de 2009, Alexandre consegue trabalho formal como agente de limpeza urbana da Prefeitura de Belém.

A jornada de trabalho intensa faz com que Alexandre abandone completamente o ensino médio e se dedique exclusivamente à sua atividade. Alexandre saía de casa às 7hs da manhã para iniciar sua jornada às 8hs. Por volta das 12hs da tarde almoçava e retomava a suas funções, das 13hs até às 16hs da tarde. Pela sua função recebia a quantia de R\$1.000,00 (mil reais) mensais.

Para Alexandre não há outra causa para a interrupção de seus estudos senão a necessidade de trabalhar. No princípio arrependeu-se, mas com o passar o tempo “eu pensei que como eu já estava trabalhando (..) não precisava estudar, então eu relaxei”. Na Prefeitura de Belém, como agente de limpeza, Alexandre trabalhou por um ano e, depois disso, seu contrato não foi mais renovado. Um pouco mais de um ano e meio depois de ter começado, Alexandre ficou desempregado, sendo sustentado por sua mãe. Neste tempo dedicou-se a buscar outro trabalho, ainda que na informalidade.

No ano de 2011, Alexandre consegue colocar-se no mercado de trabalho como auxiliar de limpeza numa clínica médica, tudo dentro das condições da legislação trabalhista brasileira. Aqui, seu horário de trabalho e suas funções não eram muito distintos ao que já estava acostumado na Prefeitura de Belém e para a função de auxiliar de limpeza ganhava um salário mínimo mensal.

Em 2011 eu consegui trabalho numa clínica médica, a Samed, e eu fui contratado como auxiliar de limpeza. Lá meu horário de trabalho era das 7hs as 15hs com um intervalo para o almoço, às vezes mais e às vezes menos. Meu salário lá era o mínimo.

Os dois únicos trabalhos formais de Alexandre foram como auxiliar de limpeza. Nota-se aqui uma aptidão para esta função que, aliás, aprendeu ainda criança, quando auxiliava sua mãe. Para Alexandre, esta era a única coisa que, até àquele momento, sabia fazer: “O que eu sempre soube fazer era limpeza porque desde pequeno eu ajudava minha mãe nas limpezas, desde quando vivíamos no Maguari”.

Embora relate suas funções com muito gosto e, efetivamente, dedicava-se ao máximo em suas atividades, Alexandre também trabalhou em manutenção de celulares,

no ano de 2003, porém, na informalidade. Nesta atividade, Alexandre ganhava R\$200,00 (duzentos) reais aproximadamente ao mês, quantia que era insuficiente para ajudar nos gastos de lar. A partir desta necessidade de trabalhar, o seu rendimento escolar começou a cair, quer na assiduidade, quer em sua notas e, então, vieram as primeiras reprovações até ao completo abandono do sistema de ensino.

Neste mesmo período, Alexandre fez algumas amizades no bairro em que morava. No seu ponto de vista, essas amizades levaram-no para um “caminho ruim”. Algumas vezes, alguns de seus amigos apareciam com coisas caras e com dinheiro para gastar. Alexandre conversava para saber como conseguiam tais coisas e descobriu que eram produtos de roubo.

Os incentivos destas más amizades fizeram com que Alexandre praticasse seu primeiro e único roubo: “eles falavam para eu ir lá que não ia acontecer nada e eu precisava de mais dinheiro e então eu fui. Caí na minha primeira tentativa”. O primeiro roubo não decorreu como planejado e Alexandre foi preso em flagrante, no ano 2003, por roubo.

Por este roubo, Alexandre ficou recluso temporariamente por 1 mês e 15 dias, na Delegacia de Polícia da Cremação, e sua experiência não foi das melhores. Sentindo-se como um animal posto numa gaiola. Afirma que vivia amontoado com mais outras 38 pessoas num espaço para, no máximo, 12 pessoas. Neste momento, ainda que por pouco tempo, Alexandre pensava muito em sua família e no exemplo que sua mãe sempre deu: “que merda que eu fiz”.

Quando sua mãe soube da prisão, apesar de reprovar sua conduta, lutou por sua liberdade e também por amenizar sua precária situação neste lugar de reclusão. Levava comidas e itens de higiene pessoal, já que o que era ofertado era insuficiente para manutenção de pessoa.

O momento de dormir era o pior! Devido à quantidade de pessoas numa mesma cela, Alexandre ou dormia amontoado ou dormia sentado para que todos tivessem espaço para dormir e era justamente este o momento que começavam as confusões. Na verdade, os espaços determinados pelas próprias pessoas reclusas eram motivos de disputas e confusões. Porém, devido ao tempo que passou recluso, não presenciou nada grave, apesar de saber que o pior poderia acontecer. Para Alexandre a prisão é um ambiente de sobrevivência.

Cara, a prisão é uma coisa que não é para ninguém. O que eu passei na Cremação foi uma coisa muito ruim. Passa muitas coisas pela tua cabeça. Eu poderia estar com a família e estou aqui. Que merda que eu fiz! Lá, onde eu estava, tinha um bocado de pessoas, tinha 38 pessoas, quando dava, no máximo, 12. A gente dormia tudo agrupado no chão e nesse momento que dava muita confusão e briga por causa do espaço porque alguns tinham que dormir sentados e outros às vezes em pé. É tipo assim, a pessoa erra, mas deveria ser assim? Isso é Brasil. Te jogam lá e te vira, tu que tens que dar teu jeito e tens de fazer tuas higiênes e levar, tem que tentar sobreviver. A prisão é uma sobrevivência.

Ao sair da reclusão em decorrência de uma liberdade provisória, Alexandre desejou nunca mais retornar para a condição de recluso. Porém, agora deveria preocupar-se com sua defesa processual. Neste tempo (entre 2003 e 2011), Alexandre trabalhou e buscou distanciar-se de tudo que poderia levá-lo à instituição penitenciária.

Em maio de 2013, numa averiguação policial, Alexandre foi preso novamente pelo delito que havia cometido em 2003. Nesta circunstância, Alexandre tomou conhecimento que havia sido condenado no ano de 2011 a 8 anos e 3 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, apesar de afirmar não saber da existência da condenação. Na verdade, segundo se percebe da análise processual, Alexandre foi julgado revel no processo criminal por não atender ao chamado do Juízo, no ano de 2004, e assim foi assistido por um defensor público (nomeado pelo Estado ante sua ausência) e, no ano de 2011, a sentença condenatória foi proferida.

Já não havia o que ser feito, Alexandre tinha que cumprir sua condenação e foi imediatamente transferido para a Delegacia da Cremação (onde esteve anteriormente) e, após 3 meses de reclusão em regime fechado, foi transferido para a Colônia Agrícola de Santa Izabel no Pará para cumprir o restante de sua pena em regime semiaberto.

Apesar de a situação de reclusão não ser boa para si e diante das péssimas condições da Delegacia da Cremação, Alexandre obteve certo privilégio em habitar o ambiente prisional da Colônia Agrícola. Porém, este privilégio veio, em sua opinião, por pura sorte. Ao chegar à Colônia, foi obrigado a habitar uma cela com somente 4 pessoas e com um colchão bom para dormir. Embora houvesse este “privilégio”, a situação não era tão boa, já que todas as necessidades fisiológicas humanas eram feitas na frente dos outros companheiros de reclusão; a comida era de péssima qualidade e constantemente faltavam itens para higiene pessoal, porque a administração não os fornecia. As famílias das pessoas, diante da necessidade, fazem chegar, nos momentos de visitas, os itens necessários, inclusive alimentação. As pessoas reclusas trocam entre

si itens e compartilham alimentos, quando necessário, com os companheiros de reclusão.

Na colônia já era um pouco melhor. Eu dei sorte, porque na cela só tinham 4 pessoas com um colchão. Era muito melhor. Eu presenciei muitas coisas. A gente fazia nossas necessidades na frente do outro, não tinha água, muitas vezes, e as necessidades ficavam lá até a água chegar. A alimentação é escrota, velho. A alimentação é tão escrota que às vezes chegava a alimentação, por exemplo, se era frango ou se era carne, que às vezes vinha estragada. Acho que se desse para um animal ele não comia. Então a família levava comida e nós é que fazíamos a comida, isso lá na colônia, ou trocamos as coisas. Na seccional não tinha jeito, tinha que comer do jeito que vinha.

Foram meses de reclusão sem que Alexandre fizesse qualquer atividade, até que certo momento, um funcionário levou a notícia de que o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) promoveria um curso para as pessoas reclusas. Não houve qualquer seleção e Alexandre reconhece que a informação não chegou a todos na Colônia Agrícola e, apesar de saber da existência de um curso (não sabia no momento em que consistia o curso), não se interessou muito. Foi pela insistência de seus companheiros de reclusão e de sua mãe que constantemente o visitava que Alexandre foi à direção da unidade prisional e efetuou sua inscrição.

Alexandre não queria realizar nenhum curso porque não sentia vontade em estudar, queria somente trabalhar porque entendia que só assim diminuiria seu tempo de reclusão. Todavia, até àquele momento não havia nenhuma vaga disponível.

O curso era ministrado na própria unidade prisional – especificamente no espaço destinado à escola – e tinha duração de três meses. Ao chegar para sua nova atividade – que decorria pelas manhãs e algumas vezes pelas tardes – Alexandre descobriu especificamente que faria um curso de auxiliar de bibliotecário, apesar de não saber do que se tratava. Aos poucos voltou a tomar gosto pelos estudos.

Frequentando este curso, Alexandre conheceu Daniel – hoje companheiro de trabalho no Tribunal de Justiça. Através desta amizade, passou a receber, ainda que sem muita precisão, informação sobre trabalhos ofertados pelo programa “Começar de Novo”. Apesar de Daniel não realizar o mesmo curso, as conversas nos intervalos eram sempre frequentes e a amizade que começou no ambiente de reclusão persiste até aos dias de hoje.

Com a evolução do curso, Alexandre afirmou descobrir uma aptidão para esta atividade e assim os dias no curso diminuía a tensão da reclusão e fazia com o tempo passasse mais rápido. Neste curso sua principal inspiração eram seus professores que,

constantemente, incentivavam ao trabalho e a uma vida longe da prática de delitos, em especial, o coordenador do curso a quem Alexandre chama Paulinho. Além de promover a esperança por um futuro sem delito, estes professores também levavam informações sobre projetos de inclusão e trabalhos disponíveis às pessoas em estado de reclusão.

Numa destas aulas, próximo ao final do curso, Daniel descobre que há oportunidades nos Correios, porque conhecia uma pessoa que trabalhava lá. Entusiasmados com a possibilidade, ambos buscam informações junto à administração penitenciária; porém, retornam sem nenhuma resposta.

Frustrado, Alexandre, no dia seguinte, comenta com sua professora sobre a possibilidade de um trabalho externo e relata um pouco daquilo que é viver em reclusão. Espantada, a professora não entendia como a administração penitenciária poderia negar tal informação se efetivamente havia um programa – o “Começar de Novo” – que ofertava vagas para pessoas na mesma situação de Alexandre. A informação chega até ao coordenador do curso e este, num ato inesperado, consegue incluir Alexandre numa lista de pessoas aptas a realizar uma entrevista para trabalho no Tribunal.

Eu conheci o Daniel na Colônia, num curso que a gente fez. O funcionário foi avisar que ia ter um curso e os meus companheiros me incentivaram para eu ir e minha mãe também. O curso era dado pelo SENAC, de auxiliar de bibliotecário, foi no curso que eu conheci o Daniel, mas ele fazia outra coisa que eu não lembro. Como a gente sempre conversava, o Daniel chegou dizendo que tinha umas vagas lá nos Correios e eu disse: ‘vamos lá na direção falar’. Eu não sabia de projeto nenhum. Foi Daniel que me disse. Fomos lá à direção falar que queríamos ir para os Correios e não deram nenhuma resposta. Falamos outro dia com o Coordenador do curso de auxiliar de biblioteca, o Paulinho, que é Pastor, sobre as vagas e no outro dia ele disse: ‘olha eu botei o teu nome e do Daniel porque parece que vai abrir uma vaga no TJ (Tribunal)’. E ele disse: ‘tal dia vocês vão ao Tribunal fazer uma entrevista’. Não lembro o dia, mas foi com ajuda da professora do curso e do Paulinho que conseguimos chegar aqui, a professora até se espantou: ‘eles não falam disso para vocês aqui?’. Ela sabia porque ela tinha sido professora da penitenciária feminina e lá ela conheceu o projeto. Eu sempre dizia a ela que eles só jogaram a gente aqui e pronto. Esta professora foi fundamental para gente porque ela sempre dizia dos projetos que tinham e ela achava errado ninguém divulgar.

No dia programado, Alexandre foi levado ao Tribunal para a entrevista e manifestou sua vontade de não passar sempre seu tempo em reclusão, que realmente pretendia uma vida orientada pelo trabalho lícito e que esta seria uma grande oportunidade para diminuir seu tempo de reclusão: “...tudo que eu queria era sair dali. Eu fui lá na entrevista sem saber de nada e estava disposto a aceitar qualquer trabalho”.

A entrevista não decorreu sobre aspectos profundos da trajetória de vida de Alexandre. Tratou sobre a formação educacional de cada um e de eventuais cursos realizados pelas pessoas. Apesar de não possuir o ensino médio, devido a seu comportamento carcerário positivo e aos cursos que realizou dentro e fora da instituição penitenciária, Alexandre logra incluir-se no programa com o compromisso de terminar o ensino médio.

Levaram a gente no Tribunal no dia e a Dra. Sheila e a Dra. Silvia disseram: 'olha vai abrir duas vagas para homem e espero que vocês não nos decepcione'. Dissemos que não, estávamos seguros de que não queríamos estar mais ali. Quando o Tribunal confirmou a vaga fomos transferidos da Colônia para Belém. A gente tinha que sair para trabalhar e às 7 da noite voltava para dormir. E, assim, fomos nós dois os primeiros homens do projeto, porque o projeto só abria para mulher, aqui. Eu não sei porque o projeto só recebia mulher. Nós viemos, não decepcionamos ninguém, fizemos o treinamento e eu abracei a oportunidade.

No ano de 2014, Alexandre é transferido para cidade de Belém para que possa exercer suas funções no Tribunal de Justiça. Embora não soubesse exatamente o que faria, mas sabia quanto ganharia; ou seja, um salário mínimo por 40 horas de trabalho semanais. Nesta época, metade do salário era retirado pela SUSIPE, já que o pagamento não era feito diretamente pelo Tribunal ao trabalhador e sim através da Superintendência do Sistema Penal (SUSIPE).

Quando eu vim trabalhar aqui só disseram que eu ganharia um salário e uma parte deste salário ficava retido na SUSIPE. Acho que eu ganhava entre 230 a 240 reais e a outra metade ficava com a SUSIPE não sei porquê. Eu fiquei muito feliz quando eu recebi meu primeiro salário daqui, porque era a única saída para ajudar meus filhos, eles são o principal motivo para eu buscar trabalho e também sair o mais rápido possível de lá.

Trabalhar no Tribunal de Justiça é muito gratificante e Alexandre qualifica este órgão público como o “melhor do Pará”. Suas funções como digitalizador e organizador são muito gratificantes, pois pôde, na prática, exercer o que aprendeu no curso de arquivologia que realizou quando ainda estava em reclusão total. Neste ambiente, Alexandre diz que aprendeu coisas novas e, principalmente, aprendeu a respeitar as pessoas.

No princípio não encontrava muita motivação para o trabalho, apesar de fazer exatamente o que aprendeu no curso, já que entendia que a remuneração era pouca apesar de ser de um salário mínimo. Receber somente a metade por um mês de trabalho não era de seu agrado e também não entendia o porquê de isto acontecer.

Gosto, gosto muito de estar aqui! No início a pessoa fica um pouco acanhada, mas com o tempo as coisas vão mudando e aqui mudaram para melhor. Eu me sinto muito bem trabalhando aqui, no melhor órgão do Pará, mas sempre vai ter o preconceito, alguém não vai aceitar. Eu gosto muito daqui porque faço muito do que aprendi lá no curso.

O motivo de certa desconfiança no princípio é decorrente do preconceito que há nas pessoas em relação àquelas que vieram da - ou que já passaram pela - instituição penitenciária. Apesar de entender o Tribunal como um lugar bom para trabalhar na atualidade, Alexandre, junto com seus colegas, também sofreu preconceitos por parte dos próprios funcionários deste órgão.

No início de seu contrato no Tribunal, Alexandre sentia olhares reprovadores das pessoas dentro do órgão e sabia o motivo. Para Alexandre, as pessoas pensam que aqueles que passaram pela instituição penitenciária não deveriam ter oportunidades e não deveriam ocupar espaços destinados a “pessoas de bem”. Este termo, aliás, não serve para definir quem é de bem ou não é de bem, já que erros todos cometem. O que representa, para Alexandre, ser uma “pessoa de bem” é aquela que aceita os erros do passado para reconstruir um melhor futuro.

O ambiente institucional no início não era bom. Alexandre trabalhava no Tribunal de Justiça na “sala dos presos” – nome dado pelos funcionários aos que trabalhavam no setor de digitalização de processos – e, junto com seus colegas, sentia-se incomodado por isto. Porém, nada podia fazer a não ser aceitar esta situação. Com o tempo, o próprio Tribunal interveio e a realidade mudou e a antiga “sala dos presos” é agora a “sala de digitalização”.

Antes aqui eles chamavam de a sala dos presos. Então, a Coordenadora do Tribunal veio se desculpar, que não deveria ser assim e nunca mais chamaram assim. Eu ficava meio constrangido com isso, até porque todo o mundo sabia quem era que trabalhava aqui, mas não podia fazer nada, porque tem, da mesma forma que teve aqui ... lá fora é muito pior, as pessoas pensam: como assim um preso trabalha no Tribunal ocupando o espaço de uma pessoa de bem? As pessoas pensam que como ex-presidiário tu tens que sofrer o resto da vida.

No ano de 2016, uma grande mudança impôs-se no âmbito do programa “Começar de Novo”. O pagamento passou a ser feito diretamente para a pessoa sem a intermediação da SUSIPE e os contratos passaram ter prazo máximo de 2 (dois) anos. Alexandre recebeu a notícia com muito entusiasmo, porque receberia todo seu salário. Porém, o término máximo do contrato acendeu um alerta. Agora Alexandre deveria

preocupar-se também com seu futuro. Para isto, decide concluir o ensino médio que ainda estava pendente para, então, conseguir uma vaga numa Universidade pública.

Já em regime aberto e com uma namorada que atualmente é sua companheira – e com esta tem uma filha de quatro anos de idade – Alexandre decide matricular-se num curso intensivo para terminar os dois últimos anos do ensino médio. Sua rotina era dividida entre trabalhar pela manhã e tarde e estudar pelo turno da noite e, para conseguir atingir seu objetivo, contava com o apoio de sua mãe e de sua companheira a quem chama esposa.

Desde que começou a trabalhar no programa, o dinheiro recebido servia exclusivamente para o sustento de sua família. Agora pagando um curso para concluir o ensino médio, sua situação financeira fica apertada. Contudo, nada que atrapalhe significativamente o sustento de sua família, porque sua companheira também trabalhava. Ambos conseguiam manter a família com aproximadamente dois mil reais, já que viviam na casa do sogro de Alexandre e não tinham despesas com aluguel.

As noites de estudo eram longas e cada vez que Alexandre falava em estudo recordava-se de sua infância e do bom aluno que era, tudo por influência e suporte de sua mãe. Mas agora Alexandre tinha outro motivo forte: dar um bom exemplo para sua filha.

Em 2017, Alexandre conclui o ensino médio e, ainda movido pela vontade de estudar, tenta ingressar na Universidade Federal do Pará, através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no curso de Arquivologia; porém, por conta de um ponto, não consegue ingressar.

A escolha do curso é fruto do trabalho que realiza com prazer no Tribunal de Justiça do Pará. Na verdade, o curso de auxiliar de biblioteca também tem influência em sua decisão: “Eu escolhi o curso de arquivologia porque aprendi a gostar do que faço, desde lá na cadeia. Hoje quero seguir no meu trabalho e sei que preciso fazer o ENEM de novo e entrar na Federal”. Apesar de não haver conseguido ingressar no curso, Alexandre mantém as esperanças e será persistente neste objetivo.

Sabedor que seu contrato terminará em 3 meses, Alexandre já montou seu *curriculum* para distribuição e tem ciência do preconceito que enfrentará, já que, para conseguir ingressar numa empresa, necessariamente, deverá apresentar sua folha de antecedentes criminais (apesar de não haver enfrentado este problema, sabe que ele

existe). Para Alexandre, as pessoas estão preocupadas com o que a pessoa fez no passado e não pelo que ela passou até chegar a seus objetivos.

Alexandre busca realizar o mesmo trabalho que desempenha no Tribunal de Justiça ou algo similar como auxiliar de biblioteca e, apesar das dificuldades que sabe que enfrentará, confia em Deus para que tudo saia de acordo com seus objetivos, sem reclamar do que virá.

Meu contrato vai acabar em abril e eu já montei meu curriculum para distribuir, mas tem o caso do meu antecedente que ainda tá sujo e já sei que é difícil. Eu vou distribuir para conseguir trabalho e como eu já tenho meu ensino médio, já aprendi a organização e digitalização eu espero conseguir fazer algo mais ou menos que eu fazia aqui, trabalhar numa biblioteca. Está tudo na mão de Deus e eu vou continuar tentando passar na Federal para o curso de arquivologia porque mexe com esse mesmo ramo do que eu faço aqui. Quero olhar só para frente o foco é olhar só para frente e não reclamar, às vezes a pessoa diz: 'Ah! Eu sou preso não vou conseguir nada!'. Eu vou até o fim, não quero desanimar e sei que vai ser difícil e entregar na mão de Deus.

5.10. Retrato Sociológico: Romeu Rafael Olegário de Sintra: “Hoje eu me sinto mais ressocializado do que muitas pessoas que não foram presas, que estão por aí...”

Romeu nasceu em 09.08.1985, na cidade de Belém e viveu toda sua infância nesta mesma cidade, no Jurunas, bairro conhecido pela criminalidade em determinados setores. Apesar do local em que vivia, sua infância foi boa e preenchida por muitas brincadeiras, ao lado de sua irmã mais velha.

Filho de um casamento formal, o pai de Romeu era o responsável pela manutenção financeira do lar e sua mãe pelo cuidado e pela educação dos filhos. Durante toda sua infância Romeu e sua irmã estudaram nos melhores e mais caros colégios da cidade de Belém e sempre foram destaques por serem bons alunos e pessoas reconhecidas pela boa educação.

A vida de Romeu começa a mudar quando seu pai decide separar-se de sua mãe e sair de casa. Este foi o fator que levou Romeu a fazer amizades que o conduziram, posteriormente, para a criminalidade, já que sua mãe, que sempre cuidou da educação dos filhos, viu-se na necessidade de sair para trabalhar, primeiro como doméstica e depois como cobradora de transporte coletivo.

O rendimento escolar de Romeu caiu e sua irmã decidiu interromper os estudos e sair de casa aos 15 anos de idade. A revolta com o pai fez com que Romeu começasse a praticar assaltos e posteriormente envolver-se na família do maior traficante e assaltante

de banco da Região Norte do Brasil. Todo este envolvimento fez com que Romeu, aos 19 anos de idade, praticasse o delito de roubo seguido de morte e fosse condenado, posteriormente, a 21 anos e 80 dias de reclusão em regime inicialmente fechado.

No ambiente carcerário envolveu-se com líderes de uma grande facção criminosa do Brasil, o Comando Vermelho, e afirma ter sua mente voltada para a criminalidade porque para si não havia mais alternativa. Toda a atividade de Romeu dentro dos muros da instituição penitenciária era de total desconhecimento de sua família que, apesar da reclusão, sempre realizou as visitas semanais.

Por insistência de sua mãe, Romeu foi inscrito para realizar processo seletivo para cursar o ensino superior e, após a autorização judicial, Romeu realizou a seleção onde logrou êxito e passou a cursar Tecnologia em Redes de Computadores. Enfrentou muitas batalhas para concluir o ensino superior, já que os próprios funcionários da administração penitenciária colocavam obstáculos. Porém, no ano de 2011, graduou-se e começou a trabalhar, posteriormente, na própria Superintendência do Sistema Penal do Estado do Pará (SUSIPE).

Trabalhando na SUSIPE, conheceu o programa “Começar de Novo” e, um pouco mais de um mês de trabalho, conseguiu posto nos Correios. Neste novo trabalho enfrentou preconceito, mas superou tudo e todos, fazendo amigos com quem até hoje mantém contato. Após cumprir este contrato de trabalho, foi imediatamente incluído, pelo mesmo programa, no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para atuar no setor de digitalização de processos.

Após ingressar neste novo trabalho, Romeu decidiu alugar uma casa para viver junto com sua companheira e sua filha de 3 anos de idade, sendo o salário recebido no Tribunal de Justiça a principal renda desta nova família.

O trabalho no Tribunal tem prazo determinado de 2 anos improrrogáveis e Romeu agora sonha em ser funcionário público. Todavia, as anotações em sua folha de antecedentes criminais impedem a posse em qualquer cargo ou função pública. Apesar desta barreira, Romeu está determinado a buscar trabalho – em empresas privadas – na sua área de formação, para que o crime nunca mais seja uma opção.

Romeu nasceu na cidade de Belém, no Estado do Pará, no dia 09.08.1985 e contava, no momento da entrevista, com 32 anos de idade. Filho de um casamento formal, Romeu viveu sua infância em companhia de seus pais e de sua irmã mais velha

no bairro do Jurunas, na cidade de Belém. Ao lado de sua irmã, Romeu também possui outras duas irmãs, fruto do segundo casamento de seu pai.

A infância de Romeu decorreu sem problemas. Com o trabalho desempenhado pelo pai, Romeu não passou nenhuma necessidade de qualquer natureza e estudou sempre nos melhores colégios particulares da cidade de Belém junto com sua irmã. Enquanto o pai trabalhava para o sustento da família, a mãe tinha a função de cuidar do lar e dos filhos, além de auxiliar nas tarefas escolares e fiscalizar o desempenho educacional de cada um.

O sustento da casa era responsabilidade exclusiva de seu pai, que à época era considerado um dos melhores técnicos de aparelho sonoro e editor de áudio e vídeo da região Norte do Brasil, além de dirigir o maior estúdio de áudio de Belém, o GRAVASOM. Romeu não sabe precisar qual era a remuneração de seu pai. Sabe somente que o que ganhava era suficiente para manter a família e proporcionar aos filhos as melhores experiências. Romeu e sua irmã estudaram sempre nos melhores e mais caros Colégios de Belém, neste caso o Colégio Salesiano do Carmo, primeiro, e Colégio Cearense, depois.

A infância de Romeu foi ocupada por brincadeiras e viagens para outras cidades e não se recorda de haver passado qualquer necessidade. Se reporta sempre a sua infância como o melhor momento de sua vida. Não pelo que tinha materialmente, mas pela unidade familiar que tanto lhe fez falta posteriormente. Ao lembrar-se de seu passado em família recorda-se não só dos carinhos da mãe e do pai como também dos carinhos da família extensa, tios; avós e primos e, apesar de viver num bairro com alto índice de criminalidade (bairro do Jurunas), nunca teve contato com qualquer forma de criminalidade quando criança.

Nasci em Belém e sou fruto de primeiro casamento do meu pai com minha mãe, mas minha irmã veio primeiro e depois eu. O meu pai trabalha até hoje com áudio e ele já saiu numa revista de São Paulo como um dos melhores técnicos de áudio e mixagem da região Norte e hoje ele é chefe de áudio do templo central da Assembleia de Deus. A minha mãe quando estava com meu pai não trabalhava, cuidava só da gente.

Olha, na verdade na minha infância que foi toda no Jurunas eu não tive necessidades porque meu pai trabalhava e ganhava bem, não sei quanto ganhava, mas naquela época ele era diretor da GRAVASOM, que naquele tempo era do Carlos Santos e era o melhor estúdio de Belém, e graças a Deus eu não tive necessidade, eu estudei nos melhores colégios de Belém, viajava de férias. O meu ensino fundamental foi no Salesiano do Carmo na Cidade Velha e o meu médio no Cearense que era o melhor colégio de Belém. Eu sempre estudei em colégio particular e minha irmã também.

A mãe que se dedicava exclusivamente aos filhos exercia a principal função de autoridade no lar quanto à educação. Ensinava e castigava quando necessário e não permitia que qualquer coisa saísse dos eixos. O resultado de toda esta rigidez, mesclada com amor, transformaram duas crianças em pessoas respeitadoras, estudiosas – nem mesmo quando da prisão de Romeu sua família deixou de estar, de qualquer forma, em sua defesa – e reconhecidas por todos como crianças bem-educadas.

Eu sempre fui o querido da família. Minhas tias, que são funcionárias públicas, uma técnica do Ministério Público, sempre me davam carinho. Elas gostavam muito de mim e minha vizinhança também e foi um choque para eles quando eu fui preso porque eu não mexia com ninguém.

O desempenho escolar de Romeu era muito bom. Recorda-se com alegria ao dizer que havia uma disputa entre os irmãos para provar quem tirava as melhores notas. Na verdade, a irmã de Romeu era para ele, à época, o seu exemplo de boa estudante: “Eu competia com minha irmã mais velha porque ela tirava só 10, só 10 e eu também queria tirar só 10, então a gente competia. Aprendi sempre a respeitar os mais velhos, tomar a benção dos meus tios, da minha avó e até hoje eu sou assim”.

Até aos 12 anos de idade Romeu recorda-se de uma infância regada de alegria e brincadeiras. Nesta mesma idade começou a acompanhar seu pai em suas atividades profissionais como uma forma de incentivo ao trabalho, porque queria que, no futuro, Romeu ocupasse seu lugar: “o meu pai dava mais incentivo para o trabalho, dizia que era eu quem tinha que ocupar o lugar dele, mas minha mãe era para os estudos”. Embora acompanhasse seu pai, a prioridade era sempre o estudo e em momentos mais apertados da atividade escolar Romeu não mais o acompanhava.

Para Romeu, seu pai e sua mãe incentivavam para o trabalho; porém, sua mãe entendia que um bom trabalho vinha somente através dos estudos, apesar de possuir somente o ensino médio da educação brasileira. O pai de Romeu não possuía educação superior, aliás, aprendeu o exercício de sua função somente através da prática sem cursar nenhum curso de formação.

O meu pai não fez nenhum curso, ele aprendeu na prática e ficou bem reconhecido dando aulas e palestras sobre o funcionamento dos equipamentos de áudio. Meu pai me dava incentivo, mas minha mãe era a que sempre dizia que era para estudar para não puxar carroça. Antigamente era muito dito isto, ‘olha para não puxar carroça tem que estudar’. O meu pai dava mais incentivo para o trabalho, dizia que eu quem tinha que ocupar o lugar dele, mas minha mãe era para os estudos.

Durante o tempo que acompanhou seu pai, Romeu aprendeu um pouco da atividade e ganhava um dinheiro pelo que fazia, não como forma de remuneração, mas sim como forma de incentivo, porque Romeu não necessitava daquele dinheiro para sustentar-se; ao contrário, usava o dinheiro para comprar o que quisesse.

Eu nunca repeti o ano e sempre tirei as melhores notas da minha turma, tudo por causa da mamãe que comandava meus estudos e era muito rigorosa e muitas vezes me botava de castigo por conta dos estudos. O meu pai me ajudava com os estudos, mas não era como minha mãe. O meu pai me levava no trabalho dele e ele me ensinava algumas coisas, tanto que sei mexer no PROTUS que a melhor plataforma de áudio para gravações de CD's. Meu pai me ensinava para eu aprender e me dava um dinheiro para dar um incentivo para comprar umas coisinhas porque eu nunca tive necessidade.

A vida que até este momento se apresentava, de certa forma, promissora e longe de qualquer contato com a criminalidade, começa a tomar outro rumo quando pai e mãe decidem pela separação – por conta de traição – quando Romeu tinha um pouco mais de 13 anos de idade. A saída do pai do lar foi um duro golpe para Romeu e sua irmã. O desempenho acadêmico de ambos entra em declínio e a mãe que antes dedicava-se exclusivamente ao lar e aos filhos vê-se na necessidade de trabalhar para ajudar na manutenção do lar, já que o genitor não mais sustentaria o lar na integralidade.

Romeu não sabe explicar, mas afirma que após a separação de seus genitores surgiu dentro si uma grande revolta contra seu pai. Esta revolta era reprimida por si para que ninguém notasse, principalmente seu pai, mas não esconde que foi este forte sentimento que o levou a experimentar outras coisas.

Ao separar-se do pai, a mãe de Romeu passa a trabalhar como doméstica praticamente o dia inteiro. Durante este tempo, Romeu e sua irmã ficavam sozinhos em casa e cada um com uma responsabilidade, dar continuidade aos estudos para que tivessem um futuro próspero; porém, o impacto da separação influenciou de forma significativa o desempenho escolar de ambos. Romeu passou a tirar notas baixas e, posteriormente, sua irmã, aos 15 anos de idade, abandona de vez a escola.

Minha mãe se separou do meu pai quando eu tinha uns 13 anos de idade e meio e a partir deste momento eu comecei a sentir dificuldades, minhas notas começaram a cair, perdi o incentivo nos estudos porque antes disto eu tirava só 10, 9.5, 9.0 e depois disto comecei a tirar notas vermelhas, brigar na escola e depois comecei a sair para rua e conheci uns moleques 'de onda' lá do Jurunas. Eu me revoltei com a situação.

A queda no desempenho escolar foi tão significativa que a Coordenação do Colégio Cearense decidiu notificar a mãe de Romeu para uma conversa com o objetivo de identificar o que estava ocorrendo. Após a reunião de sua genitora com a Coordenação, os professores decidiram dar uma especial atenção a Romeu, cada um à sua maneira. Contudo, Romeu recorda-se com muito carinho dos professores de inglês e história – a quem chamou anjos – que, além de ensinar em sala de aula, levavam-no à biblioteca para complementar aquilo já ensinado.

A preparação da escola era só para o vestibular. Não tinha incentivo para o trabalho. O objetivo era chegar numa universidade para posteriormente trabalhar, mas tinha um professor de história que sempre me ajudava, ele se dedicava a me ensinar. Na verdade, era ele e o professor de inglês, que foram verdadeiros anjos. Só que eu não entendia e me levavam para a biblioteca e davam um grande apoio porque eu caí muito de rendimento e a coordenação chamou minha mãe e ela contou a situação, ela chorou muito e depois os professores deram uma atenção especial.

Após um semestre de trabalho, a mãe de Romeu consegue seu primeiro emprego formal – a atividade de doméstica não era formal – como cobradora de bilhetes em ônibus de transporte público. Com esta atividade, a ausência da mãe no lar ficou mais evidente e com isto a presença de Romeu na rua tornou-se mais constante. Neste mesmo período, sua irmã que já havia decidido parar de estudar, agora decide sair de casa para morar com o namorado, atual marido.

Sabendo desta situação, o pai de Romeu decide intervir sem muito sucesso, pois suas palavras são desprovidas de qualquer crédito. Romeu escutava o que dizia, mas não dava qualquer atenção, em razão do sentimento de revolta por ter deixado sua família para construir outra.

Eu não discutia com o pai. Ele vinha falar comigo porque eu vivia na rua. Mas não falava por conta da separação, porque eu sempre tive respeito por ele. Mas eu sentia uma revolta dentro de mim. Foi aí que fui para a rua e me meti com os moleques da rua. Eu queria tirar aquilo de mim. Com minha irmã aconteceu a mesma coisa e com 15 anos ela parou de estudar, arrumou marido e saiu de casa.

Assim, a vida e experiência junto com os moleques “de onda” do bairro levam Romeu a ter seu primeiro contato com a criminalidade. A princípio praticando pequenos desvios como as pichações e posteriormente roubos (com ou sem armas de fogo) até o delito que o levou à prisão.

A entrada neste mundo, motivada pela revolta que sentia pelo pai e pela adrenalina, logo levou Romeu a ser um destaque, porque o consideravam muito corajoso e habilidoso. Romeu agora encontrou respeito mesmo que através do medo que impunha em qualquer local que chegasse. Romeu torna-se uma espécie de liderança no meio, já que passou a ensinar como praticar crimes e outros desvios.

Quando minha mãe se separou eu saí para rua e lá conheci uns moleques que faziam roubos e depois eles sempre chamavam porque eu era habilidoso com as coisas, eu sempre me destacava nas brigas; pichações essas coisas. Eu até ensinava para os outros como fazer, como pichar. Eu passei a ser respeitado e quando eu chegava a qualquer setor, qualquer pedaço, assim, de fora, qualquer localidade as pessoas me respeitavam. Eu virei uma espécie de líder eu fui uma liderança.

Mesmo sem qualquer necessidade de praticar roubos, Romeu fazia pelo prazer de impor medo aos outros e com o produto do roubo comprava coisas para si e gastava nas festas que frequentava. Toda sua atividade delituosa era vivida à parte da vida em família, já que sua mãe sabia que andava em más companhias, porém, não acreditava que Romeu fosse capaz de praticar qualquer delito. Na verdade, o viver uma dupla vida estendeu-se por muito tempo na vida de Romeu; porém, sempre poupava sua família, no seio da qual tinha um comportamento completamente diferente.

Apesar de já praticar delitos, Romeu respeitava muito sua mãe e não gostava que ela soubesse qualquer coisa. Teve uma criação rígida, onde qualquer item que aparecesse em casa que não fizesse parte do acervo de Romeu era imediatamente devolvido e Romeu castigado. Agora Romeu, mais independente e movido por um sentimento de revolta, adquiriu sua primeira arma de fogo e a mantinha escondida em casa ou na casa de outras pessoas. Apesar de tudo isto, Romeu nunca usou nenhuma substância entorpecente.

Minha mãe quando chegava do trabalho ia me buscar na rua, no meio dos 'cheira-cola', mas eu nunca tive vício. Eu nunca curti vício nenhum, eu roubava para sair para festa, naquele tempo, para comprar roupas como fruto do roubo e eu não deixava nem em casa porque se a minha mãe visse era problema. Sempre foi assim, desde pequeno, se eu chegasse com uma caneta diferente em casa ela ia saber ia mandar eu devolver e vinha o ralho, o castigo. Eu comecei a viver uma vida dupla, um estudante, uma pessoa diferente em casa, mas na rua eu era bom de briga, corajoso, se eu tivesse desarmado eu assaltava na pressão psicológica. Eu era menor nessa época e a minha revolta me incentivava para essas coisas, tipo assim, eu não estava nem aí. Eu tinha uma revolta com meu pai, eu respeitava na frente dele, mas eu pensava: 'se ele viesse com graça para cima de mim é arriscado eu dar um tiro na perna dele.

Ainda antes de completar a maioridade civil e penal (18 anos), Romeu já possuía arma de fogo e, tido por muitos como uma pessoa sem medo. Rotineiramente ia até uma das praças mais famosas de Belém, a Praça Batista Campos, praticar roubos com ou sem arma de fogo. Os assaltos eram praticados somente para satisfazer um desejo pessoal, não havia qualquer necessidade financeira em fazer o que fazia já que o pai, constantemente, mandava-lhe dinheiro e era justamente com este dinheiro que Romeu adquiria armas de fogo, porque “não sabia o que fazer com o dinheiro”.

Eu sempre fui precoce porque eu não tinha medo, quando os moleques da minha rua começavam a pinchar eu já era ladrão. Eu fui um dos primeiros a conseguir uma arma lá na vizinhança e saía para roubar para puxar cordão lá na Praça Batista Campos desde quando era pequeno. Isto sem precisar, porque não me faltava nada em casa e eu sempre tinha dinheiro. porque meu pai mandava e eu não sabia o que fazer com o dinheiro. Então comprava arma. Eu comprava com os moleques as armas e deixava na casa dos outros porque eu não podia aparecer com nada em casa. Duas vezes só que acharam arma em casa, eu procurei e minha irmã tinha achado e eu botei pressão na minha irmã e ela confessou que a arma já estava lá fora na sacola de lixo, eu fui lá rasguei tudinho e peguei. Na segunda vez foi minha mãe só que eu disse que não era minha e que eu tinha que devolver porque senão eu ia me complicar. Como eu sabia que estava sem bala porque eu deixava sem bala em casa, eu tirei da mão dela e disse que ia devolver, escondi em casa, dei uma volta na rua e voltei para casa. A partir daí comecei a dar muito trabalho e eu fui preso muito novo também, fui preso com 19 anos.

Todas as vezes que Romeu se refere à prática de delitos neste momento de sua vida, sempre afirma que fazia por coragem, por habilidade e por conquistar um bom espaço, um espaço de destaque, no grupo de “moleques” com quem andava. Sua coragem era tamanha que praticava também assaltos sem qualquer arma, somente infligindo medo na vítima. Apesar da vida dupla que levava e a levava com gosto, Romeu consegue concluir o ensino médio por muita insistência de sua mãe que, embora mais ausente, nunca o deixou de incentivar para os estudos.

Com aproximadamente 18 anos de idade, Romeu começa um relacionamento amoroso com uma garota um pouco mais velha e este foi o momento em que se aprofundou mais no mundo da delinquência. Motivado por sua revolta, coragem e, agora, para impressionar sua nova companhia, os assaltos ficaram mais constantes e mais perigosos a ponto de ser marcado pela polícia para morrer.

Com seu novo namoro, Romeu conhece novas pessoas e mais experientes na prática de delitos já que a garota era filha do mais temível e famoso traficante de drogas

do Estado do Pará, o “Ninja”¹²¹. Com a convivência nesta família, Romeu afirma que perdeu qualquer receio de ser preso porque, segundo ouvia, passaria pouco tempo preso por ser primário e com bons antecedentes, porque nunca havia sido capturado quando adolescente.

Então comecei a namorar e de todas as mulheres eu fui escolher justamente a filha do “Ninja”, aquele que morreu no presídio São José, e através dela me meti da família dela e comecei a fazer mais assaltos eu perdi qualquer medo que podia ter. Eles gostavam de mim porque eu era habilidoso e eu pensava assim: ‘Ah! Se eu for preso, vou passar só um ano porque sou primário e menor de 21 anos. Eu não vou passar muito tempo! Eu nunca imaginei que ia cair num latrocínio que é crime hediondo e é prisão e pronto.

Segundo Romeu, a vida sem medo e o novo relacionamento “me levaram para a prisão e aí fui abandonado por todo mundo, menos minha família”. Em dezembro de 2004, Romeu foi preso em flagrante pelo delito de latrocínio¹²², ou seja, roubo qualificado pela morte; porque, embora afirme que não era uma situação de flagrante delito, ele ficou recluso por decisão da família que o apresentou à Polícia Civil, pois estava sentenciado à morte, já que a vítima possuía parentesco com policiais militares e por este delito foi sentenciado a 21 anos e 80 dias de prisão, em regime inicialmente fechado.

Sem querer conversar muito sobre as circunstâncias do delito, afirma que praticou sozinho o delito e que sua família, quando soube da prática do delito, decidiu que ele tinha que pagar pelo que fez e não proporcionou uma assistência jurídica mais qualificada. Romeu foi defendido pela Defensoria Pública do Estado: “...minha família fez pressão porque ficaram muito abalados e disseram: ‘olha agora que tu fizeste isso vais ter que pagar’. Nem recorreram muito com advogado nem nada, meu advogado foi o defensor”.

A entrada no cárcere foi traumática. Com a mentalidade voltada para o crime, a adaptação no ambiente penitenciário não foi muito longa e difícil. Devido à quantidade de pena que deveria cumprir, Romeu foi colocado no presídio de Americano junto com as principais lideranças do Comando Vermelho, no estado do Pará. Sem preocupar-se

¹²¹ José Augusto Viana David, conhecido pela alcunha de “Ninja” foi um dos principais traficantes e assaltantes de banco do Estado do Pará na década de 1990. Ninja foi morto no ano de 1998 após uma rebelião no presídio estadual São José pelos próprios reclusos. Nesta mesma rebelião, vários líderes de facções criminosas também foram mortos, segundo a imprensa, pelos próprios reclusos a mando de outras facções. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff02039819.htm>. Acesso em 18/05/2019.

¹²² Delito previsto no artigo 157 §3º, primeira parte, do Código Penal brasileiro e é o segundo delito mais grave do ordenamento penal com pena máxima de 30 anos e mínima de 20 anos.

com as demais situações que envolvem um encarceramento, Romeu preocupava-se simplesmente em observar e entender as regras informais que comandam a vida na reclusão.

Neste novo ambiente, qualquer ação poderia desencadear problemas, confusões e até mesmo violência física. Após algumas semanas, sem saber, Romeu faz amizade com um dos principais líderes do Comando Vermelho que, na condição de analfabeto, não sabia escrever ou ler suas cartas, ficando esta função a cargo de Romeu. Esta amizade fez com que Romeu nunca sofresse qualquer forma de violência por parte dos demais reclusos e, também, dos funcionários da administração penitenciária. Ao contrário, aproximou-o à facção criminosa a ponto de ser uma voz de respeito dentro da instituição penitenciária.

Devido a este contato com o Comando Vermelho, as preocupações comuns que tinham quase todos os reclusos que chegavam à instituição penitenciária - como, por exemplo, má qualidade da alimentação e do alojamento - não eram as preocupações de Romeu, porque o tratamento diferenciado permitia o acesso a uma comida melhor e a um alojamento melhor. O respeito deferido a Romeu dentro da instituição penitenciária aumentou sua autoestima e o fez crer que sua vida era realmente a criminalidade. Mas novamente Romeu poupava sua família destas informações.

A vida dupla vivida fora da instituição penitenciária continuou a ser vivida também em seu interior: “...continuei vivendo esta vida dupla. Naquele tempo, minha mentalidade era só voltada para o crime”. A família de Romeu realizava regularmente as visitas semanais, principalmente sua mãe que nunca faltou a uma só visita e, nestes momentos, aconselhava-o a buscar alguma atividade interna para ocupar sua mente e diminuir o tempo de reclusão. Romeu, no entanto, não queria realizar nenhuma atividade por dois motivos: a) não queria exercer qualquer atividade futura que envolva a venda ou criação de animais, já que não havia qualquer curso disponível no momento; b) não queria ser alvo de qualquer problema, pois sair para trabalhar poderia ser um problema em razão da desconfiança que isto gera nos demais reclusos. A nova vida vivida estava boa e neste tempo, pouco mais de 6 anos de reclusão em regime fechado, Romeu não trabalhou, nem estudou. Seu único objetivo era esperar o tempo para progredir para o regime semiaberto e então fugir.

Naquele tempo eu entrei no cárcere revoltado, apesar da minha visita, da minha família nunca ter me abandonado, mas lá as pessoas aprendem coisas piores ainda. Naquele tempo minha mentalidade era só voltada para o crime e falei

para minha mãe assim: 'Olha mãe, assim que eu pisar na Colônia eu vou fugir, porque vou fazer o quê lá? Eu tenho muitos anos para ficar preso e eu vou sair de lá sem nenhum curso profissionalizante, vou sair para rua para mexer com porco com pato na cidade? Aqui não dá para trabalhar porque fico mal visto'.

Apesar de ser uma voz de respeito dentro da instituição, Romeu não liderou nenhuma atividade delituosa dentro da casa penal de Americano e muito menos foi nomeado líder de qualquer organização criminosa. Romeu teve que misturar-se por “uma questão de sobrevivência”, já que tinha muito tempo de reclusão para cumprir e poderia ser um alvo fácil em qualquer rebelião. Misturado ao meio, Romeu auxiliava os demais a esconder objetos proibidos dentro da penitenciária e assim ganhou muito respeito por escolher ser uma das três coisas que mais geram respeito dentro da instituição penitenciária: ser “pulador de muro”.

O “pulador de muro” é a pessoa que organiza e comanda as ações dentro da instituição penitenciária em contraponto à autoridade estatal. Na verdade, são três coisas que geram respeito: a) ser um grande assaltante de banco; b) ter muito tempo de condenação para cumprir e c) ser “pulador de muro”. Para Romeu, no princípio, fez tudo para sobreviver, porque sabia que ficaria muito tempo recluso. Mas, com o passar do tempo, pensou em ser uma liderança dentro do Comando Vermelho, porque os líderes perceberam sua liderança e sua inteligência e por tal motivo outros reclusos que deixavam a reclusão continuavam a mandar itens para Romeu como dinheiro e créditos de celular.

Naquele tempo eu ficava com os do Comando Vermelho. Eles me achavam inteligente porque eles não querem um drogado, caras que mexem com besteira, querem pessoas inteligentes para expandir a facção, para eles o que vale é a inteligência para ter a liderança de alguma coisa. Eu não cheguei a ser líder, mas tinha uma voz respeitada devido aos anos que passei lá e devido às amizades que eu fiz com pessoas que eram líderes, porque eu não fazia nada de errado, como espancar uma pessoa sem motivo ou de tomar uma atitude para cima de funcionário sem razão. Eu lá não sofri nenhuma violência por conta das amizades e eu intervinha a favor dos presos para não espancaram os presos que estavam comigo e isso foi elevando o meu grau de respeito.

Eu não comandi nenhum crime de dentro da prisão, mas as pessoas mandavam as coisas para mim lá para dentro. Digamos assim, eu continuei vivendo aquela vida dupla. Os caras roubavam fora e mandavam coisas para mim, colocavam crédito no meu celular e mandavam dinheiro sem minha família saber. Como eu havia dito, minha vida tinha parado naquilo e era aquilo que eu gostava. Até queria ser um líder, mas a vida deu outro rumo. Lá dentro tem a regra da criminalidade que vale mais, eu tinha que pensar bem para fazer as coisas porque eu tinha que sobreviver. O fato de eu ser admirado pelos presos me levava mais ainda para aquilo, para a criminalidade.

Nós fazíamos as coisas na troca de turno, nós tínhamos tudo lá dentro. A gente ficava contando o tempo na troca de turno e aí íamos esconder as coisas, facas;

serras; arames (...). Tínhamos muita coisa lá dentro. Então eu me aliei com os caras e fiquei respeitado. Lá tu és respeitado por três coisas: assaltante de banco famoso; ou tu eras sofredor, que é aquele tem 20 ou 30 anos para puxar; ou tu eras o pulador de muro, que são aqueles que botam para cima e fazem todo o movimento lá dentro. Eu me aliei aos puladores de muro.

Toda a conduta de Romeu dentro da instituição penitenciária era de total desconhecimento para sua família. Sabiam apenas de seu desejo de fugir. Porém, quando a vida parecia fixada definitivamente na criminalidade, a mãe de Romeu numa das visitas informa que realizou as diligências necessárias junto à Vara de Execuções Penais de Belém para que ele realizasse processo seletivo numa Instituição de Ensino Superior, na cidade de Castanhal, para o curso que sempre quis realizar: Tecnologia em Rede de Computadores.

...minha mentalidade era o crime, mas minha mãe falou: 'não meu filho não foge, eu te matriculei numa prova de vestibular e estou só esperando o juiz assinar uma autorização, espera que vai chegar e faz essa prova. Minha mãe me incentivou, mas foi muito agir de Deus porque eu fui criado na igreja católica e para mim era só o pai nosso, a Avé Maria e para mim já tinha orado. Mas preso eu conheci minha parte espiritual, dobrar os joelhos e conversar com Deus.

O desejo por realizar um curso que envolvesse computadores é fruto dos momentos que Romeu acompanhava o pai: “desde que eu ia com meu pai trabalhar eu tinha vontade de fazer alguma coisa que mexesse com computador”. Embora tivesse o desejo de realizar a prova, a indecisão era evidente, pois Romeu pensava que sua vida havia acabado na criminalidade e que fora disto não haveria alternativa. Foi a insistência da mãe que o fez realizar a prova e, segundo afirma, foi este o primeiro momento em que conversou com Deus e pediu uma direção, reconhecendo pela primeira vez seu lado espiritual.

Mesmo sem acreditar muito que o Juízo da Execução Penal autorizasse a saída de um recluso, Romeu decidiu que, se tal autorização chegasse, iria realizar a prova. Durante todo este tempo de reclusão, 6 anos aproximadamente, Romeu não realizou nenhum estudo, neste tempo: “eu não peguei num só livro para estudar, fui com o que sabia”. A autorização chegou e Romeu foi liberado, mediante vigilância, para realizar o processo seletivo, sagrando-se, ao final, aprovado para cursar o ensino superior e, além disto, o primeiro recluso do Estado do Pará aprovado num processo seletivo para o ensino superior, estando ainda em regime fechado.

No dia que fui fazer a prova lá da FCAT eu dobrei meu joelho pedi a Deus e passei direto na frente de muita gente. Naquele tempo eu fui o primeiro interno

no Pará a ganhar uma licença para estudar, os outros presos me perguntavam e eu dizia que era direito do preso sair para estudar e trabalhar é só lutar por isso.

No ano de 2008, Romeu começou a cursar o ensino superior, mesmo em regime fechado e, apesar de pensar o contrário, os demais internos o apoiaram nesta decisão e foi a partir deste momento que Romeu começa a distanciar-se da criminalidade. No entanto, as saídas de Romeu geraram muita desconfiança por parte dos funcionários da administração penitenciária, tudo por conta do histórico de Romeu que, numa certa ocasião, espancou um funcionário e assim ficou com o nome manchado dentro do sistema penitenciário do Estado do Pará.

Sem querer falar sobre o assunto, Romeu afirma que esta agressão que praticou contra um funcionário da administração penitenciária foi fator gerador de todas as dificuldades que encontrou para cursar o ensino superior, dificuldades estas criadas pelos próprios funcionários que a todo custo tentavam bloquear suas saídas, apesar da autorização judicial. Logo, quando evoluiu para o regime semiaberto, com a consequente mudança para outra casa penal, Colônia Agrícola de Santa Izabel, os funcionários desta nova casa já sabiam quem era Romeu e o que havia feito.

As dificuldades eram imensas. Romeu sempre ouvia que merecia morrer no cárcere e rapidamente a notícia de que o “espancador de funcionário” havia passado para cursar ensino superior se espalhou. Todo tipo de problema para evitar a saída de Romeu da instituição penitenciária foi posta pelos funcionários. Ainda assim, por alguma razão que Romeu não sabe explicar, o diretor, Capitão Jandersom, acreditou que as saídas seriam frutíferas para uma mudança de comportamento e que Romeu deveria sair para estudar sem escolta da administração penitenciária.

Eu peguei um sistema muito despreparado. Diziam que eu ia sair para roubar, para estuprar e recebi muita represália dos funcionários. Só um diretor, o Capitão Jandersom, me ajudou e me deu incentivo e falou assim: ‘olha vai chegar tua licença, não posso te deixar sair porque teu papel não chegou, mas eu confio em ti e quando chegar teu papel a gente regulariza’. Em tese eu não poderia sair enquanto não chegasse minha licença, mas ele confiou em mim e me liberou, porque naquele tempo não era tão digital como é hoje então a gente esperava um ou dois meses e um ou dois meses de aula perdida era muita coisa, sabe. Ele não. Me liberava. Eu ia para a Faculdade e depois voltava.

O curso de Redes de Computadores que frequentava era custeado pela família e por uma tia de que era funcionária do Ministério Público. Romeu sempre foi muito querido e respeitador dentro do ambiente familiar e até à data da entrevista revela que a

história é de desconhecimento geral (de sua família), porque não quer decepcioná-los mais do que já decepcionou.

A opção pelo curso superior surge como uma opção de crescimento profissional e intelectual e, também, para satisfazer um antigo desejo de infância. Claramente o apoio e iniciativa da mãe foi fundamental para a realização do desejo de Romeu que afirma, sem sombra de dúvidas, que foi a “...Faculdade que me tirou do crime”.

As represálias dos funcionários são, para Romeu, produto do seu passado “violento” e também porque muitos reclusos não querem realmente uma mudança e que este sentimento, hoje, está também nas ruas onde as pessoas pensam que pelo fato de uma pessoa haver passado pela instituição penitenciária, tem que sofrer pelo resto da vida e, apesar de todas as dificuldades, Romeu conseguiu concluir, no ano de 2011, seu curso de graduação e dedica esta vitória ao Capitão Jandersom.

Para eu conseguir me formar foi muita batalha com os funcionários, eles diziam: ‘esse daí quer sair para roubar, não tem jeito!’. Quem me salvou foi esse diretor. Eu nem sei porque ele acreditava em mim. Ele discutia com os funcionários e por causa dele eu consegui me formar.

Ainda no regime fechado, Romeu conseguiu frequentar o curso superior que desejava realizar e, embora pensasse que isto seria um problema diante dos demais companheiros de reclusão, a realidade mostrou-se diferente. Romeu atribui isso, novamente, ao respeito que conquistou ao longo dos anos, já que a ausência constante de um recluso do seu lugar de reclusão é fator determinante para atribuírem a ele a responsabilidade de coisas que venham a acontecer durante sua ausência.

Eu venci muitas barreiras porque lá no presídio quem trabalhava já não podia ficar no meio do pessoal porque já não é mais de confiança. Então devido ao respeito que tinham por mim eu não tive muito problema com isso, ao contrário, diziam assim: ‘manda um beijo lá para as universitárias’. Até pessoas grandes mesmo lá dentro que já morreram não deixavam nada acontecer para eu sair para estudar porque se eu ficasse muito tempo longe da cela era motivo de desconfiança e de confusão se acontecesse algo.

Como cursava no turno vespertino, Romeu tinha somente autorização para sair e voltar nos exatos limites do horário de aula, tomando o ônibus coletivo que saía do complexo de Americano e para lá regressava. Eram mais de 40 quilômetros todos os dias letivos e qualquer variação no seu horário de aula deveria ser encaminhada, mediante comprovante emitido pela Faculdade, com antecedência à direção da penitenciária. Em sua sala de aula, nem alunos ou professores sabiam da condição de

reclusão e Romeu fazia questão de manter isto em segredo por medo de qualquer forma de preconceito.

Ao completar 7 anos de reclusão, Romeu progrediu para o regime semiaberto – no começo do ano de 2009 – e acreditou que sua vida seria mais fácil. Porém, as dificuldades persistiram, porque os novos funcionários já sabiam de seu passado, já que “um funcionário vai falando para o outro e tudo mundo fica sabendo quem entra e quem sai da Colônia”. Todas estas dificuldades fizeram realmente Romeu crer ser indigno de realizar qualquer curso superior; mas encontrou apoio na família e também na sua fé.

Era tanta perturbação e dificuldade que eu já estava achando que não era para continuar, que eu realmente não merecia isto. Mas Deus foi tão grande que me deu forças para continuar e minha mãe sempre estava lá me apoiando. Eu recebi muita represália mesmo dos outros funcionários, porque na verdade é uma minoria das pessoas que querem mudança, então eles dificultavam minha vida. Não queriam receber os papéis da Faculdade e davam qualquer motivo para eu ficar em MD, que é a medida disciplinar, que era para eu ficar no fechado e se não fosse o Capitão eu tinha perdido muita coisa. Ele foi um cara que acreditou em mim e eu dedico a minha vitória como se fosse vitória dele.

Determinado a terminar seu curso, outro problema enfrentado era estudar num ambiente inadequado para a concentração, já que na Colônia Agrícola tudo acontecia. Festas, bebidas, drogas e muito barulho eram comuns naquele ambiente e manter a concentração para realizar qualquer trabalho ou estudar para os exames era difícil. Romeu buscava sempre estudar durante a noite ou madrugada que geralmente eram os momentos mais calmos e, além disto, manter o máximo de concentração durante as aulas.

Foi muita luta para eu conseguir estudar. Naquela época os presos na colônia tomavam cachaça porque naquela época a colônia não tinha muro, até aparecia na televisão e eu tinha que estudar naquele som alto e no meio de drogas, mas eu sempre buscava estudar pela noite ou madrugada que era mais tranquilo. Eu tive que me adaptar e achar uma forma de estudar na prisão porque era muito barulho, muita confusão, então eu assistia com a atenção a aula e estudava pela madrugada que era o melhor horário. A Educação é que me transformou! Eu entrei criminoso e hoje não quero nem saber disso.

Do ambiente acadêmico Romeu tem boas recordações, principalmente dos Coordenadores do Curso, Prof. Manuel e Prof. Sarmanho que, mesmo sabendo da condição de reclusão, nunca o trataram de forma diferenciada. Os coordenadores souberam por que numa certa ocasião, devido a uma mudança temporária no horário de aula, Romeu conversou e solicitou um atestado da mudança quando foi obrigado a contar a razão de seu requerimento. A atitude dos docentes foi um verdadeiro incentivo

para que Romeu seguisse com a cabeça erguida e bem dedicado aos estudos apesar das dificuldades. As notas obtidas nas provas eram boas e melhores do que muitos companheiros de classe. Durante toda a graduação Romeu afirma nunca haver tirado uma nota “vermelha”: “minhas notas na FCAT eram muito boas eu não tinha nenhuma nota vermelha e até mesmo meus companheiros se assustavam e brincavam: ‘como esse cara só tem nota boa as nossas parecem de carnaval’”.

O contato com os coordenadores era constante e o apoio também. Muitas vezes, sem qualquer motivo, os coordenadores buscavam a Romeu para saber se havia qualquer dificuldade ou qualquer outra coisa que gostaria de falar e, então, as conversas travadas eram longas e cheias de incentivos. Durante o curso inteiro, nenhum outro professor ou aluno soube que Romeu era um recluso. Relata ainda que durante seu curso foi muito elogiado pelos professores, principalmente pela Prof. Diná, da disciplina Comunicação e Expressão, porque possuía uma grande facilidade de aprendizado.

A vida de Romeu na reclusão tomou outro rumo, sem envolver-se em qualquer problema no ambiente penitenciário. Apercebeu-se que a educação era a solução para um futuro melhor. Mas no ano de 2010, um problema envolvendo outros reclusos fez com que regredisse ao regime fechado e assim perdeu 60 dias de aulas e por conta disto perdeu provas e teve que realizar exames especiais. Segundo relata, sua regressão a um regime de cumprimento de pena mais severo foi arquitetado pelos funcionários que ainda nutriam sentimento de vingança.

Em 2010, a administração da Colônia Agrícola descobriu a presença de uma menor de idade junto aos reclusos e que ali estava porque mantinha um relacionamento com um dos reclusos. Retirada do ambiente de reclusão e sem saber como ali chegou, a administração penitenciária investigou e concluiu que a menor de idade havia sido violada por 30 reclusos – segundo relato da própria menor – do mesmo setor que estava Romeu.

Romeu sabia da presença da jovem naquele lugar, mas não podia falar absolutamente nada, porque era o único que passava mais tempo fora da instituição penitenciária que os demais. Por conta disto, apesar da menor não mencionar seu nome, os funcionários levaram a todos, inclusive Romeu, para o CRPP 3 (Centro de Recuperação Penitenciária do Pará), presídio de segurança máxima e somente Romeu foi submetido a uma medida disciplinar de 60 dias numa cela sozinho e seus direitos foram retirados. Somente após a análise judicial do caso Romeu foi retirado da cela e

reenviado à companhia dos demais reclusos; porém, ainda em regime fechado. Posteriormente, especificamente um pouco mais de ano depois do fato, aqueles levados ao regime fechado foram absolvidos e reenviados ao semiaberto.

Eu voltei para o fechado por causa disso (represália por parte dos funcionários). Eu passei um pouco mais de 1 ano fechado. Quando eu voltei, não voltei a ter contato com os chefes porque olha só o que aconteceu, eu fui regredido pelos funcionários porque naquela época houve um escândalo de uma menor de idade que conseguiu entrar em Santa Izabel, está entendendo? Esta jovem visitava um rapaz lá dentro, mas como ela tinha sido a segunda menor pega na cadeia, que a primeira tinha sido em Abeatetuba (cidade próxima a Belém), então jogaram também para cima de mim porque ela disse que 30 tiveram relações com ela, mas não foi isso que aconteceu porque eu sei que o laudo do IML (Instituto Médico Legal) não atestou estas agressões e depois ela tirou a denúncia e fomos absolvidos. Eles pegaram todos do mesmo corredor e jogaram no fechado e eu fui o único de todos que fui mandado para o CRPP 3, que é uma cadeia de segurança máxima, onde nem meus gritos iriam escutar e ainda fiquei numa MD (Medida Disciplinar) de 60 dias sem visita e sem falar com ninguém.

Este tempo de reclusão, sem qualquer saída – 60 dias de medida disciplinar – impediu que Romeu acesse ao mercado de trabalho, através de um convênio que a Faculdade mantinha com empresas do ramo da computação onde, segundo relata, já tinha proposta de trabalho com um bom salário quando se graduasse. As empresas selecionaram os melhores do curso e “...eu perdi uma proposta de emprego de uma das empresas afiliadas com a Faculdade porque eu já estava me formando e depois fui para o fechado e não consegui o trabalho e tinha lá um salário bom”.

A nova reclusão não retirou o ânimo em graduar-se. Romeu teve que estudar o dobro e assim, no princípio do ano de 2011, logrou sua graduação e também ser o primeiro recluso do Estado do Pará a graduar-se iniciando os estudos ainda no regime fechado. Romeu deu muitas entrevistas, saiu como notícia no âmbito nacional: “Eu não desanimei e fui o primeiro interno a se formar no cárcere daqui do Pará, eu saí no Fantástico, na RBA (Rede Brasil Amazônia) e nas rádios”.

Foi no final de sua graduação que revelou a sua condição de recluso aos seus colegas de sala e esperava uma reação negativa, porém, obteve somente admiração. O ambiente acadêmico foi outra forma, segundo relata, de viver uma vida dupla: “No final do curso, três anos depois, eu contei para eles. Eu esperava uma reação negativa, mas eles me admiraram por isto, então eu vivi outra vida dupla”.

O trabalho pelo programa “Começar de Novo” no Tribunal de Justiça é o segundo trabalho, no âmbito deste programa, pelo qual Romeu passou. O primeiro foi nos Correios, no ano de 2014, quando Romeu foi completamente absolvido da acusação

de violação da jovem, menor de idade, que foi encontrada nas dependências da Colônia Agrícola. Ao receber seu Alvará de Soltura por este problema, Romeu foi transferido para a cadeia de Val-de-cães, já na cidade de Belém, e nesta cadeia, por decisão do então diretor Coronel Azevedo, nenhum recluso ficaria sem trabalhar e, como Romeu já possuía nível superior foi imediatamente colocado para trabalhar como agente de entregas no NEC (Núcleo de Execução Criminal) da SUSIPE. O horário de trabalho no NEC iniciava às 8hs da manhã e terminava às 16hs, com intervalo de 1 hora para o almoço. A função de Romeu era entregar as correspondências e ofícios aos órgãos públicos que trabalham em conjunto com a SUSIPE e, por conta desta função, Romeu começou a “sentir o cheiro da liberdade”.

A função no NEC não era considerada por Romeu como um “trabalho de verdade”, mas sim uma forma de manter-se longe da reclusão, já que entregar correspondências e ofício não era uma função que lhe traria, no futuro, qualquer benefício. Romeu queria na verdade trabalhar em qualquer função que envolvesse sua formação.

Pela função Romeu recebia uma bolsa que correspondia a um valor que não se recorda exatamente. Sabe dizer somente que era pouco e que a SUSIPE “ficava com quase todo meu salário”. O tempo de trabalho foi curto, somente um pouco mais de um mês. Neste tempo, Romeu conheceu a Dra. Sheila, que trabalhava na SUSIPE e que, posteriormente assumiu a Coordenação do Programa “Começar de Novo”. Através da Dra. Sheila foi feito o cadastro de Romeu para uma das vagas existentes nos Correios e aproximadamente 1 mês depois foi selecionado e inserido para trabalhar na empresa estatal.

Quando eu ganhei o alvará do estupro saí e eu fui para cadeia de Val-de-Cães. Eu cheguei lá, o Coronel Azevedo era o diretor, e ele dizia: ‘olha na minha cadeia ninguém fica vadiando, todo mundo vai trabalhar’. E como eu tinha ensino superior ele me colocou para trabalhar na SUSIPE para fazer entrega lá. Na SUSIPE era o pior salário, eu nem lembro quanto era, porque eu tinha que fazer trabalho externo. Eu ganhava mais que aqueles que estão lá na colônia, mas a SUSIPE ficava com quase todo o meu salário. Eu não queria trabalhar lá, mas foi bom porque eu fiz amizade com a Sheila e ela me colocou logo nos Correios. Eu fiquei na SUSIPE um mês e alguns dias.

Segundo relata, não houve qualquer forma de seleção devido ao nível superior que já possuía e, assim sendo, foi imediatamente enviado à sede administrativa dos Correios para trabalhar junto a Superintendência regional. Em relação ao programa “Começar de Novo”, Romeu só soube de sua existência quando trabalhava na SUSIPE.

Foi nos Correios que eu trabalhava de verdade, eu trabalhava na parte administrativa, eu fazia praticamente tudo lá, eu trabalhava com a Supervisora na Superintendência. Eu fazia desde o pagamento dos reeducandos do “Começar de Novo” até liberação do vale transporte. Eu mexia no sistema administrativo deles porque eu fui alocado com a Supervisora.

Agora num trabalho de verdade, Romeu passou a ganhar um salário mínimo e mais um auxílio transporte, mau grado a SUSIPE reter 50% de sua remuneração. Mas nem isso foi suficiente para que Romeu se sentisse indigno, porque sentia que fazia algo útil, dentro de sua área de formação, ainda que parcialmente, e recebia uma quantia que superava em muito a quantia recebida na SUSIPE, que classifica como revoltante: “Como eu me senti quando recebi o primeiro salário? Olha esse da SUSIPE aí na verdade eu nem chamo de salário porque é revoltante. Nos Correios eu já ficava com mais dinheiro e eu realmente me senti digno porque aquilo era fruto do meu trabalho”.

Relata a experiência nos Correios como maravilhosa e orgulha-se de haver sido um trabalhador exemplar, o único trabalhador vinculado a um programa social que recebeu férias por deliberação exclusiva dos Correios, como forma de reconhecer os seus serviços. Embora tivesse um chefe rígido e a princípio um pouco desconfiado, aprendeu a trabalhar sob grande rigidez e exigência, a ponto de, com o passar do tempo, receber o benefício de chegar meia hora mais tarde e compensar saindo meia hora mais tarde, tudo com permissão de seu chefe.

A rotina de trabalho era prazerosa e alimentou sua autoestima. Reconhece que sofreu preconceito indireto, já que tratavam, de alguma forma, de o excluir das reuniões festivas realizadas pelos funcionários e, até mesmo, se dava conta que alguns funcionários não deixavam alguns itens pessoais próximo a Romeu por medo de eventuais furtos. Romeu via tudo isto com normalidade em razão da sua relação penitenciária de trabalho: “eu era uma pessoa que estava na cadeia, é normal”. Esta normalização fazia com ele se afastasse das pessoas para se dedicar exclusivamente ao trabalho. Com o passar do tempo foi, pouco a pouco, incluído a ponto de reconhecer, hoje, seu chefe como um amigo que sempre mantém contato.

*Na época dos Correios meu chefe era muito rígido, ele demorou a confiar em mim, mas eu consegui superar e até hoje ele é meu amigo. Com ele eu sempre fui claro. Quando ia chegar tarde eu avisava porque eu moro longe, moro no Distrito Industrial, então ele me deixava chegar tarde aos Correios, era para eu chegar às 8hs e eu chegava às 8:30 e saía meia hora mais tarde. (...)
O preconceito sempre tem, né! Lá nos Correios eu notava que a pessoa escondia as bolsas, os celulares quando eu chegava, mas é normal, né! (...) aos poucos eu fui me incluindo e depois de um tempo ele passaram a me chamar para as*

comemorações deles e depois ficamos amigos, quando saí de lá fizeram até despedida!

Romeu cumpriu os 2 anos de contrato nos Correios. Próximo ao término de seu contrato, começou a pensar em alternativas para continuar trabalhando num ramo que contemplasse sua formação e sua experiência nos Correios (onde trabalhava, também, com a manutenção do sistema administrativo da empresa, além de realizar as funções de secretaria). Sabia que encontraria problemas com sua folha de antecedentes criminais: “foi difícil, eu queria alguma coisa que mexesse com minha área de formação e com o que aprendi nos Correios, mas quem emprega preso?”.

Com receio da resistência que poderia encontrar por conta de seu passado judicial, Romeu não distribuiu nenhum *curriculum* e recorreu ao programa “Começar de Novo” e a Dra. Sheila. Romeu então esperou a finalização de contrato – já que não se podia postular vagas estando com um contrato ativo – para então requerer, formalmente, novo espaço no âmbito do programa. Foram três meses desempregado até que foi chamado, através de uma ligação, para ocupar uma vaga no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sem qualquer seleção devido aos seus estudos e boa experiência nos Correios.

Quando eu saí dos Correios eu fiquei uns 3 meses sem trabalho e dei entrada no “Começar de Novo” porque não deu para fazer antes porque ainda estava lá trabalhando e preenchi a vaga devido aos meus estudos de novo. Eu descobri o programa quando eu passei pelo NEC (Núcleo de Execução Criminal) quando eu passei pela SUSIPE. Então como eu já tinha cadastro eu fui incluído rápido nos Correios e aqui no Tribunal. Eu entrei aqui no Tribunal no dia 6 de janeiro de 2017, se não me engano.

Nestes três meses, Romeu viveu com ajuda de sua mãe e pai e também com algum dinheiro que economizava quando recebia parte de seu salário. Não foram três meses difíceis por conta de sua preparação para a saída e ajuda de sua família e, também de sua namorada – hoje companheira – que conheceu quando ainda estava recluso na Colônia Agrícola, através de uma rede social. Hoje Romeu tem uma filha de 3 anos com esta companheira. Com o salário nos Correios, Romeu mantinha-se, ajudava nas despesas da casa de sua mãe e, também, ajudava na criação de sua filha.

Eu tenho uma menina com uma companheira de 3 anos e em setembro completa 4 anos. Eu conheci minha companheira quando ainda estava preso através de uma amiga que falava muito de mim para ela e nós começamos a conversar pelo ORKUT e depois ela começou a me visitar e até hoje estamos juntos.

O nascimento de sua filha fez ascender o desejo de construir um lar para que, junto com sua companheira, formassem uma família; porém, com a remuneração baixa e a situação de desempregada de sua namorada não permitiam a realização deste desejo. Com a estrada no Tribunal de Justiça, no ano de 2017, foi possível porque Romeu, para sua surpresa, passou a receber 100% de seu salário, ou seja, nenhum percentual ficava retido na SUSIPE.

O novo ambiente de trabalho no Tribunal de Justiça seguiu os mesmos padrões daquele realizado no Correios, com uma diferença: todos seus companheiros de trabalho eram pessoas que estavam na mesma situação de Romeu. Assim, no local de digitalização de processos nunca houve qualquer forma de preconceito, embora Romeu desse conta dos olhares dos demais funcionários, quando caminhava pelos corredores do Tribunal, embora nunca manifestassem nada: “aqui não tem o preconceito, somos todos amigos e é um apoiando o outro, mas aqui já foi chamado de ‘sala dos presos’ e eu notava aqueles olhares quando andava lá por cima”.

Como possui conhecimentos avançados na área de informática, atua também ajudando seus colegas a entenderem como funciona o sistema LIBRA de gestão processual do Tribunal de Justiça, além de realizar tramitações processuais, digitalização e remessa para o setor correspondente.

Ao assinar contrato com o Tribunal, Romeu soube somente que receberia uma quantia um pouco superior a um salário mínimo, porque o Tribunal também pagava, além do auxílio transporte, auxílio alimentação. Como ocorrido nos contratos anteriores, pensava que a SUSIPE reteria 50% desta remuneração, e assim quando recebeu sua primeira remuneração “meus olhos brilharam”, porque nunca imaginou que 100% de seus esforços fossem recompensados nesta ordem, pois já estava “acostumado a ganhar menos porque eu sabia que a minha situação era igual à de todo mundo”. Com um pouco mais de um ano de trabalho, Romeu sonha em ser aprovado num concurso público compatível com sua área de formação. Este desejo é produto do bom ambiente de trabalho que encontrou no Tribunal de Justiça que fez-lhe desejar servir o público.

Atualmente, a remuneração de Romeu serve para sustentar sua família e pagar as contas típicas de um lar que montou com a mãe de sua filha que é, atualmente, sua companheira. Para Romeu, o trabalho no Tribunal foi “uma benção de Deus” e não pretende, nunca, por sua família, voltar à vida que tinha quando solteiro.

Romeu sabe que seu contrato tem prazo de dois anos e não será prorrogado. Ele pretende realizar seu sonho de ser funcionário público. Por enquanto isso não é possível, porque sabe que não assumirá um cargo público por conta de sua folha de antecedentes criminais, e por ainda cumprir pena em regime de prisão domiciliar, sem monitoração eletrônica, sendo impedido, durante os finais de semana, de sair de sua casa.

Diante da impossibilidade em assumir um cargo público, Romeu pretende distribuir *curriculum* para tentar ocupar uma vaga em alguma empresa privada que atue na sua área de formação, mas sabe que também há a dificuldade por conta de sua folha de antecedentes criminais. Reconhece que o trabalho no Tribunal será de fundamental importância para atuar profissionalmente em outro lugar, porém, sente receio de passar por apertos financeiros quando sair, não sabendo o que fará. Mas tem uma certeza na vida. Crimes nunca mais. E se vê superando, a cada dia, obstáculos colocados por uma sociedade que, para ele, é menos ressocializada que o que deveria.

Aqui é diferente. Eu recebo todo o salário e uso para sustentar minha casa, minha esposa e minha filha. Eu pago meu aluguel, água, luz e vivemos apertado, mas ajuda muito e não sei o que vou fazer quando eu sair daqui. Hoje eu estou em prisão domiciliar sem monitoração eletrônica e na verdade minha expectativa desde que eu coloque o pé na rua é fazer concurso público, mas enquanto eu tiver minha certidão suja é difícil, na verdade, até para empresa é difícil. Eu vou colocar curriculum e tentar entrar no emprego melhor mesmo com estas dificuldades.”

Hoje eu me sinto mais ressocializado do que muitas pessoas que não foram presas, que estão por aí, porque eu vejo gente brigando por besteira, pouca coisa, e de tudo isto eu busco me esquivar. Minha palavra é superação, eu encontro uma adversidade aqui eu trato de superar, mas crime, jamais!

5.11. Retrato Sociológico: Adrião da Sogra Figueira: “Aqui eu aprendi a dar valor ao trabalho não importa como ele é, eu é quem tenho que lutar para receber sempre melhor, batalhar na vida porque sem sacrifício a gente não consegue nada”

Adrião nasceu no dia 12/02/1989, na cidade de Marabá, no Estado do Pará. Ao lado dos seus quatro outros irmãos, viveu uma vida regular sem muitos luxos, sem passar por qualquer necessidade, quando viviam na cidade de Marabá. O pai trabalhava numa empresa e era o único provedor financeiro do lar e, por outro lado, a mãe dedicava-se exclusivamente aos cuidados do lar e à criação dos filhos.

A infância de Adrião decorreu sempre ao lado dos irmãos sem contato com qualquer pessoa estranha ao ambiente familiar. Todos estudavam em escola pública e Adrião sempre obteve boas notas, fiscalizados pela mãe que sempre apoiou e ajudou no que podia. Com aproximadamente 7 anos de idade, Adrião mudou-se para a cidade de Brasília, em companhia do pai e dos demais irmãos, em decorrência da separação de seus pais.

Em Brasília, Adrião e seus irmãos passaram a não serem fiscalizados em relação aos estudos e assim passou a viver uma vida sem regras, pois seu pai saía para trabalhar pela manhã e retornava somente pela noite. Eram os irmãos que cuidavam um dos outros, principalmente os mais velhos em relação aos mais novos.

Como tinha mais contato com as regras da rua, Adrião passou a acompanhar seus irmãos mais velhos na prática de delitos e assim ingressou, com aproximadamente 12 anos de idade na criminalidade. Todo este novo caminho, segundo Adrião, é produto da separação dos pais.

Não se contendo de saudades dos filhos, a mãe de Adrião decide mudar-se para a Brasília e nesta cidade consegue trabalho que, igual como o pai, tomava-lhe o dia inteiro. Aos poucos, todos os filhos passaram a viver com a mãe, porque o pai decidiu fugir com outra pessoa e passou a não ajudar financeiramente seus filhos. Desde este momento, Adrião, sem ter mais qualquer contato com o pai, guardou rancor que o moveu ainda mais para dentro de mundo do delito.

O envolvimento de Adrião com a prática de delitos fez com que, num determinado assalto, seus dois irmãos mais velhos fossem feridos mortalmente pela polícia. Por este evento, a mãe de Adrião decidiu enviá-lo, com aproximadamente 15 anos de idade, de volta à cidade de Marabá, onde, continuou a praticar infrações penais, por não ter nenhum outro meio de sobreviver.

No ano de 2012, Adrião foi preso em flagrante por tráfico de drogas e imediatamente submetido ao regime fechado de reclusão por ser, naquele momento, recluso provisório. Após três meses de reclusão, Adrião é definitivamente condenado a 6 anos e 8 meses de reclusão em regime semiaberto e assim é imediatamente transferido para o Cento de Recuperação Agrícola de Marabá.

Durante seu período de reclusão, trabalhou somente na produção de artesanato para remir sua pena no Centro de Recuperação Agrícola, pois durante o tempo que esteve recluso na qualidade de provisório, nunca trabalhou por não haver nenhuma

oportunidade. Por este trabalho não recebia qualquer remuneração, a não ser que a família vendesse, fora do ambiente prisional, os produtos.

Ao conseguir o regime aberto de cumprimento de pena, realizou um cadastro no Programa “Começar de Novo”, mas não conseguiu nenhuma oportunidade de imediato. Por isso mudou-se para a cidade de Belém, em busca de trabalho. Em Belém, conseguiu seu primeiro trabalho formal, com todas as garantias legais, na condição de vendedor de planos de televisão por assinatura.

Nesta função, Adrião ficou aproximadamente 11 meses, quando foi desligado porque seu empregador descobriu sua folha de antecedentes criminais. Após este episódio, Adrião trabalhou como técnico de refrigeração, até que conseguiu colocação no Programa “Começar de Novo”, no ano de 2017, para a função de digitalizador de processos judiciais. Com seu novo trabalho, passou a viver na companhia de seu filho e a pagar todos os gastos da criança.

Preocupado com término de seu contrato, Adrião pensa em fazer um curso de técnico em manutenção de aparelhos de ar-condicionado e assim trabalhar autonomamente, porque não acredita que será contratado em qualquer empresa por conta de sua folha de antecedentes criminais. Caso não consiga nenhuma colocação profissional em Belém, pretende regressar a Brasília para trabalhar com seu irmão.

A experiência da reclusão foi traumática para Adrião, apesar do pouco tempo de reclusão. Espera agarrar qualquer oportunidade que lhe apareça, porque quer ser um exemplo para seu filho e não causar mais nenhum sofrimento à sua mãe que não pôde, quando estava recluso, realizar qualquer visita por conta da distância.

Adrião, nascido em 12/02/1989, em Marabá, cidade de médio porte do interior do Estado do Pará, é filho de um casamento formal com quatro outros irmãos do sexo masculino. Até os sete anos de idade, recorda viver em família numa situação financeira estável sem muitos luxos, sem passar qualquer tipo de necessidade.

Seu pai trabalhava como auxiliar administrativo numa empresa em Marabá – que não recorda o nome – e com este salário mantinha sua família. Por sua vez, a mãe era a única responsável pela administração do lar e os cuidados dos filhos. Ambos os genitores possuíam somente ensino médio, mas mesmo assim incentivavam os filhos a estudar para que o futuro deles fosse melhor.

Apesar de não passarem nenhuma necessidade, Adrião e seus irmãos sempre estudaram em escola pública na cidade de Marabá e se lembra de ter um desempenho educacional regular por conta da rigidez de sua mãe. Sua infância decorreu exclusivamente em família e as brincadeiras sempre com os irmãos e alguns primos. No entanto, toda esta estabilidade familiar começou a estremecer por conta da constante infidelidade do pai, até que, quando tinha aproximadamente 7 anos de idade, ocorreu a separação de seus pais.

Ainda sem entender bem como tudo decorreu devido sua terna idade, presenciou algumas discussões entre seus genitores, mas nunca presenciou nenhuma forma de violência entre ambos. As discussões fizeram com que a mãe saísse de casa e então o genitor ficou, ao menos no ambiente doméstico, como único responsável por cinco filhos e a mãe continuou prestando auxílio.

Eu nasci em Marabá e com 7 anos fui para Brasília com meus pais e depois de um tempo voltamos para a Marabá. Minha infância, pelo que me lembro foi boa, uma parte numa cidade outra parte noutra até voltar para a Marabá. Nós éramos cinco e sempre brincávamos juntos, nunca passamos necessidade e era muito boa. Meu pai foi para Brasília porque ele conseguiu emprego melhor numa empresa lá e fomos todos para lá. Quando eu fui para Brasília eles já estavam separados porque meu pai tinha um monte de amantes e a mãe ficou em Marabá, eles se separaram quando eu tinha uns 5 ou 6 anos de idade. Depois ela foi para não ficar longe dos filhos e acabou que nós fomos ficando com ela porque ele depois sumiu.

Com 7 anos de idade aproximadamente, Adrião mudou-se com seus irmãos e seu pai para a cidade de Brasília, para recomeçar a vida, já que o seu genitor havia conseguido um emprego melhor. Todos foram a Brasília, menos a mãe de Adrião que ficou em Marabá, por não querer ficar próximo ao pai e ter que trabalhar para ajudar na manutenção financeira dos filhos.

Adrião sentiu que ficou muito tempo longe da mãe, mas na verdade hoje sabe que foram somente 3 meses. Sua genitora não aguentou a distância dos filhos e decidiu buscar trabalho em Brasília, mas todos os filhos continuaram a viver com o pai.

Quando Adrião chegou a Brasília foi matriculado numa escola pública e, já sem a vigilância da mãe, foi reprovado na sexta série umas duas ou três vezes (não recorda precisamente) e assim seu pai não o matriculou em nenhuma outra escola. Ele afirma já não ter mais interesse nenhum nos estudos e atribui esta falta de interessa à separação dos pais no passado.

Ao não estudar mais, Adrião passava o dia inteiro na sua casa ajudando no cuidado do lar com os demais irmãos (quando chegavam da escola) e assim todos os irmãos ficavam em casa durante a jornada de trabalho do pai um cuidando do outro. O tempo passou e Adrião nunca mais voltou a estar matriculado numa instituição educativa até seus 17 anos de idade, quando, por iniciativa própria, decidiu concluir seu ensino fundamental que havia abandonado quando estava apenas na 6ª série.

Eu estudei o ensino fundamental e médio todo em escola pública. Parei o ensino fundamental e fiquei uns 4 anos sem estudar, eu parei na sexta série e depois voltei a estudar com 17 anos. Eu repeti a série umas duas ou três vezes e depois parei, meu pai não quis mais me matricular em lugar nenhum. Eu voltei a estudar e depois voltei para Marabá e continuei os estudos, mas quando eu concluí o ensino médio no intensivo eu parei de estudar de novo.

Na infância e adolescência, depois que fui para Brasília, eu não tinha incentivo para trabalhar nem da escola e nem dos pais, para nada. Eu quando era criança não tinha vontade de ser nada, eu nem pensava nisso para ser sincero. Meus pais saíam para trabalhar, chegavam, dormiam e no outro dia saía de novo, eu não tive incentivo de nada. Quando eu ia para aula eu não me interessava em nada.

Adrião e seus irmãos ficavam sozinhos por muito tempo – o pai saía para trabalhar pela manhã e regressava pela noite – e os irmãos mais velhos começaram amizades no bairro que moravam e, com isto, a praticar assaltos. Com 12 anos de idade aproximadamente Adrião, o 4º filho, começou a praticar assaltos na companhia de seus dois irmãos mais velhos. Adrião não sabe como os irmãos começaram a praticar assaltos, só sabe que, após um tempo, também andava na companhia deles para conseguir dinheiro.

A decisão por praticar infrações penais foi somente para acompanhar os irmãos e relata que fizeram muitos assaltos e conseguiram muitas coisas, pois sem a fiscalização do pai, podiam desfrutar dos bens roubados sem que ninguém soubesse. A ausência constante do pai fez com que pouco a pouco todos os filhos fossem morar com a mãe que, devido a seu trabalho, também não fiscalizava mais como antes e também não insistiu mais para que Adrião continuasse os estudos.

Aos 13 anos idade, Adrião e seus irmãos já viviam todos com a mãe e, vendo esta oportunidade, o pai desapareceu com outra pessoa e nunca mais ajudou em absolutamente nada. Desde esta idade, Adrião pouco sabia de seu pai e isto gerou uma grande revolta por conta do sentimento de abandono. Segundo relata, atualmente pouco fala com o pai, apesar de saber onde atualmente se encontra, e que já ficou mais de 10 anos – sem saber precisar exatamente – sem saber absolutamente nada de seu genitor:

“Depois que a gente foi morar com ela não tivemos mais contato com ele, para não dizer que eu não falo com ele, semana passada eu falei com ele, mas eu fiquei mais de 10 anos sem falar com ele, eu dele não sabia nada. Ele sumiu e não ajudou mais”.

Nesta mesma idade – 13 anos – Adrião tentou regressar à escola para dar continuidade aos estudos. Efetuou a matrícula, porém, não frequentou nenhum dia de aula já que o queria era seguir fazendo assalto na companhia de seus irmãos. Como a mãe, que trabalhava o dia inteiro como auxiliar de limpeza numa empresa, chegava a casa somente para dormir, já não fiscalizava mais os estudos de nenhum filho e somente soube que Adrião não frequentava o ambiente escolar quando ocorreu a primeira apreensão por parte da polícia militar do Distrito Federal.

Quando eu era adolescente eu fui apreendido uma vez por causa de assalto lá em Brasília, foi quando eu tinha uns 13 ou 14 anos lá em Brasília. Minha mãe que foi me buscar eu fui preso num dia e no outro ou fui liberado, foi aí que ela ficou sabendo que eu não tinha ido nenhum dia para aula, mas não disse nada, só disse para eu não me envolver com certas amizades. Ela não sabia dos meus irmãos só foi saber quando morreram em confronto com a polícia.

O excesso de liberdade e a falta de atenção por parte dos genitores, que já nada fiscalizavam, foi o estopim para que Adrião seguisse praticando assaltos, nem mesmo sua apreensão surtiu qualquer efeito pedagógico. Na companhia de seus irmãos, Adrião, sem estudar, e vivendo uma vida de liberdade, seguiu realizando assaltos até que, num determinado assalto que Adrião não quis ir, no ano de 2003, os dois irmãos mais velhos de Adrião foram alvejados pela polícia e faleceram de imediato.

Preocupada com a situação, a mãe de Adrião decide enviá-lo, com aproximadamente 15 anos de idade, para viver novamente em Marabá, porque tinha receio que o mesmo ocorresse também com ele. Foi no momento da morte dos irmãos que a mãe de Adrião se inteirou das práticas delituosas dos filhos.

Eu morei em Brasília até os meus 15 anos de idade mais ou menos e depois voltei com 15 anos para Marabá devido a algumas coisas que aconteceram e foi melhor eu voltar. Eu retornei sozinho e meus pais com meus irmãos ficaram. Eu voltei porque meus irmãos morreram por causa dos assaltos, a polícia atirou neles, e minha mãe descobriu tudo e disse que era melhor eu voltar porque não queria que acontecesse o mesmo comigo. Não deu certo, eu voltei para Marabá e continuei mexendo com coisa errada.

Ao chegar a Marabá, alugou um quarto para si e passou a trabalhar numa churrascaria como auxiliar de churrasqueiro, aos 18 anos de idade aproximadamente. O trabalho era informal, a jornada era 8 horas diárias e 44 semanais e por sua função

percebia a quantia de um salário mínimo, mas sem nenhum registro ante os órgãos estatais de regulamentação do trabalho, Adrião não teve direito a férias remuneradas, 13º salário, fundo de garantia por tempo de serviço e seguridade social. Entre os 15 anos de idade e os 18 anos de idade, antes de Adrião começar a trabalhar nesta churrascaria, a única forma de sobreviver era através da prática de infrações penais.

Esse foi o único trabalho lícito que conseguiu em Marabá e durou somente um mês, já que Adrião renunciou suas funções e decidiu continuar com as práticas delituosas. Relata um pouco envergonhado o que fazia, mas ao saber que era do conhecimento do investigador de que todos os presentes na sala de digitalização do Tribunal de Justiça do Estado do Pará eram, em suas palavras, “ex-presidiários”, a entrevista decorreu com mais fluidez.

Quando eu cheguei a Marabá fui trabalhar, assim, numa empresa e depois de um mês eu sai. Aqui você sabe que nesta sala só tem ex-presidiário, né? Então, eu, na verdade, meu trabalho era com coisa errada com 15 anos. Eu não entrei na delinquência com 15 anos, bem antes, esse foi o resultado de eu ter vindo de Brasília. Com 12 anos eu comecei a me envolver com umas amizades e fazer assalto eu e mais dois irmãos, inclusive os que morreram, morreram por causa disso, por causa de confronto com a polícia. Então eu sobrevivia em Marabá fazendo assalto.

Eu me sustentava com 15 anos para cima com os resultados do roubo. Quando soube que meu filho ia nascer eu comecei num restaurante, com 18 anos, como churrasqueiro e ganhava um salário mínimo, mas não tinha carteira assinada, fiquei só um mês lá como te disse e depois voltei, com uns 3 meses eu voltei e fiquei lá até meus 19 anos. Com esse salário eu ajudava a mãe que estava grávida e comprava as coisas para mim. Quando comecei a trabalhar não sabia nem o que era carne, eu era ajudante e depois fiquei como churrasqueiro. Eu aprendi assim, só aprendi a fazer churrasco e pronto, esse é o problema da sociedade, é muito egoísta.

Por vários momentos na entrevista, Adrião sente-se um excluído social e assume a condição de trabalhador inferior por conta de sua situação de egresso: “sei que não devo ganhar o que muitos ganham por aí, por isso é que dou muito valor neste trabalho”. Além de atribuir sua trajetória, até agora, à separação dos pais, atribui também à sua condição de classe baixa e às necessidades que passou, principalmente quando passou a viver longe da família que ficou em Brasília: “eu tentei trabalhar principalmente depois que soube que ia ser pai, mas que saída eu tinha? Fui morar num bairro perigoso porque era onde dava para pagar, lá tudo acontecia e foi mais difícil sair dessa vida!”.

O pouco tempo no trabalho fez com que Adrião voltasse a praticar roubos e, também, voltasse a estudar para concluir seus estudos. A decisão por voltar a concluir

os estudos foi pessoal e sem incentivo de qualquer familiar. Adrião queria concluir o ensino médio para voltar a buscar trabalho porque “como eu não tinha nem o fundamental concluído, eu recebi muito não na cara”. Adrião decide assim matricular-se num intensivo oferecido pela Escola Estadual de Pinho Pinheiro, na cidade de Marabá, e, aos 21 anos, conseguiu concluir o ensino médio.

Este percurso educativo, neste momento de sua vida, foi muito frágil, porque Adrião somente realizava exames e não tinha contato com professores e outros alunos. O curso intensivo consistia na realização de provas para que o aluno evoluísse de ano e ao final conseguisse a conclusão dos seus estudos: “Eu terminei meus estudos com 21 anos na escola pública Pinho Pinheiro em Marabá, no intensivo. Eu só fazia prova e se passasse tudo bem, se não, repetia. Eu não tinha contato com nenhum professor”.

As provas consistiam na averiguação de conhecimentos sobre os conteúdos ministrados regularmente nas séries que estavam pendentes de conclusão. Como não frequentava aulas somente realizava provas, Adrião não sabe como conseguiu ser aprovado nas avaliações porque não estudava e não lia nenhum livro: “eu não sei como passei eu não lia nada só ia fazer a prova e depois esperava o resultado. Eu reprovei umas 3 vezes, mas depois fiz de novo e passei”.

Embora já tivesse ensino médio completo, Adrião não conseguiu nenhum trabalho formal e seguia em suas práticas delituosas até que começou, com aproximadamente 21 anos, a vender drogas e conseguir um bom dinheiro com esta outra atividade. Esta nova atividade foi-lhe apresentada por um amigo (de práticas de delitos) e assim descobriu uma forma de conseguir mais dinheiro e com mais facilidade.

Minhas amizades eram muito passageiras, um ano, dois anos, três anos, tudo muito rápido e foi um desses amigos, que eu não posso dizer quem é, que me disse que era melhor vender drogas do que ficar correndo pela rua. Então eu com uns 21 anos de idade comecei a vender drogas e fiquei conhecido lá no meu setor, eu deixei de roubar os outros e fiquei vendendo só drogas porque era mais fácil para ganhar dinheiro porque no roubo eu tinha que vender.

A nova atividade sustentava Adrião e seu filho, que no momento da entrevista contava com 9 anos de idade, pagando todas as necessidades básicas. Pelo relato, Adrião passou a ser conhecido pela polícia por esta prática e, por tal motivo, atribui sua prisão a uma farsa policial. Preso, aos 23 anos de idade, pela prática de tráfico de drogas ilícitas, Adrião afirma que no momento do flagrante não possuía nenhuma substância, porém, como era conhecido pela sua prática delituosa, os agentes policiais implantaram

a substância e assim efetuaram a prisão em flagrante que foi mantida pela autoridade judicial.

Eu fui preso dia 25 de março de 2012 por conta do tráfico de drogas, mas na verdade foi forjado. Eu cometia o crime, eles sabiam, mas nesse dia eu não tinha nada e a polícia colocou e eu fui preso. Eu peguei 6 anos e 8 meses. Eu peguei 3 meses no fechado porque eu estava de preventiva e quando saiu a sentença o restante foi no semiaberto. Hoje eu estou de livramento condicional desde 2015 e minha pena acaba este ano.

Recluso em regime fechado, na qualidade de provisório (pessoa à espera de um julgamento), na delegacia de Marabá, Adrião viveu uma situação que nunca imaginava viver: “eu sabia que a vida na cadeia era difícil, mas quando eu entrei lá vi que era pior do que eu imaginava”. Embora fosse conhecido nas ruas pela prática delituosa, no ambiente prisional teve que se sujeitar, para além das regras da administração penitenciária, às regras impostas pelos demais reclusos.

O tempo de reclusão em regime fechado foi de 3 meses, porque foi sentenciado a cumprir pena no regime semiaberto e neste momento de reclusão Adrião não estudou e nem trabalhou, sendo imediatamente transferido ao CRAMA (Centro de Recuperação Agrícola de Marabá), quando a administração penitenciária foi notificada da sentença.

Em relação a esta experiência, afirma viver momentos de muito medo, principalmente quando explodia alguma confusão. Adrião, por não conhecer o ambiente, evitou muitos conflitos e amizades prolongadas para não ser envolvido em nenhum problema: “lá eu busquei não ter muita amizade porque às vezes se espancava por ser amigo de alguém, só porque tu és amigo de alguém já pensam que estás envolvido em alguma coisa”. A única atividade que Adrião realizava era a prática de futebol por uma hora todos os dias.

A transferência para o semiaberto, para cumprir a pena de 6 anos e 8 meses de reclusão, houve a possibilidade de trabalhar internamente. Quando chegou à nova instituição penitenciária, Adrião foi colocado numa cela com 15 pessoas e cada um dormia ou em redes ou no chão, com uso de colchões fornecidos pela família ou pela própria administração. O colchão de Adrião era o fornecido pela administração e estava no local quando adentrou.

Adrião não conviveu com superlotação e acredita que isto não ocorreu porque sua reclusão ocorreu na cidade de Marabá. Viver com os demais não era muito incómodo, mas as condições de higiene eram precárias, pois a cela não tinha banheiro, somente um buraco onde todos faziam suas necessidades e conviviam dia e noite com o

odor das fezes e urina. Com o passar do tempo, Adrião relata que se acostumou com o odor. O local do banho era fora da cela e todos tomavam banho numa determinada hora do dia. A comida não era má, mas algumas vezes Adrião comia pouco por sentir algum sabor estranho na comida sem saber, necessariamente, se estava apta ou não ao consumo.

Conviver no presídio é muito difícil, no fechado ou no semiaberto, porque a gente convive com pessoas com pensamento diferente. Lá acontece de tudo, tráfico de drogas, espancamento, corrupção. Eu digo isso porque eu vivi lá, eu vi acontecer, mas eu nunca participei disto, tinha que ficar calado porque senão eu me metia em problema. Lá é um ambiente difícil como alimento péssimo que muitas vezes nem dava para comer ou comia só um pouquinho porque estava com gosto estranho, outras vezes estava gostoso. Na minha cela tinha 15 presos, não era lotado porque era lá em Marabá. Nós fazíamos nossas necessidades num lugar que tinha lá um buraco e lá a gente fazia e todo dia a gente ficava cheirando aquele cheiro, mas sabes, depois de um tempo eu acostumei porque depois eu comecei a sair para fazer artesanato.

Dentro do ambiente de reclusão, Adrião não desejava outra coisa senão sair o mais rápido possível, mas não sabia como. Mas ao observar a rotina de alguns outros reclusos, decide questionar para saber para onde iam e o que faziam. Através de outros reclusos soube que alguns trabalhavam confeccionando artesanato e que esta atividade aliviaria um dia de pena para cada três dias trabalhados (regra disposta na Lei de Execuções Penais. Então, decido a sair o mais rápido possível, Adrião busca a administração penitenciária para solicitar trabalho e imediatamente é colocado junto com os demais para produzir artesanato.

A produção de artesanato foi a primeira e única experiência laboral dentro do ambiente de reclusão. Para o exercício desta função não havia horário pré-determinado (jornada de trabalho fixa); não havia regra; não havia treinamento e muito menos remuneração. A única recompensa era a redução de pena.

Quando eu entrei lá no presídio de Marabá eu fazia artesanato e leitura para remir a pena, eu percebi a merda que eu fiz e eu queria sair de lá o mais rápido possível. Eu é que procurei lá na direção alguma coisa para fazer porque eu via meus companheiros fazendo alguma coisa e perguntei para eles porque eles faziam aquilo e disseram que era para diminuir o tempo de cadeia, então eu fui à direção e disse que queria fazer a mesma coisa. Ao todo eu remi 6 meses com o artesanato e com a leitura, mas eu só li um livro todo esse tempo. Não, quando eu saí para o semiaberto eu fui para o CRAMA (Centro de Recuperação Agrícola de Marabá). Lá era menos rígido e trabalhei com artesanato como te disse, eu no fechado não trabalhei com nada por nada, eu só fiquei preso esperando minha sentença, a gente não fazia nada lá era o tempo todo preso, a única coisa que fazíamos era jogar bola uma hora por dia. Eu aprendi a fazer artesanato olhando, não tinha ninguém ensinando para gente.

Durante este tempo eu não recebia visita de ninguém porque meu pai não ia e minha mãe estava longe, eu falava com minha mãe por telefone uma vez por semana quando deixavam ou pedia para um colega um celular emprestado.

Na atividade de artesanato, Adrião confeccionava várias coisas, desde bolas até brinquedos de madeira para crianças. Não havia qualquer fiscalização por parte da administração. Eram os próprios reclusos que levam o produto à direção para provarem que fizeram algo e após podiam vender o produto ao público externo através de seus familiares. Como, durante o tempo de reclusão, Adrião não recebeu nenhuma visita, já que seus familiares estavam em Brasília (falava somente com sua mãe através de ligações telefônicas), não pôde vender nenhum dos produtos que confeccionou e também porque produzia somente o necessário para remir a pena, ou seja, produzia dois itens diários.

Nós fazíamos o artesanato e a gente ficava com ele, mas também podia vender. A gente só mostrava na diretoria que tinha feito, assinava o papel e ficava com a gente. A família que vendia os artesanatos, mas eu não vendi porque eu fazia pouco mesmo só para ganhar a remissão, fazia só dois por dia. Eu fazia porque eu queria sair dali o mais rápido.

O trabalho interno e a leitura de um livro rendeu a Adrião aproximadamente 6 meses de pena remida, e assim, no ano de 2013, conseguiu a progressão para o regime aberto de cumprimento de pena. Ao sair do ambiente de reclusão, Adrião passou a informar suas atividades, mediante imposição de sua assinatura num livro, ao Fórum da Comarca de Marabá, até que após aproximadamente 10 meses assinando, um funcionário do Fórum que coletava tais assinaturas, informou da existência de um programa de reinserção de egressos através do trabalho e questionou Adrião se tinha interesse em realizar cadastro. Adrião realiza o cadastro, mas somente foi chamado para trabalhar no ano de 2017.

Entre 2013 e 2017, Adrião conseguiu somente um trabalho formal, como vendedor de planos de televisão por assinatura, na cidade de Belém. Em Marabá, durante parte do ano de 2013 e parte do ano de 2014, não conseguiu nenhum trabalho formal, pois sempre era obrigado a apresentar sua folha de antecedentes criminais e, embora não soubesse se este era o motivo de nunca ser chamado a uma entrevista, afirma que passava as etapas dos processos seletivos e quando apresentava sua documentação não era chamado para nenhuma outra etapa: “tentei muito em Marabá, não sei, acho que era isso porque quando eu deixava os documentos com os antecedentes nunca mais me chamavam para nada”.

Durante este tempo, Adrião vivia com a ajuda de um irmão que vivia em Brasília e mandava dinheiro para que pudesse viver minimamente e pagar seu aluguel. Vendo-se novamente numa situação difícil e com receio de regressar à sua anterior vida, Adrião decide mudar-se para Belém em busca de trabalho. Em novembro de 2014, Adrião consegue uma colocação profissional, formal, como vendedor de planos de televisão por assinatura, numa afiliada a NET-Telefônica.

Neste trabalho, Adrião ganhava um salário mínimo e trabalhava 44 horas semanais em jornada de trabalho variada. Para conseguir este trabalho, omitiu sua folha de antecedentes criminais de seus empregadores e, devido ao tamanho da empresa, seu contrato foi assinado mesmo com esta documentação pendente.

Como Adrião mudou-se para Belém, a mesma rotina de assinaturas que tinha em Marabá deveria ser levada, também, na Capital do Estado, ou seja, de três em três meses, Adrião deveria dirigir-se ao Fórum de Belém, para justificar suas atividades ao Juízo da Execução Penal. Isso ele fazia em momentos que deveria fazer algum trabalho externo, para que ninguém na empresa desconfiasse. Foram quase 11 meses assinando sem que nenhum colega de trabalho ou superior soubesse. Porém, devido à insistência do departamento de recursos humanos e a demora – por parte de Adrião – em entregar o documento, Adrião supõe que descobriram seus antecedentes. Mas ele foi desligado de seu trabalho, porque a empresa movia muito dinheiro e não podiam contratar qualquer pessoa fora das políticas de contratação da empresa.

A demissão foi um duro golpe, porque Adrião já estava ambientado e trabalhando regularmente sem dar “nenhum trabalho para o chefe”, porque esta foi a forma de “recomeçar minha vida, mas a sociedade pensa que temos que sofrer para toda a vida por um erro que cometemos no passado”. Adrião sabe que não deveria esconder seus antecedentes criminais, mas depois de tanta resposta negativa justamente por este motivo, pensou que mostrando seu trabalho e sua mudança para seus empregadores a atitude fosse outra, mas “eu me enganei, a sociedade é muito egoísta mesmo. Eu saí de lá, saí com a cabeça erguida e fui trabalhar em manutenção de ar-condicionado com um conhecido do meu irmão (...) sim, o que mora em Brasília me indicou e eu fui”.

Depois eu decidi vir trabalhar para Belém porque lá minha certidão estava suja e consegui trabalhar, assinaram minha carteira e eu vendia pacotes de televisão da NET. Eu ganhava um salário mínimo e trabalhei lá 11 meses, mas eles descobriram que era ‘ex-presidiário’. Cara, então eles ficaram sabendo por que eu não tinha entregado o antecedente criminal completo e eles descobriram e me demitiram porque disseram que a empresa movia muito dinheiro e era uma

política da empresa não contratar pessoas com antecedentes. Eu trabalhei lá do final de 2014 até 2015 e depois fiquei dois anos desempregado, assim, fui trabalhar como te disse com o conhecido do meu irmão. Lá era para eu me sustentar, mas não era nada formal porque tinha dia que eu não ganhava nada. Lá no serviço eu ganhava por dia uns 30 reais, mas como eu te disse, tinha dia que eu não ganhava nada porque não tinha serviço.

Eu trabalhava lá na NET, mas seguia assinando escondido para que eles não descobrissem e quando eu saí de lá eu fui assinar uma vez e Senhor lá no Fórum disse que existia uma vaga para trabalhar porque um rapaz faltou e fizeram uma entrevista comigo, isso foi em 2017 e dois dias depois eu vim direto para cá porque estavam necessitando urgente. Eu não fiz treinamento o meu treinamento foi aqui na prática.

Durante o tempo de dois anos de desemprego formal, Adrião aprendeu muito sobre manutenção de equipamentos de refrigeração de ambiente e pensa fazer um curso técnico de manutenção predial para aparelhos de ar-condicionado, porque “é um ramo que tem sempre trabalho, mas tem que ser por conta própria”, porque qualquer outra oferta formal de trabalho seria bem aceita, embora não acredite que isto irá acontecer porque ainda registra antecedentes criminais. Como técnico, Adrião relata que trabalhou para aprender algo e não ficar sem fazer nada e, em sua opinião, é a falta de trabalho que leva muito à prática de delitos.

Ao relatar sobre esta função, Adrião não demonstra muita satisfação com o que fazia e afirma que só seguirá nesta função, após seu contrato com o Tribunal chegar ao final, caso não encontre nenhum trabalho formal. Está certo de que, se nada der certo em Belém, irá a Brasília para continuar a trabalhar como técnico junto ao seu irmão que há muitos anos trabalha neste ramo numa empresa própria.

Foram dois anos atuando nesta função, até que certo dia, ao assinar sua frequência no Fórum da Comarca de Belém, foi informado da existência de uma vaga para atuar no próprio Tribunal por conta de um programa. Sem saber do se tratava, Adrião foi encaminhado à Coordenação do Programa “Começar de Novo”, para realizar um cadastro, e soube já estar cadastrado, justamente o cadastro que realizou em Marabá. Atualizou alguns dados e conversou um pouco sobre do que se tratava e tomou ciência, pela primeira vez, do que era o programa.

Dois dias depois do seu primeiro contato, iniciou suas funções no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sem fazer nenhum treinamento devido à urgência em preencher a vaga. Adrião não pensou duas vezes em aceitar a função de digitalizador de processos, porque entendia este trabalho como uma grande oportunidade para sua vida. No Tribunal, Adrião trabalha 40 horas semanais e recebe a quantia de um salário

mínimo mais algumas compensações que fazem com que seu salário supere os R\$1200.00 (mil e duzentos reais) mensais.

Ao receber a primeira remuneração, Adrião assustou-se porque pensava que sua remuneração não seria alta como foi. Sentiu um forte orgulho de si, porque era um dinheiro que “valoriza o que eu faço, muita gente pensa que é besteira mas não é” e assim pôde alugar um apartamento e comprar algumas coisas para si e seu filho que, neste momento, já vivia consigo. O salário no Tribunal de Justiça mantém a Adrião e a seu filho.

A ida do filho, de Marabá a Belém, para viver com o pai, representa um novo marco na vida de Adrião. Todo o esforço de Adrião agora serve para dar uma vida melhor para o filho para “...evitar que o destino dele seja a vida que eu tive. Eu não quero isso para ele, nunca! Vou trabalhar para dar sempre o melhor para ele”. Durante a jornada de trabalho, seu filho fica na escola e, após a jornada de trabalho, Adrião sai ao encontro de seu filho e ambos vão para casa.

Quando eu saí para o aberto eu mudei tudo, até as amizades e eu saí de lá sem querer saber de voltar. Minha mãe sofreu muito e agora eu tinha um filho e tinha que viver uma vida exemplar e trabalhar para receber o que seja desde que seja honesto. Quando eu fui contratado para vir para cá eu sabia quanto ganharia e fiquei muito feliz, principalmente quando recebi meu primeiro salário porque era um dinheiro trabalhado, suado.

Quando eu comecei aqui fui buscar meu filho e todo o salário é destinado para sobreviver com ele porque a gente vive junto. Eu pago a escola dele, tudo! Quando eu estou trabalhando ele fica na escola, eu saio daqui e vou lá buscar ele, todos os dias assim, eu deixo ele na escola e venho para cá e depois eu vou buscar.

Durante o tempo que está no Tribunal, pouco menos de um ano, Adrião relata não sofrer nenhuma forma de preconceito, mas reconhece que a função que exerce não é uma função que abrirá oportunidades para futuros trabalhos e atribui isto ao registro na sua folha de antecedentes. Para Adrião esta função serve para ser contratado numa empresa no futuro e não para trabalhar como autônomo.

Aqui é muito bom, e eu tive esta oportunidade porque tem pessoas que estão formadas e estão desempregadas. Eu penso em fazer agora um curso de eletricista predial e manutenção de ar-condicionado e ir trabalhar com isso porque aqui em Belém é quente e sempre tem vaga para isso. Eu na verdade vou buscar isso para trabalhar como autônomo porque meu irmão trabalha com isso em Brasília e vai bem e se não der certo aqui eu vou para lá trabalhar com ele. Quando eu recebi esta oportunidade eu senti que não podia perder a oportunidade aqui porque como o nome já diz, Tribunal de Justiça, e se eu fui condenado fui condenado justamente porque eu cometi um crime e depois ter

uma oportunidade de trabalhar? Eu não podia deixar passar, eu já estava muito tempo desempregado sem fazer nada. Hoje eu vejo que o crime não compensa e como eu hoje trabalho com processo, trabalho com vidas, eu aprendi realmente que o crime não compensa.

Bom, aqui eu digitalizo processo e organizo tudo, é uma função boa eu aprendi muita coisa, principalmente ser organizado, mas quando eu sair daqui não vou exercer essa função porque colocar curriculum nas empresas eu sei que não vai dar certo porque tenho a folha suja.

Durante o tempo que esteve trabalhando como técnico, Adrião pensou novamente em praticar delitos, porque era o que sabia fazer e fazer bem, mas, sempre pensava no sofrimento a que estava submetida sua mãe durante o tempo de reclusão. Lembrou-se dos momentos de reclusão e, principalmente, pensava muito em seu filho. Foi justamente no Tribunal de Justiça que firmou o entendimento de que o crime não compensava ao ler os processos que digitalizava e via condenações com elevadas penas: “como eu disse, aqui eu trabalho com vidas e o crime não compensa porque eu vejo muita condenação e penso: ‘como esta pessoa vai ficar tanto tempo presa? Eu não quero isso para mim, não!’”.

O contrato de trabalho de Adrião terminará no início do ano de 2019 e espera que haja alguma prorrogação, porém, já sabe que para alguns de seus companheiros que saíram não houve qualquer prorrogação justamente para dar oportunidade a outras pessoas que necessitam. Adrião está consciente de que não receberá nenhum benefício legal porque o que recebe não é um salário, mas uma bolsa pelo trabalho que desempenha e isto não é um problema para si porque é melhor trabalhar nesta condição do que estar desempregado ou sem fazer nada.

Eu não tenho direito a essa coisa de férias, 13º salário ... essas coisas, mas tudo bem! Aqui eu aprendi a dar valor ao trabalho não importa como ele é, eu é quem tenho que lutar para receber sempre melhor, batalhar na vida porque sem sacrifício a gente não consegue nada. Como eu disse, tem muita gente formada desempregada e eu aqui trabalhando, tenho que dar valor nisso.

6. As trajetórias de vida, os discursos e as escolhas: análise dos depoimentos e a saturação das informações

A construção dos retratos sociológicos possibilitou compreender a trajetória individual de cada pessoa entrevistada, em distintos contextos sociais da vida, e assim perceber a variação de comportamentos e atitudes. A história de vida, narrada pela própria pessoa que a vivenciou, permitiu também estabelecer uma distância entre o narrador, no momento em que narra, e o próprio que viveu essa história, no momento em que a experienciou, servindo como um veículo para dar significado às suas experiências. Estes discursos apreendidos demonstram as profundas marcas sociais de cada um em diversos contextos, evidenciam estratégias de racionalização e de legitimação das práticas adotadas, suscitam reflexividade e revelam que a “necessidade de escolher não é acompanhada de uma receita infalível para a boa escolha” (Bauman, 2007: 14).

Essas histórias de vida possibilitaram expor um conjunto de constrangimentos estruturais na vida de cada uma dessas pessoas e permitiram também perceber a impossibilidade de se seguir uma trajetória de vida linear e padronizada, pois as escolhas pessoais feitas refletem estes constrangimentos ou formas de violência que sofreram, ainda que simbólicas. Neste sentido, segundo Constantino (2001: 86), a pessoa é um ser determinado e, ainda que haja uma limitada margem de escolha, sempre haverá a possibilidade da escolha de acordo com sua herança identitária.

Na construção dos retratos, as narrativas relatam a experiência e a ação de cada um, refletindo as consequências de cada conduta a partir de uma escolha que é sempre fruto de uma ou várias interações não homogêneas. Neste sentido, Spink (2010: 27) afirma que é por meio da linguagem que as pessoas produzem sentidos e se autodeterminam em relação às suas relações sociais diárias, quer com criações, avanços ou com recuos em relação aos momentos que vivem.

Da leitura dos retratos sociológicos, é possível compreender a maneira suave com que cada pessoa relata sua infância, mesmo que haja passado por qualquer dificuldade de ordem estrutural, até ao momento em que escolhe praticar ilícitos penais, ainda que isto represente um constrangimento sofrido neste momento de sua vida. Ou

seja, a escolha pelo ilícito é consequência de um processo, a partir do qual cada pessoa age com determinada significação que lhe é peculiar.

A escolha pelo caminho da prática de ilícitos penais, se apresenta neste estudo, em muitos casos, como uma maneira de extravasar sentimentos de revolta diante de uma situação sofrida. A escolha por esse caminho foi uma forma de gerir esses sentimentos que estão por trás das condutas delituosas. Por vezes, a motivação era encontrada simplesmente no desejo por uma vida diferente daquela que se levava, ainda que diante de uma não-necessidade, mas tão somente pelo prazer em sentir a adrenalina fluindo pelo seu corpo. Aqui, o desvio à ilicitude penal assume um caráter de aventura, um desejo a ser buscado. Neste sentido, assumir o risco é também parte da formação identitária da pessoa e esta busca pelo risco torna-se um elemento para seu próprio desenvolvimento (Batchelor, 2007: 205).

Entrevistado	Motivo da Condenação	Por que praticou o delito?
Jeremias Francisco Tavares	Tráfico de drogas	Problemas financeiros
Abel Malveira de Sousa	Tráfico de drogas	Problemas financeiros
Marília Fernandes de Castro	Roubo	Problemas financeiros
Waldemar de Amaral Santos	Roubo	Problemas financeiros
Daniel Richard da Silva Souza	Tráfico de drogas	Problemas financeiros
Marcolino Peixoto	Roubo	Problemas financeiros
Josélio Santos da Silva	Roubo	Problemas financeiros
Catarina de Oliveira Bernardes	Tráfico de drogas	Envolvimento amoroso
Alexandre Ribas dos Santos	Roubo	Problemas financeiros
Romeu Rafael Olegário de Sintra	Roubo com resultado morte	Revolta / Aventura
Adrião da Silva Figueira	Tráfico de drogas	Problemas financeiros

Tabela 1 - Razões para prática de infrações penais

Os sentimentos de revolta que foram apontados na narrativa como fatores geradores para a conduta ilícita são: o desejo de ter uma condição financeira melhor diante das dificuldades econômicas passadas num determinado momento da vida; as intervenções psicológicas negativas, como, por exemplo, presenciar formas de violência, ainda que durante a infância; as situações de abandono, principalmente a emocional (Tabela 1). Ainda que estas motivações sejam apresentadas de maneiras autônomas, em determinados momentos da vida da pessoa que narra, é certo que a

caminhada pela trajetória da delinquência encontra, ao longo desta estrada, outras motivações distintas daquela que se tornou o verdadeiro fator gerador e tornam a estada da pessoa neste caminho mais longa, inclusive pelo desejo da aventura que esse caminho suscita.

Boa parte das pessoas entrevistadas foi condenada à reclusão por conta do tráfico de drogas. Este delito foi a solução encontrada por muitos para escapar de uma situação financeira precária em determinados momentos da vida. Na verdade, a situação financeira é apontada como principal fator, direto ou indireto, para a prática de infrações penais. Alguns encontraram no tráfico de drogas uma alternativa ao problema financeiro próprio ou familiar, enquanto outros encontraram alternativa no delito contra o patrimônio.

No momento da investigação, curiosamente, todos os entrevistados que estavam inseridos no programa “Começar de Novo” haviam cometido, no passado, delitos contra o patrimônio motivados, geralmente, por problemas financeiros próprios ou de familiares e identificam a falta de oportunidade formais de trabalho como o motivo principal para a prática das infrações penais. Nenhum entrevistado pertencia às camadas mais elevadas da sociedade ou tinha, antes da reclusão, uma situação financeira, própria ou familiar, vantajada, o que explica a situação de pobreza ou extrema pobreza das pessoas entrevistadas.

As infrações penais apresentadas nesta investigação corroboram o Banco Nacional de Monitoramento de Presos (BNMP 2.0), do Conselho Nacional de Justiça, que publicou, no ano de 2018, um relatório para demonstrar o perfil dos reclusos no país por infração penal. Os delitos que mais motivam a reclusão são roubo e tráfico de drogas, ambos responsáveis por 51% das condenações a nível nacional¹²³, o que demonstra a necessidade em “ter” algo ou “ser” alguém num sistema socioeconômico com muitas desigualdades sociais entre as pessoas. Neste sentido, assinala Baratta (1999: 161) que “A criminalidade é um ‘bem negativo’, distribuído desigualmente conforme a hierarquia dos interesses fixada no sistema socioeconômico e conforme a desigualdade social entre os indivíduos”.

¹²³ Dados do Conselho Nacional de Justiça de 06 de Agosto de 2018 disponíveis no endereço eletrônico: <https://paineis.cnj.jus.br>

6.1. O perfil das pessoas entrevistadas

Na investigação foram entrevistadas, além de agentes envolvidos no programa, visando especificamente a elaboração de retratos sociológicos, 11 pessoas incluídas nas duas modalidades de trabalho penitenciário – trabalho interno e trabalho externo – no âmbito do programa objeto da investigação, o Programa “Começar de Novo”. As funções exercidas pelos entrevistados revelaram que alguns também trabalharam noutros programas de inclusão, através do trabalho externo, antes da inclusão no programa ou, simplesmente, buscaram inclusão por conta própria, quando ganharam o livramento condicional ou progrediram para o regime aberto.

O Banco Nacional de Monitoramento de Presos (BNMP 2.0), do Conselho Nacional de Justiça, aponta que 30,5% da população penitenciária nacional é composta por pessoas com idade entre 18 a 24 anos e que 23,4% desta mesma população é composta por pessoas entre 25 a 29 anos de idade. A investigação mostrou compatibilidade com estes dados já que 7 dos onze entrevistados ingressaram na instituição penitenciária com idades que variam entre 18 a 24 anos de idade e 3 pessoas com idade ente 25 a 29 anos de idade. Somente o entrevistado Jeremias Tavares

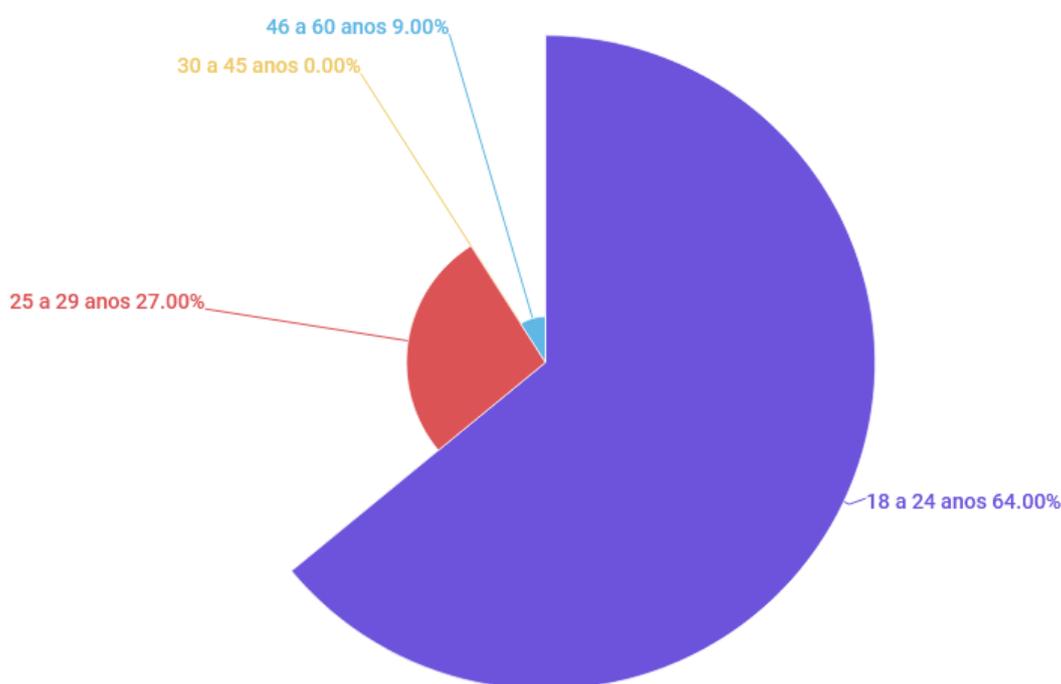


Gráfico 1 - Idade de ingresso

ingressou com 55 anos de idade (Gráfico 1).

Os dados levantados na investigação corroboram o banco de dados nacional do Conselho Nacional de Justiça e apontam que a entrada na instituição penitenciária se dá ainda durante a juventude. Estes jovens, que cedo batem às portas da instituição, ingressam com nível de instrução baixo, ou seja, pertencem a um grupo social que possui grandes dificuldades de aceder à educação superior.

As pessoas entrevistadas tiveram, como revelam os retratos, dificuldades para concluir – ou mesmo não concluíram – o ensino fundamental ou médio, durante sua trajetória de vida, e outros vieram a concluir os estudos básicos somente durante a reclusão, já que buscavam uma alternativa a esta mesma reclusão. Antes da reclusão, 5 pessoas entrevistadas haviam concluído o ensino médio; 2 pessoas não conseguiram concluí-lo; 1 pessoa conseguiu concluir somente o ensino fundamental e outra única pessoa não concluiu, ou seja, 46% dos entrevistados declararam possuir ensino médio completo antes da reclusão (gráfico 2).

O banco de dados nacional de informações penitenciária mantido pelo Ministério da Justiça (INFOPEN) diverge dos dados apresentados nesta investigação ao afirmar que 51,3% das pessoas reclusas em todo o Brasil não conseguiram concluir o ensino fundamental; 14,9% não concluíram o ensino médio; 13,1% concluíram o ensino fundamental. No Estado do Pará, o índice dos que não concluíram o ensino fundamental é ainda maior; ou seja, 54,32% de toda a população estadual; 12,50% o ensino fundamental completo e somente 7,46% possuem o ensino médio completo¹²⁴.

Os dados apresentados pelo Ministério da Justiça referem-se a dados gerais de entrada e permanência do ambiente carcerário e assim divergem neste ponto dos dados apresentados na investigação, porque, tal como se pôde observar aquando da entrada em campo de investigação e também pelo relato da psicóloga da Coordenação do Programa, os preferencialmente selecionados para o trabalho externo são aqueles que estudam ou já concluíram o ensino médio.

Daqueles que efetivamente conseguiram aceder ao trabalho externo, dentro do Tribunal de Justiça do Estado, quase todos foram condenados somente pela prática de

¹²⁴ Dados extraídos do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 30/05/2019

uma infração penal, somente Waldemar possuía duas condenações, fugindo à regra em

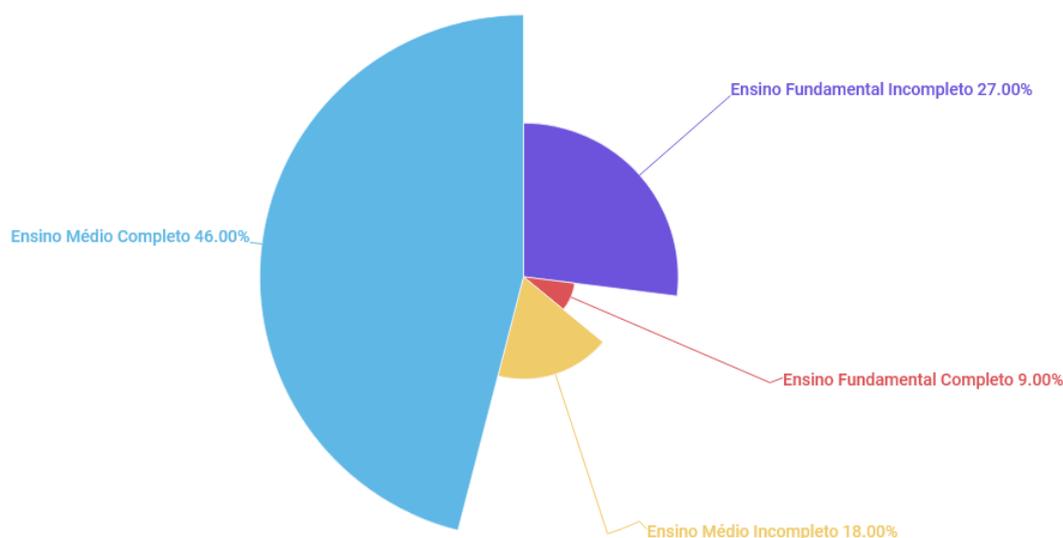


Gráfico 2 – Escolaridade dos entrevistados para a elaboração de retratos

relação aos demais.

A Tabela 2 resume o perfil e o contexto social das pessoas entrevistadas (no momento da entrevista), além de procurar retratar, com maior sistematização, as origens sociais que estão na origem das dificuldades que impediram os entrevistados de aceder a modos de vida mais qualificados e que levaram a que a busca por essa vida culminasse na prática de infrações penais, designadamente infrações que procuravam garantir um retorno financeiro imediato.

Sem critério objetivo para a seleção das pessoas em situação de reclusão para o ingresso no programa “Começar de Novo” – numa lógica de amostragem de conveniência, os retratos apontam que alguns entraram no programa por muita persistência – e diante da necessidade pessoal em ver-se livre do hostil ambiente de reclusão. Os próximos tópicos da tese dedicam-se a estudar justamente este trabalho e as razões que levam as pessoas entrevistadas a optarem por esta modalidade de trabalho. Recuperam-se, reproduzindo-se, para esse efeito alguns dos segmentos das falas dos entrevistados, já contidos nos retratos.

Nome	Idade	Origens Sociais	Instrução antes da reclusão	Lugar de residência (Cidade – Estado)
Jeremias Francisco Tavares	63	Genitores Pai: Agricultor Mãe: Cuidadora do lar / Agricultora	Analfabeto	Concórdia do Pará - Pará
Abel Malveira de Sousa	38	Genitores Pai: Caminhoneiro Mãe: Cuidadora do lar	Ensino Fundamental Incompleto	São Paulo – São Paulo
Marília Fernandes de Castro	33	Genitores Pai: Médico Veterinário / Agricultor Mãe: Cuidadora do lar / Agricultora	Ensino Médio	Tianguá – Ceará
Waldemar de Amaral Santos	33	Genitores Pai: Ausente Mãe: Professora do Ensino Público	Ensino Médio Incompleto	Belém – Pará
Daniel Richard da Silva Souza	32	Genitores Pai: Ausente Mãe: Secretária	Ensino Médio	Belém – Pará
Marcolino Peixoto	36	Genitores Pai: Metalúrgico Mãe: Cuidadora do lar (Após a separação: empregada doméstica; cozinheira e auxiliar de limpeza)	Ensino Fundamental Incompleto	Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
Josélio Santos da Silva	30	Genitores Pai: Teólogo Mãe: Ausente	Ensino Médio	Belém – Pará
Catarina de Oliveira Bernardes	28	Genitores Pai: Ausente Mãe: Auxiliar de cozinha	Ensino Médio Incompleto	Belém - Pará
Alexandre Ribas dos Santos	32	Genitores Pai: Ausente Mãe: Empregada Doméstica	Ensino Médio Incompleto	Belém - Pará
Romeu Rafael Olegário de Sintra	32	Genitores Pai: Técnico em sonorização Mãe: Cuidadora do lar	Ensino Médio	Belém - Pará
Adrião da Silva Figueira	29	Genitores Pai: Auxiliar administrativo	Ensino Médio Incompleto	Marabá – Pará

		Mãe: Cuidadora do lar		
--	--	-----------------------	--	--

Tabela 2 - Realidade Social e Origem dos Entrevistados

6.2. O trabalho penitenciário através do consensualismo

O trabalho penitenciário consensual, através do “Programa “Começar de Novo”, é a temática principal desta tese de doutoramento. A entrevista focou-se principalmente nas percepções e nas projeções que emitem as pessoas inseridas nesta forma de trabalho penitenciário e também sobre as possibilidades de colocação laboral no pós-trabalho penitenciário.

Quanto ao trabalho, os entrevistados apontam as dificuldades de colocação no mercado formal de trabalho, quer pela falta de estudos, quer pela falta de oportunidade no momento da busca. Eles apontam também que o envolvimento com as infrações penais se deu pelo abandono da busca pelo trabalho formal e a possibilidade de obter, de maneira mais rápida e fácil, dinheiro para uma satisfação imediata. É certo que alguns entrevistados não apresentaram este distanciamento como fator gerador para a prática de delitos, como, por exemplo, Catarina de Oliveira Bernardes e Romeu Rafael, que praticaram delitos por situações diversas, embora nunca tenham trabalhado formalmente.

No caso de Catarina, o envolvimento amoroso com seu companheiro quando ainda era adolescente foi o principal fator para a prática de infrações penais e atribui isto à sua imaturidade por conta de sua idade. Todavia, não elimina o desejo por conseguir dinheiro de maneira rápida e fácil: “Eu era uma garota, não entendia nada. Quando eu soube de onde vinha o dinheiro, eu me deixei levar e fiquei com ele nisso, eu fiz por amor, mas não era amor não, era besteira e isto destruiu minha vida”.

Por sua vez, Romeu Rafael atribui sua conduta à separação dos pais e ao abandono promovido por seu pai. O sentimento de revolta e a necessidade de afirmar-se diante do seu grupo de amigos foi o fator gerador da conduta delituosa e não, como acontece com a maioria dos entrevistados, alegadas necessidades financeiras: “Eu não discutia com o pai, ele vinha falar comigo porque eu vivia na rua, mas não falava por conta da separação porque eu sempre tive respeito por ele, mas eu sentia uma revolta dentro de mim. Foi aí que fui para rua (...) eu queria tirar aquilo de mim”.

Os egressos da instituição penitenciária estão conectados a um discurso salvacionista que acredita que a inserção social acontece a partir da atuação das agências formais do Estado, tal como postula, como já vimos, a Lei de Execuções

Penais. O trabalho é apresentado, nesse enquadramento legal, como principal técnica do tratamento penitenciário, sendo capaz de reintegrar socialmente o egresso. Nesse contexto, o Estado do Pará oferta duas modalidades de trabalho penitenciário consensual: o trabalho interno e o trabalho externo, que podem ou não ser remunerados.

O trabalho, que é juridicamente apresentado como uma obrigação e que é tido como principal mecanismo da recuperação moral, é, para os entrevistados, a válvula de escape à reclusão, uma vez que permite a diminuição do tempo de cumprimento de pena através de uma ocupação (Tabela 3). À pessoa reclusa é dada a oportunidade de escolher entre a reclusão total ou fazer alguma coisa que possa diminuir seu tempo de reclusão. Assim, encontramos em todos os entrevistados a opção pelo trabalho (interno ou externo) como mecanismo que permita o afastamento do ambiente de reclusão, ainda que por um curto espaço de tempo, e para, também, diminuir o tempo de reclusão.

Trabalhar externamente por conta de relação penitenciária é sempre resultado de uma trajetória anterior onde, já dentro do ambiente de reclusão, a pessoa opta por alguma forma de trabalho interno que pode ser ou não remunerado ou, simplesmente, pode ou não contar como trabalho para fins da execução penal. Em todo o caso, é sempre um grande indicativo de bom comportamento penitenciário. O comportamento é o elemento mais transversal e dito mais objetivo que é utilizado em seleções para o trabalho penitenciário interno ou externo.

O comportamento carcerário funciona, na verdade, como um fator de risco calculado à perfeição, sendo subjetivamente aplicado. É uma forma de organizar as ações das pessoas reclusas e ao mesmo proteger o próprio sistema de justiça criminal de riscos, por via da classificação das pessoas como bem-comportadas ou como mal-comportadas. Ou a pessoa reclusa é bem comportada ou simplesmente terá menos oportunidades num ambiente onde as oportunidades já são, por si só, muito limitadas. Neste sentido, Dores (2018: 140) afirma que as prisões são um instrumento “cujo uso requer uma avaliação de risco” e que as pessoas reclusas até tentam resistir à violência da reclusão, porém, acabam cedendo servido, finalmente, como alimento à própria instituição¹²⁵.

¹²⁵ Nas palavras de António Pedro Dores (2018: 140): “É certo que a maioria dos prisioneiros não resiste às violências do cárcere, até porque começam por não estar preparados para tal. Como é certo haver a rotina de escolher precisamente esses, pessoas socialmente isoladas e sem competências adquiridas, como alimento de um sistema cuja perversidade todos reconhecem e quase todos preferem ignorar, mesmo quando se trata de filantropos e de ativistas dos direitos humanos.”

Entrevistado	Porque decidiu trabalhar na reclusão?
Jeremias Francisco Tavares	“fui chamado na sala da direção e perguntaram se eu aceitava ou não. Disse que sim (...) durante o trabalho eu ficava quase toda a manhã longe da cela, era um alívio”.
Abel Malveira de Sousa	“Não sabia quase nada do trabalho, sabia só que ia trabalhar com limpeza e isto era muito melhor do que ficar sem fazer nada. Eu disse que sim e duas semanas depois mais ou menos eu já estava trabalhando”
Marília Fernandes de Castro	“Eu resolvi substituir a colega por conta própria, não por uma necessidade a instituição, por isso eu não recebia nada, era algo mais para ocupar a mente e três meses depois eu fui selecionada para fazer o mesmo serviço”
Waldemar de Amaral Santos	“Na época que eu fui para lá não era obrigado a trabalhar, o interno chegava lá e trabalhava na horta porque senão ficava sem fazer nada então, quase todos trabalhavam lá”
Daniel Richard da Silva Souza	“...eu fui procurar trabalho, cursos, qualquer coisa que desse para remir a minha pena, algo que me tirasse o mais rápido possível dali de onde eu estava”
Marcolino Peixoto	“Vamos dizer assim, o tempo passa, o teu tempo de não ficar ocioso estando numa cela, porque tem presídios que a pessoa fica 23 horas trancada e 1 hora livre, então tu vais ficar 23 horas num local sem fazer nada, e, vamos supor, trabalhando, fazendo alguma atividade, fazendo artesanato ou bola, tens uma terapia mesmo, além da remissão da pena, ocupar o tempo também e adquirir também algum recurso, no caso, é importante”
Josélio Santos da Silva	“...não tinha nada para fazer e uma vez por quis fui num culto lá na prisão para sair daquela jaula. Eu conheci o Carlos que era o pastor que ajudava os presos e depois de um tempo caí lá de novo e algum tempo depois eu voltei outra vez. Então me colocaram lá, tipo assim para evangelizar, eu fazia parte das pessoas que pregavam lá na parte interna. Foi bom, foi muito bom, eu só não trabalhei porque era tudo voluntário, mas nessa parte aí, eu me reconciliei com Deus e deixei aquela vida errada. Desde então, nunca mais voltei a delinquir, né!”
Catarina de Oliveira Bernardes	“Depois que eu concluí eu fui atrás de trabalho para ocupar o tempo porque se você trabalha fica menos tempo dentro de uma cela, você sai”
Alexandre Ribas dos Santos	“Quando eu vim trabalhar aqui só disseram que eu ganharia um salário e uma parte deste salário ficava retido na SUSIPE, acho que eu ganhava entre 230 a 240 reais e a outra metade ficava com a SUSIPE não sei porque. Eu fiquei muito feliz quando eu recebi meu primeiro salário daqui porque era a única saída para ajudar meus filhos, eles são o principal motivo para eu buscar trabalho e também sair rápido de lá”
Romeu Rafael Olegário de Sintra	“Eu não queria trabalhar lá, mas foi bom porque eu fiz

	amizade com a Sheila e ela me colocou logo nos Correios. Eu fiquei na SUSIPE um mês e alguns dias”
Adrião da Silva Figueira	“Quando eu entrei lá no presídio de Marabá eu fazia artesanato e leitura para remir a pena, eu percebi a ‘merda’ que eu fiz e eu queria sair de lá o mais rápido possível”

Tabela 3 - Razões para o trabalho penitenciário

Aceder a formas de trabalho penitenciário interno é fácil? Há suficiente informação por parte da Administração Penitenciária sobre os trabalhos que serão oportunizados dentro do ambiente de reclusão? A secção que segue tem por propósito estudar o trabalho interno a partir da percepção das próprias pessoas reclusas.

6.3. O trabalho interno: as dificuldades e vocação para o trabalho exercido

O ato de trabalhar internamente não é fácil! A pessoa reclusa encontra dificuldades que partem da própria Administração penitenciária ou, simplesmente, pode não querer trabalhar por medo em relação a uma possível reação negativa das demais pessoas reclusas. Elas não trabalham por temer certas retaliações do poder extraoficial exercido pelas facções criminosas ou pelos chefes do bloco prisional dentro da instituição penitenciária. Em vários momentos, as pessoas entrevistadas apresentaram esta preocupação, porque, caso haja alguma ação por parte da Administração ou da Polícia, as demais pessoas reclusas imediatamente atribuem àquele que trabalha, ao que por um tempo se afasta do controlo visual dos outros, a culpa pelo que aconteceu, já que essa pessoa tem mais liberdade de ir e vir no ambiente de reclusão.

Este medo é relatado nas entrevistas realizadas com Abel e Marcolino, por exemplo. Neste aspecto, os entrevistados relatam certa prudência em buscar qualquer forma de trabalho, pelo que presenciaram ou souberam naquele ambiente de reclusão porque, internamente, as facções criminosas ou “chefes” dos blocos prisionais ditam suas regras e as tornam efetivas sempre através da violência.

Para passar o tempo, pensei em fazer trabalhos de limpeza no pavilhão, mas quando vi algumas pessoas saírem para o hospital porque o líder do pavilhão entendeu que ele tinha dito ao agente (penitenciário) que estavam vendendo drogas, pensei duas vezes. Não sei se era verdade ou não, mas não quis arriscar...eu tenho filhos que ainda queria ver (Abel).

A questão é que, como eu acabei de falar, porque no caso tu saias de um lugar que tu estavas e te deslocavas para outro local para tu fazer tuas atividades, entendeu? Então, essas atividades tu ficavas meio sendo uma pessoa, vamos se dizer assim, não bem vista, entendeu? Porque poderia acontecer alguma coisa

interna e poderiam te culpar, no caso, porque tu não estavas no espaço, tinhas te deslocado daquele espaço (Marcolino).

A busca pelo trabalho dentro do ambiente prisional, além de ser uma alternativa à reclusão com a conseqüente diminuição de seu tempo, apresenta-se também como uma forma de demonstração do arrependimento pela infração penal praticada e uma alternativa por uma vida melhor. Assim, toda e qualquer forma de trabalho é bem vista e representa a ascensão de uma nova pessoa, adaptada às regras do trabalho consensual.

Para a produção dos retratos, foram entrevistadas 11 pessoas que relataram exercer alguma atividade antes da reclusão, quer seja um trabalho formal; informal ou meramente doméstico, como forma de prover seu sustento. Destes 11 entrevistados, somente dois trabalharam formalmente antes da reclusão, porém, os trabalhos exercidos eram pouco duradouros; instáveis; sem boa remuneração e são vistos pelos dois reclusos como um dos motivos para a prática de infrações penais, ainda que indiretamente. Os demais trabalhos informais exercidos pelas outras pessoas entrevistadas revelam a mesma face da moeda.

Deixei de trabalhar. Me aprofundei um pouco mais no vício de novo. Ai foi quando eu comecei a cometer delitos mesmo. Mas eu saí porque (...) sabe que eu não sei te dizer porque eu saí? Acho que porque entraram pessoas novas para preencher as vagas e eu saí. Eu não lembro! (Josélio)

...eles falavam para eu ir lá que não ia acontecer nada e eu precisava de mais dinheiro e então eu fui. Cai na minha primeira tentativa... (Alexandre)

Neste sentido, Melossi (2006: 17) explica que com a ruptura da concepção do pleno emprego, com empregos cada vez mais mal remunerados e em condições cada vez piores, cria-se, então, uma insubordinação geral, já que algumas categorias sociais não fazem mais parte do processo produtivo e dele se distanciam cada vez mais, o que leva, inevitavelmente, à prática de infrações penais, passando o sistema penal a ser “o recurso moderno para o controle do surplus de trabalho produzido pelo capitalismo tardio” (De Giorgi, 2006: 48).

Entrevistado	Tipo de trabalho antes da reclusão.
Jeremias Francisco Tavares	Trabalho informal: agricultor autônomo.
Abel Malveira de Sousa	Trabalho informal: transportador de cargas.
Marília Fernandes de Castro	Trabalho informal: atendente em restaurante e recepcionista.
Waldemar de Amaral Santos	Trabalho informal: mecânico; lavador de carros.
Daniel Richard da Silva Souza	Trabalho informal: auxiliar de vendas
Marcolino Peixoto	Trabalho informal: ferreiro mecânico; ferreiro de armação; e trabalhador na construção civil.
Josélio Santos da Silva	Trabalho informal: auxiliar de feirante. Trabalho formal: encadernador de jornais.
Catarina de Oliveira Bernardes	Não trabalhou para cuidar dos filhos.
Alexandre Ribas dos Santos	Trabalho informal: técnico em manutenção de celulares. Trabalho formal: agente de limpeza urbano; auxiliar de limpeza.
Romeu Rafael Olegário de Sintra	Trabalho informal: auxiliar do pai.
Adrião da Silva Figueira	Trabalho informal: auxiliar de churrasqueiro; churrasqueiro.

Tabela 4 - Formas de trabalho antes da reclusão

A condição de excluídos do contexto produtivo transformado, segundo De Giorgi (2006: 67), tem particular ligação com o encarceramento, já que alimenta um exército de pessoas desempregadas ou subempregadas que servem para ocupar espaços laborais em lugares onde a insegurança dos rendimentos é alta e os direitos laborais cada vez menos respeitados ou, até mesmo, ausentes. Na visão deste autor, há um

verdadeiro regime de excesso que cria mecanismos de gestão desta camada social legalizando e institucionalizando a periculosidade (De Giorgi, 2006: 98).

A política penitenciária para o trabalho consensual não obriga a pessoa reclusa a trabalhar. Ao contrário, deixa a seu critério trabalhar ou não. Contudo, se assim não o fizer, não poderá aceder aos benefícios que o próprio trabalho traz, quais sejam, a conquista de uma certa liberdade de ir e vir dentro da própria instituição penitenciária; o afastamento temporário do regime de reclusão; diminuição do tempo de reclusão e, por fim, uma remuneração pela atividade exercida.

Em reclusão, como já vimos, as pessoas reclusas buscaram alguma atividade como forma de diminuir seu tempo de reclusão ou de possuir alguma ocupação, dando que por esta atividade há, quase sempre, uma remuneração. As informações existentes dentro das instituições penitenciárias sobre o trabalho, segundo relato das pessoas entrevistadas, são escassas. Ou porque o pessoal da Administração não informa ou, simplesmente, como no caso do entrevistado Romeu Rafael, não querem informar porque subsiste a percepção estigmatizante que os reclusos são pessoas irrecuperáveis: “Eu peguei um sistema muito despreparado. Diziam que eu ia sair para roubar, para estuprar e recebi muita represália dos funcionários...”. Ou, como no caso da reclusa Marília, ao notar a não existência de oportunidades, decidiu, por conta própria, mesmo sem qualquer remuneração, trabalhar na limpeza dos blocos prisionais até ao surgimento de uma vaga: “Eu resolvi substituir a colega por conta própria, não por uma necessidade da instituição. Por isso, eu não recebia nada, era algo mais para ocupar a mente. Três meses depois eu fui selecionada para fazer o mesmo serviço, que, na verdade, já fazia”.

Os trabalhos internos realizados pelas pessoas reclusas foram: artesanato; fabricação de vassouras; agricultura; criação de animais; confecção de bolas de futebol e limpeza interna. Estes trabalhos foram tendencialmente conquistados sempre através de alguma atitude pró-ativa da pessoa. Quando efetivamente assumiam a função, recebiam uma remuneração. A remuneração, sempre baixa, era apresentada como um benefício, além de que a administração penitenciária retinha 50% desse parco valor, o que não se tornou impeditivo para que, em geral, as pessoas assumissem a função.

Aceitar a condição particular de pessoa reclusa significa também que essa pessoa vai sentir-se valorizada pelo trabalho interno que estava exercendo dentro da instituição penitenciária. Trata-se da aceitação do estigma, pelo que, qualquer valor que seja pago além dessa aceitação já é bom demais diante a situação de reclusão e a contingência de

pessoa condenada. Neste sentido, Goffman (1988: 41) afirma que a pessoa egressa incorpora crenças da sociedade em relação à própria identidade e aceita a noção de que possui um estigma particular, carregando-o consigo em seu cotidiano.

A remuneração média pelo trabalho penitenciário interno é de aproximadamente R\$60 reais mensais. Uns ganham mais e outros ganham menos, não sendo incomum encontrar discursos de aceitação (embora, genericamente, entendam que o valor era insuficiente) em relação ao valor que era pago, por conta da situação de reclusão, como, por exemplo, no caso do entrevistado Abel: “Tudo bem que na condição que estou não há como ganhar o mesmo. Mas ganhar R\$70 reais por mês é muito pouco...”.

Algumas pessoas inseridas nesta modalidade de trabalho interno trabalharam com produtos que são vendidos ao público externo, como, por exemplo, criação de animais e o plantio de diversas espécies de verduras. Neste cenário, um dos que trabalharam nesta atividade demonstrou frustração por não poder usar o produto de seu próprio trabalho. Esta frustração encontramos, por exemplo, na entrevista de Jeremias, quando relata sobre o que faz quando colhe as verduras: “eu não posso comer as verduras. Elas são para vender! Dois finais de semana por mês as pessoas vêm comprar as verduras pelo preço de dois reais. Se eu quiser comer eu tenho que comprar por um real”.

Outros entrevistados trabalharam na criação de animais ou agricultura. Abel, por exemplo, preferiu o trabalho interno ao trabalho externo, uma vez que o interno é mais vantajoso nas circunstâncias que relatou. E Waldemar pretendia uma certidão carcerária sem nenhum tipo de anotação negativa quanto a este trabalho.

O trabalho de limpeza pagava pouco, era R\$70 reais por mês, trabalhava de 09horas da manhã até 01h da tarde fazendo a limpeza das ruas. Aqui agora na colônia, estou tirando R\$146 reais por mês e o restante vai para conta e ainda tenho muito tempo para descansar (Abel)

Ali na horta do semiaberto eu estava só para aprender e para passar o tempo, cumprir com as obrigações que eu tinha que fazer lá, senão iria acabar refletindo na nossa saída quando a gente fosse sair de lá. Porque quando a gente recebesse a nossa certidão carcerária tinha que estar constando que a gente tinha prestado serviço lá, ter feito qualquer coisa, trabalhado tudo certinho (Waldemar)

O trabalho interno era, por vezes, compatível com alguma atividade exercida antes da reclusão, mas apenas o entrevistado Jeremias se mostrou vocacionado por conta de sua trajetória familiar e individual para desempenhar o trabalho interno que executava no domínio do plantio de verduras. No entanto, em relação ao primeiro

trabalho exercido – fabricação de vassouras – Jeremias é enfático em afirmar que aceitou o trabalho, mesmo sem saber do que se tratava, somente para ver-se longe da reclusão.

...quando surgiu a oportunidade de aprender a fazer vassouras eu aceitei. Mesmo sem saber como se faz uma vassoura, esta era a oportunidade de mostrar que estava arrependido (...) fui chamado na sala da direção e perguntaram se eu aceitava ou não. Disse que sim! (...) Durante o trabalho eu ficava quase toda a manhã longe da cela, era um alívio” (Jeremias)

Por ser a terceira geração seguida de agricultores e haver ensinado o mesmo caminho a seus filhos, quando começou a trabalhar na agricultura na Colônia Agrícola, seu ânimo mudou completamente. Jeremias afirma estar feliz, mas sempre lembra que qualquer coisa é melhor do que a reclusão total e, ao final, o que pretende é seguir trabalhando na atividade que aprendeu durante toda sua vida quando efetivamente seja liberado.

...eu me sinto muito feliz trabalhando aqui, melhor do que estar lá dentro. O crime não é caminho para ninguém. Quero sair, me aposentar e voltar a trabalhar no meu sítio, plantando e vendendo meus produtos. Quero ser feliz. E com o que aprendi aqui posso fazer as coisas bem melhor (Jeremias)

Waldemar, outra pessoa que também trabalhou no cultivo de verduras, afirma que somente trabalhou para ver-se longe da reclusão e que pretendia montar sua própria oficina mecânica de automóveis, embora, como veremos mais adiante, Waldemar haja tomado outro rumo laboral em sua vida. Toda a trajetória laboral anterior e posterior é muito diferente do trabalho que exerceu durante o tempo de reclusão.

Eu gostava muito de ir para o lava-jato. Gostava de aprender sobre as falhas nos carros e como arrumar. Gostava tanto que quase nunca faltava e quando faltava sempre mandava avisar. Com 19 anos, eu sonhava em conseguir já um trabalho formal numa oficina para ganhar mais dinheiro, porque a situação estava complicada (Waldemar)

Adrião, por sua vez, relatou que trabalhou somente para conseguir remissão de pena, sem receber nenhum tipo de remuneração por isto. Se o recluso quisesse ganhar qualquer dinheiro com a confecção de artesanato – atividade de Adrião e seus companheiros de reclusão – este deveria ser vendido pela família. Este trabalho, de igual forma, não era compatível com a trajetória laboral de Adrião e não representou uma inspiração para a continuidade neste ramo de atividade, quando conseguiu progredir para o regime aberto.

Nós fazíamos o artesanato e a gente ficava com ele. Mas também podia vender. A gente só mostrava na diretoria que tinha feito, assinava o papel e ficava com a gente. A família é que vendia os artesanatos, mas eu não vendi porque eu fazia pouco mesmo só para ganhar a remissão, fazia só dois por dia. Eu fazia porque eu queria sair dali o mais rápido (Adrião)

A trajetória de vida anterior, que Marília relatou de igual forma, não é compatível com o trabalho que exerceu dentro da instituição penitenciária. Quando esta reclusa ingressou, buscou alguma ocupação e encontrou somente no serviço de limpeza a possibilidade de ficar afastada da reclusão total. Marília não conseguiu imediatamente este trabalho por conta da ausência de vagas e decidiu, por conta própria, mesmo que sem receber nada por isto, substituir uma colega que trabalhava nesta função para, posteriormente (três meses depois), conseguir efetivar-se na vaga e ganhar aproximadamente R\$36,00 ao mês.

Eu resolvi substituir a colega por conta própria, não por uma necessidade a instituição, por isso eu não recebia nada, era algo mais para ocupar a mente e três meses depois eu fui selecionada para fazer o mesmo serviço. Quando a colega recebeu a liberdade dela eu fiquei fixa no lugar dela, até porque já eu já tinha uma experiência, já tinha uma confiança, porque a gente tinha que se deslocar de um canto para outro, aí eu fiquei, continuei trabalhando. A diretora me chamou e disse que a vaga era minha, fiquei feliz, tinha o que fazer todo o dia.

Marcolino relata em sua experiência que Administração penitenciária não oferece nenhum trabalho ao recluso, pois é justamente o recluso que deve manifestar esta vontade para que averiguem se há ou não postos de trabalho disponíveis. Marcolino trabalhou confeccionando bolas de futebol para venda externa (a própria Administração vendia) e por esta função ganhava aproximadamente R\$60,00 por mês, porém, metade deste valor era retido pela Administração penitenciária. Por esse trabalho também teve sua condenação reduzida. Em seu retrato é possível notar que buscou alguma forma de trabalho como alternativa à ociosidade e à reclusão total, ou seja, para Marcolino, funcionava como uma forma de terapia.

Na confecção de bola de futebol, Marcolino trabalhou pelo período de dois anos e, espontaneamente, deixou a função, porque “não aguentava mais a mesma coisa todo o dia”. Tempo depois conseguiu sua progressão para o regime semiaberto. Ao chegar na Colônia Agrícola de Santa Izabel, buscou imediatamente um trabalho para fazer alguma coisa e não ficar parado, além de conseguir algum recurso financeiro que, em sua opinião, era importante. A nova função era limpar as dependências da escola que funcionava dentro da instituição e foi por conta desta função que Marcolino descobriu,

na escola, a possibilidade de um trabalho externo. Estes trabalhos eram totalmente diferentes daqueles exercidos ao longo de sua trajetória de vida.

Recebia uma remuneração, (...) a cada três dias trabalhados era um dia que era remido da pena. Dinheiro eu recebia, no caso, só que ficava numa conta que eles criavam e recebia por produção. Eu ganhava naquela época, uma faixa de 60 reais por aí, mas dependia da tua produção, três reais na época se não me engano, ou dois reais por bola, entendeu? Quanto mais bolas costurasse mais a minha produção aumentava, uma parte ia para ti e a outra parte era sempre dividida no meio, entendeu? (Marcolino)

Vamos dizer assim, o tempo passa, o teu tempo de não ficar ocioso estando numa cela, porque tem presídios que a pessoa fica 23 horas trancada e 1 hora livre, então tu vais ficar 23 horas num local sem fazer nada, e, vamos supor, trabalhando, fazendo alguma atividade, fazendo artesanato ou bola, tens uma terapia mesmo, além da remissão da pena, ocupar o tempo também e adquirir também algum recurso, no caso, é importante. (Marcolino)

A experiência de Josélio com o trabalho interno foi diferente dos demais relatados, já que, embora tivesse buscado algum trabalho, Josélio acredita que não conseguiu porque a direção da instituição penitenciária não se importava em facilitar qualquer forma de trabalho. Neste tempo de reclusão, Josélio contou somente 4 reclusos atuando em alguma forma de trabalho, enquanto os demais passavam quase o dia inteiro em reclusão total.

Desesperado com esta situação, Josélio encontra a única saída para sua situação de reclusão total: ajudar o Pastor Carlos na realização de cultos evangélicos dentro da instituição. Pouco tempo depois, converte-se a esta corrente religiosa. Esta foi a forma encontrada para realizar alguma atividade e também ser respeitado pelos demais reclusos, muito embora não recebesse qualquer benefício para a função, por não ser um trabalho oficial, ou seja, produtivo. Josélio afirma que foi por conta de sua reconciliação com Deus que não voltou mais a delinquir.

Na verdade, o que acontece, é que os presos notavam que a direção não se importava com isso, porque a partir do momento que o preso trabalha na parte interna ele ganhava remissão, então eles não tinham interesse nisso, poucos presos trabalhavam, eu contei uns 4 (Josélio)

...não tinha nada para fazer e uma vez, porque quis, fui num culto lá na prisão para sair daquela jaula. Eu conheci o Carlos que era o pastor que ajudava os presos e depois de um tempo caí lá de novo e algum tempo depois eu voltei outra vez. Então me colocaram lá, tipo assim para evangelizar, eu fazia parte das pessoas que pregavam lá na parte interna. Foi bom, foi muito bom, eu só não trabalhei porque era tudo voluntário, mas nessa parte aí, eu me reconciliei com Deus e deixei aquela vida errada. Desde então, nunca mais voltei a delinquir, né. (Josélio)

Este tema relativo a práticas religiosas, ainda que marginal neste trabalho acadêmico, não pode deixar de ser tratado, mesmo que não seja o problema central da investigação. As conversões ou o reencontro com Deus são vistos por alguns entrevistados como a saída do universo da prática de delitos, como, por exemplo, Romeu Rafael, que afirmou que foi seu reencontro com Deus que fez com que deixasse de praticar delitos.

...minha mentalidade era o crime, mas minha mãe falou: 'não meu filho não foge, eu te matriculei numa prova de vestibular e estou só esperando o juiz assinar uma autorização, espera que vai chegar e faz essa prova. Minha mãe me incentivou, mas foi muito agir de Deus porque eu fui criado na igreja católica e para mim era só o pai nosso a Ave Maria e para mim já tinha orado, mas preso eu conheci minha parte espiritual, dobrar os joelhos e conversar com Deus.

A conversão de uma religião a outra ou a reaproximação da pessoa à sua religião de berço, dentro da instituição penitenciária, é uma forma de demonstração do arrependimento e é vista por Quiroga (2005: 16) como uma tecnologia que colabora com o poder disciplinar, concorrendo para tornar o recluso uma pessoa mais calma e mais aberta a aceitação. Fundamentalmente porque o ambiente de reclusão é “um campo fértil a suas tarefas de conversão e evangelização”.

Para esta autora, que investigou a influência religiosa como uma das técnicas do tratamento penitenciário no Rio de Janeiro, principalmente em relação às religiões protestantes, as mais presentes nos presídios daquele Estado, o processo de conversão é pensado como uma forma de inclusão, já que os desvios humanos são sempre explicados como forma de manifestação – negativa – do sobrenatural na vida da pessoa, principalmente os desvios que configuram ilícitos penais, e a prisão é sempre equiparada ao inferno. (Quiroga, 2005: 20)

O recluso Abel relata-nos uma experiência semelhante à experiência dos demais. Com poucas alternativas de trabalho, ou porque não sabia de qualquer vaga de trabalho, ou porque o ambiente não estava propício por conta da desconfiança dos demais reclusos, preferiu o trabalho interno ao trabalho externo, porque ganhava mais e trabalhava mais descansado. A opção por trabalhar foi pela mudança de vida; para ser um exemplo para seus filhos; para conseguir algum trabalho fixo quando sair do ambiente de reclusão e para não ficar ocioso.

Quando saiu a notícia que de que tinha trabalho, pedi para um agente me levar com o diretor. Lá perguntaram se eu tinha estudado e em que tinha trabalhado antes. Respondi tudo e em três dias voltaram a me chamar para perguntar se eu

realmente queria o trabalho. Não sabia quase nada do trabalho, sabia só que ia trabalhar com limpeza e isto era muito melhor do que ficar sem fazer nada. Eu disse que sim e duas semanas depois mais ou menos eu já estava trabalhando. (Abel).

Resolvi trabalhar na colônia agrícola pela mudança de vida, né?! A gente quer um outro futuro para nós, além do mais que tenho cinco filhos e eu quero que eles me vejam com outros olhos, com outras atitudes, o meu passado ficou lá para trás e que isso daí não vai ser apagado da vida, por isso trabalho, para quando sair daqui também arrumar um trampo fixamente (Abel).

Antes da reclusão, Abel trabalhava com transporte de cargas, realizando viagens aos mais diversos Estados do Brasil. Ele não pretende seguir trabalhando na mesma atividade (criação de animais para venda) que desenvolve dentro do ambiente de reclusão, porque já conta com uma possibilidade de trabalho externo, fora da relação penitenciária. Segundo seus cálculos, Abel ganhará liberdade, ou no mês de agosto ou no mês de setembro de 2018, e já conta com uma proposta de trabalho na empresa Eletroelevadores, de propriedade de um amigo, como entregador de mercadorias. Apesar de haver exercido alguns trabalhos dentro do ambiente de reclusão, Abel voltará a fazer o que fazia antes de sua condenação: transportar mercadorias. Na sua avaliação, a experiência adquirida com trabalho penitenciário não servirá para o seu ingresso no mercado formal de trabalho.

A minha pena já tá acabando no mês de agosto ou setembro, não lembro bem. Já tô completando 11 (onze) anos de preso. Pretendo passar uma temporada aqui (em Belém), já que já tô com uma nova esposa. Agora tenho um objetivo em uma empresa de um amigo meu, um reeducando que também era preso, hoje em dia ele é dono de firma já, ele tem uma firma de manutenção de eletrônicos e elevadores conhecida aí, se eu sair, ele já me emprega lá como entregador. Minha expectativa é entrar para o mercado formal de trabalho já que minha experiência com os serviços que aprendi aqui não me servirão.

6.4. O trabalho externo: trajetórias e expectativas

O trabalho externo, no âmbito do Programa “Começar de Novo”, é visto pelas pessoas que nele foram incluídas como uma verdadeira oportunidade a ser agarrada e também uma esperança para a constituição de um futuro melhor. Nas narrativas, as pessoas entrevistadas apontam suas experiências e percepções, não só em relação ao programa, mas também em relação aos trabalhos externos realizados fora da relação penitenciária ou à busca por este tipo de trabalho após conquistarem a liberdade.

Há por parte dos entrevistados a preocupação com a rejeição que possam sofrer (ou efetivamente sofreram), por conta da condição de ex-condenado criminalmente. A

vida na reclusão marcou a vida das pessoas entrevistadas e estas marcas estão presentes na vida de cada um, principalmente em relação ao estigma que carregam. Os excluídos do sistema produtivo voltam a ser excluídos por conta da anterior exclusão e encontraram no programa uma saída a esta exclusão, ainda que temporalmente.

O acesso ao sistema produtivo através do trabalho externo ofertado pelo programa, segundo relato das próprias pessoas entrevistadas, não é fácil: ou devido à ausência de vagas, ou por falta de informações por parte da administração penitenciária, ou por conta de empresas que, em momentos de austeridade, decidem voluntariamente sair do programa. Este é o retrato de uma realidade onde somente uma a cada cinco pessoas em situação de reclusão, – 18,9% em relação à população carcerária total – trabalha, no Brasil, segundo o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e o Fórum da Segurança Pública, em pesquisa publicada no dia 26.04.2019, pelo portal de notícias G1 do grupo Globo¹²⁶. O número daqueles que estudam é menor ainda. Somente 12,6% estudam. No Estado do Pará, os números são ainda menores, pois somente 9% da população carcerária do Estado exerce algum trabalho e 7,5% estudam.

A investigação revelou que o trabalho penitenciário mantém características muito parecidas com qualquer outra modalidade de trabalho fora desta relação. E que este trabalho é enquadrado por discursos de humanização e de reinclusão das pessoas no mercado de trabalho, pois o delito é um claro sinal de que a pessoa não estava preparada para aceder a este mercado. Este é o propósito do trabalho penitenciário. Segundo Brandão e Farias (2013: 06), este trabalho visa devolver às pessoas sua dignidade através da ressocialização pelo trabalho. No entanto, a falta de igualdade na execução do trabalho, aliada à falta de uma análise das aptidões pessoais, que deveria ser feita no exame criminológico, acentuam ainda mais as diferenças entre os que estão reclusos e os que não estão, sobretudo quando buscam alguma forma de trabalho fora da relação penitenciária, já que as marcas da reclusão são carregadas por toda a vida.

Os retratos, como já foi dito, demonstram uma grande dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e aquelas pessoas que conseguiram, acederam a trabalhos precários e pouco remunerados. Em relação ao trabalho externo penitenciário, a

¹²⁶ Pesquisa publicada na página eletrônica <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/26/menos-de-15-do-presos-trabalha-no-brasil-1-em-cada-8-estuda.ghtml>. Acesso: 01.05.2019

realidade não é tão distinta, porque alguns reclusos acederam a trabalhos com as mesmas características – embora formais para a Lei de Execuções Penais – e provocaram, como no caso do recluso Abel, a desistência dos postos de trabalho e um regresso à reclusão.

Através de um convênio do programa “Começar de Novo” com uma empresa privada, Abel conseguiu dois postos de trabalho para a função de agente de limpeza. O primeiro foi na cidade de Santa Izabel, o segundo na cidade de Belém. Pelo desempenho da função recebia a quantia de R\$146,00 reais mensais, sendo que 50% deste valor ficava retido para a Superintendência do Sistema Penal. Abel trabalhava em conjunto com os demais funcionários regulares da empresa e, ao perceber a diferença de tratamento, decidiu regressar à reclusão. Isso porque, no ambiente de reclusão, havia mais igualdade em relação ao trabalho exercido externamente numa empresa conveniada.

Todos os funcionários faziam o mesmo trabalho, porém, Abel ganhava somente R\$70,00 mensais e não tinha nenhuma garantia legal trabalhista que possuíam os demais. Abel entendeu este trabalho como desumano, porque somente percebia fiscalizações desproporcionais em relação a seu trabalho. Por serem as condições de execução do trabalho muito distintas em relação aos demais, Abel preferiu regressar à reclusão no regime semiaberto, porque internamente era mais provável trabalhar com igualdade e onde o sol castigasse menos.

Sempre quis saber porque ganhava menos pelo mesmo serviço. Tudo bem que na condição que estou não há como ganhar o mesmo, mas ganhar R\$70 reais por mês é muito pouco, é desumano para quem busca uma vida diferente. Eu já estava cansado de trabalhar no sol quente até uma hora da tarde. Eu só ia almoçar depois de uma hora quando terminava de limpar toda a rua muitas vezes sozinho. Meus colegas trabalhavam em duplas, mas eu geralmente trabalhava sozinho e de vez em quando passava um fiscal da empresa para ver se eu estava limpando ou não. Meus colegas tinham horário de descanso eu não; tinham horário de almoço e eu não. Cansei disto, preferi voltar para a Colônia porque aqui trabalho na sombra. (Abel).

O trabalho de limpeza pagava pouco, era R\$70 reais por mês, trabalhava de 09horas da manhã até 01h da tarde fazendo a limpeza das ruas. Aqui agora na colônia, estou tirando R\$146 reais por mês e o restante vai para conta e ainda tenho muito tempo para descansar (Abel).

A experiência da reclusa Catarina é um pouco semelhante à de Abel. Ao conseguir uma vaga de emprego numa empresa conveniada com a Superintendência do Sistema Penal, apresentou-se para trabalhar sem qualquer treinamento e neste momento

informaram que iria trabalhar como atendente e que ganharia um salário mínimo. Nota-se que Catarina depositou uma alta expectativa nesta função de atendente, mas ao receber seu primeiro salário, não conseguiu esconder a frustração. Catarina havia recebido somente a metade, porque a outra metade havia sido retida pela Superintendência.

Como egressa e inclusa num programa de reinclusão através do trabalho, Catarina entendeu que não deveria queixar-se de seu trabalho, porque aquilo era uma nova oportunidade, ou seja, era melhor ganhar pouco a estar reclusa ou atuando como agente de limpeza e assim ganhando bem menos. Reclamar não era uma boa opção para Catarina. Ou Catarina executava as ordens de seus superiores – e muitas vezes ordens que fugiam aos limites da função para a qual foi contratada – ou tinha seu contrato cancelado. Aos poucos, Catarina cansou-se e renunciou a suas funções, dedicando-se somente aos estudos.

Eu me apresentei e fizeram um cadastro porque a C2A tinha um cadastro com a SUSIPE e não com o programa, então, fiz o cadastro e no outro dia fui direto sem treinamento mesmo porque eles precisavam logo e lá me disseram que eu ia ganhar um salário mínimo e trabalhar como atendente. (Catarina).

eu fiquei meio triste quando recebi meu primeiro salário porque recebi somente R\$311, a outra metade ficou para SUSIPE. Eu entendi bem, eu estava recebendo uma nova oportunidade e não tinha do que reclamar, era melhor do que ficar lá dentro trancada ou limpando o chão para ganhar bem menos. (Catarina).

lá pediam para eu fazer quase tudo e lembro de ter feito muita coisa, eu atendia, carregava equipamentos, levava os computadores até o carro dos clientes e as vezes eles pediam para eu ficar uma hora a mais. Eu sempre dizia que não dava porque eu tinha que chegar no CRF, mas as outras coisas eu não podia dizer não porque senão eles terminavam meu contrato com a SUSIPE”. As vezes eu ficava com raiva disso porque eu não fui contratada para aquilo, mas eu não tinha com quem reclamar (Catarina).

Em razão de haver trabalhado anteriormente e diante da necessidade do Programa “Começar de Novo” em contratar, Catarina conseguiu colocação para trabalhar no Tribunal de Justiça do Estado do Pará. A primeira surpresa nesta nova função foi que recebeu a totalidade de sua remuneração, após o primeiro mês de trabalho. Afirma que nunca havia tido tanto dinheiro em mãos. O entusiasmo foi tanto que quando chegou a casa apressou-se em contar a novidade para sua avó, pessoa com quem mantém laços de muito carinho e afeto.

Catarina vê seu trabalho como uma grande oportunidade, em comparação com os demais trabalhos ofertados no programa de inclusão, como, por exemplo, limpar

esgotos urbanos. E vê em seu trabalho a esperança de um reinício. Ela sabe que o reinício vai ser difícil, devido a tentativas anteriores de conseguir trabalho formal – já que nunca foi chamada a qualquer entrevista – e quando renunciou suas funções na loja de informática –, porque as “empresas pedem os antecedentes”. Ao concluir suas funções no programa, Catarina espera conseguir algum trabalho na sua área de graduação e assim ajudar pessoas que estejam em situação de reclusão.

Quando evolui para o semiaberto e eu já estava com prisão domiciliar então duas pessoas foram desligadas, na época eram só oito pessoas que trabalhavam aqui foi então que uma amiga minha que trabalhava aqui, que tinha um contato direto com o pessoal do “Começar de Novo” que me indicou, então eu fui e a Dra. Silvia me ligou e pediu para eu me apresentar porque eu já tinha trabalhado na C2A, aquela empresa de informática, e na época eu estava cursando faculdade. Então eu como tinha experiência, a Dra. Silvia pediu para eu vir trabalhar de imediato. (Catarina).

...tomei um susto quando me pagaram, nunca tinha ficado com tanto dinheiro na mão. Eu achava que ia receber somente uma parte como sempre, mas desta vez não, veio tudo para mim. Fiquei muito feliz e cheguei logo para contar para minha avó: ‘olha vovó eles me pagaram tudo isso, veio tudo para mim!’ (Catarina)

Eu gosto muito de estar aqui porque é uma oportunidade grande, a Dra Carol diz que a fila de espera é grande porque quem é que vai querer ir para rua, no sol, limpar esgoto nos outros projetos? Esse aqui é muito bom eu me sinto muito feliz apesar de estar prestes a acabar porque eu sei que isso aqui é só o início. (Catarina).

Waldemar foi a pessoa entrevistada que mais relatou experiências laborais de trabalho externo por conta da relação penitenciária, porque passou por dois momentos de reclusão. No primeiro, Waldemar, ao ganhar o livramento condicional, buscou uma ONG – Fábrica Esperança – para saber se havia ou não alguma oportunidade para si e, após um treinamento conseguiu uma inclusão formal – com todas as garantias da lei laboral brasileira – como auxiliar administrativo num órgão público. O pagamento era feito por uma empresa terceirizada que prestava serviços públicos e era conveniada com a ONG.

Apesar de receber na integralidade sua remuneração, ter as garantias da lei trabalhista, o estigma de egresso acompanhou Waldemar neste seu primeiro momento e ao final culminou em sua demissão. Nesta situação em específico, os superiores de Waldemar desconfiaram de um suposto interesse seu num processo e esta desconfiança, segundo relata, é produto de seu passado no crime.

Waldemar relata que tentou argumentar com os advogados do órgão e demonstrar que não tinha nenhum interesse neste processo administrativo e que não estava recebendo nenhum dinheiro para dar um andamento mais célere. Ao contrário, o fazia somente por insistência do interessado na demanda, mas todo seu esforço foi em vão, porque ao final foi desligado de suas funções.

Ai certo dia ela me chamou e falou pra mim 'Waldemar, qual é o teu interesse neste processo?', aí eu respondi que nenhum, o meu interesse é que o procurador veio aqui e está perguntando as informações do processo e as informações que eu posso dar pra ele são as informações que a senhora me der aqui. Aí ficou tipo aquela dívida de tipo 'ah o Waldemar está tendo alguma coisa para mexer nesse processo', eu interpretei dessa maneira. Aí eu falei 'bom, então está certo', aí eu fui conversei com os advogados e falei que tinha um processo assim, assim, assim, e que aconteceu essa situação que de tanto o cara vir aqui falar desse processo para ver e ela está achando que eu estou até pegando dinheiro do cara para mexer no processo e eu vou largar de mão esse cara, não vou mais atender ele. (Waldemar).

Desempregado, Waldemar passa a buscar trabalho em diversas empresas e, a cada seleção, Waldemar não era convocado para entrevista por conta de seu registro de antecedentes criminais. Numa situação específica, Waldemar recebeu um aceno positivo para iniciar o trabalho, porém, através de uma chamada telefônica, foi dispensado, acreditando que isso ocorreu por conta de seu registro criminal.

Uma vez fui fazer uma entrevista lá no B&B festas lá no comércio numa quinta-feira. Pelo que eu conversei com a mulher de lá ela gostou de mim, ela falou 'olha, segunda-feira tu vens para começar a trabalhar'. Pô cara, eu fiquei muito feliz, eu ia começar a trabalhar de carteira assinada! Só que constava ainda meu nome com antecedentes criminais, né?! Quando foi na sexta a mulher me ligou e disse 'olha, a gente ia demitir um rapaz aqui... assim, assim, e tal... e a gente resolveu dar mais uma oportunidade aqui para ele'. Resumindo a história, eles falaram que não era mais para eu ir, mas eu tenho certeza que eles falaram isso porque eles viram os meus antecedentes criminais. (Waldemar).

Claramente frustrado, Waldemar decide não mais buscar trabalho, porque acredita que seu registro positivo não permitira o acesso a nenhum trabalho formal, e decide trabalhar como autônomo, fora de qualquer relação laboral, dentro ou não da relação penitenciária. As dificuldades financeiras foram tantas que Waldemar foi novamente preso por conta de um novo assalto: “no final de 2011 eu fiquei sozinho, não tinha apoio de nada, de família nem de nada, ninguém queria saber de mim, eu era a ovelha negra da família. Aí, chegou 2012 eu fui preso de novo, fiz outro assalto”.

Ao regressar para o ambiente de reclusão, Waldemar consegue um trabalho interno na plantação de verduras, mas sem muitas expectativas de exercer no futuro esta

profissão e, quando ganha novamente sua liberdade, passa a trabalhar como vendedor de lanches sem nenhum vínculo com qualquer política pública. Diante da dificuldade financeira e não querendo mais voltar para a reclusão, Waldemar busca novamente a ONG e descobre que já não existe, assim busca no Fórum Criminal algum programa de apoio e é incluído no Programa “Começar de Novo”.

Certo dia recebe uma ligação do programa para que se apresente para trabalhar. Waldemar acena positivamente e assume as funções e, para sua surpresa, Waldemar começa a trabalhar no próprio Tribunal. Esta não foi a única surpresa nesta nova função pois, já acostumado com seu rótulo de egresso, não esperava receber muito pelo trabalho que executava e afirma que sua experiência no Tribunal foi muito proveitosa, uma grande oportunidade naquele momento de sua vida, porém, a realidade “aqui fora é diferente”.

Depois disso me ligaram do Fórum e eu fui lá com a dona Sheila. Ai foi quando a menina daqui tinha entrado de licença de maternidade. Então, a dona Sheila falou ‘Waldemar, vem aqui para tu pegar tua carta e apresentar pro Paulo Victor’, ai eu falei ‘opa, com certeza’, e ai peguei minha carta lá e vim me apresentar aqui e já estou há 02 anos aqui e já estou saindo, isso foi pelo final de 2016. Até hoje eu estou por aqui graças a Deus eu estou de pé e ‘firmão’. Quando a dona Sheila me ligou dizendo do trabalho, eu não queria saber o que era, eu queria trabalhar e para minha surpresa eu vim parar aqui no Tribunal (Waldemar).

Eu estava acostumado com a minha situação, qualquer trabalho para mim já estava bom, mas quando eu comecei a trabalhar aqui e recebi o meu primeiro salário, eu senti como se fosse outra vida, nunca pensava que uma pessoa como eu receberia tanto dinheiro (Waldemar).

Ao terminar seu contrato com o Tribunal de Justiça, Waldemar trabalha como motorista de UBER e mantém uma poupança para pagar, no futuro, um curso de mecânica de automóveis e assim montar sua própria oficina mecânica. Este desejo é fruto de sua vocação passada quando, ainda jovem, sonhava em conseguir um trabalho formal como mecânico, pois aprendeu muito sobre o assunto e gostava muito do que antes fazia informalmente, como auxiliar de mecânica de automóveis.

Com uma vida cheia de ausências, abandonos e violências, Josélio encontrou na evangelização uma alternativa para distanciar-se da reclusão e ao final converte-se, passando a trabalhar na evangelização das demais pessoas que consigo estavam reclusas. Ao ganhar liberdade, no ano de 2016, Josélio quis buscar oportunidades formais de trabalho, porém, entendia isto como quase impossível, devido ao seu registro

criminal. Então busca no Fórum Criminal de Belém informações sobre alguma oportunidade.

Josélio entendia que havia muita probabilidade de regressar à criminalidade, porque vivia num lugar muito perigoso e não queria mais esta vida para si. Várias vezes insistiu com a coordenação do Programa “Começar de Novo” para poder ter uma oportunidade. Um dia, escreveu uma carta relatando sua história e suas expectativas. Tentar uma oportunidade formal fora da relação penitenciária não era um de seus objetivos, porque as “empresas privadas têm toda aquela restrição de que quem já passou por um cárcere, é mal visto, né?” e o Tribunal, através do programa, foi um verdadeiro recomeço para sua vida, onde aprendeu, até mesmo, a saudar as pessoas sem esperar qualquer contrapartida.

Eu escrevi uma carta dizendo que eu não aguentava mais e que no meio onde eu morava a possibilidade de voltar para o crime era muito grande e eu não me via mais naquela situação, eu não estava disposto a voltar para o mesmo sofrimento, eu não ia aguentar. Lembrava dos conselhos do pastor e resisti qualquer pensamento de voltar ao crime. Ainda tinha o meu pai que esse ano todo que eu passei preso envelheceu, eu morei toda a minha vida com meu pai e nunca tinha notado ele envelhecer tanto em tão pouco tempo, ele envelheceu muito! Então, a prisão trouxe muito sofrimento para ele, eu não queria que esse sofrimento se repetisse. Então, eu insisti para que eles me dessem um trabalho, eu falei que a minha situação não era melhor que a de ninguém, mas era urgente e eu precisava de uma atenção especial, isso foi na quinta feira. Na sexta feira, eles se reuniram, leram a carta que eu escrevi, na segunda já me ligaram para vir trabalhar, pra me apresentar! (Josélio).

Eu me sinto realizado aqui por causa do ambiente porque é um exemplo. Eu também dou meu exemplo que eu estou dando para os outros que um dia eu já estive pendente com a justiça e hoje eu trabalho, tenho uma profissão entre aspas, dentro de um órgão ligado ao Judiciário, serve de exemplo. Aqui as pessoas não me julgam, talvez sim, no seu íntimo sim eu acho, mas nunca manifestaram esse julgamento, né! (Josélio)

Josélio é feliz com a oportunidade de trabalhar no Tribunal e relata não haver sofrido qualquer forma de preconceito neste ambiente – apesar de entender que possivelmente há – e pretende distribuir seu *curriculum* em empresas, na expectativa de conseguir algum trabalho formal, trabalhando, enquanto não consegue, como feirante no bairro em que mora.

Após o término do contrato, Josélio encontrava-se trabalhando como feirante no bairro da Terra Firme e ajuda uma Igreja Evangélica no mesmo bairro como aconselhador de jovens, para que não ingressem no mundo das drogas ou para que dele saiam. Josélio está feliz com sua situação porque tem “uma vida de liberdade e porque é

melhor estar aqui com meu trabalhinho do que estar lá dentro sem ver o sol nascer” e segue estudando para conseguir ingressar numa Universidade Pública.

O entrevistado Romeu Rafael relata-nos haver trabalho externamente por conta da relação penitenciária, dentro e fora do Programa “Começar de Novo”. Sua primeira experiência foi no Núcleo de Execuções Criminais da SUSIPE, como entregador de documentos e correspondências; porém, não considerava estava função como um trabalho “de verdade”, porque não gostava do que fazia e era ciente de que esta função não lhe traria um benefício para seu futuro. Ainda nesta primeira função, afirma que a sua remuneração não era digna e que a SUSIPE ficava com quase todo seu salário (apesar de ganhar mais do que os reclusos que trabalham na Colônia). Este trabalho, no entanto, serviu para conhecer uma das coordenadoras do Programa “Começar de Novo” e assim conseguiu colocação numa função melhor, já dentro do âmbito do programa, na empresa pública dos Correios.

E como eu tinha ensino superior ele me colocou para trabalhar na SUSIPE para fazer entrega lá. Na SUSIPE era o pior salário, eu nem lembro quanto era, porque eu tinha que fazer trabalho externo. Eu ganhava mais que aqueles que estão lá na colônia, mas a SUSIPE ficava com quase todo o meu salário. Eu não queria trabalhar lá, mas foi bom porque eu fiz amizade com a Sheila e ela me colocou logo nos Correios. Eu fiquei na SUSIPE um mês e alguns dias (Romeu).

Como eu me senti quando recebi o primeiro salário? Olha esse da SUSIPE aí na verdade eu nem chamo de salário porque é revoltante, nos Correios e já ficava com mais dinheiro e eu realmente me senti digno porque aquilo era fruto do meu trabalho (Romeu).

Nos Correios, a satisfação por trabalhar era maior, porque trabalhava na mesma área de sua formação superior, além da função administrativa que exercia e sentia-se orgulhoso do que fazia e também de sua remuneração, fruto de seu trabalho, apesar da metade ser retida pela SUSIPE. A retenção de parte da remuneração é para Romeu algo normal, porque ele tinha uma trajetória na instituição penitenciária. O preconceito sofrido também é parte desta normalização e, neste ponto, Romeu passou voluntariamente a afastar-se de seus colegas de trabalho para evitar maiores problemas.

Na época dos Correios meu chefe era muito rígido, ele demorou a confiar em mim, mas eu consegui superar e até hoje ele é meu amigo. Com ele eu sempre fui claro. Quando ia chegar tarde eu avisava porque eu moro longe, moro no Distrito Industrial, então ele me deixava chegar tarde aos Correios, era para eu chegar às 8hs e eu chegava às 8:30 e saía meia hora mais tarde. (...)

O preconceito sempre tem, né! Lá nos Correios eu notava que a pessoa escondia as bolsas, os celulares quando eu chegava, mas é normal, né! (...) aos poucos eu fui me incluindo e depois de um tempo ele passaram a me chamar para as

comemorações deles e depois ficamos amigos, quando saí de lá fizeram até despedida! (Romeu).

A experiência nos Correios foi gratificante. Após o encerramento de seu contrato, Romeu buscou algumas alternativas de trabalho formal na sua área de formação e entendia ser esta busca uma tarefa árdua por conta de sua folha de antecedentes criminais: “foi difícil, eu queria alguma coisa que mexesse com minha área de formação e com o que aprendi nos Correios, mas quem emprega preso?”. Efetivamente Romeu não consegue nenhum posto laboral fora do programa.

Após três meses sem qualquer trabalho, Romeu consegue ser novamente efetivado, através do programa, no Tribunal de Justiça para a função de digitalizador de processos e, desta vez, a SUSIPE não ficava com parte de sua remuneração, sendo este fato um motivo de grande emoção, porque, diante de sua situação de egresso, era normal ganhar pouco, já que estava “acostumado a ganhar menos porque eu sabia que a minha situação não era igual à de todo mundo”.

Nesta nova função, Romeu relata que o local onde trabalha, dentro do Tribunal, era chamado pelos servidores públicos de “sala dos presos” e que o preconceito é normal por conta de sua história, mas isto não afetou sua trajetória neste novo trabalho, pois crê já que tudo que conseguiu foi em decorrência de bênçãos divinas.

Quando o contrato de trabalho no Tribunal chegar ao seu final, Romeu não sabe onde trabalhará, mas espera que, ao distribuir *curriculum*, seja aceito em alguma empresa onde possa desenvolver os atributos profissionais que aprendeu na sua graduação e também durante o tempo que trabalhou nos Correios e no próprio Tribunal. Ele é ciente que será difícil diante do registro positivo em sua folha de antecedentes criminais.

A função que desempenha no Tribunal, para além de digitalizar processos, envolve ajudar os companheiros e companheiras de trabalho com o sistema informático de gerenciamento de processos, o que lhe permite aplicar os conhecimentos adquiridos com sua formação superior. Foi no Tribunal de Justiça que Romeu despertou o interesse pelo serviço público e tem a perspectiva de profissionalização no serviço público como um propósito em sua vida. Após o término do contrato, Romeu, além de buscar outro trabalho formal, estudará com o objetivo de ser aprovado num concurso público. Isso, claro, depois de não constar mais nenhuma anotação em sua folha de antecedentes.

Hoje eu estou em prisão domiciliar sem monitoração eletrônica e, na verdade, minha expectativa desde que eu coloque o pé na rua é fazer concurso público, mas enquanto eu tiver minha certidão suja é difícil, na verdade até para empresa é difícil. Eu vou colocar curriculum e tentar entrar no emprego melhor mesmo com estas dificuldades (Romeu).

Daniel Richard soube da existência do programa, quando ainda habitava a instituição penitenciária, através de outros companheiros de reclusão. Buscou então a Administração Penitenciária para saber mais informações e ser incluído para trabalhar nos Correios. Após uma entrevista junto ao pessoal da direção, Daniel foi selecionado, não para trabalhar nos Correios, mas sim no Tribunal de Justiça, devido ao fato de ter o perfil adequado. Para Daniel “tudo era melhor ... menos estar lá preso”.

Ao ser selecionado para o trabalho, Daniel não sabia o que faria e muito menos quanto ganharia e assim mesmo decidiu realizar um treinamento de sete dias no próprio Tribunal. Após um pouco mais de 15 dias, Daniel vê efetiva sua primeira experiência laboral formal, pela Lei de Execuções Penais, apesar de reconhecer que não teria direito a garantias da lei trabalhista brasileira e também saber que seria por tempo determinado. Para Daniel estava tudo muito bem, porque “eu não tinha nada e agora consigo ter alguma coisa”.

Esta primeira experiência foi muito gratificante para Daniel, que, ao ver-se longe da reclusão, viu-se em condição de igualdade com sua mãe e avó que sempre trabalharam para viver e sustentar a família. O primeiro salário de Daniel foi a primeira experiência de uma contraprestação por algum serviço que prestou de maneira formal e a remuneração que recebe, sem nenhum tipo de retenção por parte da SUSIPE, paga as mensalidades de seu curso superior.

Para o entrevistado, as empresas deveriam buscar pessoas reclusas para trabalhar e, assim, além de dar uma nova oportunidade a estas pessoas, também conseguiriam reduzir seus custos operacionais por conta das obrigações impostas pelas leis trabalhistas, que, no caso das pessoas reclusas, é muito flexibilizada.

As empresas não conhecem os projetos dos quais fazemos parte. Elas perdem muito, porque essas empresas indo buscar a pessoa que está dentro do cárcere... eles não têm tipo assim, muito custo como com uma pessoa que está aqui fora trabalhando. Porque com as pessoas do cárcere não 'terá' um vínculo empregatício, 'poderá' ser uma coisa temporária porque aquelas pessoas do cárcere vão querer trabalhar mesmo, porque vão querer remir a pena e, além disso, essas pessoas vão dar uma produtividade para as empresas e as empresas não procuram buscar essas pessoas dentro do cárcere. Eu acredito que falta uma pessoa para abraçar esse projeto e expandir para outras empresas porque ainda

há muito preconceito. Pensam assim, deixa eu ver, que as pessoas do cárcere são bandidos para sempre (Daniel).

Quando seu contrato chegar ao fim, Daniel pretende distribuir *curriculum* para conseguir algum outro posto formal de trabalho, mas sabe que será difícil porque, ao constar anotações positivas em sua folha de antecedentes, as empresas provavelmente não aceitarão, porque pensam que o egresso é bandido para sempre. Pretende também terminar seu curso de Serviço Social para ajudar pessoas que passaram pela mesma experiência da reclusão.

Após o término do contrato, Daniel continuava desempregado, distribuindo *curriculum* em diversas empresas e mantém seu principal objetivo em mente: formar-se como assistente social.

Alexandre Ribas, antes da reclusão, trabalhou formalmente como agente de limpeza urbano, na cidade de Belém, e como agente de limpeza numa empresa privada. Este são os trabalhos que Alexandre sabia fazer, porque sempre ajudava sua mãe que anteriormente havia trabalhado como empregada doméstica: “O que eu sempre soube fazer era limpeza, porque desde pequeno eu ajudava minha mãe nas limpezas, desde quando vivíamos no Maguari”. Ambos trabalhos foram de curta duração e com remuneração mínima legal. E foi por conta do desemprego que Alexandre se decidiu pela prática de infrações sujeitas a pena.

Dentro da instituição, Alexandre buscou alguma alternativa laboral sem sucesso, por ausência de vagas, e então decidiu estudar como forma de reduzir seu tempo de condenação. Foi por conta de seus estudos dentro da instituição penitenciária que tomou conhecimento do projeto “Começar de Novo” e decidiu, junto com um companheiro, pedir uma oportunidade junto à direção da Colônia Agrícola.

O curso era dado pelo SENAC de auxiliar de bibliotecário. Foi no curso que eu conheci o Daniel, mas ele fazia outra coisa que eu não lembro. Como a gente sempre conversava, o Daniel chegou dizendo que tinha umas vagas lá nos Correios e eu disse: ‘vamos lá na direção falar’. Eu não sabia de projeto nenhum foi Daniel que me disse. Fomos lá direção falar que queríamos ir para os Correios e não deram nenhuma resposta (Alexandre).

Alexandre não recebeu qualquer resposta da junta diretiva da casa penal. Apelou ao Coordenador da escola que prontamente decidiu ajudar e incluiu seu nome para uma entrevista no Tribunal de Justiça. Foi desta forma que Alexandre conseguiu incluir-se no programa e firmar-se na vaga que hoje ocupa.

Por ser um dos primeiros homens incluídos no projeto para trabalhar no Tribunal de Justiça, as primeiras remunerações de Alexandre eram ainda divididas com a SUSIPE, mas isto não tirou seu ânimo e sua felicidade em receber sua primeira remuneração formal da vida e, assim, pôde, além de ver-se longe da reclusão, ajudar no sustento de seus filhos.

Quando eu vim trabalhar aqui só disseram que eu ganharia um salário e uma parte deste salário ficava retido na SUSIPE, acho que eu ganhava entre 230 a 240 reais e a outra metade ficava com a SUSIPE não sei porquê. Eu fiquei muito feliz quando eu recebi meu primeiro salário daqui porque era a única saída para ajudar meus filhos, eles são o principal motivo para eu buscar trabalho e também sair o rápido de lá (Alexandre).

Relata que no início não encontrava muita motivação para trabalhar, mas, com o tempo, as coisas foram mudando, porque começou a perceber uma compatibilidade com o que aprendeu no curso de auxiliar de biblioteca (realizado na Colônia Agrícola) e o que efetivamente praticava no Tribunal. Mas nem tudo foram flores. Alexandre relata que sofreu certo constrangimento por parte dos servidores do Tribunal, porque rotulavam o espaço onde trabalhava como “sala dos presos” e por isto sentia-se constrangido. Embora tente fugir do estigma que o acompanha, as pessoas não entendem a razão por que são dadas oportunidades para um egresso, em vez de a uma “pessoa de bem”.

Antes aqui eles chamavam de a sala dos presos. Então, a Coordenadora do Tribunal veio se desculpar, que não deveria ser assim e nunca mais chamaram assim. Eu ficava meio constrangido com isso, até porque todo o mundo sabia quem era que trabalhava aqui, mas não podia fazer nada, porque tem, da mesma forma que teve aqui ... lá fora é muito pior, as pessoas pensam: como assim um preso trabalha no Tribunal ocupando o espaço de uma pessoa de bem? As pessoas pensam que como ex-presidiário tu tens que sofrer o resto da vida.

Após o ano de 2016, o Tribunal passou a pagar a remuneração diretamente ao trabalhador, sem qualquer intermediação da SUSIPE, e impôs um prazo determinado para todos os contratos, ou seja, dois anos. No momento da entrevista, faltavam aproximadamente 3 meses para o fim do contrato de Alexandre. Este, já preocupado com o seu futuro laboral, tem seus documentos prontos para distribuir em empresas e conseguir algum trabalho compatível com o que realiza no Tribunal. Além disto, Alexandre estuda na esperança de cursar graduação em Arquivologia e atribui este desejo ao curso que realizou dentro da instituição penitenciária.

Sem saber ainda o que será de seu futuro, Alexandre coloca toda sua vida nas mãos de Deus e espera conseguir, enquanto não consegue aprovação numa Universidade pública, ser aceito em qualquer empresa, apesar da anotação positiva em sua folha de antecedentes criminais.

Meu contrato vai acabar em abril e eu já montei meu curriculum para distribuir, mas tem o caso do meu antecedente que ainda tá sujo e já sei que é difícil. Eu vou distribuir para conseguir trabalho e como eu já tenho meu ensino médio, já aprendi a organização e digitalização eu espero conseguir fazer algo mais ou menos que eu fazia aqui, trabalhar numa biblioteca. Está tudo na mão de Deus e eu vou continuar tentando passar na Federal para o curso de arquivologia porque mexe com esse mesmo ramo do que eu faço aqui. Quero olhar só para frente o foco é olhar só para frente e não reclamar, às vezes a pessoa diz: 'Ah! Eu sou preso não vou conseguir nada!'. Eu vou até o fim, não quero desanimar e sei que vai ser difícil e entregar na mão de Deus.

A busca por trabalho formal é difícil! Marília é um exemplo desta dificuldade, pois todos os trabalhos que conseguiu antes da reclusão eram precários, informais e mal remunerados. As dificuldades financeiras vividas por Marília foram, segundo ela, o móbil para a prática das infrações penais.

Eu procurei muito um trabalho formal quando cheguei aqui no Pará, mas nunca consegui. Trabalhei sempre informalmente como recepcionista, atendente, mas nunca quiseram formalizar o trabalho apesar de me pagarem um salário mínimo. A vida foi difícil! (Marília)

Dentro da instituição penitenciária, trabalhou internamente e, para sua surpresa, certo dia, foi incluída num projeto – que posteriormente se transformou no “Começar de Novo” – para trabalhar em órgãos públicos, sendo alocada de imediato no Tribunal de Justiça. Nesta época, Marília foi incluída num projeto que somente atendia o público feminino da população carcerária. Não houve uma seleção propriamente dita, mas somente a escolha de 8 mulheres que atendiam aos requisitos exigidos pelo projeto.

Após entrevistas e um direcionamento de como o trabalho deveria ser desenvolvido, Marília foi efetivada, através do convênio entre o projeto e a SUSIPE, no dia 05/05/2013, para função de digitalizadora de processos. A remuneração nestes termos era dividida com a SUSIPE e mesmo assim Marília decidiu aceitar esta oportunidade para ver-se longe da reclusão, mesmo sem saber exatamente o que iria fazer e quanto ganharia pelo trabalho.

Quando a gente chega na casa penal, eles pedem os nossos dados, escolaridade, se tem curso de informática, então ficam todas as nossas informações lá quando a gente entra na casa penal. Aí foi quando em um belo dia quando tô fazendo

faxina lá, chegou uma moça lá da casa e pergunta qual era o meu tamanho da farda aí eu falei, em dois dias ou três dias depois fui eu e mais 07 coleguinhas. A moça chegou e disse que era pra eu ir lá na direção, aí eu fui, quando chegou lá, a diretora falou assim mesmo 'que o juiz tinha feito um projeto que ia servir pra gente', disse que não tinha certeza, mas achava que era um serviço no Tribunal (Marília).

Quando fui selecionada pelo 'CDN' não sabia o que iria fazer e nem quanto iria ganhar. Quando soube que iria trabalhar aqui só pensei que queria me libertar daquele lugar que eu estava, não queria saber o valor, o que eu iria ganhar, eu só sabia assim, que pelo menos em um lugar chique eu iria trabalhar que era em um tribunal, né?! Aí foi quando o rapaz comunicou que a gente iria trabalhar aqui com processos, digitalizando processos (Marília).

Quando Marília recebeu sua primeira remuneração surpreendeu-se com o valor, porque pensava que receberia aproximadamente uns 30 reais por mês como no trabalho interno. O programa foi um verdadeiro ponto de reinício para sua vida, porque passou a poder contribuir para o sustento de seus filhos e, também, para o pagamento do curso de Serviço Social que cursa com o incentivo do pai. Este sentimento de felicidade nasceu porque Marília sabia que teria dificuldades de conseguir algum posto formal de trabalho devido a seus antecedentes penais e conseguir esta vaga com uma boa remuneração, ainda que sem garantias da lei trabalhista, foi uma boa oportunidade de recomeço.

Eu me surpreendi com o valor que recebi, pois eu pensava que seria como antes uns trinta ou quarenta reais. Aí eu saía para trabalhar aqui e depois voltava para lá (CRF), eles sempre ficavam com uma quantia de duzentos ou duzentos e cinquenta reais para fazer um depósito para quando a gente saísse de lá do sistema eles repassassem para a gente. Todo o dinheiro que estava no depósito de lá guardado foi entregue para a gente. O tribunal passava o dinheiro para a SUSIPE e a SUSIPE repassava o dinheiro para a gente, mas hoje já é diretamente entregue para a gente pelo tribunal.

Quando me informaram desse projeto senti uma coisa inexplicável, foi muito legal, porque assim, eu já estava pensando, como a gente está um lugar daquele, já sabemos da nossa sentença e já sabemos também quanto tempo vamos ficar ali, então eu já estava me perguntando como seria quando eu saísse dali, como iria ser a minha vida aqui fora, né?! Porque quando a gente passa pelo cárcere as pessoas olham para a gente de uma outra forma, tem uma outra visão, aí eu fiquei pensando, e aqui é uma coisa totalmente diferente, uma outra coisa e graças a Deus aqui eu estou muito feliz (Marília).

Próximo ao término de seu contrato, Marília mantém as esperanças de que ele será renovado uma vez mais e, caso saia do Tribunal, não sabe ainda o que fará, mas tentará algum trabalho na área do Serviço Social para ajudar outras pessoas que passaram pela mesma experiência da reclusão. Para isto, ainda necessita concluir sua graduação, que é paga com o dinheiro que recebe trabalhando no Tribunal de Justiça. Para Marília o trabalho no programa “Começar de Novo” é uma grande experiência,

mas o que quer mesmo é conseguir algo formal para continuar a sustentar sua família, preferencialmente, na área que algum dia se graduará.

Eu já tenho data certa pra sair, a direção falou que era mês de março, mas aí a gente não se sabe muito bem ainda como é que vai ser, ainda tenho a expectativa de que ainda vou continuar, porque é assim, uma moça que juntamente com o juiz que criou esse projeto, veio aqui com a gente e falou que haveria a possibilidade da gente continuar, desde que o juiz conversasse com o responsável daqui do Tribunal pra que a gente continuasse, porque quando eu entrei aqui era assim, o contrato do Tribunal com o convênio, então, a gente não renovava a gente continuava, aí por algum motivo ficou da forma que é hoje, até dois anos... Completou dois anos, saía!

É com o dinheiro que eu recebo daqui que eu sustento os meus três filhos hoje. Os meus filhos moram no interior com a minha mãe em Mãe do Rio. Aí eu mando dinheiro daqui pra eles.

Quando eu sair daqui do TJPA eu ainda não sei o que fazer, tô ainda correndo atrás, tô averiguando, tô cursando o ensino superior e tô querendo terminar, e eu vou correr atrás não posso ficar parada. Quero ajudar pessoas que passaram pela cadeia como eu, vou buscar algum trabalho nesta área. Meus filhos e a minha família foi o que me ajudou enquanto estive no cárcere, eles foram a minha inspiração para passar por aquele ambiente ruim e tirar dali o melhor. Lá dentro eu via pessoas fazendo coisas, mas eu ficava só na minha e me mantinha afastada. A minha expectativa para o futuro é encontrar um emprego para poder manter a minha família e esse trabalho que eu faço aqui é mais uma experiência na vida, sem dúvidas.

Outro exemplo de trabalho precário e informal quando deveria ser formal é o de Adrião. Ao chegar à cidade de Marabá, Adrião trabalhou como auxiliar de churrasqueiro e depois de churrasqueiro trabalhou na informalidade. Foi, segundo seu relato, esta informalidade que fez com que preferisse praticar infrações penais, porque “era mais fácil para ganhar dinheiro”.

Dentro o ambiente de reclusão não conseguiu nenhuma oportunidade de trabalho que o remunerasse e, já em liberdade, tentou aceder ao mercado formal de trabalho com um certo “sucesso”. Após conseguir a progressão para o regime aberto, Adrião decidiu mudar-se para Belém, porque pensava que sua certidão de antecedentes criminais continha anotação positiva somente na cidade de Marabá, sem saber que, para onde que ande, a certidão continuará com a mesma anotação positiva. Ao chegar em Belém, consegue trabalho formal numa empresa na qualidade de vendedor de pacotes de televisão por assinatura, escondendo de seus superiores sua folha de antecedentes criminais.

O trabalho como vendedor era formal. Diante da insistência de apresentação do documento por parte da empresa, Adrião supõe que descobriram seu passado e por conta disto foi demitido, 11 meses após iniciar suas funções, e sem nunca, sequer, haver

cometido qualquer falta. Adrião afirma que foi demitido porque não era política da empresa contratar pessoas com antecedentes criminais.

Depois eu decidi vir trabalhar para Belém porque lá minha certidão estava suja e consegui trabalhar. Assinaram minha carteira e eu vendia pacotes de televisão da NET. Eu ganhava um salário mínimo e trabalhei lá 11 meses. Mas eles descobriram que era 'ex-presidiário'. Cara, então eles ficaram sabendo por que eu não tinha entregado o antecedente criminal completo e eles descobriram e me demitiram porque disseram que a empresa movia muito dinheiro e era uma política da empresa não contratar pessoas com antecedentes (Adrião).

Após esta experiência negativa, voltou a trabalhar autonomamente na manutenção de aparelhos de ar-condicionado. Certo dia, ao ir ao Fórum Criminal de Belém, foi informado da existência de uma vaga para trabalhar e, após uma entrevista, começou a trabalhar, dois dias depois, sem treinamento, por conta da urgente necessidade do programa em ocupar a vaga.

Eu trabalhava lá na NET, mas seguia assinando escondido para que eles não descobrissem e quando eu saí de lá eu fui assinar uma vez e Senhor lá no Fórum disse que existia uma vaga para trabalhar porque um rapaz faltou e fizeram uma entrevista comigo, isso foi em 2017 e dois dias depois eu vim direto para cá porque estavam necessitando urgente. Eu não fiz treinamento o meu treinamento foi aqui na prática (Adrião).

Adrião não pensou duas vezes em aceitar a função de digitalizador de processos, porque via este trabalho como uma oportunidade para si, já que estava há um bom tempo desempregado. Para esta função, Adrião passou a ganhar mais que um salário mínimo, embora o trabalho não estivesse revestido da formalidade legal trabalhista, mas sim da formalidade da Lei de Execuções Penais. Este valor pago como remuneração foi de grande ajuda para Adrião e fez com que se sentisse valorizado por seu trabalho. Para Adrião, ainda que outras pessoas vejam o valor de sua remuneração como uma “besteira”, para ele não é, mesmo não tendo diversos direitos assegurados pela lei trabalhista.

Eu não tenho direito a essas coisas de férias, 13º salário ... essas coisas, mas tudo bem! Aqui eu aprendi a dar valor ao trabalho não importa como ele é, eu é que tenho que lutar para receber sempre melhor, batalhar na vida porque sem sacrifício a gente não consegue nada. Como eu disse, tem muita gente formada desempregada e eu aqui trabalhando, tenho que dar valor nisso (Adrião).

Adrião passou a dar-se conta que realmente o crime não compensa por conta dos diversos processos que teve oportunidade de ler e foi graças a este trabalho que passou a dar mais valor à liberdade e, também, ao trabalho, não importando como ele é.

Quando eu recebi esta oportunidade eu senti que não podia perder a oportunidade aqui, porque, como o nome já diz ... Tribunal de Justiça ... e se eu fui condenado fui condenado justamente porque eu cometi um crime e depois ter uma oportunidade de trabalhar? Eu não podia deixar passar, eu já estava muito tempo desempregado sem fazer nada. Hoje eu vejo que o crime não compensa e como eu hoje trabalho com processo, trabalho com vidas, eu aprendi realmente que o crime não compensa (Adrião).

A trajetória de vida de Marcolino é marcada pela necessidade de trabalhar cedo. Aos 9 anos de idade, aproximadamente, ajudava na manutenção da casa, vendendo sorvetes e salgados na rua, devido às dificuldades financeiras da família. Posteriormente, durante sua adolescência, trabalhou em diversas atividades informais sem nunca ter sua situação laboral legalizada ante a lei laboral brasileira. Todos estes trabalhos marginais à lei laboral trouxeram insegurança e debilidade financeira a Marcolino, que sempre sonhou em dar uma situação financeira melhor para sua mãe.

No ambiente de reclusão, Marcolino tomou conhecimento de vagas laborais para egressos na empresa pública dos Correios e soube que tais vagas eram limitadas. Marcolino então pediu uma oportunidade, fez um treinamento e aguardou o chamado, porque a administração penitenciária considerava que Marcolino tinha o perfil adequado para o trabalho.

Após algum tempo, Marcolino foi convocado no âmbito do programa para trabalhar não nos Correios, mas sim numa empresa privada, a Tramontina do Brasil. Este contrato celebrado diretamente entre a SUSIPE e a empresa previa uma remuneração de R\$400 reais mensais (menos de um salário mínimo), sem nenhum outro direito assegurado pela legislação trabalhista brasileira, para uma jornada de trabalho comum em relação aos trabalhadores regidos pela lei laboral. A SUSIPE ficava com metade deste valor.

Nesta função Marcolino fazia de tudo: recebia madeira; carregava-a; selecionava-a e realizava os carregamentos necessários sempre com os equipamentos de proteção individual. Marcolino incomodava-se, no entanto, com a remuneração diferente dos demais colegas que estava na mesma situação. Para Marcolino, devido ao trabalho que realizava e às várias funções que desempenhava, deveria ganhar um salário mínimo e não somente R\$400,00 e quando recebia o dinheiro, a SUSIPE ficava com a metade.

Na Tramontina recebia na faixa de 400 reais em 2015, por aí, é recente. Funciona como o mesmo processo da questão da bola e o pessoal sempre comentava que era para ser um salário. Na Tramontina nós trabalhávamos com,

vamos supor, tipo assim, tu tens várias funções, no caso, tu recebes as madeiras aí tu selecionas. Seleciona quando chega dos caminhões cheios, os tratores tiram e tu vai selecionar as madeiras no caso, mas na verdade cara, tu fazes a seleção e tu o carregamento, tu carregas de um lado para o outro e, depois vai selecionando e fazendo um monte, isso aqui é madeira número tal e tudo aí carrega fazendo seleção de madeira. A seleção de madeira, vamos dizer, é auxiliar do operador das máquinas. (Marcolino).

Posteriormente Marcolino foi transferido para a Secretaria de Urbanismo de Belém para atuar como agente de limpeza urbano, nos mesmos termos do contrato anterior. Apesar de haver mudado de ambiente, Marcolino continuava sem aceitar o tratamento diferenciado dado aos colegas regidos pela lei trabalhista. Porém, preferiu se conformar e perceber que sua situação era distinta, por não ser “tão inocente assim”, ou seja, internalizou a aceitação da diferença, vendo-se como o culpado.

Eu limpava as ruas, as praças e tudo, mas, tipo assim, ficava triste porque alguns colegas trabalhavam menos do que eu ou tinham mais descanso e eles também ganhavam um salário e eu menos. Ficava triste, mas entendia que eu não era tão inocente assim, se eu estava ali naquela situação era por alguma coisa, por algum descontrole meu.

O sonho de Marcolino era conseguir uma vaga nos Correios porque, segundo escutava, era um ambiente de trabalho de melhor qualidade. Finalmente, depois de muita espera, Marcolino consegue sua sonhada vaga nos Correios e assume como auxiliar administrativo. Foi neste trabalho que Marcolino afirmou que pela primeira vez recebeu “um salário decente”, e que, por conta do convênio, a SUSIPE não ficava com nenhum percentual de seu salário.

Nesta nova função, Marcolino passou a ser o orgulho de sua mãe. Pouco tempo depois, as atividades foram encerradas devido à saída da empresa pública do programa. Passa então a buscar outros trabalhos formais fora da relação penitenciária. Após suas experiências em duas grandes empresas, Marcolino pensava que seria uma tarefa relativamente fácil, mas não foi, por conta de sua trajetória na instituição penitenciária e, por conta disso mesmo, nunca era selecionado para nenhuma entrevista. Segundo relatou, até a própria experiência laboral na Tramontina foi alvo de questionamentos, supondo que, por afirmar que se tratava de um programa de inclusão de egressos da instituição penitenciária, nunca foi chamado.

Trabalho formal? Foi difícil! Nunca passava nas entrevistas porque sempre pediam antecedentes. Uma vez perguntaram porque eu não tinha registro na carteira do trabalho na Tramontina e eu disse que era porque era do projeto. Eu nunca passava em nada (Marcolino).

Ao conseguir sua inclusão, através do programa “Começar de Novo”, no Tribunal de Justiça do Estado, após um tempo de desemprego, onde atuou como vendedor de óculos, e tendo mesmo tentado uma sociedade, que não teve sucesso, Marcolino viu sua autoestima levantar-se outra vez. E quando terminar seu contrato como digitalizador de processos, pretende empreender e montar uma empresa de revenda de óculos. Marcolino encontrou no Tribunal uma saída para um momento de dificuldades financeiras e sabe que levará do Tribunal somente as boas amizades que cultivou.

...aqui é bom, me aliviou muito porque eu estava desempregado, mas sei que daqui só levarei boas amizades e uma bagagem para minha vida porque o que quero mesmo é montar meu negócio de óculos, entendeu? Vou pegar o dinheiro que vou receber aqui e investir tudo, vai dar certo!

6.5. Inclusão através do trabalho?

As duas secções anteriores dedicaram-se à análise das coerências e das heterogeneidades disposicionais das pessoas entrevistadas com propósito de responder ao principal questionamento da investigação. A heterogeneidade disposicional¹²⁷ é mais frequente e demonstra que entrevistados não pretendem seguir exercendo as funções laborais aprendidas durante a relação penitenciária. As escolhas são feitas como resolução a uma situação momentânea de intranquilidade ou aflição que representam um choque entre as disposições mais dobradas e o cenário presente.

Por coerência disposicional (Tabela 5) entende-se que as decisões em aceder a uma forma de trabalho estão conjugadas com experiências anteriores e que reforçam o quadro da socialização passada¹²⁸. Embora a escolha pelo trabalho seja entendida como uma alternativa à reclusão¹²⁹, a ideia de seguir na função pode ou não reforçar

¹²⁷ Neste sentido, Lopes *et al.* (2015: 10) ensinam-nos que a heterogeneidade é representada pela colisão de forças disposicionais em graus de intensidades que podem variar em relação às disposições mais arraigadas que, conseqüentemente, permite que o sujeito social “oscile, hesite ou viva com ambigüidade a sua decisão”.

¹²⁸ Neste sentido, Lopes *et al.* (2015: 10) afirma que “existe coerência disposicional quando se conjugam, mobilizam e reforçam quadros e experiências de socialização, favoráveis ou desfavoráveis, face à decisão”.

¹²⁹ António Pedro Dores e José Preto (2013: 115) afirma que o processo de escolarização das pessoas reclusas dentro do ambiente de reclusão é, na verdade, “um espaço menos perverso do que a do regime penitenciário” e que serve como “terapia ocupacional”, ou seja, estudar no ambiente de reclusão é

disposições anteriormente conformadas. É certo que também há casos em que há coerência disposicional quando, a partir de um processo de socialização específico, que, no caso da investigação, resultou de um processo educativo dentro do ambiente de reclusão, as pessoas demonstram novos desejos por funções que pretendem exercer.

O trabalho penitenciário no caso de Jeremias Tavares foi executado com muita apatência. Filho de agricultores é agricultor toda sua vida, Jeremias executava suas funções de agricultor com felicidade dentro da instituição penitenciária sempre desejando, quando conquistasse a liberdade, regressar para sua terra natal para voltar a sobreviver da agricultura. Aqui o trabalho penitenciário adequou-se perfeitamente às disposições pessoais anteriores à reclusão.

Nos casos de Catarina, Alexandre, Daniel e Marília, o percurso foi marcado por uma descoberta através da educação formal, dentro ou fora da instituição penitenciária após a reclusão, que ativa disposições anteriormente incorporadas, geralmente durante a infância ou a adolescência (Tabela 6). Daniel matriculou-se num curso de auxiliar de biblioteca dentro da instituição penitenciária e é extremamente incentivado pelos docentes, assumindo como propósito nunca mais decepcionar sua família, que sempre o incentivou aos estudos. No momento da entrevista Daniel cursava Serviço Social graças a incentivos da família e de funcionários do próprio Tribunal.

Coerência disposicional		Heterogeneidade disposicional	Objetivo / Trabalho efetivamente exercido após a reclusão	Disposições mais frequentes para o trabalho
Por conta de disposições anteriores à reclusão	Por conta de ativação de disposições posteriores à reclusão (Descobertas)			
Jeremias Tavares			Ser agricultor	Agricultura
		Abel Sousa	Trabalhar com transporte de cargas	Caminhoneiro
	Marília Castro		Trabalhar como	Assistente

justamente uma fuga à esta reclusão, portanto, ao optar entre estudos ou trabalho, não importa qual escolha, a pessoa busca na verdade um espaço de liberdade.

			Assistente Social	Social
		Waldemar Santos	Trabalha como Uber	Mecânico
	Daniel Souza		Trabalhar como Assistente Social / Atualmente desempregado	Assistente Social
		Marcolino Peixoto	Trabalhar com vendas de óculos	Vendedor
		Josélio Silva	Cursar o ensino superior	Feirante
	Catarina Bernardes		Trabalhar como assistente social	Auxiliar administrativo
	Alexandre Santos		Cursar o ensino superior	Auxiliar de biblioteca
		Romeu Sintra	Ingressar no serviço público	Técnico em Redes de Computadores
		Adrião Figueira	Trabalhar com manutenção de aparelhos de refrigeração	Técnico de aparelhos de refrigeração

Tabela 5 - Coerência disposicional

Alexandre possui um percurso institucional um pouco semelhante, já que cursou junto com Daniel o curso de auxiliar de biblioteca. Durante sua infância foi submetido a uma certa rigidez educacional por parte de sua mãe, o que fez com que se destacasse entre seus companheiros de classe. O curso dentro da instituição despertou novamente o interesse pela educação e o desejo de cursar Arquivologia na Universidade Federal do Pará para trabalhar em bibliotecas.

Marília e Catarina tiveram boas bases de incentivo à educação formal durante a infância e a adolescência. Ambas, após a situação de reclusão total, decidiram cursar Serviço Social por incentivos da família, amigos e também por conta da experiência institucional e não pretendem seguir a linha de trabalho do programa “Começar de Novo”.

Assim, todos estes entrevistados buscam outra forma de trabalho (mais qualificado) através do processo de educação formal – alguns estão mais longe deste objetivo – e colocação no mercado de trabalho. O ato de trabalhar dentro do programa

serviu como elemento propulsor da autoestima, porém, nenhum pretende seguir nas funções que aprenderam.

Pessoa Entrevistada	Incorporação da Disposição	Contexto de Ativação
Catarina de Oliveira Bernardes	Durante a infância e parte da adolescência.	Após o início do trabalho externo com o incentivo da família
Alexandre Ribas dos Santos	Durante a infância e parte da adolescência.	Curso dentro instituição penitenciária
Daniel Richard da Silva Souza	Durante a infância e parte da adolescência.	Curso dentro instituição penitenciária
Marília Fernandes de Castro	Durante a infância e parte da adolescência.	Após o início do trabalho externo com o incentivo da família e amigos

Tabela 6 - Contextos de ativação para o trabalho nos percursos de Coerência disposicional posteriores à reclusão

Em todas as entrevistas, a investigação demonstra que o trabalho levado a cabo através da relação penitenciária reproduz a perspectiva de Foucault, já abordada, de que a reclusão tem por verdade última o objetivo de transformar pessoas em dóceis trabalhadores. Como a reclusão, por si só, não alcança este propósito, os programas e projetos¹³⁰ de inclusão através do trabalho agem como tecnologias que desestimulam todo e qualquer modo de vida que seja guiado por padrões que, para o seu público alvo, é ser trabalhador consciente da necessidade de trabalhar por trabalhar.

O programa estimula a criação de uma identidade que parte do progresso pelo trabalho e estes egressos entrevistados acreditam que o único futuro que podem ter será através do trabalho, não importando que classe de trabalha tenham, pois este será o único instrumento capaz de afastá-los da criminalidade. Eles não se dão conta que foi justamente a ausência de um trabalho ou de um trabalho digno que os levou à pratica de delitos. Neste sentido, Antunes (2006: 175) afirma que uma vida “cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho”. Esta é a paradoxal ideia, num momento em que o trabalho – principalmente o de qualidade – está escasso, somente ele é o antídoto do crime.

¹³⁰ Ao abordar as políticas penitenciárias, em especial a educação de pessoas reclusas, António Pedro Dóres e José Preto (2013: 114 e 115) afirmam que tais políticas possuem duas vertentes. A primeira consiste na separação física das mudanças sociais quotidianas, onde as pessoas reclusas são surpreendidas com novos hábitos sociais do meio livre e com estes terão que aprender a viver. A segunda diz respeito à separação lógica onde as limitações decorrentes da reclusão (por exemplo, ler; escrever; trabalhar) militam es desfavor destas pessoas.

Em pesquisa¹³¹ publicada no dia 30.08.2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou importantes dados sobre o desemprego e a qualidade do trabalho exercido pelo brasileiro. O governo de Jair Bolsonaro comemora a queda na taxa de desempregos no país, para parte do ano de 2019, em 11,8%, atingindo 12,6 milhões de pessoas. Mas a queda apontada pelo IBGE é consequência do aumento do trabalho informal, o que já representa 41% da população total. Nas palavras do pesquisador do IBGE, Cimar Azeredo, “Apesar da queda da desocupação, da redução da taxa de desocupação e do aumento expressivo de pessoas ocupadas, o mercado insiste em gerar postos de trabalho voltados para a informalidade”.

O aumento da informalidade provocada pela geração de postos em razão da própria racionalidade econômica de precarização das condições de trabalho criam, na verdade, subtrabalhos onde os salários continuarão sendo precários e incertos. Esta mesma pesquisa aponta que a remuneração destas pessoas que trabalham informalmente, alimentando o mercado formal, é bem inferior aos salários pagos àqueles que estão inclusos dentro do sistema protetivo da Lei trabalhista brasileira. Como pode o trabalho salvar os egressos dentro de um sistema de mercado que cada vez mais diminui as condições de trabalho formal? A busca pela formalidade e estabilidade laboral é a esperança das pessoas entrevistadas.

As trajetórias das pessoas entrevistadas revelam diversas experiências que constituíram suas vidas e que foram marcadas pela falta de amor do conjunto familiar; ausência ou fracasso escolar; e grandes necessidades econômicas sofridas em distintos momentos desta vida e como mecanismo de fuga – até mesmo para aceder a melhores bens de consumo – caíram com a prática de infrações penais.

Nos relatos é possível notar a consciência da importância do trabalho para uma correta mudança de vida em todos os entrevistados, para que sejam aceitos socialmente e, até mesmo, sejam considerados “pessoas de bem”. É necessário analisar até onde pode o Programa “Começar de Novo” auxiliar na inclusão destas pessoas, já que não há nenhum acompanhamento do programa. Quando os contratos finalizam, a pessoa efetivamente está por conta própria e com seu registro criminal com anotação positiva.

¹³¹ Pesquisa disponível para acesso público no site <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/30/trabalho-informal-avanca-para-413percent-da-populacao-ocupada-e-atinge-nivel-recorde-diz-ibge.ghtml>, Acesso 10 de setembro de 2019

Na investigação foi possível acompanhar o pós-trabalho penitenciário somente de duas pessoas. Waldemar e Josélio, cheios de expectativas em aceder a um trabalho formal – qualquer que seja –, viram-se novamente em situações semelhantes (em relação ao trabalho) àqueles que viveram antes da reclusão. Josélio passou a trabalhar como voluntário numa igreja evangélica do bairro em que viveu sua infância (e voltou a residir). Sem qualquer remuneração para sobreviver, Josélio passou a vender peixe no mercado local do mesmo bairro. Waldemar por sua vez começou a atuar como motorista do aplicativo UBER por ser a única alternativa para não fazer “besteiras”, porque, segundo seu próprio relato, “a realidade é diferente” fora dos muros do Tribunal de Justiça.¹³²

A investigação aponta também que aqueles que passaram pelo trabalho externo pensam em aceder ao mercado formal, através da celebração de contratos com empresas. Para isto já possuem o *curriculum* pronto para distribuição, embora não acreditem que isso seja uma tarefa fácil. Alguns, por experiência passada, outros porque sabem como funcionam as empresas, já que suas folhas de antecedentes criminais estão anotadas positivamente e dificilmente conseguirão algo formal.

A pesquisa concluída permite chegar à mesma conclusão de Foucault (2004: 133-134) sobre o trabalho penitenciário:

...em sua concepção primitiva o trabalho penal não é o aprendizado deste ou daquele ofício, mas o aprendizado da própria virtude do trabalho. Trabalhar sem objetivo, trabalhar por trabalhar, deveria dar aos indivíduos a forma ideal do trabalhador (...) O problema então não era ensinar-lhes alguma coisa, mas ao contrário, não lhes ensinar nada para se estar bem seguro de que nada poderão fazer saindo da prisão.

¹³² A uberização representa no Brasil contemporâneo a nova fronteira do trabalho informal.

7. Conclusões

Ainda que algumas conclusões tenham já sido retiradas, designadamente no capítulo 6, sistematizam-se aqui algumas ideias e conclusões finais.

Estudar a instituição penitenciária e as pessoas egressas não é uma tarefa fácil. Não é fácil entrar no campo e, uma vez lá dentro, não é fácil ganhar uma posição de observação que possa dar conta da complexidade do contexto. Vários questionamentos podem surgir no decorrer da investigação considerando o caráter dinâmico e heterogêneo desta instituição total que se alimenta de si mesma e que assim se mantém firme e intocada ao longo dos séculos. Desde seu surgimento com as primeiras *workhouses* pouco mudou. O modelo de reclusão para a disciplina do corpo continua a ser a verdadeira razão de sua existência.

Arelado a esta existência, o trabalho penitenciário, elemento que tornou possível chamar o cárcere de estabelecimento social total, foi a primeira técnica de reinclusão social experimentada e destinada a dirigir o corpo e a mente humana a um modelo de vida padrão, fora da prática de delitos e tornou-se, ao longo dos anos (e até aos dias atuais) a principal técnica do tratamento penitenciário. Do trabalho forçado ao trabalho consensual, a técnica continua a lidar com pessoas que pouco trabalharam ou que trabalharam precariamente, alimentando as esperanças de que o trabalho é a única solução para uma vida correta, ou, nas palavras de algumas pessoas entrevistadas, para que possam ser categorizadas pelos demais como pessoas de bem.

A Lei de Execuções Penais brasileira tornou obrigatória a prestação de auxílios às pessoas reclusas. Para as que já estão fora do estado de reclusão, ou que estão ainda dentro da relação penitenciária, o Estado se vê obrigado a implementar políticas públicas de auxílio, contando sempre com a participação da sociedade civil. Este é o espírito do programa “Começar de Novo”! Em sua gênese, no Estado do Pará, o programa contou com a adesão de diversas empresas (públicas ou privadas) que efetivamente recebiam pessoas para trabalhar dentro dos ditames fixados pela relação penitenciária para o trabalho. Com o passar do tempo e sem qualquer justificativa distinta aos problemas econômicos sofridos pelo país, gradualmente, esas empresas saíram do programa, ficando somente o Tribunal de Justiça do Estado do Pará como o único receptor para o trabalho externo.

A tese apontou duas formas de trabalho penitenciário: o trabalho interno e o trabalho externo. O trabalho interno pode ou não ser remunerado e compreende tanto o trabalho doméstico como outras formas de trabalho. O trabalho externo, no âmbito do programa estudado, é sempre remunerado, pois a empresa ou órgão que recebe a pessoa em estado de reclusão paga uma remuneração a seu critério. A pessoa em estado de reclusão depende da boa vontade do empregador para receber uma remuneração adequada ou, até mesmo, ser contratada dentro das regras comuns aplicadas ao trabalhador fora desta relação.

O trabalho consensual levado a cabo pelo programa revela uma ausência de consensualidade com o principal elemento: a pessoa reclusa. Como revelou a investigação, por regra, essa pessoa não sabe o que fará ou quanto ganhará, uma vez que todas as condições relativas a este contrato de trabalho são decididas e definidas pela coordenação do Programa; a Superintendência do Sistema Penal do Estado do Pará e a empresa (ou órgão público) que receberá a pessoa para trabalhar. Esta é a consensualidade que afasta por completo a pessoa do processo decisório, reconhecendo-a somente como uma força de trabalho ociosa e barata.

Esta força de trabalho subutilizada é remunerada diretamente pela empresa ou órgão que toma o trabalho ou, como na maioria dos casos relatados pelas pessoas entrevistadas que trabalharam antes do ingresso no Tribunal de Justiça, a remuneração ocorre através da intermediação da Superintendência do Sistema Penal do Estado do Pará, que retém 50% desta remuneração. A remuneração, que já é baixa, por não respeitar nenhuma regra trabalhista prevista em lei – o que não é ilegal, porque a Lei de Execução Penal assim o permite – fica ainda mais baixa diante da intervenção do Estado, que retém parte, aumentando ainda mais o abismo da desigualdade entre as pessoas que estão dentro e fora da relação penitenciária. Por essa via, o Estado afirma a propriedade da força de trabalho, impondo sua disciplina totalitária sobre o corpo que produz o desempenho.

A desigualdade não está presente somente no âmbito da remuneração, mas também nas condições de trabalho externo, no seio das quais, notadamente, há uma diferença de tratamento entre os que trabalham dentro ou fora desta relação. Os retratos sociológicos revelaram não somente questionamentos por parte dos inclusos no programa, mas também suas angústias em relação a estas desigualdades, evidenciando uma certa aceitação em relação à peculiar condição de egresso. As pessoas entrevistadas

revelam que não entendiam bem o porquê de tanta diferença, mas aceitavam a situação porque na condição de egresso não poderiam esperar um tratamento igualitário.

Na trajetória das pessoas entrevistadas é possível perceber, principalmente naqueles que tentaram alguma colocação no mercado formal, a carga do estigma que transportam, sendo este mesmo estigma um verdadeiro problema para a formalização de uma atividade no mercado de trabalho. A narrativa demonstra o quanto é difícil a colocação profissional após a saída da instituição penitenciária. Porque é uma exigência da maioria das empresas – e até mesmo para realização de concurso público – a apresentação do registro criminal. Este é o registro oficial emitido pelo Estado que formaliza o estigma e conforma os egressos a buscarem trabalho no mercado informal, onde as atividades são precárias e pouco remuneradas, exatamente iguais às exercidas antes da reclusão, e que, segundo os relatos, foram o móvel para a prática de delitos. Nesse contexto a porta para a reincidência criminal fica entreaberta, se não mesmo escancarada.

Não muito diferente são as atividades realizadas pelas pessoas entrevistadas no âmbito do programa “Começar de Novo”. De agente de limpeza urbana a digitalizador de processos, as pessoas (quase na totalidade) relatam não ter nenhuma vocação para estas atividades, enfatizando que não pretendem, no momento do pós-programa, exercer algo semelhante ao que faziam dentro do programa. Mas esperam ingressar no mercado formal com a ajuda do próprio programa, por considerarem que essa oportunidade constitui uma importante experiência.

A narrativa revelou que o trabalho fez parte da infância de grande parte dos entrevistados, o que já diz muito sobre a sua condição social. Esse trabalho estabeleceu uma relação de concorrência com os estudos e foi valorizado ou incentivado pela família. O que importava era conseguir um dinheiro extra para auxiliar no sustento da família devido às ruins ou precárias condições financeiras. Os retratos sociológicos demonstram a prioridade dada ao trabalho, ainda que em terna idade, e que este é a razão para o baixo desempenho escolar e até mesmo abandono dos estudos. Em alguns casos, este trabalho infantil era incentivado pelos próprios pais como forma de aquisição de uma certa responsabilidade. Foi justamente o trabalho precário que levou a dificuldades financeiras e foram essas dificuldades que levaram à prática de delitos. Com o capital escolar muito comprometido diante da necessidade de trabalhar, as

possibilidades de ascensão profissional futura diminuíram, ficando as pessoas presas às mesmas condições precárias de trabalho que exerceram durante a vida adulta.

A reclusão despertou nas pessoas entrevistadas o desejo por trabalhar e a ideia de que o trabalho é o antídoto para prática de delitos. Cumpre-se, assim, a ideologia da disciplina das instituições totalitárias. É este trabalho que será alegadamente capaz de reincluir socialmente a todos, de modo a permitir acesso a bens e serviços. Ou seja, capaz de prover o sustento próprio e da família, na esperança de que o estigma da reclusão não traga mais nenhum problema para o futuro de cada um. Porém, para superar o estigma que sabem que carregam, suportam o que for necessário, pensando ser temporário, sejam situações de preconceito, sejam situações de exclusão no próprio ambiente de trabalho e no âmbito do programa. A família e as relações futuras a desenvolver no âmbito familiar, de modo a concertar o passado, e a projetar um futuro renidente, funciona como eixo de racionalização de aceitação das práticas de disciplina dos corpos.

Situações relatadas na investigação, como sejam, por exemplo: a não admissão ou a demissão por conta do registro positivo na folha de antecedentes penais; a rotulação do ambiente de trabalho como “sala dos presos”; as estratégias de ocultação do passado de reclusão; e outras histórias relatadas e descritas nos retratos, desestimulam o desenvolvimento de relações interpessoais, inclusive entre pessoas trabalhadoras dentro de um mesmo contexto. Esta limitação por preconceito dentro do próprio ambiente laboral acaba impedindo a reintegração destes egressos.

Mas, então, está ou não o trabalho penitenciário vocacionado para a vida das pessoas incluídas no programa “Começar de Novo”? A investigação demonstra que há uma grande distância entre o que deseja a pessoa e aquilo que ela efetivamente fez ou faz antes da reclusão e dentro do programa. Na verdade, a ausência do exame criminológico disposto na própria Lei de Execuções, como instrumento capaz de captar as aptidões – para o trabalho – das pessoas que ingressam na instituição penitenciária e, até mesmo, a falta de informações sobre o programa no âmbito da instituição por parte do pessoal da administração penitenciária, faz com os reclusos e as reclusas busquem qualquer forma de trabalho como alternativa à reclusão total. E que priorizem os benefícios da redução de pena que o trabalho lhes faculta, ainda que esse trabalho não seja remunerado. Estas pessoas reclusas optam por “trabalhar por trabalhar”, para que

possam se sentir mais livres e, no final de tudo, voltam à informalidade, atuando em formas de trabalho precário.

Portanto, a investigação aponta que o trabalho precarizado pouco pode contribuir para a reinserção da pessoa egressa e serve como instrumento que torna estas pessoas mais calmas e aptas a aceitar qualquer trabalho e qualquer remuneração.

Os dados são deixados para discussão. Estes mesmos dados podem, amanhã, ser estudados sob outra ótica capaz de revelar novas conclusões. Ou podem hoje mesmo ser desditos ou postos em causa pela participação de outros reclusos no mesmo programa, mas noutro contexto. “Os dados são matéria viva que continua pulsando e podem reviver sob uma outra interpretação, do próprio autor ou de outros. O olhar do pesquisador evolui, e ao voltar sobre o material, enxerga-o com novas nuances, comprovando que ele não se imobilizou sob a primeira aproximação, mas continua à espera de outras angulações. Da mesma forma, ele se oferece a possibilidades explicativas provenientes de outros olhares. A transparência se torna garantia metodológica para a diversidade (Arruda, 2002: 19-20)”.

A pesquisa desenvolvida não acaba aqui. O convencimento mútuo, convicto e assumido, que tem de dominar o entendimento das partes para que a consensualidade seja efetiva, tem, seguramente, de encontrar novas oportunidades de agenciamento. As virtudes e os limites que identificámos no estudo do objeto escolhido abrem portas para o caminho que terá de ser feito.

8. Referências bibliográficas

- Alves, Giovanni (2005). *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Alvim, Rui Carlos (1991). *O trabalho penitenciário e os direitos sociais*. São Paulo: Atlas.
- Anitua, Gabriel (2015). *Historias de los pensamientos criminológicos*. Buenos Aires: Didot.
- Antunes, Ricardo L. (2006). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Arendt, Hannah (2008). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- Arruda, Angela (2002), *As representações sociais: desafios da pesquisa*. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: EDUFSC, Especial Temática.
- Baader, Marc, e Evelyne Shea (2007). "Le travail pénitentiaire, un outil efficace de lutte contre la récidive ?". *Champ pénal/ Penal field*, n. Vol. IV (15 de janeiro de 2007). <https://doi.org/10.4000/champpenal.684>.
- Baker, Sarah Elsie e Rosalind Edwards (s.d.). Introduction in idem. *How many qualitative interviews is enough? Expert voices and early career reflections on sampling and cases in qualitative research*. National Centre for Research Methods Review Paper. http://eprints.ncrm.ac.uk/2273/4/how_many_interviews.pdf
- Baratta, Alexandre (1986). <<*Viejas y nuevas estrategias en la legitimación del derecho penal*>> In: Poder y Control, Revista hispanoamericana de disciplinas sobre el control social. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias.
- Baratta, Alexandre (2004). *Criminología crítica y crítica del derecho penal: Introducción a la sociología jurídico penal*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Baratta, Alessandro (2000). *Las trampas del poder punitivo: el género del derecho penal*. Buenos Aires: Editorial Biblos.
- Baratta, Alessandro (1999). *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 2 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.
- Batchelor, Susan (2007). "Getting mad wi' it": risk-seeking by young women'. in Kelly Hannah-Moffat e Pat O'Malley (eds.). *Gendered Risks*. Nova Iorque: Routledge, 205-228.
- Bauman, Zygmunt (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (2004), *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (2007). *A vida fragmentada: ensaios sobre a moral pós-moderna*. Lisboa: Relógio D'Água.

Becker, Howard S. (s.d.). Howard S. Becker, author of *Tricks of the Trade* in Sarah Elsie Baker e Rosalind Edwards. *How many qualitative interviews is enough? Expert voices and early career reflections on sampling and cases in qualitative research*. National Centre for Research Methods Review Paper. http://eprints.ncrm.ac.uk/2273/4/how_many_interviews.pdf

Beristian, Antonio (1982). *La pena retribución y las actuales concepciones criminológicas*. Buenos Aires: Depalma.

Bourdieu, Pierre (1996). *Espaço social e espaço simbólico. Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.

_____. (2009). *A economia das trocas simbólicas*. In: *Condição de classe e posição de classe*. São Paulo: Perspectiva.

Brandão, Jamilly M. F.; Farias, Angélica C. de A. (2013). *Inclusão social de ex-detentos no mercado de trabalho: reflexões acerca do projeto esperança viva*. Anais... IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Brasília: ANPAD.

Byung-Chul, Han (2015). *Piscopolítica*. Lisboa: Relógio D'água.

Carsola, Francis (2000). *Du consensualisme en prison em droit pénitentiaire français*. In: *Journées Internationales de la Fondation Pénale Et Pénitentiaire, 2000, Lisboa. Nouvelles Orientations du Régime Pénitentiaire: Actes ...* Lisboa.

Christie, Nils (1993). *A Indústria do Controle do Crime: a caminho de Gulags em estilo ocidental*. Rio de Janeiro: Forense.

Constantino, Patrícia (2001). *Entre as escolhas e os riscos possíveis – a inserção das jovens no tráfico de drogas*, dissertação de Mestrado em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz [online], disponível em: <http://teses.iciet.fiocruz.br/pdf/constantinpm.pdf>

Costa, Alexandre (1999). *O trabalho prisional e a reintegração social do detento*. Florianópolis: Insular.

Crowther, Anne (1982), *The Workhouse System. 1834-1929*. Georgia: The University of Géorgia Press.

De Giorgi, Alessandro (2006). *A miséria governada através do sistema penal*. Rio de Janeiro: Editora Revan.

Dores, António Pedro; Preto, José (2013). *Segredos das Prisões*. Cascais: Rui Costa Pinto Edições.

Dores, A. P. (2018). *Estigma, Intenções e Estados de Espírito*. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 86, 2018, 135 – 152. doi: 10.7458/SPP2018863797

Engels, Friedrich (2008). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.

Falqueto, J., Hoffmann, V., Farias, J. (2019). *Saturação teórica em pesquisas qualitativas: relato de uma experiência de aplicação em estudo na área de administração*. Revista de Ciências da Administração, 20(52), 40 – 53. doi: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2018V20n52p40>

Foessel, Michaël (2010), *Etat de vigilance: Critique de la banalité sécuritaire*. Paris: Le Bord de l'eau.

Foucault, Michel (1999), *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (2004), *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____ (2008), *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (2002), *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes.

Garland, David (2004), “Beyond the culture of control”. *Critical Review of International Social and Political Philosophy* 7, n. 2: 160–89. <https://doi.org/10.1080/1369823042000266576>.

Goffman, Erving (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. São Paulo: Editora Guanabara.

Hassen, Maria. (1999). *O trabalho e os dias: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

Hopenhayn, Martin (2002). *Repensar El Trabajo*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma.

Jinkings, Isabella (2013). *Cárcere e trabalho – gênese e atualidade em suas inter-relações*. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo.

Lahire, Bernard (2004). *Retratos sociológicos: disposições e variações intraindividuais*. Porto Alegre: Artmed.

_____ (2005). *Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual*. In: *Sociologia: problemas e práticas*, Lisboa, n. 49. Disponível em: <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/49/517.pdf>

Lima, Fernanda Passos; Oliveira, Márcio Luzardo e Wilrich, Janaina Quinzen (2012). “Relato de experiência - a arte como instrumento de reinserção social”. *Journal of Nursing and Health*, 2, 265-275.

Lopes, J., Silva, J., Ganga, R., Gomes, R., Vaz, H., Cerdeira, L., ... Patrocínio, T. (2015). *Socialização e percursos (e)migratórios em Portugal: uma análise a partir de retratos sociológicos*. Revista Cardenos de Educação – UFPel, 51, doi: <http://dx.doi.org/10.15210/caduc.v0i51.6238>

- Marchiori, Hilda (1985). *Institución Penitenciaria*. Córdoba: Marcolino Lerner.
- Marques, Tiago Pires (2013), *Crime and The Fascist State, 1850–1940*. Londres: Pickering & Chatto.
- Marx Karl (2008), *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____(1996), *O Capital. Crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural.
- Melossi, D. e Paravani, M. (1980). *Cárcel y Fábrica. Los orígenes del sistema penitenciário (Siglos XVI – XIX)*. Bogotá: Siglo XXI.
- Melossi, Dario (2006). “*A questão penal em O capital*”. In: Margem Esquerda: ensaios marxistas. n. 4. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Mirabete, Julio Fabbrini (1992). *Execução Penal: comentários à Lei nº 7.210 de 11.07.84*. 5 ed. São Paulo: Atlas.
- Méda, Dominique (1998). *El trabajo: un valor en peligro de extinción*. Barcelona: Gedisa.
- Minayo, M. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa. *Revista Pesquisa Qualitativa da Universidade de São Paulo*. 5(7), 01 – 12. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4111455/mod_resource/content/1/Minayosaturacao.pdf
- Oliveira, Edmundo (2010). *Criminologia e Política Criminal*. Rio de Janeiro: GZ Editora.
- Onofre, E. e Julião, E. (2013). *A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas*. *Educação & Realidade*, 38 (1), 51-69.
- Pais, José Machado (2002). *Sociologia da vida quotidiana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, José Machado (2005). *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Lisboa: Ambar.
- Pasukanis, E. (1976). *Teoría General del Derecho y Marxismo*. México DF: Editorial Grijalbo S.A.
- Peixoto, P. (2017). Ética e regulação da pesquisa nas Ciências Sociais na sociedade do consentimento. *Educação*, 40(2), 150-159. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.2.27005>
- _____(2005). "Porto Feliz": patrimônio em segurança. *Horizontes Antropológicos*, 11(23), 145-161. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832005000100008>
- Pessoa, Sara de Araujo (2019). “Estrutura social e trabalho prisional: sobre as funções (latentes) do trabalho prisional - um estudo de caso na penitenciária sul de Criciúma – SC”. <http://repositorio.unesc.net/handle/1/7006>.

Pradel, Jean (2000). *La Notion de consensualisme en droit de l'exécution de la peine*. In: Journées Internationales de la Fondation Pénale Et Pénitentiaire, 2000, Lisboa. Nouvelles Orientations du Régime Pénitentiaire: **Actes ...** Lisboa.

Quiroga, Ana Maria (2005). *Religiões e prisões no Rio de Janeiro: presença e significados*. Comunicações do ISER (Religiões e Prisões), 61, 13-21.

Rivera Beiras, Iñaki (1997). *La devaluación de los derechos fundamentales de los reclusos.: La construcción jurídica de un ciudadano de segunda categoría*. Barcelona: J.M. Bosch Editor

Rodrigues, Anabela (1999). *Consensualismo e prisão*. In: Boletim Documentação e Direito Comparado, 1999, Lisboa, n. 79/80. Disponível em: www.gddc.pt/atividade-editorial/pdfs-publicacoes/

Rodrigues, Anabela (2000). *Consensualisme et prison*. In: Journées Internationales de la Fondation Pénale et Pénitentiaire, 2000, Lisboa. Nouvelles Orientations du Régime Pénitentiaire: **Actes ...** Lisboa.

Roxin, Claus (2004), *Problemas Fundamentais de direito penal*. Lisboa: Veja.

Rush e Kirchheimer (1984). *Pena y estructura social*. Bogotá: Temis.

Salla, Fernando Afonso (1999). *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Anablume.

Santos, Boaventura (1999), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.

Sclofsky, Sebastián (2020), "Tough on Crime: The Rise of Punitive Populism in Latin America". In Michelle D. Bonner. Pittsburgh, *Perspectives on Politics*. PA: University of Pittsburgh Press: 299–301.

Shecaira, Sérgio Salomão (2004), *Criminologia*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Spink, Mary Jane (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais

Taylor, Ian. Walton, Paul. Young, Jock, (1990). *La nueva criminología – Contribución a una teoría social de la conducta desviada*. Buenos Aires: Amorrortu.

Tulkens, Françoise; Van de Kerchove, Michel van de (1996). *La justice penale: justice imposée, justice participative, justice consensuelle u justice négociée?* In: *Revue de Droit Penal et de Criminologie*. Bruxelas.

Wacquant, Loic (2013). *Punir os Pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. A onda punitiva*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan.

Weber, Max (2004). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Wolff, Maria (2005). *Antologia de vidas e história da prisão: Emergência e Injunção de Controle Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Zaffaroni, Eugénio (1998). *En busca de las penas perdidas*. 2. ed. Buenos Aires: Ediar.